OBRAS COMPLETAS DE JOAQUIM NABUCO

VII

JOAQUIM NABUCO

O ABOLICIONISMO

*

CONFERÊNCIAS E DISCURSOS ABOLICIONISTAS

INSTITUTO
PROGRESSO EDITORIAL S. A.
SÃO PAULO

AO CEARÁ

Il fait jour dans votre âme ainsi que sur vos fronts,
La nôtre est une nuit où nous nous égarons.

LAMARTINE, *Toussaint Louverture.*

PREFÁCIO

Já existe, felizmente, em nosso país, uma consciência nacional — em formação, é certo — que vai introduzindo o elemento da dignidade humana em nossa legislação, e para a qual a escravidão, apesar de hereditária, é uma verdadeira mancha de Caím, que o Brasil traz na fronte. Essa consciência, que está temperando a nossa alma, e há de por fim humanizá-la, resulta da mistura de duas correntes diversas: o arrependimento dos descendentes de senhores, e a afinidade de sofrimento dos herdeiros de escravos.

Não tenho, portanto, mêdo de que o presente volume não encontre o acolhimento que eu espero por parte de um número bastante considerável de compatriotas meus, a saber: os que sentem a dor do escravo como se fôra própria, e ainda mais, como parte de uma dor maior — a do Brasil, ultrajado e humilhado; os que têm a altivez de pensar — e a coragem de aceitar as conseqüências dêsse pensamento — que a pátria, como a mãe, quando não existe para os filhos mais infelizes, não existe para os mais dignos; aquêles para quem a escravidão, degradação sistemática da natureza humana por interêsses mercenários e egoístas, se não é infamante para o homem educado e feliz que a inflige, não pode sê-lo para o ente desfigurado e oprimido que a sofre; por fim, os que conhecem as influências sôbre o nosso país daquela instituição no passado, e, no presente, o seu custo ruinoso, e prevêem os efeitos da sua continuação indefinida.

Possa ser bem aceita por êles esta lembrança de um correligionário ausente, mandada do exterior, donde se ama ainda mais a pátria do que no próprio país — pela contingência de não tornar a vê-la, pelo trabalho constante da imaginação e pela saudade que Garrett nunca teria pintado ao vivo se não tivesse sentido a nostalgia — e onde o patriotismo, por isso mesmo que o Brasil é visto como um todo no qual homens e partidos, amigos e adversários se confundem na superfície alumiada pelo sol dos trópicos, parece mais largo, generoso e tolerante.

Quanto a mim, julgar-me-ei mais do que recompensado, se as sementes de liberdade, direito e justiça, que estas páginas contêm, derem uma boa colheita no solo ainda virgem da nova geração; e se êste livro concorrer, unindo em uma só legião os abolicionistas brasileiros, para apressar, ainda que seja de uma hora, o dia em que vejamos a Independência completada pela Abolição, e o Brasil elevado à dignidade de país livre, como o foi em 1822 à de nação soberana, perante a América e o mundo.

JOAQUIM NABUCO

Londres, 8 de abril de 1883.

O ABOLICIONISMO

QUE É O ABOLICIONISMO? A OBRA DO PRESENTE E A DO FUTURO

> « Uma pátria respeitada, não tanto pela grandeza do seu território como pela união de seus filhos; não tanto pelas leis escritas, como pela convicção da honestidade e justiça do seu govêrno; não tanto pelas instituições dêste ou daquele molde, como pela prova real de que essas instituições favorecem, ou, quando menos, não contrariam a liberdade e desenvolvimento da nação ». — Evaristo Ferreira da Veiga.

NÃO há muito que se fala no Brasil em Abolicionismo e Partido Abolicionista. A idéia de suprimir a escravidão, libertando os escravos existentes, sucedeu à idéia de suprimir a escravidão, entregando-lhe o milhão e meio de homens de que ela se achava de posse em 1871 e deixando-a acabar com êles. Foi na legislatura de 1879-80 que, pela primeira vez, se viu dentro e fora do Parlamento um grupo de homens fazer da *emancipação dos escravos*, não da limitação do cativeiro às gerações atuais, a sua bandeira política, a condição preliminar da sua adesão a qualquer dos partidos.

A história das oposições que a Escravidão encontrara até então pode ser resumida em poucas palavras. No período anterior à Independência e nos primeiros anos subseqüentes, houve, na geração trabalhada pelas idéias liberais do começo do século, um certo desassossêgo de consciência pela necessidade em que ela se viu de realizar a emancipação nacional, deixando grande parte da população em cativeiro pessoal. Os

acontecimentos políticos, porém, absorviam a atenção do povo, e, com a revolução de 7 de abril de 1831, começou um período de excitação que durou até à Maioridade. Foi sòmente no segundo Reinado que o progresso dos costumes públicos tornou possível a primeira resistência séria à Escravidão. Antes de 1840 o Brasil é prêsa do tráfico de africanos; o estado do país é fielmente representado pela pintura do mercado de escravos no Valongo.

A primeira oposição nacional à Escravidão foi promovida tão sòmente contra o Tráfico. Pretendia-se suprimir a escravidão lentamente, proibindo a importação de novos escravos. À vista da espantosa mortalidade dessa classe, dizia-se que a escravatura, uma vez extinto o viveiro inesgotável da África, iria sendo progressivamente diminuída pela morte, apesar dos nascimentos.

Acabada a importação de africanos pela energia e decisão de Eusébio de Queirós, e pela vontade tenaz do Imperador — o qual chegou a dizer em despacho que preferia perder a coroa a consentir na continuação do Tráfico — seguiu-se à deportação dos traficantes e à lei de 4 de setembro de 1850 uma calmaria profunda. Êsse período de cansaço, ou de satisfação pela obra realizada, — em todo o caso de indiferença absoluta pela sorte da população escrava — durou até depois da guerra do Paraguai, quando a Escravidão teve que dar e perder outra batalha. Essa segunda oposição que a Escravidão sofreu, como também a primeira, não foi um ataque ao acampamento do inimigo para tirar-lhe os prisioneiros, mas uma limitação apenas do território sujeito às suas correrias e depredações.

Com efeito, no fim de uma crise política permanente, que durou de 1866 até 1871, foi promulgada a lei de 28 de setembro, a qual respeitou o princípio da inviolabilidade do domínio do senhor sôbre o escravo, e não ousou penetrar, como se fôra um local sagrado, interdito ao próprio Estado, nos *ergástulos* agrários; e de novo, a êsse esfôrço, de um organismo debilitado para minorar a mêdo as conseqüências da gangrena que o invadia, sucedeu outra calmaria da opinião, outra época de indiferença pela sorte do escravo, durante a qual o govêrno pôde mesmo esquecer-se de cumprir a lei que havia feito passar.

Foi sòmente oito anos depois, que essa apatia começou a ser modificada e se levantou uma terceira oposição à Escravidão; desta vez, não contra os seus interêsses de expansão, como era o Tráfico, ou as suas esperanças, como a fecundidade da mulher escrava, mas diretamente contra as suas posses, contra a legalidade e a legitimidade dos seus *direitos*, contra o escândalo da sua existência em um país civilizado e a sua perspectiva de embrutecer o *ingênuo* na mesma senzala onde embrutecera o escravo.

Em 1850, queria-se suprimir a escravidão, acabando com o Tráfico; em 1871, libertando desde o berço, mas de fato depois dos vinte e um anos de idade, os filhos de escrava ainda por nascer. Hoje quer-se suprimi-la, emancipando os escravos em massa e resgatando os *ingênuos* da servidão da lei de 28 de setembro. É êste último movimento que se chama Abolicionismo, e só êste resolve o verdadeiro problema dos escravos, que é a sua própria liberdade. A opinião, em 1845, julgava legítima e honesta a compra de africanos, transportados traiçoeiramente da África, e intro-

duzidos por contrabando no Brasil. A opinião, em 1875, condenava as transações dos traficantes, mas julgava legítima e honesta a matrícula depois de trinta anos de cativeiro ilegal das vítimas do Tráfico. O Abolicionismo é a opinião que deve substituir, por sua vez, esta última, e para a qual tôdas as transações de domínio sôbre entes humanos são crimes que só diferem no grau de crueldade.

O Abolicionismo, porém, não é só isso e não se contenta com ser o advogado *ex-officio* da porção da raça negra ainda escravizada; não reduz a sua missão a promover e conseguir — no mais breve prazo possível — o resgate dos escravos e dos *ingênuos*. Essa obra — de reparação, vergonha ou arrependimento, como a queiram chamar — da emancipação dos atuais escravos e seus filhos é apenas a tarefa imediata do Abolicionismo. Além dessa, há outra maior, a do futuro: a de apagar todos os efeitos de um regímen que, há três séculos, é uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores, e que fêz do Brasil o Paraguai da escravidão.

Quando mesmo a emancipação total fôsse decretada amanhã, a liquidação dêsse regímen daria lugar a uma série infinita de questões, que só poderiam ser resolvidas de acôrdo com os interêsses vitais do país pelo mesmo espírito de justiça e humanidade que dá vida ao Abolicionismo. Depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao Poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da côr, será ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativeiro, isto é, de despotismo, superstição e ignorância. O processo natural pelo qual a Escravidão fos-

silizou nos seus moldes a exuberante vitalidade do nosso povo durou todo o período do crescimento, e enquanto a Nação não tiver consciência de que lhe é indispensável adaptar à liberdade cada um dos aparelhos do seu organismo de que a escravidão se apropriou, a obra desta irá por diante, mesmo quando não haja mais escravos.

O Abolicionismo é, assim, uma concepção nova em nossa história política, e dêle, muito provàvelmente, como adiante se verá, há de resultar a desagregação dos atuais partidos. Até bem pouco tempo a Escravidão podia esperar que a sua sorte fôsse a mesma no Brasil que no Império Romano, e que deixassem desaparecer sem contorsões nem violência. A política dos nossos homens de Estado foi tôda, até hoje, inspirada pelo desejo de fazer a escravidão dissolver-se insensìvelmente no país.

O Abolicionismo é um protesto contra essa triste perspectiva, contra o expediente de entregar à morte a solução de um problema, que não é só de justiça e consciência moral, mas também de previdência política. Além disso, o nosso sistema está por demais estragado para poder sofrer impunemente a ação prolongada da escravidão. Cada ano dêsse regímen que degrada a nação tôda, por causa de alguns indivíduos, há de ser-lhe fatal, e se hoje basta, talvez, o influxo de uma nova geração educada em outros princípios, para determinar a reação e fazer o corpo entrar de novo no processo, retardado e depois suspenso, do crescimento natural; no futuro, só uma operação nos poderá salvar — à custa da nossa identidade nacional — isto é, a transfusão do sangue puro e oxigenado de uma raça livre.

O nosso caráter, o nosso temperamento, a nossa organização tôda, física, intelectual e moral, acha-se terrìvelmente afetada pelas influências com que a escravidão passou trezentos anos a permear a sociedade brasileira. A emprêsa de anular essas influências é superior, por certo, aos esforços de uma só geração, mas enquanto essa obra não estiver concluída, o Abolicionismo terá sempre razão de ser.

Assim como a palavra *Abolicionismo,* a palavra *Escravidão* é tomada neste livro em sentido lato. Esta não significa sòmente a relação do escravo para com o senhor; significa muito mais: a soma do poderio, influência, capital, e clientela dos senhores todos; o feudalismo estabelecido no interior; a dependência em que o comércio, a religião, a pobreza, a indústria, o Parlamento, a Coroa, o Estado enfim, se acham perante o poder agregado da minoria aristocrática, em cujas senzalas centenas de milhares de entes humanos vivem embrutecidos e moralmente mutilados pelo próprio regímen a que estão sujeitos; e por último, o espírito, o princípio vital que anima a instituição tôda, sobretudo no momento em que ela entra a recear pela posse imemorial em que se acha investida, espírito que há sido em tôda a história dos países de escravos a causa do seu atraso e da sua ruína.

A luta entre o Abolicionismo e a Escravidão é de ontem, mas há de prolongar-se muito, e o período em que já entramos há de ser caracterizado por essa luta. Não vale à Escravidão a pobreza dos seus adversários, nem a própria riqueza; não lhe vale o imenso poderio que os abolicionistas conhecem melhor talvez do que ela: o desenlace não é duvidoso. Essas contendas não se decidem nem por dinheiro, nem por prestígio social,

nem — por mais numerosa que esta seja — por uma clientela mercenária. «O Brasil seria o último dos países do mundo, se, tendo a escravidão, não tivesse um partido abolicionista; seria a prova de que a consciência moral ainda não havia despontado nêle» (1). O Brasil seria o mais desgraçado dos países do mundo, devemos acrescentar, hoje que essa consciência despontou, se, tendo um partido abolicionista, êsse partido não triunfasse: seria a prova de que a Escravidão havia completado a sua obra e selado o destino nacional com o sangue dos milhões de vítimas que fêz dentro do nosso território. Deveríamos então perder, para sempre, a esperança de fundar um dia a pátria que Evaristo sonhou.

---

(1) *Manifesto* da Sociedade Brasileira contra a Escravidão.

O PARTIDO ABOLICIONISTA

> « Não há maior honra para um partido do que sofrer pela sustentação de princípios que êle julga serem justos ». — W. E. GLADSTONE.

O SENTIDO em que é geralmente empregada a expressão *Partido Abolicionista* não corresponde ao que, de ordinário, se entende pela palavra *partido.* A êsse respeito algumas explicações são necessárias.

Não há dúvida de que já existe um núcleo de pessoas identificadas com o movimento abolicionista, que sentem dificuldade em continuar filiadas nos partidos existentes, por causa das suas idéias. Sob a bandeira da abolição combatem hoje Liberais, Conservadores, Republicanos, sem outro compromisso — e êste tácito e por assim dizer de honra política — senão o de subordinarem a sujeição partidária a outra maior, à consciência humana. Assim como, na passada legislatura, diversos Liberais julgaram dever votar pela idéia abolicionista de preferência a votar pelo seu partido, também nas seguintes encontrar-se-ão Conservadores prontos a fazer outro tanto e Republicanos que prefiram combater pela causa da liberdade pessoal dos escravos a combater pela forma de govêrno da sua aspiração.

A simples subordinação do interêsse de qualquer dos atuais partidos ao interêsse da emancipação, basta para mostrar que o partido abolicionista, quando surgir, há de satisfazer um ideal de pátria mais elevado, compreensivo e humano, do que o de qualquer dos outros partidos já formados, os quais são todos mais ou menos sus-

tentados e bafejados pela Escravidão. Não se pode todavia, por enquanto, chamar *partido* à corrente de opinião, ainda não encaminhada para o seu destino, a cuja expansão assistimos.

Entende-se por *partido* não uma opinião sòmente mas uma opinião organizada para chegar aos seus fins: o Abolicionismo é, por ora, uma agitação, e é cedo ainda para se dizer se será algum dia um partido. Nós o vemos desagregando fortemente os partidos existentes, e até certo ponto constituindo uma igreja à parte composta dos cismáticos de tôdas as outras. No Partido Liberal a corrente conseguiu, pelo menos, pôr a descoberto os alicerces mentirosos do liberalismo entre nós. Quanto ao Partido Conservador, devemos esperar a prova da passagem pelo poder que desmoralizou os seus adversários, para sabermos que ação o Abolicionismo exercerá sôbre êle. Uma nova Dissidência, com a mesma bandeira de 1871, valeria um exército para a nossa causa. Restam os Republicanos.

O Abolicionismo afetou êsse partido de um modo profundo, e a nenhum fêz tanto bem. Foi a lei de 28 de setembro e a idéia, adrede espalhada entre os fazendeiros, de que o Imperador era o chefe do movimento contra a Escravidão, que de repente engrossou as fileiras republicanas com uma leva de voluntários saídos de onde menos se imaginava. A *República* compreendeu a oportunidade dourada que se lhe oferecia, e não a desprezou; o partido, não falo da opinião, mas da associação, aproveitou largamente as simpatias que lhe procurava a corajosa defesa, empreendida notàvelmente pelo sr. Cristiano Otôni, dos interêsses da grande propriedade. Como era natural, por outro lado, o Abolicionismo, depois de muitas hesitações, impôs-se ao

espírito de grande número de Republicanos como uma obrigação maior, mais urgente, mais justa, e a todos os respeitos mais considerável, do que a de mudar a forma do govêrno com auxílio de proprietários de homens. Foi na forte democracia escravagista de São Paulo que a contradição dêsses dois estados sociais se manifestou de modo mais evidente.

Supondo que a República seja a forma natural da democracia, ainda assim, o dever de elevar os escravos a homens precede a tôda arquitetura democrática. O Abolicionismo num país de escravos é para o Republicano de *razão* a República oportunista, a que pede o que pode conseguir e o que mais precisa, e não se esteriliza em querer antecipar uma ordem de coisas da qual o país só pode tirar benefícios reais quando nêle não houver mais *senhores*. Por outro lado, a teoria inventada para contornar a dificuldade sem a resolver, de que pertence à Monarquia acabar com a escravidão, e que o Partido Republicano nada tem com isso, lançou, para muitos que se haviam alistado nas fileiras da República, um clarão sinistro sôbre a aliança contraída em 1871.

É, com efeito, difícil hoje a um Liberal ou Conservador, convencido dos princípios cardeais do desenvolvimento social moderno e do direito inato — no estado de civilização — de cada homem à sua liberdade pessoal, e deve sê-lo muito mais para um Republicano, fazer parte homogênea de organizações em cujo credo a mesma natureza humana pode servir para base da democracia e da escravidão, conferir a um indivíduo, ao mesmo tempo, o direito de tomar parte no govêrno do país e o de manter outros indivíduos — porque os comprou ou os herdou — em abjeta subserviência forçada,

durante tôda a vida. Conservadores constitucionais; Liberais, que se indignam contra o govêrno pessoal; Republicanos, que consideram degradante o govêrno monárquico da Inglaterra e da Bélgica; exercitando dentro das porteiras das suas fazendas, sôbre centenas de entes rebaixados da dignidade de *pessoa,* poder maior que o de um chefe africano nos seus domínios, sem nenhuma lei escrita que o regule, nenhuma opinião que o fiscalize, discricionário, suspeitoso, irresponsável: que mais é preciso para qualificar, segundo uma frase conhecida, essa audácia com que os nossos partidos assumem os grandes nomes que usam — de *estelionato político?*

É por isso que o Abolicionismo desagrega dessas organizações os que as procuram por causa daqueles nomes históricos, segundo as suas convicções individuais. Todos os três partidos baseiam as suas aspirações políticas sôbre um estado social cujo nivelamento não os afeta; o Abolicionismo, pelo contrário, começa pelo princípio, e, antes de discutir qual o melhor modo para um povo *livre* de governar-se a si mesmo — é essa a questão que divide os outros — trata de tornar livre a êsse povo, aterrando o imenso abismo que separa as duas castas sociais em que êle se extrema.

Nesse sentido, o Abolicionismo devera ser a escola primária de todos os partidos, o alfabeto da nossa política, e não o é; por um curioso anacronismo, houve um partido republicano muito antes de existir uma opinião abolicionista, e daí a principal razão por que essa política é uma Babel na qual ninguém se entende. Qual será, porém, o resultado da desagregação inevitável? Irão os abolicionistas, separados, pela sinceridade das suas idéias, de partidos que têm apenas interêsses e ambi-

ções pessoais como razão de ser, e os princípios sòmente por pretexto, agrupando-se lentamente num partido comum, a princípio unidos pela proscrição social que estão sofrendo, e depois pela esperança da vitória? Haverá um partido abolicionista organizado, com a intuição completa da sua missão no presente e no futuro, para presidir à transformação do Brasil escravo no Brasil livre, e liquidar a herança da Escravidão?

Assim aconteceu nos Estados-Unidos, onde o atual Partido Republicano, ao surgir na cena política, teve que dominar a rebelião, emancipar quatro milhões de escravos, estabelecer definitivamente o novo regímen da liberdade e da igualdade em Estados que queriam formar, nas praias do gôlfo do México, a maior potência escravocrata do mundo. É natural que isso aconteça no Brasil; mas é possível também que — em vez de fundir-se num só partido por causa de grandes divergências internas entre Liberais, Conservadores e Republicanos — o Abolicionismo venha a trabalhar os três partidos de forma a cindi-los sempre que seja preciso — como o foi em 1871 para a passagem da lei Rio Branco — reunir os elementos progressistas de cada um numa cooperação desinteressada e transitória, numa aliança política limitada a certo fim; ou que venha mesmo a decompor, e reconstruir diversamente os partidos existentes, sem, todavia, formar um partido único e homogêneo.

O advento do Abolicionismo coincidiu com a eleição direta, e sobretudo com a aparição de uma fôrça, a qual se está solidificando em tôrno da imprensa — cuja barateza e distribuição por tôdas as classes é um fator importante na história da democratização do país — fôrça que é a opinião pública. Todos êsses elementos de-

vem ser tomados em consideração quando se quer saber como o Abolicionismo há de, por fim, constituir-se.

Neste livro, entretanto, a expressão *Partido Abolicionista* significará, tão sòmente, o movimento abolicionista, a corrente de opinião que se está desenvolvendo do Norte ao Sul. É claro que há no grupo de pessoas que têm manifestado vontade de aderir àquele movimento, mais do que o embrião de um partido. Caso amanhã, por qualquer circunstância, se organizasse um gabinete abolicionista, se o que constitui um partido são pretendentes a posições ou honras políticas, aspirantes a lugares remunerados, clientes de ministros, caudatários do Govêrno — aquêle núcleo sólido teria uma cauda adventícia tão grande pelo menos como a dos partidos oficiais.

Basta considerar que, quanto mais se fracionam êsses partidos no govêrno, mais lhes cresce o séquito. O poder é infelizmente entre nós — e êsse é um dos efeitos mais incontestáveis do servilismo que a escravidão deixa após si — a região das gerações espontâneas. Qualquer ramo, por mais murcho e sêco, deixado uma noite ao alento dessa atmosfera privilegiada, aparece na manhã seguinte coberto de fôlhas. Não há como negar o influxo dêsse *fiat*: é tôda a nossa história. «O Poder é o Poder», foi uma frase que resumiu a sabedoria da experiência de todos os nossos homens públicos, e sôbre a qual assentam todos os seus cálculos. Nenhuma opinião remotamente distante do Govêrno pode ostentar o pessoal numeroso dos dois partidos que se alternam no exercício do patronado e na guarda do cofre das graças, distribuem emprêsas e favores, e por isso têm em tôrno de si, ou às suas ordens e sob seu mando, — num país que a escravidão empobreceu e carcomeu, — todos os

elementos dependentes e necessitados da população. Isso mesmo caracteriza a diferença entre o Abolicionismo e os dois partidos constitucionais: o poder dêstes é, pràticamente, o poder da Escravidão tôda, como instituição privada e como instituição política; o daquele é o poder tão sòmente das fôrças que começam a rebelar-se contra semelhante monopólio — da terra, do capital e do trabalho — que faz da Escravidão um estado no Estado, cem vêzes mais forte do que a própria nação.

O MANDATO DA RAÇA NEGRA

> « Se a inteligência nativa e a independência dos bretões não conseguem sobreviver no clima insalubre e adverso da escravidão pessoal, como se poderia esperar que os pobres africanos, sem o apoio de nenhum sentimento de dignidade pessoal ou de direitos civis, não cedessem às influências malignas, a que há tanto tempo estão sujeitos e não ficassem deprimidos mesmo abaixo do nível da espécie humana? » — WILLIAM WILBERFORCE.

O MANDATO abolicionista é uma dupla delegação, inconsciente da parte dos que a fazem, mas, em ambos os casos, interpretada pelos que a aceitam como um mandato que se não pode renunciar. Nesse sentido, deve-se dizer que o abolicionista é o advogado gratuito de duas classes sociais que, de outra forma, não teriam meios de reivindicar os seus direitos, nem consciência dêles. Essas classes são: os escravos e os *ingênuos*. Os motivos pelos quais essa procuração tácita impõe-nos uma obrigação irrenunciável não são puramente — para muitos não são mesmo principalmente — motivos de humanidade, compaixão e defesa generosa do fraco e do oprimido.

Em outros países, a propaganda da emancipação foi um movimento religioso, pregado do púlpito, sustentado com fervor pelas diferentes igrejas e comunhões religiosas. Entre nós, o movimento abolicionista nada deve, infelizmente, à Igreja do Estado; pelo contrário, a posse de homens e mulheres pelos conventos e por todo o clero secular desmoralizou inteiramente o sentimento religioso de senhores e escravos. No sacerdote, êstes não

viam senão um homem que os podia comprar, e aquêles a última pessoa que se lembraria de acusá-los. A deserção, pelo nosso clero, do pôsto que o Evangelho lhe marcou, foi a mais vergonhosa possível: ninguém o viu tomar a parte dos escravos, fazer uso da religião para suavizar-lhes o cativeiro, e para dizer a verdade moral aos senhores. Nenhum padre tentou, nunca, impedir um leilão de escravos, nem condenou o regímen religioso das senzalas. A Igreja católica, apesar do seu imenso poderio em um país ainda em grande parte fanatizado por ela, *nunca* elevou no Brasil a voz em favor da emancipação.

Se o que dá fôrça ao Abolicionismo não é principalmente o sentimento religioso, o qual não é a alavanca de progresso que poderia ser, por ter sido desnaturado pelo próprio clero, também não é o espírito de caridade ou filantropia. A guerra contra a escravidão foi, na Inglaterra, um movimento religioso e filantrópico, determinado por sentimentos que nada tinham de político, senão no sentido em que se pode chamar política à moral social do Evangelho. No Brasil, porém, o Abolicionismo é antes de tudo um movimento *político,* para o qual, sem dúvida, poderosamente concorre o interêsse pelos escravos e a compaixão pela sua sorte, mas que nasce de um pensamento diverso: o de reconstruir o Brasil sôbre o trabalho livre e a união das raças na liberdade.

Nos outros países o Abolicionismo não tinha êsse caráter de reforma política primordial, porque não se queria a raça negra para elemento permanente de população, nem como parte homogênea da sociedade. O negro, libertado, ficaria nas colônias, não seria nunca um fator eleitoral na própria Inglaterra, ou França.

Nos Estados-Unidos, os acontecimentos marcharam com tanta rapidez e desenharam-se por tal forma, que o Congresso se viu forçado a fazer dos antigos escravos do Sul, de um dia para o outro, cidadãos americanos, com os mesmos direitos que os demais; mas êsse foi um dos resultados imprevistos da guerra. A abolição não tinha, até ao momento da Emenda constitucional, tão amplo sentido, e ninguém sonhara para o negro ao mesmo tempo a alforria e o voto.

No Brasil a questão não é, como nas colônias européias, um movimento de generosidade em favor de uma classe de homens vítimas de uma opressão injusta a grande distância das nossas praias. A raça negra não é, tão pouco, para nós, uma raça inferior, alheia à comunhão ou isolada desta, e cujo bem-estar nos afete como o de qualquer tribo indígena mal tratada pelos invasores europeus. Para nós, a raça negra é um elemento de considerável importância nacional, estreitamente ligada por infinitas relações orgânicas à nossa constituição, parte integrante do povo brasileiro. Por outro lado, a emancipação não significa tão sòmente o têrmo da injustiça de que o escravo é mártir, mas também a eliminação simultânea dos dois tipos contrários, e no fundo os mesmos: o escravo e o *senhor*.

É êsse ponto de vista, da importância fundamental da emancipação, que nos faz sub-rogar-nos nos direitos de que os escravos e os seus filhos — chamados *ingênuos* por uma aplicação restrita da palavra, a qual mostra bem o valor das ficções que contrastam com a realidade — não podem ter consciência, ou, tendo-a, não podem reclamar, pela morte civil a que estão sujeitos. Aceitamos êsse mandato como homens políticos, por motivos políticos, e assim representamos os escravos e os

ingênuos na qualidade de brasileiros que julgam o seu título de cidadão diminuído enquanto houver brasileiros escravos, isto é, no interêsse de todo o país e no nosso próprio interêsse.

Quem pode dizer que a raça negra não tem direito de protestar perante o mundo e perante a história contra o procedimento do Brasil? Êsse direito de acusação, entretanto, ela própria o renunciou; ela não apela para o mundo, mas tão sòmente para a generosidade do país que a escravidão lhe deu por pátria. Não é já tempo que os brasileiros prestem ouvidos a êsse apêlo?

Em primeiro lugar, a parte da população nacional que descende de escravos é, pelo menos, tão numerosa como a parte que descende exclusivamente de senhores; a raça negra nos deu um povo. Em segundo lugar, o que existe até hoje sôbre o vasto território que se chama Brasil foi levantado ou cultivado por aquela raça; ela construiu o nosso país. Há trezentos anos que o africano tem sido o principal instrumento da ocupação e da manutenção do nosso território pelo europeu, e que os seus descendentes se misturam com o nosso povo. Onde êle não chegou ainda, o país apresenta o aspecto com que surpreendeu aos seus primeiros descobridores. Tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo, que existe no país, como resultado do trabalho manual, como emprêgo de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar.

Por êsses sacrifícios sem número, por êsses sofrimentos, cuja terrível concatenação com o progresso lento do país faz da história do Brasil um dos mais tristes episódios do povoamento da América, a raça negra fundou, para outros, uma pátria que ela pode, com muito mais direito, chamar sua. Suprima-se mentalmente essa raça e o seu trabalho, e o Brasil não será, na sua maior parte, senão um território deserto, quando muito um segundo Paraguai, guarani e jesuítico.

Nessas condições é tempo de renunciarmos o usufruto dos últimos representantes dessa raça infeliz. Vasconcelos, ao dizer que a nossa civilização viera da costa d'África, pôs patente, sem o querer, o crime do nosso país escravizando os próprios que o civilizaram. Já vimos com que importante contingente essa raça concorreu para a formação do nosso povo. A escravidão moderna repousa sôbre uma base diversa da escravidão antiga: a côr preta. Ninguém pensa em reduzir homens brancos ao cativeiro: para êste ficaram reservados tão sòmente os negros. Nós não somos um povo exclusivamente branco, e não devemos portanto admitir essa maldição da côr; pelo contrário, devemos tudo fazer por esquecê-la.

A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor — falando coletivamente — nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos. Por êsse motivo, o contato entre elas foi sempre isento de asperezas, fora da escravidão, e o homem de côr achou tôdas as avenidas abertas diante de si. Os debates da última legislatura, e o modo liberal pelo qual o Senado assentiu à elegibilidade dos libertos, isto é, ao apagamento do último vestígio de desigual-

dade da condição anterior, mostram que a côr no Brasil não é, como nos Estados-Unidos, um preconceito social contra cuja obstinação pouco pode o caráter, o talento e o mérito de quem incorre nêle. Essa boa inteligência em que vivem os elementos, de origem diferente, da nossa nacionalidade, é um interêsse público de primeira ordem para nós.

Ouvi contar que, estando Antônio Carlos a ponto de expirar, um indivíduo se apresentara na casa onde se finava o grande orador, instando por vê-lo. Havia ordem de não admitir pessoas estranhas no quarto do moribundo, e o amigo encarregado de executá-la teve que recusar ao visitante êsse favor — que êle implorava com lágrimas nos olhos — de contemplar antes da morte o último dos Andradas. Por fim, notando a insistência desesperada do desconhecido, perguntou-lhe o amigo que estava de guarda: — « Mas por que o senhor quer tanto ver o sr. Antônio Carlos? » — « Por que quero vê-lo? », respondeu êle numa explosão de dor, «Não vê a minha côr! pois se não fôsse os Andradas, que éramos nós no Brasil? Foram êles que nos deram esta pátria!»

Sim, foram êles que deram uma pátria aos homens de côr *livres*, mas essa pátria, é preciso que nós a estendamos, por nossa vez, aos que não o são. Só assim poder-se-á dizer que o Brasil é uma nação demasiado altiva para consentir que sejam escravos brasileiros de nascimento, e generosa bastante para não consentir que o sejam africanos, só por pertencerem uns e outros à raça que fêz do Brasil o que êle é.

CARÁTER DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA

> «Não é por ação direta e pessoal sôbre o espírito do escravo que lhe podemos fazer algum bem. E' com os livres que nos devemos entender; é com êstes que devemos pleitear a causa daquele. A lei eterna obriga-nos a tomar a parte do oprimido, e essa lei torna-se muito mais obrigatória desde que nós lhe proibimos levantar o braço em defesa própria». — W. Channing.

Estas palavras de Channing mostram, ao mesmo tempo, a natureza e as dificuldades de uma campanha abolicionista, onde quer que seja travada. É uma luta que tem, como teve sempre em tôda a parte, dois grandes embaraços: o primeiro, o estarem as pessoas que queremos salvar nas mãos dos adversários, como reféns; o segundo, o se acharem os senhores, pràticamente, à mercê dos escravos. Por isso também os abolicionistas, que querem conciliar tôdas as classes, e não indispor umas contra outras; que não pedem a emancipação no interêsse tão sòmente do escravo, mas do próprio senhor, e da sociedade tôda; não podem querer instilar no coração do oprimido um ódio que êle não sente, e muito menos fazer apêlo a paixões que não servem para fermento de uma causa, que não se resume na reabilitação da raça negra, mas que é equivalente, como vimos, à reconstituição completa do país.

A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma cobardia, inepta e criminosa, e, além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição, ou ao crime, homens sem defesa, e que a lei de Lynch, ou a justiça pública, ime-

diatamente haveria de esmagar. Cobardia, porque seria expor outros a perigos que o provocador não correria com êles; inépcia, porque todos os fatos dessa natureza dariam como único resultado para o escravo a agravação do seu cativeiro; crime, porque seria fazer os inocentes sofrerem pelos culpados, além da cumplicidade que cabe ao que induz outrem a cometer um crime; suicídio político, porque a nação inteira — vendo uma classe, e essa a mais influente e poderosa do Estado, exposta à vindita bárbara e selvagem de uma população mantida até hoje ao nível dos animais e cujas paixões, quebrado o freio do mêdo, não conheceriam limites no modo de satisfazer-se — pensaria que a necessidade urgente era salvar a sociedade a todo o custo por um exemplo tremendo, e êste seria o sinal de morte do abolicionismo de Wilberforce, Lamartine, e Garrison, que é o nosso, e do comêço do abolicionismo de Catilina ou de Spartacus, ou de John Brown.

A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais. Não deve sê-lo, tão pouco, por uma guerra civil, como o foi nos Estados-Unidos. Ela poderia desaparecer, talvez, depois de uma revolução, como aconteceu na França, sendo essa revolução obra exclusiva da população livre; mas tal possibilidade não entra nos cálculos de nenhum abolicionista. Não é, igualmente, provável que semelhante reforma seja feita por um decreto majestático da Coroa, como o foi na Rússia, nem por um ato de inteira iniciativa e responsabilidade do govêrno central, como foi, nos Estados-Unidos, a proclamação de Lincoln.

A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de tôdas

as outras. É, assim, no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade. Em semelhante luta, a violência, o crime, o desencadeamento de ódios acalentados, só pode ser prejudicial ao lado que tem por si o direito, a justiça, a procuração dos oprimidos e os votos da humanidade tôda.

A escravidão é um estado violento de compressão da natureza humana no qual não pode deixar de haver, de vez em quando, uma forte explosão. Não temos estatística dos crimes agrários, mas pode-se dizer que a escravidão contìnuamente expõe o senhor ou os seus agentes, e tenta o escravo, à prática de crimes de maior ou menor gravidade. Entretanto, o número de escravos que saem do cativeiro pelo suicídio deve aproximar-se do número dos que se vingam do destino da sua raça na pessoa que mais os atormenta, de ordinário o feitor. A vida, do berço ao túmulo, literalmente, debaixo do chicote é uma constante provocação dirigida ao animal humano, e à qual cada um de nós preferiria, mil vêzes, a morte. Quem pode, assim, condenar o suicídio do escravo como cobardia ou deserção? O Abolicionismo, exatamente porque a criminalidade entre os escravos resulta da perpetuidade da sua condição, concorre para diminuí-la, dando uma esperança à vítima.

Um membro do nosso Parlamento, o sr. Ferreira Viana, lavrou na sessão passada a sua sentença condenatória da propaganda abolicionista, dizendo que era *perverso* quem fazia nascer no coração do infeliz uma esperança que não podia ser realizada.

Essa frase condena por *perversos* todos os que têm levantado no coração dos oprimidos, durante a vida da

humanidade, esperanças irrealizáveis. Reveja bem o ilustre orador a lista dos que assim proscreve e nela há de achar os fundadores de tôdas as religiões — e, se essa classe não lhe parece respeitável, os vultos do Catolicismo — os mártires de tôdas as idéias, tôdas as minorias esmagadas, os vencidos das grandes causas. Para êle, pregador leigo da religião católica, perverso não é quem oprime, viola o direito, prostitui o Evangelho, ultraja a pátria, diminui a humanidade: mas sim o que diz ao oprimido, nesse caso o escravo: «Não desanimes, o teu cativeiro não há de ser perpétuo, o direito há de vencer a fôrça, a natureza humana há de reagir, em teu favor, nos próprios que a mutilam em ti; a pátria há de alargar as suas fronteiras morais até te abranger». Êste sim, é perverso, chamasse-se êle, em vez de André Rebouças, Joaquim Serra, Ferreira de Meneses, Luís Gama, ou outro qualquer nome de abolicionista brasileiro, Granville Sharpe, Buxton, Whittier, ou Longfellow.

Quando mesmo essa esperança nos parecesse irrealizável não seria perversidade fazer penetrar no cárcere do escravo, onde reina noite perpétua, um raio de luz, que o ajudasse a ser bom e a viver. Mas a esperança não nos parece irrealizável, graças a Deus, e nós não a afagamos só pelo escravo, afagamo-la por nós mesmos também, porque o mesmo dia que der a liberdade àquele — e êsse sòmente — há de dar-nos uma dignidade, que hoje não o é — a de Cidadão Brasileiro.

Como se pode, de boa fé, alegar que é socialmente perigoso êsse sentimento que nos faz reclamar a adoção das famílias mais do que plebéias, para as quais a lei achou que bastava o *contubernium;* expatriar-nos moralmente, quer estejamos fora, quer dentro do país, porque traçamos as fronteiras da nacionalidade além da

lei escrita, de forma a compreender êsse povo que não é nem estrangeiro nem nacional e, perante o Direito das gentes, não tem pátria? Que crime seria perante um tribunal do qual Jesus Cristo e São Francisco de Assis fôssem os juízes, êsse de confundirmos as nossas aspirações com as de quantos, tendo nascido brasileiros, não fazem parte da comunhão, mas *pertencem* a ela, como qualquer outra propriedade, e estão inscritos, não nos alistamentos eleitorais, mas na matrícula das coisas sôbre as quais o Estado cobra impostos?

Os escravos, em geral, não sabem ler, não precisam, porém, de soletrar a palavra liberdade para sentir a dureza da sua condição. A consciência nêles pode estar adormecida, o coração resignado, a esperança morta: êles podem beijar com reconhecimento os ferros que lhes apertam os pulsos; exaltar-se, na sua triste e tocante degradação, com a posição, a fortuna, o luxo do seu senhor; recusar a alforria que êste lhes ofereça, para não terem que se separar da casa onde foram *crias*; chamar-se, quando libertos, pelo nome dos seus patronos; esquecer-se de si mesmos como o asceta, para viverem na adoração do deus que criaram, prontos a sacrificar-lhe tudo. Que prova isso senão que a escravidão, em certos casos isolados e *domésticos,* consegue criar um tipo heróico de abnegação e desinterêsse, e êsse não o senhor, mas o escravo?

Pois bem, como pode o Abolicionismo que, em tôda a sua vasta parte inconsciente, não é uma renovação social, mas uma explosão de simpatia e de interêsse pela sorte do escravo, azedar a alma dêste, quando trezentos anos de escravidão não o conseguiram? Por que há de a esperança provocar tragédias como o desespêro não teve que registar? Por que hoje, que a sua causa está

afeta ao tribunal da consciência pública, por advogados que se identificaram com ela e, para a defenderem como ela o exige, pràticamente trocaram as roupas do cidadão pelas do ilota, hão de êles comprometer essa defesa, fazendo o que nunca fizeram quando não achavam em todo o país senão espectadores indiferentes ao seu suplício?

Isso, por certo, não é natural, e, se tal porventura acontecesse, a explicação verdadeira seria: não que êsses fatos foram o resultado da disseminação das idéias abolicionistas pelo país; mas sim que, fechados nos latifúndios, os escravos nem tinham consciência de que a sua sorte estava preocupando a Nação tôda, de que o seu cativeiro tocara por fim o coração do povo, e havia para êles uma esperança, ainda que remota, de liberdade. Quanto mais crescer a obra do Abolicionismo, mais se dissiparão os receios de uma guerra servil, de insurreições e atentados.

A propaganda abolicionista é dirigida contra uma instituição e não contra pessoas. Não atacamos os proprietários como indivíduos, atacamos o domínio que exercem e o estado de atraso em que a instituição que representam mantém o país todo. As seguintes palavras do *Manifesto* da Sociedade Brasileira contra a Escravidão expressam todo o pensamento abolicionista: «O futuro dos escravos depende, em grande parte, dos seus senhores; a nossa propaganda não pode, por conseqüência, tender a criar entre senhores e escravos senão sentimentos de benevolência e solidariedade. Os que, por motivo dela, sujeitarem os seus escravos a tratos piores, são homens que têm em si mesmos a possibilidade de serem bárbaros e não têm a de serem justos». Neste caso, devo eu acrescentar, não se teria provado a *perversidade*

da propaganda, mas só a impotência da lei para proteger os escravos, e os extremos desconhecidos de crueldade a que a escravidão pode chegar, como todo o poder que não é limitado por nenhum outro e não se sabe conter a si próprio. Em outras palavras, ter-se-ia justificado o Abolicionismo do modo mais completo possível.

A não ser essa contingência, cuja responsabilidade não poderia em caso algum caber-nos, a campanha abolicionista só há de concorrer, pelos benefícios que espalhar entre os escravos, para impedir e diminuir os crimes de que a escravidão sempre foi causa, e que tanto avultaram — quando não existia ainda partido abolicionista e as portas do Brasil estavam abertas ao tráfico de africanos — que motivaram a lei de segurança de 10 de junho de 1835. Não é aos escravos que falamos, é aos livres: em relação àqueles fizemos nossa divisa das palavras de sir Walter Scott: «Não acordeis o escravo que dorme, êle sonha talvez que é livre».

«A CAUSA JÁ ESTÁ VENCIDA»

> «Trinta anos de escravidão, com as suas degradações, os seus castigos corporais, as suas vendas de homens, mulheres e crianças, como animais domésticos e coisas, impostos a um milhão e meio de criaturas humanas, é um prazo demasiado longo para que os amigos da humanidade o aceitem resignados». — VICTOR SCHŒLCHER.

A CAUSA que vós, abolicionistas, advogais, dizem-nos todos os dias, não só os que nos insultam, mas também os que simpatizam conosco, é uma causa vencida, há muito tempo, na consciência pública». Tanto quanto esta proposição tem alcance prático, significa isto: «O país já decidiu, podeis estar descansados, os escravos serão todos postos em liberdade; não há, portanto, necessidade alguma de um partido abolicionista para promover os interêsses daqueles enjeitados que a nação tôda perfilhou».

Mas, quem diz isso tem um único fim — desarmar os defensores dos escravos para que o preço dêsses não diminua pela incerteza da longa posse que a lei atual promete ao senhor, e conseguir que a escravidão desapareça naturalmente, graças à mortalidade progressiva numa população que não pode aumentar. É claro que, para quem fala assim, os *ingênuos* são homens livres, não enchem anualmente os claros da escravatura, pelo que não é preciso que alguém tome a si a proteção dessas centenas de milhares de pessoas que são escravos sòmente até aos vinte e um anos de idade, isto é, apenas escravos provisórios. O repugnante espetáculo de uma grande massa de futuros cidadãos crescendo nas

senzalas, sujeitos ao mesmo sistema de trabalho, à mesma educação moral, ao mesmo tratamento que os escravos, não preocupa os nossos adversários. Êles não acrescentam à massa dos escravos a massa dos *ingênuos,* quando inventariam os créditos a longo prazo da escravidão, nem quando lhe arrolam os bens existentes: mas para nós a sorte dos *ingênuos* é um dos dados, como a dos escravos, de um só problema.

Será, entretanto, exato que esteja vencida no espírito público a idéia abolicionista? Neste momento não indagamos os fundamentos que há para se afirmar, como nós afirmamos, que a maioria do país está conosco sem o poder manifestar. Queremos tão sòmente saber se a causa do escravo está ganha, ou pelo menos tão segura quanto à decisão final, que possa correr à revelia; se podemos cruzar os braços, com a certeza de ver êsse milhão e meio de entes humanos emergir pouco a pouco do cativeiro e tomar lugar ao nosso lado.

Qual é a esperança de liberdade fundada sôbre fatos — não se trata da que provém da fé na Providência — que o escravo pode alimentar neste momento da nossa história? Cada homem livre que se imagine naquela posição e responda a esta pergunta.

Se fôsse escravo de um *bom* senhor, e fôsse *bom* escravo — ideal que nenhum homem livre poderia inteiramente realizar e que exige uma educação à parte — teria sempre esperança de alforria. Mas os bons senhores muitas vêzes são pobres e vêem-se obrigados a vender o escravo ao mau senhor. Além disso êles têm filhos, de quem não querem diminuir a legítima. Por outro lado, se há proprietários que forram grande número de escravos, outros há que nunca assinam uma carta de liberdade. Admitindo-se que o número das alforrias vá

aumentando progressivamente — o que já é um resultado incontestável do Abolicionismo, que tem formado em pouco tempo uma opinião pública interessada, vigilante, pronta a galardoar e levar em conta tais atos de consciência — ainda assim quantos escravos, proporcionalmente à massa total, são libertados e quantos morrem em cada ano? A alforria como doação é uma esperança que todo escravo pode ter, mas que relativamente é a sorte de muito poucos. Nessa loteria quase todos os bilhetes saem brancos; a probabilidade é vaga demais para servir de base sólida a qualquer cálculo de vida e de futuro. A generalidade dos nossos escravos morrem no cativeiro; os libertos sempre foram exceções.

Ponha-se de lado essa esperança de que o senhor lhe dê a liberdade, esperança que não constitui um direito; que porta há na lei para o escravo sair do cativeiro? A lei de 28 de setembro de 1871 abriu-lhe, mas não lhe facilitou, dois caminhos: o do resgate forçado pelo pecúlio, e o do sorteio anual. O primeiro, infelizmente, pelo aparelho imperfeito e desfigurado por atenções particulares que exercita essa importante função da lei Rio Branco, está em uso nas cidades, não nas fazendas: serve para os escravos urbanos, não para os rurais. Assim mesmo essa aberta daria saída a grande porção de escravos, se a escravidão não houvesse atrofiado entre nós o espírito de iniciativa, e a confiança em contratos de trabalho. Basta esta prova: que um escravo não acha um capital suficiente para libertar-se mediante a locação dos seus serviços, para mostrar o que é a escravidão como sistema social e econômico (1). Quanto ao fundo

(1) Êsse fato mostra também como a escravidão é a usura da pior espécie, a usura de Shylock exigindo cada onça de carne hipo-

de emancipação do Estado, sujeito, como ponderou no Senado o barão de Cotegipe, a manipulações dos senhores interessados, ver-se-á mais longe a insignificante percentagem que o sorteio abate todos os anos no rol dos escravos. Fora dessas esperanças, fugitivas tôdas, mas que o Abolicionismo há de converter na maior parte dos casos em realidade, que resta aos escravos? Absolutamente nada.

Desapareça o Abolicionismo, que é a vigilância, a simpatia, o interêsse da opinião pela sorte dêsses infelizes; fiquem êles entregues ao destino que a lei lhes traçou, e ao poder do senhor tal qual é, e a morte continuará a ser, como é hoje, a maior das probabilidades, e

---

tecada no seu título de dívida. Com efeito, desde que o escravo pode, em qualquer tempo que tenha o seu preço em dinheiro, depositá-lo e requerer a sua liberdade, cada escravo representa apenas uma dívida para com o senhor, que êle não pode pagar e à qual serve de penhor. E' assim um escravo da dívida. Aqui entra a usura do modo mais extraordinário e que reclamaria o ferro em brasa de um Shakespeare para ser punida como merece.

O escravo de um ano, quando passou a lei (1871), podia ser resgatado pela mãe por um preço insignificante; como ela, porém, não tinha êsse dinheiro, a *cria* não foi libertada e é hoje um *moleque* (o triste vocabulário da escravidão usado em nossa época, e que é a vergonha da nossa língua, há de reduzir de muito no futuro as pretensões liberais da atual sociedade brasileira), de treze anos, valendo muito mais; em pouco tempo será um *prêto* de dobrado valor. Quer isso dizer que a dívida do escravo para com o senhor quadruplicou e mais ainda, porque êle não teve meios de pagá-la quando era menino. Tomemos um escravo moço, forte e *prendado* (na escravidão quanto mais vale física, intelectual e moralmente o homem, mais difícil lhe é resgatar-se, por ser maior o seu preço. O interêsse do escravo é assim ser estúpido, estropiado, indolente e incapaz). Êsse escravo tinha vinte e um anos em 1871 e valia 1:500$. Não representava capital algum empregado, porque era filho de uma escrava, também *cria* da casa. Suponhamos, porém, que representasse êsse mesmo capital e que fôra comprado naquele ano. Era êle assim uma letra de 1:500$ resgatável pelo devedor à vista, porquanto lhe bastava depositar essa quantia para ser fôrro judicialmente. Em 1871, porém, êsse homem não tinha pecúlio algum, nem achou quem lhe emprestasse. Durante os doze anos seguintes viu-se na mesma situação pecuniária. O aluguel, no caso de estar alugado, o serviço não remunerado, no caso de servir em casa, não lhe deixavam sobra alguma para comêço de um pecúlio. Nesses

a única certeza, que êles têm de sair um dia do cativeiro.

Isso quanto à duração dêste; quanto à sua natureza, é hoje o que foi sempre. Nas mãos de um bom senhor, o escravo pode ter uma vida feliz, como a do animal bem tratado e predileto; nas mãos de um mau senhor, ou de uma má senhora (a crueldade das mulheres é muitas vêzes mais requintada e persistente que a dos homens) não há como descrever a vida de um dêsses infelizes. Se houvesse um inquérito no qual todos os escravos pudessem depor livremente, à parte os indiferentes à desgraça alheia, os cínicos e os traficantes, todos os brasileiros haviam de horrorizar-se ao ver o fundo de barbárie que existe no nosso país debaixo da camada superficial da civilização, onde quer que essa camada esteja sobreposta à propriedade do homem pelo homem.

---

doze anos o salário dêsse homem nunca foi menor de 30$000 por mês (servindo em casa, poupava igual despesa ao senhor), o que dá um total de 4:320$000, desprezados os juros. Deduzido dessa quantia o preço original do escravo, restam 2:820$000 que êle pagou ao senhor por não ter podido pagar-lhe a dívida de 1:500$000 em 1871, além de amortizar tôda a dívida sem nenhum proveito para si. Se em 1871 alguém lhe houvesse emprestado aquela soma a juros de doze por cento ao ano para a sua liberdade, êle a teria pago integralmente, dando uma larga margem para doenças e vestuário, em 1880, e estaria hoje desembaraçado. Como não achou, porém, êsse banqueiro, continua a pagar sempre juros de mais de vinte por cento sôbre um capital que não diminui nunca. Feito o cálculo sôbre o capital todo empregado em escravos e o juro dêsse capital representado pelos salários pagos ou devidos ter-se-á idéia do que é a usura da escravidão. E' preciso não esquecer também que grande parte dos escravos é propriedade gratuita, isto é, doação das mães escravas aos seus senhores. A lei de 28 de setembro reduziu a escravidão a uma dívida pignoratícia; os altos juros cobrados sôbre essa caução, que é o próprio devedor, fazem dessa especulação o mais vantajoso de todos os empregos de capital. Êsse mesmo Estado que não se importa com essa onzena levantada sôbre a carne humana e extorquida à ponta de açoite, estêve muito tempo preocupado em conseguir, sôbre a sua fiança para os proprietários territoriais, dinheiro a 7% ao ano garantido pela hipoteca dêsses mesmos escravos.

Na escravidão não só *quod non prohibitum licitum est*, como também pràticamente *nada é proibido*. Se cada escravo narrasse a sua vida desde a infância — as suas relações de família, a sua educação de espírito e coração, as cenas que presenciou, os castigos que sofreu, o tratamento que teve, a retribuição que deram ao seu trabalho de tantos anos para aumentar a fortuna e o bem-estar de estranhos — que seria a *Cabana do Pai Tomás*, de Mrs. Beecher Stowe, ou a *Vida* de Frederick Douglass ao lado de algumas das narrações que nós teríamos que escutar? Dir-se-á que a escravidão dá lugar a *abusos*, como tôdas as outras instituições, e com abusos não se argumenta. Mas êsses abusos fazem parte das defesas e exigências da instituição e o fato de serem necessárias à sua existência basta para condenar o regímen. O senhor que tem pelos seus escravos sentimentos de família é uma exceção, como é o senhor que lhes tem ódio e os tortura. O geral dos senhores trata de tirar do escravo todo o usufruto possível, explora a escravidão sem atender particularmente à natureza moral da propriedade servil. Mas, exceção ou regra, basta ser uma realidade, bastaria ser uma hipótese, o *mau senhor*, para que a lei que permite a qualquer indivíduo — nacional ou estrangeiro, ingênuo ou liberto e mesmo *escravo*, inocente ou criminoso, caritativo ou brutal — exercer sôbre outros, melhores talvez do que êle, um poder que ela nunca definiu nem limitou, seja a negação absoluta de todo o senso moral.

Diàriamente lemos anúncios de escravos fugidos denunciados à sêde de dinheiro dos capitães do mato com detalhes que não ofendem o pudor humano da sociedade que os lê; nas nossas cidades há casas de comissões abertas, mercados e verdadeiros lupanares, sem que a

polícia tenha olhos para essa mácula asquerosa; ainda está recente na memória pública a oposição corajosa de um delegado de polícia da cidade do Rio ao tráfico de escravas para a prostituição; os africanos transportados de Angola e Moçambique depois da lei de 7 de novembro de 1831 estão sempre no cativeiro; as praças judiciais de escravos continuam a substituir os antigos leilões públicos; em suma, a carne humana ainda tem preço. À vista dêsses fatos, quem ousa dizer que os escravos não precisam de defensores, como se o cativeiro em que êles vivem fôsse condicional e não perpétuo, e a escravidão uma coisa obsoleta ou, pelo menos, cujas piores feições pertencessem já à história?

Quem sabe ao certo quantos milhares mais de escravos morrerão no cativeiro? Quando será proibida a compra e venda de homens, mulheres e crianças? Quando não terá mais o Estado que levantar impostos sôbre essa espécie de propriedade? Ninguém. O que todos sabem é que o senhor julga ainda perpétuo o seu direito sôbre o escravo e, como o colocava à sombra do paládio constitucional — o artigo 179 — coloca-o hoje sob a proteção da lei de 28 de setembro.

O escravo ainda é uma *propriedade* como qualquer outra, da qual o senhor dispõe como de um cavalo ou de um móvel. Nas cidades, em contato com as diversas influências civilizadoras, êle escapa de alguma forma àquela condição; mas no campo, isolado do mundo, longe da proteção do Estado, sem ser conhecido de *nenhum* dos agentes dêste, tendo apenas o seu nome de batismo matriculado, quando o tem, no livro da Coletoria local, podendo ser fechado num calabouço durante meses — nenhuma autoridade visita êsses cárceres privados — ou ser açoitado todos os dias pela menor falta,

ou sem falta alguma; à mercê do temperamento e do caráter do senhor, que lhe dá de esmola a roupa e alimentação que quer, sujeito a ser dado em penhor, a ser hipotecado, a ser vendido, o escravo brasileiro literalmente falando só tem de seu uma coisa — a morte.

Nem a esperança, nem a dor, nem as lágrimas, o são. Por isso não há paralelo algum para êsse ente infeliz, que não é uma abstração nem uma criação da fantasia dos que se compadecem dêle, mas que existe em milhares e centenas de milhares de casos, cujas histórias podiam ser contadas cada uma com piores detalhes. Ninguém compete em sofrimento com êsse órfão do Destino, êsse enjeitado da humanidade, que antes de nascer estremece sob o chicote vibrado nas costas da mãe, que não tem senão os restos do leite que esta, ocupada em amamentar outras crianças, pode salvar para o seu próprio filho, que cresce no meio da abjeção da sua classe, corrompido, desmoralizado, embrutecido pela vida da senzala, que aprende a não levantar os olhos para o senhor, a não reclamar a mínima parte do seu próprio trabalho, impedido de ter uma afeição, uma preferência, um sentimento que possa manifestar sem receio, condenado a não se possuir a si mesmo inteiramente uma hora só na vida e que por fim morre sem um agradecimento daqueles para quem trabalhou tanto, deixando no mesmo cativeiro, na mesma condição, cuja eterna agonia êle conhece, a mulher, os filhos, os amigos, se os teve!

Comparado à história de tantos milhares de famílias escravas, o infortúnio imerecido dos outros homens torna-se uma incógnita secundária do grande problema dos destinos humanos. Só êles com efeito sentem uma dor ao lado da qual a de tantos proletários — de

não ter nada e ninguém no mundo que se possa chamar *seu* — é até suave: a dor de ser de outrem. «Sòmente o escravo é infeliz» é uma frase que poderia ser escrita com verdade no livro das consolações humanas. Ao lado da tragédia da esperança e do desespêro que são o fluxo e o refluxo diário da sua alma — e essa esperança e êsse desespêro o ser livre — tôdas as outras vidas que correm pelo leito da liberdade, quaisquer que sejam os embaraços e as quedas que encontrem, são relativamente privilegiadas. Sòmente o escravo, de todos os homens — êle, pela falta da consciência livre, o extremo oposto na escala humana do Prometeu de Shelley — tem como êsse o destino de «sofrer desgraças que a Esperança julga serem infinitas e de perdoar ofensas mais negras que a morte ou a noite».

Entretanto não é menos certo que de alguma forma se pode dizer: — «A vossa causa, isto é, a dos escravos, que fizestes vossa, está moralmente ganha». Sim, está ganha, mas perante a opinião pública, dispersa, apática, intangível, e não perante o parlamento e o govêrno, órgãos concretos da opinião; perante a religião, não perante a Igreja, nem no sentido de Comunhão dos Fiéis, nem no de sacerdócio constituído; perante a ciência, não perante os corpos científicos, os professôres, os homens que representam a ciência; perante a justiça e o direito, não perante a lei que é a sua expressão, nem perante os magistrados, administradores da lei; perante a mocidade, irresponsável, protegida por um «benefício macedoniano» político, que não reconhece as dívidas de opinião que ela contrai, não para a mocidade do outro lado da emancipação civil; perante os partidos, não perante os ministros, os deputados, os senadores, os presidentes de pro-

víncia, os candidatos todos à direção dêsses partidos, nem perante os eleitores que formam a plebe daquela aristocracia; perante a Europa, mas não perante os europeus estabelecidos no país, que, em grande proporção, ou possuem escravos ou não crêem num Brasil sem escravos e temem pelos seus interêsses; perante a popularidade, não perante o povo; perante o Imperador como particular, não perante o Chefe do Estado; perante os brasileiros em geral, não perante os brasileiros individualmente; isto é, resumindo-me, perante jurisdições virtuais, abstrações políticas, fôrças que estão ainda no seio do possível, simpatias generosas e impotentes, não perante o único tribunal que pode executar a sentença da liberdade da raça negra, isto é, a Nação brasileira constituída.

A vitória abolicionista será fato consumado no coração e na simpatia da grande maioria do país: mas enquanto essa vitória não se traduzir pela liberdade, não afiançada por palavras, mas lavrada em lei, não *provada* por sofistas mercenários, mas sentida pelo próprio escravo, semelhante triunfo sem resultados práticos, sem a reparação esperada pelas vítimas da escravidão, não passará de um choque da consciência humana em um organismo paralisado — que já consegue agitar-se, mas ainda não caminhar.

ILUSÕES ATÉ A INDEPENDÊNCIA

> « Generosos cidadãos do Brasil, que amais a vossa Pátria, sabei que sem a abolição total do infame tráfico da escravatura africana, e sem a emancipação sucessiva dos atuais cativos, nunca o Brasil firmará a sua independência nacional e segurará e defenderá a sua liberal constituição. » — José Bonifácio (1825).

Os abolicionistas, animando os escravos a confiarem no progresso da moralidade social, não lhes incutem uma esperança positiva, definida, a prazo certo, de cujo naufrágio possa resultar o desespêro que se receia; mas quando o Govêrno, ou quem os escravos supõem ser Govêrno, afiança ao mundo e ao país que emancipação é *questão de forma e oportunidade*, essa perspectiva de liberdade, que lhes passa diante dos olhos, tem para êles outra realidade e certeza, e nesse caso a desilusão pode ter conseqüências temerosas.

A animação dos abolicionistas é para o escravo como o desejo, o sonho dourado da sua pobre mãe, recordação indelével de infância dos que foram criados no cativeiro; é como as palavras que lhe murmuram ao ouvido os seus companheiros mais resignados, para dar-lhe coragem. A promessa dos poderes públicos, porém, é coisa muito diversa: entre as suas crenças está a de que *palavra de rei não volta atrás*, a confiança na honra dos «Brancos» e na seriedade dos que tudo podem, e por isso semelhante promessa vinda de tão alto é para êle como a promessa de alforria que lhe faça o senhor e desde a qual, por mais longo que seja o prazo, êle se considera um homem livre.

O que as vítimas da escravidão ignoram é que semelhantes compromissos tomados por êsses personagens são formulados de modo a nunca serem exigíveis, e que não são tomados senão porque é preciso, ao mesmo tempo, manter o escravo em cativeiro para não alienar o senhor, e representá-lo como a ponto de ficar livre para encobrir a vergonha do país. A *palavra de rei* podia valer no regímen absoluto — não valia sempre como adiante se verá — mas no constitucional é a máscara antiga em que os atores se substituíam no proscênio. A «honra dos Brancos» é a superstição de uma raça atrasada no seu desenvolvimento mental, que adora a côr pela fôrça que esta ostenta e lhe empresta virtudes que ela por si só não tem.

Que importa que essas promessas, letras sacadas sôbre outra geração, sejam protestadas, perante o Deus em que acreditam, por tantos escravos no momento de morrer? Quem lhes ouve êsse protesto? Os que ficam continuam a esperar indefinidamente, e o mundo a acreditar que a escravidão está acabando no Brasil, sem refletir que isso se dá porque os escravos estão morrendo. É difícil reproduzir tôdas as declarações feitas por agentes dos poderes públicos de que a emancipação dos escravos no Brasil estava próxima, resolvida em princípio, só dependente para ser realizada de uma ocasião favorável. Algumas dessas declarações, entretanto, estão ainda vivas na memória de todos e bastam para documentar a queixa que fazemos.

A primeira promessa solene de que a escravidão, a qual se tornou e é ainda um estado perpétuo, seria um estado provisório, encontra-se na legislação portuguêsa do século passado.

Por honra de Portugal, o mais eminente dos seus jurisconsultos não admitiu que o Direito romano na sua parte mais bárbara e atrasada, *dominica potestas*, pudesse ser ressuscitado por um comércio torpe, como parte integrante do direito pátrio, depois de um tão grande intervalo de tempo como o que separa a escravidão antiga da escravidão dos negros. A sua frase: «Servi nigri in Brasilia, et quæsitis aliis dominationibus *tolerantur: sed quo jure et titulo me penitus ignorare fateor*» (1) é a repulsa do traficante pelo jurisconsulto e a demolição legal do edifício inteiro levantado sôbre a pirataria dos antigos *assentos*. É o vexame da confissão de Melo Freire que dá um vislumbre de dignidade ao Alvará de 6 de junho de 1755 em que se contém a primeira das promessas solenes feitas à raça negra.

Aquêle alvará, estatuindo sôbre a liberdade dos índios do Brasil, fêz esta exceção significativa: «Desta geral disposição excetuo sòmente os oriundos de pretas escravas, os quais serão conservados no domínio de seus atuais senhores, *enquanto eu não der outra providência sôbre esta matéria*». A *providência* assim expressamente prometida nunca foi dada. Não podia, porém, deixar de repercutir no Ultramar português outro Alvará com fôrça de lei relativo aos escravos de raça negra do Reino. Êsse documento é um libelo formidável e que se justifica por si só, mas também reverte com tôda a fôrça sôbre o rei que denuncia por essa forma a escravidão e a tolera nos seus domínios da América e da África (2).

---

(1) «Escravos negros são tolerados no Brasil e outros domínios; mas por que direito e com que título, confesso ignorá-lo completamente».

(2) Êstes são os têrmos do Alvará: «Eu el-rei faço saber aos que êste Alvará com fôrça de lei virem, que depois de ter obviado pelo

Essa distinção na sorte dos escravos nas colônias e no Reino e ilhas vizinhas é a mesma que entre a sorte e a importância das colônias e a do Reino. Para o Brasil a escravidão era ainda muito boa, para Portugal, porém, era a desonra. A área dêsse imenso Império posta em relação com o pudor e a vergonha nacional era muito

---

outro Alvará de 19 de setembro de 1761 (o qual declarou livres os escravos introduzidos em Portugal depois de certa época) aos grandes inconvenientes que a êstes reinos se seguiam de perpetuar nêles a escravidão dos homens pretos, tive certas informações de que em todo o reino do Algarve, e em algumas províncias de Portugal, existem ainda pessoas tão faltas de sentimentos de humanidade e religião, que guardando nas suas casas escravas, *umas mais brancas do que êles, com nome de — pretas e negras — para, pela repreensível propagação delas, perpetuarem os cativeiros* por um abominável comércio de pecados e *de usurpações das liberdades dos miseráveis nascidos daqueles sucessivos e lucrosos concubinatos;* debaixo do pretexto de que os ventres das mães escravas não podem produzir filhos livres conforme o direito civil. E não permitindo nem ainda o mesmo direito civil, *de que se tem feito um tão grande abuso,* que aos descendentes dos escravos em que não há mais culpa que a da sua infeliz condição de cativos, se atenda à infâmia do cativeiro, além do têrmo que as leis determinam contra os que descendem dos mais abomináveis réus dos atrocíssimos crimes de lesa-majestade divina e humana. E *considerando as grandes indecências que as ditas escravidões inferem aos meus vassalos, as confusões e os ódios que entre êles causam, e os prejuízos que resultam ao Estado de ter tantos vassalos lesos, baldados e inúteis quantos são aquêles miseráveis que a sua infeliz condição faz incapazes para os ofícios públicos, para o comércio, para a agricultura e para os tratos e contratos de tôdas as espécies.* Sou servido obviar a todos os sobreditos absurdos, ordenando, como por êste ordeno: Quanto ao pretérito, que todos aquêles escravos ou escravas, ou sejam nascidos dos sobreditos concubinatos, ou ainda de legítimos matrimônios, cujas mães e avós são ou houverem sido escravas, fiquem no cativeiro em que se acham durante a sua vida sòmente; *que porém aquêles cujo cativeiro vier das visavós, fiquem livres e desembargados,* pôsto que as mães e avós tenham vivido em cativeiro; *que, quanto ao futuro, todos os que nascerem, do dia da publicação dessa lei em diante, nasçam por benefício dela inteiramente livres,* pôsto que as mães e as avós hajam sido escravas e que todos os sobreditos, por efeito desta minha paternal e pia providência libertados, *fiquem hábeis para todos os ofícios, honras e dignidades sem a nota distintiva de — libertos — que a superstição dos romanos estabeleceu nos seus costumes, e que a união Cristã e a sociedade civil faz hoje intolerável no meu reino, como o tem sido em todos os outros da Europa.* A data do Alvará é de 16 de janeiro de 1773.

Nenhum brasileiro pode ler êsse notável documento publicado há mais de um século, sobretudo as frases impressas em itálico, sem reconhecer com pesar e humilhação:

limitada, de fato não se estendia além do Reino e não o abrangia todo. Mas apesar disso o efeito daquela impugnação enérgica à imoralidade e aos abusos da escravidão, não podia ser recebida pelos senhores e pelos escravos no Brasil senão como o prenúncio da mesma providência para o Ultramar.

I Que se êsse Alvará fôsse extensivo ao Brasil a escravidão teria acabado no comêço do século, antes da Independência;

II Que apesar de ser lei do século passado, e anterior à Revolução Francesa, semelhante Alvará é mais generoso, compreensivo e liberal do que a nossa lei de 28 de setembro: (*a*) porque *liberta inteiramente* desde a sua data os nascituros, e esta os liberta depois dos vinte e um anos de idade; (*b*) porque declara livres e desembargados os bisnetos de escravas, e a lei de 28 de setembro não levou em conta ao escravo sequer as gerações do cativeiro; (*c*) porque isentou *os escravos* que declarou livres da nota distintiva de libertos, — «superstição dos romanos que a união Cristã e a sociedade civil» fazia já nesse tempo («faz hoje») «intolerável no reino», ao passo que a nossa lei de 1871 não se lembrou de apagar tal nódoa, e sujeitou os *libertos* de qualquer de seus parágrafos por cinco anos à inspeção do Govêrno e à obrigação de exibir contrato de serviço sob pena de trabalhar nos estabelecimentos públicos. O visconde do Rio Branco disse mesmo no Conselho de Estado, antes de ler êsse Alvará, cujas palavras qualificou de *memoráveis,* que a lei portuguêsa «estendeu êste favor (o de declará-los *livres e ingênuos*) aos infantes que fôssem libertados no ato de batismo, e aos libertos que se achassem em certas classes», e acrescentou — «o que não se poderia fazer entre nós sem ferir a Constituição do Império». A ser assim, isso mostra sòmente a diferença entre a compreensão das exigências da *união Cristã* (a Constituição foi feita em nome da Santíssima Trindade) e da *sociedade civil* que tinha o Imperador constitucional em 1824 e a que tinha o Rei absoluto em 1773.

III Que hoje apesar de ser a escravidão no Brasil resultado exclusivo, além do tráfico, das mesmas causas apontadas no Alvará, *das usurpações das liberdades de miseráveis nascidos de sucessivos e lucrosos concubinatos,* da repreensível propagação das escravas, de pretextos tirados do direito civil, *de que se tem feito um tão grande abuso;* e apesar de ser infinitamente maior o número de *vassalos* (os escravos nem mesmo são hoje assim chamados, isto os faria subir na escala social) ou, seguindo a evolução daquela palavra, de súditos do Chefe do Estado *lesos, baldados e inúteis,* tornados pela *sua infeliz condição incapazes para os tratos e contratos de tôdas as espécies;* ainda assim essas duras verdades não são mais ditas à escravidão do alto do trono. *A infâmia do cativeiro* continua a recair não sôbre o que o inflige, podendo não o infligir, mas sôbre o que o sofre, sem poder evitá-lo. Êsse alvará antiquado e que devera ser obsoleto parece representar um período de moralidade pública, religiosa, social e política, muito mais adiantado do que o período, que é o atual, representado pela matrícula geral dos escravos.

Depois veio o período da agitação pela Independência. Nessa fermentação geral dos espíritos, os escravos enxergavam uma perspectiva mais favorável de liberdade. Todos êles desejavam instintivamente a Independência. A sua própria côr os fazia aderir com tôdas as fôrças ao Brasil como pátria. Havia nêle para a raça negra um futuro; nenhum em Portugal. A sociedade colonial era por sua natureza uma casa aberta por todos os lados onde tudo eram entradas; a sociedade da mãe pátria era aristocrática, exclusiva, e de todo fechada à côr preta. Daí a conspiração perpétua dos descendentes de escravos pela formação de uma pátria que fôsse também sua. Êsse elemento poderoso de desagregação foi o fator anônimo da Independência. As relações entre os cativos, ou libertos, e os homens de côr, entre êstes e os representantes conhecidos do movimento, formam a cadeia de esperanças e simpatias pela qual o pensamento político dos últimos infiltrou-se até as camadas sociais constituídas pelos primeiros. Aliados de coração dos *Brasileiros*, os escravos esperaram e saudaram a Independência como o primeiro passo para a sua alforria, como uma promessa tácita de liberdade que não tardaria a ser cumprida.

Uma prova de que no espírito não só dêsses infelizes como também no dos senhores, no dos inimigos da Independência, a idéia desta estava associada com a da emancipação, é o documento dirigido ao povo de Pernambuco, depois da Revolução de 1817, pelo Govêrno Provisório. Essa proclamação, notável por mais de um título, não é tão conhecida quanto o patriotismo brasileiro tem interêsse em que o seja, e por isso a transcrevo em seguida. Ela é hoje um monumento político elevado em 1817 a uma Província que representa na história do

Brasil o primeiro papel, pela sua iniciativa, seu heroísmo, seu amor à liberdade e seu espírito cavalheiroso, mas em cuja face a escravidão imprimiu a mesma nódoa que em tôdas as outras:

> Patriotas pernambucanos! A suspeita tem-se insinuado nos proprietários rurais: êles crêem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de côr e escravos. *O Govêrno lhes perdoa uma suspeita que o honra.* Nutrido em sentimentos generosos não pode jamais acreditar que os homens, por mais ou menos tostados degenerassem do original tipo de igualdade; mas está igualmente convencido que a base de tôda a sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade. Impelido destas duas fôrças opostas, deseja uma emancipação que não permita mais lavrar entre êles o cancro da escravidão; mas deseja-a lenta, regular e legal. O Govêrno não engana a ninguém; o coração se lhe sangra ao ver tão longínqua uma época tão interessante, mas não a quer prepóstera. Patriotas: vossas propriedades ainda as mais opugnantes ao ideal da justiça serão sagradas; o Govêrno porá meios de diminuir o mal, não o fará cessar pela fôrça. Crede na palavra do Govêrno, ela é inviolável, ela é santa.

Essas palavras são as mais nobres que até hoje foram ditas por um Govêrno brasileiro em todo o decurso da nossa história. Nem a transação que nelas parece haver com o direito de propriedade do senhor sôbre o escravo desfigura-lhes a nobreza. Está-se vendo que essa «propriedade» não tem legitimidade alguma perante os autores da proclamação, que êsse fato os envergonha e humilha. Os revolucionários de Pernambuco compreenderam e sentiram a incoerência de um movimento nacional republicano que se estreava reconhecendo a propriedade do homem sôbre o homem, e não há dúvida de que essa contradição deslustrou para êles a independência que proclamaram. Essa revolução que no dizer dos seus adeptos «mais pareceu festejo de paz que tu-

multo de guerra», essa alvorada do patriotismo brasileiro que tem a data de 6 de março de 1817, foi o único de todos os nossos movimentos nacionais em que os homens que representavam o país coraram de pejo, ou melhor choraram de dor, ao ver que a escravidão dividia a nação em duas castas, das quais uma, apesar de partilhar a alegria e o entusiasmo da outra, não teria a mínima parte nos despojos da vitória. Que significa, porém, aquêle documento em que a necessidade de aliciar os proprietários rurais não impediu o govêrno de dizer que desejava a *emancipação, lenta, regular e legal,* que o *coração se lhe sangrava,* que a propriedade escrava era a mais opugnante ao ideal da justiça, e *que elê poria meios de diminuir o mal?* Significa que os mártires da Independência se viram colocados entre a escravidão e o cadafalso; temendo que a união dos «proprietários rurais» com as fôrças portuguêsas afogasse em sangue êsse primeiro sonho realizado de um Brasil independente, se o fim da colônia se lhes afigurasse como o fim da escravidão.

Isso dava-se no Norte. Que no Sul a causa da Independência estêve ìntimamente associada com a da emancipação, prova-o a atitude da Constituinte e de José Bonifácio. Aquela em um dos artigos do seu projeto de Constituição inscreveu o dever da assembléia de criar estabelecimentos para a «emancipação lenta dos negros e sua educação religiosa e industrial». A Constituição do Império não contém semelhante artigo. Os autores desta última entenderam não dever nodoar o foral da emancipação política do país, aludindo à existência da escravidão, no presente. A palavra *libertos* do artigo pelo qual êsses são declarados cidadãos brasileiros e do artigo 94, felizmente revogado, que os declarava inelegíveis

para deputados, podia referir-se a uma ordem anterior à Constituição e destruída por esta. No mais os estatutos da nossa nacionalidade não fazem referência à escravidão. Essa única pedra, posta em qualquer dos recantos daquele edifício, teria a virtude de convertê-lo com a sua fachada monumental do artigo 179 num todo monstruoso. Por isso os organizadores da Constituição não quiseram deturpar a sua obra descobrindo-lhe os alicerces. José Bonifácio, porém, o chefe dêsses Andradas — Antônio Carlos tinha estado muito perto do cadafalso no movimento de Pernambuco — em quem os homens de côr, os libertos, os escravos mesmos, os humildes todos da população que sonhava a Independência tinham pôsto a sua confiança, redigira para ser votado pela Constituinte um projeto de lei sôbre os escravos.

Êsse projeto para o abolicionismo atual é insuficiente, apesar de que muitas das suas providências seriam ainda hoje um progresso humanitário em nossa lei; mas se houvesse sido adotado naquela época, e sobretudo se o «patriarca da Independência» houvesse podido insuflar nos nossos estadistas desde então o espírito largo e generoso de liberdade e justiça que o animava, a escravidão teria por certo desaparecido do Brasil há mais de meio século.

Artigos como êstes, por exemplo — os quais seriam repelidos pela atual legislatura com indignação — expressam sentimentos que, se houvessem impulsado e dirigido séria e continuadamente os poderes públicos, teriam feito mais do que nenhuma lei para moralizar a sociedade brasileira:

«*Artigo 5.* Todo o escravo, *ou alguém por êle,* que oferecer ao senhor o *valor por que foi vendido,* ou por

que fôr avaliado, será imediatamente fôrro. — *Artigo 6.* Mas se o escravo ou alguém por êle, não puder pagar todo o preço por inteiro, logo que apresentar a sexta parte dêle, será o senhor obrigado a recebê-la, e lhe dará um dia livre na semana, e assim à proporção mais dias quando fôr recebendo as outras sextas partes até o valor total. — *Artigo 10.* Todos os homens de côr forros, que não tiverem ofício ou modo certo de vida, receberão do Estado uma pequena sesmaria de terra para cultivarem, e receberão, outrossim, dêle os socorros necessários para se estabelecerem, cujo valor irão pagando com o andar do tempo. — *Artigo 16.* Antes da idade de doze anos não deverão os escravos ser empregados em trabalhos insalubres e demasiados; e o Conselho (o Conselho Superior Conservador dos Escravos, proposto no mesmo projeto) vigiará sôbre a execução dêste artigo para bem do Estado e dos mesmos senhores. — *Artigo 17.* Igualmente os Conselhos Conservadores determinarão em cada província, segundo a natureza dos trabalhos, as horas de trabalho, e o sustento e vestuário dos escravos. — *Artigo 31.* Para vigiar na estrita execução da lei e para se promover por todos os modos possíveis o bom tratamento, morigeração e emancipação sucessiva dos escravos, haverá na capital de cada província *um Conselho Superior Conservador dos Escravos*». E assim diversos outros artigos sôbre penas corporais, serviços das escravas no tempo, e logo depois da gravidez, casamentos e instrução moral dos escravos, mercês públicas aos senhores que dessem alforria a famílias, posse de escravos por eclesiásticos.

Não há na lei de 28 de setembro nada nesse sentido, que revele cuidado e desvêlo pela natureza humana no escravo: o legislador neste caso cumpriu

apenas um dever, sem amor, quase sem simpatia; naquele, em falta da liberdade imediata que lhe pesava não poder decretar, êle mostrou pelas vítimas da injustiça social o mais entranhado interêsse, carinho mesmo, que não podia deixar de ir-lhes direito ao coração.

É entretanto no magnífico, e — lido hoje à luz da experiência dos últimos sessenta anos — melancólico apêlo dirigido aos brasileiros por José Bonifácio do seu exílio em França (1), que se pode achar a concepção do estadista de que o Brasil com a escravidão não era uma pátria digna de homens livres:

> Sem a emancipação dos atuais cativos nunca o Brasil firmará sua independência nacional e segurará e defenderá a sua liberal constituição. Sem liberdade individual não pode haver civilização, nem sólida riqueza; não pode haver moralidade e justiça, e sem estas filhas do céu, não há nem pode haver brio, fôrça e poder entre as nações.

Essa defesa ardente, essa promoção espontânea e apaixonada dos direitos dos escravos pelo mais ilustre de todos os brasileiros, teve origem nos extremos do seu patriotismo, no desejo de completar a sua grande obra,

---

(1) Até que ponto as idéias conhecidas de José Bonifácio sôbre a escravidão concorreram para fechar ao estadista que planejou e realizou a Independência a carreira política em seu próprio país, é um ponto que merece ser estudado. Talvez quem empreender êsse estudo, venha a descobrir que a escravidão não teve pequena parte nesse ostracismo, como também provàvelmente foi ela que entregou os nacionalistas pernambucanos ao cadafalso. Em todo o caso nas seguintes palavras escritas por Antônio Carlos ver-se-á mais um efeito político do regímen que, assentando sôbre ela, só pode ser o do servilismo e da ingratidão. «Tal foi José Bonifácio; viveu e morreu pobre; não recebeu da sua nação distinção alguma; no Senado que a lei criara para o mérito e a virtude, e aonde têm achado assento até o vício, a crápula, a inépcia, a intriga e a traição (não esquecendo o tráfico) não houve nunca um lugar para o criador do Império». «Talvez por isso», acrescenta Antônio Carlos, «mais sobressairá seu nome, como os de Bruto e Cássio mais lembrados eram por não aparecerem suas estátuas nas pompas fúnebres das famílias a que pertenciam». *Esbôço biográfico e necrológico do Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva,* pág. 16.

porém não lhe foi de certo estranha a convicção de que a Independência com o cativeiro indefinido, isto é, perpétuo dos escravos, era um golpe cruel na esperança de que estavam possuídos todos êles, nos anos que precederam e nos que seguiram aquêle acontecimento, instintivamente, só por serem testemunhas do entusiasmo da época, e terem respirado o mesmo ar que dilatava todos os corações. A independência não foi uma promessa formal, escrita, obrigatória, feita pelos brasileiros aos escravos; não podia porém deixar de ser, e foi, e assim o entenderam os mártires pernambucanos e os Andradas, uma promessa resultante da afinidade nacional, da cumplicidade revolucionária, e da aliança tácita que reunia em tôrno da mesma bandeira todos os que sonhavam e queriam o Brasil independente por pátria.

ANTES DA LEI 1871

«Por cinco anos choveu sôbre as almas dos míseros cativos, como o maná sôbre os Israelitas no deserto, a esperança da liberdade bafejada do trono». — CRISTIANO OTÔNI.

As PROMESSAS de liberdade do segundo e extenso período desde a Independência até a lei Rio Branco datam de poucos anos, relativamente a certa parte da população escrava, e do fim do primeiro reinado, relativamente à outra.

Os direitos desta última — que vem a ser os africanos importados depois de 1831 e os seus descendentes — são discutidos mais longe. Por ora baste-nos dizer que êsses direitos não se fundam sôbre promessas mais ou menos contestáveis, mas sôbre um tratado internacional e em lei positiva e expressa. O simples fato de achar-se pelo menos metade da população escrava do Brasil escravizada com postergação manifesta da lei e desprêzo das penas que ela fulminou, dispensar-nos-ia de levar por diante êste argumento sôbre os compromissos públicos tomados para com os escravos.

Quando a própria lei, como se o verá exposto com tôda a minudência, não basta para garantir, à metade, pelo menos, dos indivíduos escravizados, a liberdade que decretou para êles; quando um artigo tão claro como êste: «Todos os escravos que entraram no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres» (1) nunca foi executado, e a referenda de Diogo An-

---

(1) Art. 1.º da lei de 7 de novembro de 1831.

tônio Feijó nunca foi honrada nem pelos ministros da Regência nem pelos do segundo Reinado: que valor obrigatório podem ter movimentos nacionais de caráter diverso, atos na aparência alheios à sorte dos escravos, declarações oficiais limitadas ao efeito que deviam produzir? Em outras palavras, de que servem tais apelos à consciência, à lealdade, ao sentimento de justiça da nação, quando metade dos escravos estão ilegalmente em cativeiro? Para que apresentar ao Estado a pagamento uma dívida de honra, da qual êle ou nunca teve consciência ou de todo se esqueceu, quando êle próprio ousadamente repudiou, alegando coação do estrangeiro, essa escritura pública solene lavrada pela Assembléia Geral, e rubricada pela Regência trina?

Útil ou inútil, o protesto dos escravos deve entretanto ser feito em cada uma das suas partes conforme a natureza das obrigações contraídas para com êles. Numa proporção enorme essa obrigação do Estado é para êles uma lei, e uma lei feita em desempenho de um tratado internacional. Por isso mais tarde veremos de que modo e em que têrmos êsse direito dos escravos foi reivindicado perante o Govêrno brasileiro pela diplomacia inglêsa. Há infinitamente mais humilhação para nós nessa evidente denegação de justiça por parte daquele, do que no apresamento de navios negreiros em nossos portos por ordem desta. O nosso argumento, feita essa ressalva importante — que é tôda a questão, por assim dizer — refere-se por enquanto aos escravos que nem por si nem por suas mães têm direito à liberdade fundados numa lei expressa. É escusado dizer-se que êstes são todos — exceto raros africanos ainda em cativeiro importados no primeiro Reinado — brasileiros de nascimento.

Os fatos em que êstes podem haver fundado uma esperança, e que certamente obrigam a honra do país, datam de pouco antes da lei de 28 de setembro. Êsses compromissos nacionais com relação aos escravos existentes são principalmente os seguintes: a alforria de escravos para a guerra do Paraguai; a Fala do Trono de 1867, e a correspondência entre os abolicionistas europeus e o Govêrno Imperial; a ação pessoal do conde d'Eu no Paraguai como General em chefe do exército; a conexão da emancipação anunciada com o fim da guerra; a elaboração do projeto de emancipação no Conselho de Estado; a agitação do Partido Liberal consecutivamente à organização do ministério Itaboraí, a queda dêsse ministério e a subida do gabinete São Vicente; a oposição à proposta Rio Branco; os vaticínios da Dissidência; a guerra organizada contra o Govêrno e o Imperador pela lavoura do Sul; a própria lei de 28 de setembro de 1871, interpretada pelos que a defenderam e sustentaram, e as perspectivas de futuro abertas durante a discussão.

Sem entrar nos detalhes de cada um dêsses pontos históricos, é possível apontar de modo que não admita nenhuma dúvida de boa fé a relação entre todos êles e a sorte dos escravos.

O efeito do decreto de 6 de novembro de 1866 que concedeu gratuitamente liberdade aos escravos da nação que pudessem servir no exército, e estendeu o mesmo benefício sendo êles casados às suas mulheres, foi um dêsses efeitos que se não podem limitar ao pequeno círculo onde diretamente se exercem. Além disso, nas condições difíceis em que o Brasil se achava então, quando a onda dos *Voluntários* espontâneos estava sendo a custo suprida pelo recrutamento, odioso à

população, porque era sorrateiro, vexatório, político, e sujeito a empenhos, é certo que o Govêrno pensou em armar, resgatando-os, grande número de escravos (1). Os títulos de nobreza concedidos aos senhores que forneciam escravos para o exército, mostram o interêsse que tinha o Estado em achar soldados entre os escravos.

Essa cooperação dos escravos com o exército era o enobrecimento legal e social daquela classe. Nenhum povo, a menos que haja perdido o sentimento da própria dignidade, pode intencionalmente rebaixar os que estão encarregados de defendê-lo, os que fazem profissão de manter a integridade, a independência e a honra nacional. Por isso não era o exército que o Govêrno humilhava indo buscar soldados nas fileiras ínfimas dos escravos; eram os escravos todos que êle elevava. Entre o senhor que êle fazia titular, e o escravo qua fazia soldado, a maior honra era para êste. A significação de tais fatos não podia ser outra para a massa dos escravos brasileiros senão que o Estado, por sua própria dignidade, procuraria no futuro fazer cidadãos os companheiros daqueles que tinham ido morrer pela pátria no

---

(1) Sôbre a questão se o Govêrno devia forrar escravos de particulares para servirem no Paraguai, como soldados, foi êste no Conselho de Estado em novembro de 1866 o parecer do senador Nabuco: «Êste meio seria odioso se os escravos fôssem tais depois de soldados, se êles continuassem escravos como os oito mil escravos que Roma depois da batalha de Canas comprou e armou. Mas não é assim, os escravos comprados são libertos e por conseqüência cidadãos antes de serem soldados; são cidadãos-soldados. E' a Constituição do Império que faz o liberto cidadão, e se não há desonra em que êle concorra com o seu voto para constituir os poderes políticos, por que haverá em ser êle soldado, em defender a Pátria que o libertou e à qual êle pertence? Assim ao mesmo tempo e pelo mesmo ato se faz um grande serviço à emancipação, que é a causa da humanidade e outro grande serviço à guerra, que é a causa nacional..... Se empregamos os escravos na causa da nossa Independência, por que os não empregaremos nesta guerra?»

mesmo dia em que tiveram uma. A influência, na imaginação dessa classe, de semelhantes atos dos poderes públicos, aos quais ela atribui, na sua ignorância supersticiosa, mais coerência, memória, respeito próprio e sentimento de justiça do que êles com efeito têm, devia ter sido muito grande. Desde êsse dia pelo menos o Govêrno deu aos escravos uma classe social por aliada: o Exército (1).

A Fala do Trono de 22 de maio de 1867 foi para a emancipação como um raio, caindo de um céu sem nuvens (2). Êsse oráculo sibilino em que o engenhoso eufemismo *elemento servil* amortecia o efeito da referência do Chefe do Estado à escravidão e aos escravos — a instituição podia existir no país, mas o nome não devia ser pronunciado do alto do Trono em pleno Parlamento — foi como a explosão de uma cratera. Aquêle documento prende-se ìntimamente a dois outros que representam importante papel em nossa História: a mensagem da Junta de Emancipação em França ao Imperador e a resposta do ministro da Justiça em nome dêste e do Govêrno brasileiro. A segunda dessas peças humanitárias foi assinada pelo conselheiro Martim Francisco, e a primeira pelos seguintes abolicionistas

---

(1) «As medidas a que o Govêrno recorreu ùltimamente, impelido pelas necessidades da guerra, libertando escravos da nação e da coroa, e premiando os cidadãos que ofereciam libertos para o exército, não só deve de ter estimulado os espíritos mais sôfregos por essa reforma, *como também derramado essa esperança por entre os escravos. Todos nós podemos dar testemunho de que êstes efeitos se vão sentindo*». Palavras do conselheiro Paranhos no Conselho de Estado. Sessão de 2 de abril de 1867. — *Trabalhos sôbre a extinção da escravatura no Brasil*, pág. 50.

(2) «O *elemento servil* no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual e sem abalo profundo em nossa primeira indústria — a agricultura — sejam atendidos os altos interêsses que se ligam à emancipação».

franceses: o duque de Broglie, Guizot, Laboulaye, A. Cochin, Andaluz, Borsier, príncipe de Broglie, Gaumont, Léon Lavedan, Henri Martin, conde de Montalembert, Henri Moreau, Edouard de Pressensé, Wallon, Eugène Yung.

Nessa mensagem diziam êsses homens, a maior parte dêles conhecidos do mundo inteiro: «Vossa Majestade é poderoso no seu Império; uma vontade de Vossa Majestade pode produzir a *liberdade de dois milhões de homens*». Não era assim a emancipação das gerações futuras que êles reclamavam em nome da *humanidade e da justiça*; era a emancipação dos próprios escravos existentes, êsses e não outros. Na resposta do ministro não há uma só reserva quanto ao modo de entender a abolição da escravatura; o Imperador agradece o alto aprêço em que é tido por homens tão notáveis, e não insinua a mínima divergência de vistas com êles. A resposta deve ser explicada de acôrdo com a pergunta; o que se promete com o que foi pedido. É só assim que as palavras finais do ministro da Justiça terão o seu verdadeiro relêvo.

> A emancipação dos escravos, conseqüência necessária da abolição do tráfico, *é sòmente uma questão de forma e oportunidade*. Quando as penosas circunstâncias em que se acha o país o consentirem, o Govêrno brasileiro considerará como objeto de primeira importância a realização do que o espírito do cristianismo desde há muito reclama do mundo civilizado (1).

Aí está um compromisso claro e terminante, tomado solenemente perante a Europa em 1867 a favor de dois milhões de homens, os quais estão ainda — os que exis-

---

(1) Vide íntegra dos dois documentos. *O Abolicionista*, Rio de Janeiro, 1880, número de novembro.

tem dentre êles — esperando que o Estado descubra a *forma* e encontre a *oportunidade* de realizar *o que o espírito do Cristianismo desde há muito reclama do mundo civilizado,* e que êste já realizou com exceção apenas do Brasil.

A iniciativa tomada contra a escravidão no Paraguai pelo conde d'Eu, marido da Princesa Imperial, como General em chefe do nosso exército, foi outro compromisso aceito à face do mundo. Como poderia êste acreditar que o ato do general brasileiro exigindo do vencido a abolição da escravidão, não envolvia para o vencedor a obrigação moral de fazer outro tanto no seu próprio território? Êsse exército, cuja coragem e perseverança habilitou o príncipe que o comandava a impor ao inimigo o seu desejo humanitário, como uma ordem que foi logo obedecida, era composto em parte de homens que tinham passado pelo cativeiro. Talvez o conde d'Eu não se tenha lembrado disso, ao reclamar a emancipação dos escravos na República, nem de que os havia em número incomparàvelmente maior no Império; mas o mundo não podia esquecer um e outro fato, ao ter conhecimento daquela nobre exigência e do modo como foi satisfeita.

«Se vós lhes concederdes [aos escravos] a liberdade que êles pedem, escrevia o príncipe ao Govêrno Provisório do Paraguai em Assunção, tereis rompido solenemente com uma instituição que foi infelizmente legada a muitos povos da livre América por séculos de despotismo e de deplorável ignorância». A resposta a êsse apêlo foi um decreto, em 2 de outubro de 1869, cujo artigo 1.º dizia: — «Fica desde hoje abolida totalmente a escravidão no território da República». O compromisso nacional de fazer tudo o que estivesse ao alcance

do Império para imitar o procedimento do Paraguai, foi tão claramente tomado por aquêle episódio final da campanha como se houvesse sido exarado no próprio Tratado de Paz. Essa dívida de honra só pode ser negada, admitindo-se o princípio de que é legítimo e honesto para uma nação derribar no território inimigo, por ela ocupado e à sua completa mercê, com o pretexto de humanidade e cristianismo, uma instituição da qual está firmemente resolvida a tirar dentro das suas fronteiras todo o lucro possível até a extinção das últimas vítimas. Semelhante noção, porém, reduziria a guerra à pirataria, o comandante de um exército a um chefe de salteadores, e é de todo inaceitável para os que julgam, na frase de John Bright, «a lei moral tão obrigatória para as nações como o é para os indivíduos».

Quanto à esperança proveniente da agitação antes e depois da campanha parlamentar que deu em resultado a lei de 1871, e às promessas depois feitas, bastenos dizer em geral, por ora, que a oposição levantada contra aquêle ato devia ter espalhado entre os escravos a crença de que o fim do seu cativeiro estava próximo. Os acessos de furor de muitos proprietários; a linguagem de descrédito usada contra a Monarquia nas fazendas, cujas paredes também têm ouvidos; a representação do Imperador, cujo nome é para os escravos sinônimo de fôrça social e até de Providência, como sendo o protetor da sua causa, e por fim o naufrágio total da campanha contra o Govêrno; cada uma das diferentes emoções daquela época agitada parecia calculada para infundir no barro do escravo o espírito do homem e insuflar-lhe a liberdade.

Desde o dia em que a Fala do Trono do gabinete Zacarias inesperadamente, sem que nada o anunciasse,

suscitou a formidável questão do *elemento servil*, até ao dia em que passou no Senado, no meio de aclamações populares e ficando o recinto coberto de flores, a lei Rio Branco, houve um período de ansiedade, incômoda para a lavoura, e para os escravos, pela razão contrária, cheia de esperança. A subida do visconde de Itaboraí em 1868, depois dos compromissos tomados naquela Fala e na célebre carta aos abolicionistas europeus, significava: ou que o Imperador ligava então, por causa talvez da guerra, maior importância ao estado do Tesouro que à reforma servil, ou que em política, na experiência de dom Pedro II, a linha reta não era o caminho mais curto de um ponto a outro. Como se sabe também, aquêle ministro caiu sobretudo pela atitude assumida nessa mesma questão pelos seus adversários, e pelos amigos que o queriam ver por terra. A chamada do visconde de São Vicente para substituí-lo foi sinal de que a reforma da emancipação, que ficará para sempre associada entre outros com o nome daquele estadista, ia de fato ser tentada; infelizmente o Presidente do Conselho organizou um ministério dividido entre si, e que por isso teve de ceder o seu lugar a uma combinação mais homogênea para o fim que a Nação e a Coroa tinham em vista. Foi essa o ministério Rio Branco.

Durante todo êsse tempo de retrocesso e hesitação, o Partido Liberal, que inscrevera no seu programa em 1869 «a emancipação dos escravos», agitou por todos os modos o país, no Senado, na imprensa, em conferências públicas. «Adiar indefinidamente a questão, dizia no Senado aos Conservadores naquele ano o senador Nabuco, presidente do Centro Liberal, não é possível; nisto não consente o Partido Liberal, que desenganado

de que nada fareis há de agitar a questão». E em 1870, com mais fôrça, insistia aquêle estadista:

> Senhores, êste negócio é muito grave; é a questão mais importante da sociedade brasileira, e é imprudência abandoná-la ao azar. Quereis saber as conseqüências? Hei de dizê-lo com tôda a sinceridade, com tôda a fôrça das minhas convicções: o pouco serve hoje, e o muito amanhã não basta. As coisas políticas têm por principal condição a oportunidade. As reformas por poucas que sejam valem muito na ocasião, não satisfazem depois, ainda que sejam amplas. Não quereis os meios graduais; pois bem, haveis de ter os meios simultâneos; não quereis as conseqüências de uma medida regulada por vós pausadamente, haveis de ter a incerteza da imprevidência; não quereis ter os inconvenientes econômicos por que passaram as Antilhas inglêsas e francesas, correis o risco de ter os horrores de São Domingos.

Como podia a agitação de um dos grandes partidos nacionais, havia pouco ainda no poder, em favor dos escravos, deixar de inspirar-lhes a confiança de que a sua liberdade, talvez próxima, talvez distante, era em todo o caso certa? O grito de combate que repercutia no país não era «a emancipação dos nascituros», nem há senão figuradamente *emancipação* de indivíduos ainda não existentes; mas sim «a emancipação dos escravos». Os direitos alegados, os argumentos produzidos, eram todos aplicáveis às gerações atuais. Semelhante terremoto não podia restringir o seu tremendo abalo à área marcada, desmoronava o solo não edificado sem fender a parte contígua. O impulso não era dado aos interêsses de partido, mas à consciência humana, e quando de uma revolução se quer fazer uma reforma, é preciso pelo menos que esta tenha o leito bastante largo para deixar passar a torrente. Tudo o que se disse durante o período da incerteza, quando a oposição tratava de arrancar ao Partido Conservador a reforma que êste lhe

sonegava (1), constitui outras tantas promessas feitas solenemente aos escravos. Na agitação não se teve o cuidado de dizer a êstes que a medida não era em seu favor, mas sòmente em favor de seus filhos; pelo contrário falava-se das gerações atuais e das gerações futuras conjuntamente, e na bandeira levantada do Norte ao Sul não havia artigos de lei inscritos, havia apenas o sinal do combate em uma palavra, *emancipação*.

Agora vejamos as promessas que se podiam legìtimamente deduzir dessa mesma lei de 28 de setembro de 1871, que foi, e não podia deixar de ser, uma tremenda decepção para os escravos, os quais ouviam antes dizer que o Imperador queria a *emancipação* e que a *emancipação* ia ser feita. Considerado a princípio como uma espoliação pela aristocracia territorial, aquêle ato legislativo que não restringiu de modo algum os direitos adquiridos, tornou-se com o tempo o seu melhor baluarte. Mas não é o que se diz hoje, que tem valor para nós; é o que se dizia antes da lei. Para medir-lhe o alcance é preciso atendermos ao que pensavam então, não os que a fizeram, mas os que a combateram. Neste caso a previdência, curioso resultado da cegueira moral, es-

---

(1) Deu-se em 1870 um fato muito curioso. A Comissão especial de que era relator o sr. Teixeira Júnior requereu, e a Câmara votou, que se solicitasse com urgência do Govêrno cópia dos projetos submetidos ao Conselho de Estado em 1867 e 1868 e dos pareceres dos membros do Conselho: A êsse pedido responderam os ministros da Justiça (J. O. Nebias) e do Império (Paulino de Sousa) que não havia papéis alguns nas suas respectivas secretarias. No parecer disse a Comissão: «Sob caráter *confidencial* e com recomendação reiterada da *maior reserva* foi mostrada à Comissão por um dos dignos membros do Gabinete uma cópia de quatro atas das sessões do Conselho de Estado e do último projeto ali examinado. Nestas condições, pois, a Comissão não pode revelar nenhuma das opiniões exaradas nesses documentos.» Art. 7 da lei de 15 de outubro de 1827: «Os conselheiros de estado são responsáveis pelos conselhos que derem, etc.» Os grifos são do parecer.

têve tôda do lado dêstes; foram êles que mediram verdadeiramente as conseqüências reais da lei, que lhe apontaram as incoerências e os absurdos, e que vaticinaram que essa não podia ser, e não havia de ser, a solução de tão grande problema.

AS PROMESSAS DA «LEI DE EMANCIPAÇÃO»

«A grande injustiça da lei é não ter cuidado das gerações atuais». — J. A. Saraiva.

Não pretendo neste capítulo estudar a lei Rio Branco senão de um ponto de vista: o das esperanças razoáveis que pode deduzir do seu conjunto, e das condições em que foi votada, quem atribua ao nosso Poder Legislativo firmeza de propósito, seriedade de motivos, pundonor nacional, e espírito de eqüidade. Não se o julgando resoluto, refletido, patriótico e justo, não se pode derivar da lei esperança alguma, e deve-se mesmo temer que ela não seja pontualmente executada, como não foi a de 7 de novembro de 1831, feita quando a nação estava ainda à mercê dos agentes do Tráfico.

A lei de 28 de setembro de 1871 (1), seja dito incidentemente, foi um passo de gigante dado pelo país. Imperfeita, incompleta, impolítica, injusta, e até absur-

---

(1) Não sou suspeito falando dessa lei. Além de ter pessoalmente particular interêsse no renome histórico do visconde do Rio Branco, ninguém contribuiu mais para preparar aquêle ato legislativo e mover a opinião em seu favor do que meu Pai, que de 1866 a 1871 fêz dêle a sua principal questão política. «No Conselho de Estado, disse no Senado, em 1871, sr. F. Octaviano, falando do senador Nabuco, na correspondência com os fazendeiros, e na tribuna por meio de eloqüentes discursos, foi êle que fêz a idéia amadurecer e tomar proporções de vontade nacional». Em todo êsse período em que a resolução conhecida do Imperador serviu de núcleo à formação de uma fôrça constitucional capaz de vencer o poder da escravidão, isto é, de 66 a 71, aquêle estadista, como Sousa Franco, Octaviano, Tavares Bastos, preparou o Partido Liberal, ao passo que São Vicente e Sales Tôrres-Homem prepararam o Partido Conservador para a reforma, à qual coube ao visconde do Rio Branco a honra de ligar merecidamente o seu nome com o aplauso de todos êles.

da, como nos parece hoje, essa lei foi nada menos do que o bloqueio moral da escravidão. A sua única parte definitiva e final foi êste princípio: «Ninguém mais nasce *escravo*». Tudo o mais, ou foi necessàriamente transitório, como a entrega dêsses mesmos *ingênuos* ao cativeiro até aos vinte e um anos; ou incompleto, como o sistema de resgate forçado; ou insignificante, como as classes de escravos libertados; ou absurdo, como o direito do senhor da escrava à indenização de uma apólice de 600$000 pela criança de oito anos que não deixou morrer; ou injusto, como a separação do menor e da mãe, em caso de alienação desta. Isso quanto ao que se acha disposto na lei; quanto ao que foi esquecido o índice das omissões não teria fim. Apesar de tudo, porém, o simples princípio fundamental em que ela assenta basta para fazer dessa lei o primeiro ato de legislação humanitária da nossa História.

Reduzida à expressão mais simples, a lei quer dizer a extinção da escravatura dentro de um prazo de meio século; mas essa extinção não podia ser decretada para o futuro sem dar lugar à aspiração geral de vê-la decretada para o presente. Não são os escravos sòmente que se não contentam com a liberdade dos seus filhos e querem também ser livres; somos nós todos que queremos ver o Brasil desembaraçado e purificado da escravidão, e não nos contentamos com a certeza de que as gerações futuras hão de ter êsse privilégio. A lei de 28 de setembro, ao dizer aos escravos: «Os vossos filhos d'ora em diante nascerão *livres*, e chegando à idade da emancipação civil serão cidadãos», esqueçamos por enquanto os *serviços*, disse implìcitamente a todos os brasileiros: «Os vossos filhos, ou os vossos netos, hão de pertencer a um país regenerador».

Essa promessa dupla poderia parecer final aos escravos, não porém aos livres. O efeito dessa perspectiva de uma pátria respeitada e honesta para os que vierem depois de nós, não podia ser outro senão o de despertar em nós mesmos a ambição de pertencer-lhe. Quando um Estado qualquer aumenta para o futuro a honra e a dignidade dos seus nacionais, nada mais natural do que reclamarem contra êsse adiamento os que se vêem na posse do título diminuído. Não é provável que os escravos tenham inveja da sorte dos seus filhos; mas que outro sentimento nos pode causar, a nós cidadãos de um país de escravos, a certeza de que a geração futura há de possuir essa mesma pátria moralmente engrandecida — por ter a escravidão de menos?

É nesse sentimento de orgulho, ou melhor de pundonor nacional, inseparável do verdadeiro patriotismo, que se funda a primeira esperança de que a lei de 28 de setembro não seja a solução do problema individual de cada escravo e de cada brasileiro.

As acusações levantadas contra o projeto, se não deviam prevalecer para fazê-lo cair — porque as imperfeições, deficiências, absurdos, tudo o que se queira, da lei são infinitamente preferíveis à lógica da escravidão — mostravam os pontos em que, pela opinião mesma dos seus adversários, a reforma, uma vez promulgada, precisaria ser moralizada, alargada, e desenvolvida.

A lei de 28 de setembro não deve ser tomada como uma transação entre o Estado e os proprietários de escravos; mas como um ato de soberania nacional. Os proprietários tinham tanto direito de impor a sua vontade ao país quanto qualquer outra minoria dentro dêle. A lei não é um Tratado com a cláusula subentendida de

que não poderá ser alterado sem o acôrdo das partes contratantes. Pelo contrário, foi feita com a inteligência dos dois lados, seguramente com a previsão da parte dos proprietários, de que seria sòmente um primeiro passo. Os que a repeliram, diziam que ela equivalia à abolição imediata (1); dos que a votaram, muitos qualificaram-na de deficiente e expressaram o desejo de vê-la completada por outras medidas, notàvelmente pelo prazo. Quando, porém, o Poder Legislativo fôsse unânime em dar à lei Rio Branco o alcance e a significação de uma solução definitiva da questão, aquela legislatura não tinha delegação especial para ligar as futuras Câmaras, nem o direito de fazer leis que não pudessem ser ampliadas ou revogadas por estas. Mais tarde veremos que profecias terríveis foram feitas então, que medidas excepcionais foram julgadas precisas.

Outra pretensão singular é a de que êsse ato legalizou todos os abusos que não proscreveu, anistiou todos os crimes que não puniu, revogou tôdas as leis que não mencionou. Pretende-se mesmo que essa lei, que aboliu expressamente as antigas revogações de alforria, foi até revogar por sua vez a carta de liberdade que a lei de 7 de novembro de 1831 dera a todos os africanos importados depois dela. Não admira essa hermenêutica em matéria de escravidão — matéria em que na dúvida, aí não há dúvida alguma, é o princípio da liberdade que

(1) «Há de acontecer o que prevejo; se passar a proposta do Govêrno, a emancipação estará feita no país dentro de um ou dois anos (*Apoiados*). O Sr. Andrade Figueira: E êles sabem disto. O Sr. C. Machado: E' a véspera do dia da emancipação total. O Sr. Andrade Figueira: O Sr. Presidente do Conselho declarou no seu parecer no Conselho de Estado que esta seria a conseqüência». — Discurso do sr. Almeida Pereira na Câmara dos Deputados em agôsto de 1871.

prevalece — quando lemos ainda hoje editais para a venda judicial de *ingênuos* (1).

Essa interpretação todavia — séria como é, por ser a nossa magistratura na sua generalidade cúmplice da escravidão, como o foi, tanto tempo, do Tráfico — aparta-se demasiado da opinião pública para pôr verdadeiramente em perigo o caráter da lei de 28 de setembro. Vejamos, deixando de parte a construção escravagista da lei, em que pontos, pelos próprios argumentos dos que a combateram, estava indicada desde o princípio a necessidade de reformá-la, e, pelos argumentos dos que a promoveram, a necessidade de alargá-la e de aumentar-lhe o alcance. Comecemos pelos últimos.

Em geral pode-se dizer que a lei foi deficiente em omitir medidas propostas muito antes no Parlamento, como, por exemplo, o projeto Wanderley (de 1854) que proibia o tráfico interprovincial de escravos. A lei que libertou os nascituros podia bem ter localizado a escravidão nas províncias. Igualmente pontos capitais sustentados com tôda a fôrça no Conselho de Estado, como, por exemplo, a fixação do preço máximo para a alforria, a revogação da pena bárbara de açoites e da lei de 10 de junho de 1835, a proibição de dividir a fa-

---

(1) A respeito de um dêsses editais, tive a honra de dirigir um protesto ao visconde de Paranaguá, Presidente do Conselho, no qual dizia: «A lei de 7 de novembro de 1831 está de fato revogada; chegou o momento de o Govêrno mostrar que essa não pode ser a sorte da lei de 28 de setembro de 1871. E' preciso impedir êsse *tráfico de ingênuos* que desponta. Não é abafando escândalos dessa ordem que se o pode conseguir. Êsse edital de Valença abre uma página tristíssima na história do Brasil, e cabe a V. Ex. rasgá-la quanto antes. A começar a venda, por editais ou sem êles, dos serviços dos ingênuos, a lei de 28 de setembro de 1871 será em breve reputada pelo mundo como de tôdas a mais monstruosa mentira a que uma nação jamais recorreu para esconder um crime. A questão é a seguinte: *Podem ou não os ingênuos ser vendidos?* Pertence ao Govêrno salvar a dignidade de tôda essa imensa classe criada pela lei de 28 de setembro».

mília escrava, incompletamente formulada na lei de 15 de setembro de 1869, foram deixados de parte na proposta do Govêrno e por isso o *Código negro brasileiro,* civil e penal, continua, depois da lei chamada de emancipação, a ser em geral tão bárbaro quanto antes.

A direção principal entretanto, em que se propôs o alargamento da lei, foi a do prazo. Nessa matéria Sousa Franco teve a maior parte, e o prazo por mim proposto na Câmara dos Deputados em 1880 não foi senão a execução do plano delineado por aquêle estadista na seguinte proposta que apresentou no Conselho de Estado em 1867:

> Que a declaração do dia em que cessa a escravidão no Império deve ficar para o décimo ano da execução da lei supra sendo o artigo o seguinte: — Art. 23. No décimo ano da execução desta lei, o Govêrno, tendo colhido tôdas as informações as apresentará à Assembléia Geral Legislativa, com a estatística dos libertados, em virtude de sua execução, e do número dos escravos então existentes no Império para que, sob proposta também sua, se fixe o prazo em que a escravidão cessará completamente (1).
>
> A disposição [acrescentava êle em 1868] cuja falta é mais sensível [no projeto em discussão no Conselho de Estado] é a do prazo em que a escravidão cesse em todo o Império. O projeto calando-se sôbre êste ponto muito importante, parece ter tido por fim evitar reclamações de prazo muito breve, que assuste os proprietários de escravos, e também a melindrosa questão da indenização. *Não satisfaria porém a opinião que exige compromisso expresso da extinção da escravidão.*

O prazo, por outro lado, era combatido no grupo liberal mesmo, por demasiado extenso. Pimenta Bueno, depois marquês de São Vicente, propusera o dia 31 de

---

(1) O ilustre chefe liberal acreditava assim que, na sessão legislativa de 1879, se poderia «decretar a extinção total da escravidão» para o 1.° ou 2.° quinqüênio de 1880-90.

dezembro de 1899 para a abolição completa no Império com indenização. Foi êsse o prazo discutido no Conselho de Estado (1), onde foi julgado por uns muito longo para os escravos, e por outros afastado demais para ser marcado em 1867. A extensão do prazo era com efeito absurda. « Não concordo com o artigo do projeto [São Vicente] — foi o voto do conselheiro Nabuco — que marca como têrmo da escravidão o último dia do ano de 1899. Se não podemos marcar um prazo mais breve, é melhor nada dizer: cada um calcule pela probabilidade dos fatos naturais dos nascimentos e óbitos, e pelas medidas do projeto, quando acabará a escravidão: *a declaração de um quarto de século não é lisonjeira ao Brasil*».

No Senado, porém, na discussão da lei, foi apresentado um prazo mais curto — o de vinte anos — pelo senador Silveira da Mota. Êsse prazo levava a escravidão até ao ano de 1891 do qual ela se vai aproximando *sem limitação alguma*. Ainda êsse prazo pareceu longo demais ao senador Nabuco, o qual disse no Senado: *Eu*

---

(1) «Num projeto apresentado a 17 de maio de 1865 o visconde de Jequitinhonha propôs, entre outras medidas, o prazo de quinze anos para a abolição da escravidão civil no Brasil. Êsse prazo, caso fôsse adotado, teria acabado a escravidão em 1880. Dois anos depois, pórem, no Conselho de Estado, pronunciando-se sôbre o prazo Pimenta Bueno (até ao fim do século) aquêle estadista condenou-o, tendo-se decidido a adotar o sistema da liberdade dos que nascessem depois da lei promulgada. Jequitinhonha, de quem disse o visconde de Jaguari, «foi êle o primeiro homem de Estado que se empenhou pela emancipação dos escravos entre nós», — a homenagem seria mais justa dizendo-se: no segundo reinado, — era um Abolicionista convicto, franco e declarado. Na questão extravagante todavia, que mais ocupou o Conselho de Estado: — se os filhos livres de mãe escrava seriam *ingênuos* ou *libertos?* — e na qual o princípio: o parto segue o ventre, representou tão importante papel, aquêle estadista deixou-se enlear por uma teia de aranha do Romanismo, e uniu-se aos que queriam declarar liberto a quem nunca havia sido escravo. Êsses e outros erros, porém, em nada diminuem o renome abolicionista de Montezuma, cuja atitude em frente à escravidão sempre foi a de um adversário convencido de que ela era literalmente, na sua frase, «o cancro» do Brasil.

não sou contrário à idéia do prazo, não como substitutiva da idéia do projeto, mas como complementar dela.

O prazo dado à escravidão pela lei proposta era de cinqüenta ou sessenta anos, mas havia, além da liberdade pelo nascimento, as medidas da lei e a esperança de que, uma vez votada essa, «a porfia dos partidos seria para que a emancipação gradual fôsse *a mais ampla e a mais breve possível*» (1). Por isso o prazo era um meio apenas de proteger os interêsses das gerações existentes de escravos, de preencher de alguma forma a lacuna que faz a grande injustiça da lei, na frase do sr. Saraiva, que serve de epígrafe a êste capítulo.

A lei *não cuidou das gerações atuais;* mas foi feita em nome dessas, arrancada pela compaixão e pelo interêsse que a sua sorte inspirava dentro e fora do país, espalhando-se pelo mundo a notícia de que o Brasil havia emancipado os seus escravos; e por isso durante tôda a discussão o sentimento predominante era de pesar, por se fazer tanto pelos que ainda não tinham nascido e tão pouco pelos que haviam passado a vida no cativeiro.

Aqui entram os argumentos dos inimigos do projeto. A injustiça de libertar os nascituros, deixando entregues à sua sorte os escravos existentes, não podia escapar, nem escapou, aos amigos da lei, e foi-lhes lançada em rosto pelos contrários. O interêsse dêstes pelos velhos escravos vergados ao pêso dos anos, não podia ser expresso de modo mais patético do que, por exemplo, pela lavoura de Piraí nas palavras que vou

(1) Nabuco, discurso na discussão do projeto de lei sôbre o elemento servil.

grifar: — «Fundada na mais manifesta injustiça relativa entre os escravos», diziam os agricultores daquele município, «a proposta concede o favor da liberdade aos que, pelo cego acaso, nascerem depois de tal dia, conservando entretanto na escravidão *os indivíduos que por longos, proveitosos e relevantes serviços mais jus têm à liberdade*».

Êsse era o grande, o formidável grito dos inimigos da proposta: «Libertais, diziam êles, as gerações futuras, e nada fazeis pelos que estão, há trinta, quarenta, cinqüenta anos, e mais, mergulhados na degradação do cativeiro». A isso respondiam os partidários da reforma: — «Não nos esquecemos das gerações atuais; para elas há a liberdade gradual», ou na frase do senador Nabuco: «Confiem os escravos na emancipação gradual». O compromisso do país para com êstes não podia ser mais solene. Dizia-se-lhes: «Por ora decretamos a liberdade dos vossos filhos ainda não nascidos, mas a vossa não há de tardar: a lei estabeleceu meios, criou um fundo de emancipação que vos libertará a todos, providenciou para encontrardes nas sociedades de emancipação o capital preciso para a vossa alforria».

Por outro lado a lei foi antes denunciada como devendo ser o fim da escravidão. Já vimos o que se disse na Câmara. Em tôda a parte se repetia que viria a abolição logo após ela. Os receios do marquês de Olinda, de que o Estado fôsse «pôsto em convulsão» (1), não se

---

(1) «A não se seguir o plano que acabo de indicar (o de não se fazer absolutamente nada) não vejo providência que não ponha o Estado em convulsão... Uma só palavra que deixe perceber a idéia de emancipação por mais adornada que ela seja », — isto é, disfarçada, — « abre a porta a milhares de desgraças ». *Trabalho sôbre a extinção da escravatura no Brasil*, págs. 38 e 41.

verificaram; mas êsses receios provinham do conhecimento da lógica das coisas humanas que esta frase do visconde de Itaboraí revela: «Nem é preciso terem os escravos muito atilamento para compreender que os mesmos direitos dos filhos devem ter seus progenitores, nem se pode supor que vejam com indiferença esvaecerem-se-lhes as esperanças de liberdade, que têm afagado em seus corações».

Está aí claramente um ponto da lei de 28 de setembro no qual os seus adversários tinham razão em querer harmonizá-la com a justiça. O grito: «Deveis fazer pelas gerações atuais pelo menos tanto quanto baste ou seja preciso para que não se torne para elas uma decepção o que fizestes pelas gerações futuras», partiu dos inimigos da proposta; se êsse grito nenhum valor moral tinha para impedir as Câmaras de votá-la, hoje que essa proposta é lei do Estado, os próprios que o levantaram estão obrigados a moralizar a lei.

O sr. Cristiano Otôni disse há dois anos da tribuna do Senado aos que combateram a reforma de 1871: «O que o patriotismo aconselha é que nos coloquemos dentro da lei de 28 de setembro; mas para estudar seus defeitos e lacunas, para corrigi-los e suprimi-los». Ora êsses defeitos e lacunas denunciados pela oposição eram principalmente o abandono da geração presente e a condição servil dos *ingênuos* até os vinte e um anos. O mais estrênuo dos adversários da lei reconheceu então que «a Nação brasileira tinha assumido sérios compromissos perante as nações», e que a promessa de libertação dos escravos por um fundo de amortização era uma dívida de honra. «Por cinco anos, disse êle, choveu sôbre as almas dos míseros cativos, como o maná sôbre os

israelitas no deserto, a esperança da liberdade, bafejada do trono» (1).

Quanto aos *ingênuos*, por exemplo, com que aparência de lógica e de sentimento da dignidade cívica não denunciavam os adversários da lei a criação dessa classe de futuros cidadãos educados na escravidão e com todos

---

(1) José de Alencar, ministro do gabinete Itaboraí, denunciou aquêle período de gestação em têrmos que hoje, em vez de serem uma censura, fazem honra a dom Pedro II. « Não se trata », disse o notável escritor cearense, o qual nessa questão se deixou guiar, não pelos seus melhores sentimentos, mas por prevenções pessoais, « de uma lei, trata-se de uma conjuração do Poder. Desde 1867 que o Poder conspira, fatigando a relutância dos estadistas chamados ao govêrno, embotando a resistência dos partidos; desde 1867 que se prepara nas sombras êste golpe de Estado, que há de firmar no país o absolutismo ou antes desmascará-lo ». Que a ação individual do Imperador foi empregada, sobretudo depois de 1845 até 1850, em favor da supressão do Tráfico, resultando naquele último ano nas medidas de Eusébio de Queirós, e de 1866 a 1871 em favor da emancipação dos nascituros, resultando nesse último ano na lei Rio Branco, é um fato que o Imperador, se quisesse escrever Memórias e contar o que se passou com os diversos gabinetes dos dois períodos, poderia firmar històricamente com um sem-número de provas. A sua parte no que se tem feito é muito grande, e quase a essencial, porquanto êle poderia ter feito o mesmo com outros homens e por outros meios, sem receio de revolução. O que eu digo porém é que se dom Pedro II, desde que subiu ao trono, tivesse como norte invariável do seu reinado o realizar a abolição como seu pai realizou a Independência, sem exercer mais poder pessoal do que exerceu, por exemplo, para levar a guerra do Paraguai até à destruição total do govêrno de López, a escravidão já teria a esta hora desaparecido do Brasil. E' verdade que se não fôsse o Imperador, os piores traficantes de escravos teriam sido feitos condes e marqueses do Império, e que Sua Majestade sempre mostrou repugnância pelo Tráfico e interêsse pelo trabalho livre; mas comparado à soma do poder que êle ou exerce ou possui, o que se tem feito em favor dos escravos no seu reinado, já de quarenta e três anos, é muito pouco. Basta dizer que ainda hoje a capital do Império é um mercado de escravos! Veja-se por outro lado o que fêz o Czar Alexandre II, dentro de seis anos de reinado. Não temos que nos incomodar com os que nos chamam contraditórios porque fazemos apêlo ao Imperador sendo opostos, pelo menos na maior parte, ao *govêrno pessoal*. O uso do prestígio e da fôrça acumulada que o Imperador representa no Brasil, em favor da emancipação dos escravos, seria no mais lato sentido da palavra expressão da vontade nacional. Com a escravidão não há govêrno livre, nem democracia verdadeira: há sòmente govêrno de casta e regímen de monopólio. As senzalas não podem ter representantes, e a população avassalada e empobrecida não ousa tê-los.

os vícios dela. Ainda o mesmo sr. Cristiano Otôni, num discurso no Clube da Lavoura e do Comércio, expressava-se assim a respeito dessa classe: «E que cidadãos são êsses? Como vêm êles depois para a sociedade, tendo sido cativos de fato, não sabendo ler nem escrever, não tendo a mínima noção dos direitos e deveres do cidadão, inçados de todos os vícios da senzala? (*Apoiados.*) Vícios da inteligência e vícios do coração? (*Apoiados*)». Êsses *apoiados* dos próprios diretamente responsáveis pelos *vícios da senzala* são pelo menos inconscientes.

O argumento é por sua natureza abolicionista; formulado pelos mesmos que queriam manter êsses *ingênuos* na condição de escravos, é uma compaixão mal colocada e a condenação apenas da capacidade política dos libertos.

Apesar disso, porém, quando o sr. Paulino de Sousa exprobrava ao visconde do Rio Branco «essa classe predileta dos novos *ingênuos* [que o visconde de Itaboraí chamara *escravos-livres*], educados na escravidão até aos vinte e um anos, isto é, durante o tempo em que se formam o caráter moral, a inclinação e os hábitos dos indivíduos», aquêle chefe conservador, sem o querer por certo, mostrava um dos defeitos capitais da lei, que precisava de ser emendado de acôrdo com o sentimento da dignidade cívica. Não há razão, e a nossa lei constitucional não permite dúvida, para que o liberto, o que foi escravo, não seja cidadão; mas há sérios motivos para que os *ingênuos*, cidadãos como quaisquer outros, não sejam educados no cativeiro. Já que êsses *ingênuos* existem, não será dever estrito dos que viram tão claramente êsse êrro da lei concorrer para que «o caráter moral, a inclinação e os hábitos» de centenas de milha-

res de cidadãos brasileiros sejam formados longe da atmosfera empestada da senzala que, segundo a confissão dos que melhor a conhecem, é uma verdadeira Gruta do Cão para tôdas as qualidades nobres?

É assim que tudo quanto foi dito contra a lei do ponto de vista da civilização torna obrigatório para os que a combateram o modificá-la e desenvolvê-la. Nesse sentido o sr. Cristiano Otôni deu um belo exemplo. Por outro lado as esperanças, as animações, as expectativas de que os partidários e entusiastas da reforma encheram a alma e a imaginação dos escravos, constituem outras tantas promessas de que êstes têm o direito de exigir o cumprimento. A lei não foi o repúdio vergonhoso do compromisso tomado com o mundo em 1866 pelo Ministro de Estrangeiros do Brasil. Pelo contrário foi o seu reconhecimento, a sua ratificação solene.

Que se tem feito até hoje para saldar essa dívida de honra? No correr destas páginas ver-se-ão quais foram e quais prometem ser os efeitos da lei comparativamente aos da morte: a bondade e a afeição dos senhores pelos escravos, assim como a iniciativa particular tem feito muito mais do que o Estado, mas dez vêzes menos do que a morte. «A morte liberta 300.000, disse no Senado a autoridade insuspeita, que tenho tanto citado, o sr. Cristiano Otôni, os particulares 35.000, o Estado *que se obrigou à emancipação* 5.000 no mesmo período». O mercado de escravos continua, as famílias são divididas, as portas delineadas na lei não foram ainda rasgadas, a Escravidão é a mesma sempre, os seus crimes e as suas atrocidades repetem-se freqüentemente, e os escravos vêem-se nas mesmas condições individuais, com o mesmo horizonte e o mesmo futuro de sempre, desde que os primeiros africanos foram internados no

sertão do Brasil. A não se ir além da lei, esta ficaria sendo uma mentira nacional, um artifício fraudulento para enganar o mundo, os brasileiros, e, o que é mais triste ainda, os próprios escravos. A causa dêstes, porém, assenta sôbre outra base, que todavia não devera ser considerada mais forte do que êsses compromissos nacionais: a ilegalidade da escravidão. Para se verificar até que ponto a escravidão entre nós é ilegal, é preciso conhecer-lhe as origens, a história, e a pirataria da qual ela deriva os seus direitos por uma série de endossos tão válidos como a transação primitiva.

O TRÁFICO DE AFRICANOS

> «*Andrada! arranca êsse pendão dos ares!*
> *Colombo! fecha a porta dos teus mares!*»
> CASTRO ALVES.

A ESCRAVIDÃO entre nós não teve outra fonte neste século senão o comércio de africanos. Têm-se denunciado diversos crimes no Norte contra as raças indígenas, mas semelhantes fatos são raros. Entre os escravos há, por certo, descendentes de caboclos remotamente escravizados, mas tais exceções não tiram à escravidão brasileira o caráter de puramente africana. Os escravos são os próprios africanos importados, ou os seus descendentes.

O que foi, e infelizmente ainda é, o tráfico de escravos no continente africano, os exploradores nos contam em páginas que horrorizam; o que era nos navios negreiros, nós o sabemos pela tradição oral das vítimas; o que por fim se tornava depois do desembarque em nossas praias, desde que se acendiam as fogueiras anunciativas, quando se internava a caravana e os negros *boçais* tomavam os seus lugares ao lado dos *ladinos* nos quadros das fazendas, vê-lo-emos mais tarde. Basta-me dizer que a história não oferece no seu longo decurso um crime geral que, pela perversidade, horror, e infinidade dos crimes particulares que o compõem, pela sua duração, pelos seus motivos sórdidos, pela desumanidade do seu sistema complexo de medidas, pelos proventos dêle tirados, pelo número das suas vítimas, e por tôdas as suas conseqüências, possa de

longe ser comparado à colonização africana da América.

Ao procurar descrever o tráfico de escravos na África Oriental, foi-me necessário manter-me bem dentro da verdade para não se me arguir de exagerado; mas o assunto não consentia que eu o fôsse. Pintar com côres por demais carregadas os seus efeitos, é simplesmente impossível. O espetáculo que presenciei, apesar de serem incidentes comuns do tráfico, são tão repulsivos que sempre procuro afastá-los da memória. No caso das mais desagradáveis recordações, eu consigo por fim adormecê-las no esquecimento; mas as cenas do tráfico voltam-me ao pensamento sem serem chamadas, e fazem-me estremecer no silêncio da noite, horrorizado com a fidelidade com que se reproduzem.

Estas palavras são do dr. Livingstone e dispensam quaisquer outras sôbre a perseguição de que a África é vítima há séculos, pela côr dos seus habitantes.

Castro Alves na sua *Tragédia no Mar* não pintou senão a realidade do suplício dantesco, ou antes romano, a que o tombadilho dos navios negreiros (1) servia de arena, e o porão de subterrâneo. Quem ouviu descrever os horrores do Tráfico tem sempre diante dos olhos um quadro que lembra a pintura de Géricault, *O Naufrágio da Medusa.* A balada de Southey, do marinheiro que tomara parte nessa navegação maldita, e a quem o remorso não deixara mais repouso e a consciência perseguia de dentro implacável e vingadora, expressa

---

(1) Êsses navios chamados *túmulos flutuantes,* e que o eram em mais de um sentido, custavam, relativamente, nada. Uma embarcação de cem toneladas, do valor de sete contos, servia para o transporte de mais de 350 escravos (Depoimento de sir Charles Hotham, adiante citado, sec. 604). O custo total do transporte dêsse número de escravos (navio, salários da equipagem, mantimentos, comandantes, etc.) não excedia de dez contos de réis, ou, em números redondos, trinta mil réis por cabeça. (*O mesmo,* secs. 604-611). Um brigue de 167 toneladas capturado tinha a bordo 852 escravos, outro de 59, 400. Muitos dêsses navios foram destruídos depois de apresados como impróprios para a navegação.

a agonia mental de quantos, tendo um vislumbre de consciência, se empregaram nesse contrabando de sangue.

Uma vez desembarcados, os esqueletos vivos eram conduzidos para o eito das fazendas, para o meio dos cafezais. O Tráfico tinha completado a sua obra, começava a da escravidão. Não entro neste volume na história do Tráfico e, portanto, só incidentemente me refiro às humilhações que impôs ao Brasil a avidez insaciável e sanguinária daquele comércio. De 1831 até 1850 o Govêrno brasileiro achou-se, com efeito, empenhado com o inglês numa luta diplomática do mais triste caráter para nós, por não podermos executar os nossos tratados e as nossas leis. Em vez de patriòticamente entender-se com a Inglaterra, como nesse tempo haviam feito quase tôdas as potências da Europa e da América para a completa destruição da pirataria que infestava os seus portos e costas; em vez de aceitar, agradecido, o concurso do estrangeiro para resgatar a sua própria bandeira do poder dos piratas, o Govêrno deixou-se aterrar e reduzir à impotência por êstes. A Inglaterra esperou até 1845 que o Brasil entrasse em acôrdo com ela; foi sòmente em 1845, quando em falta de tratado conosco ela ia perder o fruto de vinte e oito anos de sacrifícios, que lord Aberdeen apresentou o seu *Bill*. O *Bill Aberdeen*, pode-se dizer, foi uma afronta ao encontro da qual a escravidão forçou o Govêrno brasileiro a ir. A luta estava travada entre a Inglaterra e o Tráfico, e não podia, nem devia acabar, por honra da humanidade, recuando ela. Foi isso que os nossos estadistas não pensaram. A cerração que os cercava não lhes permitia ver que em 1845 o sol do nosso século já estava

alto demais para alumiar ainda tal pirataria neste hemisfério.

Só por um motivo, essa lei Aberdeen não foi um título de honra para a Inglaterra. Como se disse, por diversas vêzes, no Parlamento inglês, a Inglaterra fêz com uma nação fraca o que não faria contra uma nação forte. Uma das últimas carregações de escravos para o Brasil, a dos africanos chamados do Bracuí, internados em 1852 no Bananal de São Paulo, foi levada à sombra da bandeira dos Estados-Unidos. Quando os cruzadores inglêses encontravam um navio negreiro que içava o pavilhão das estrêlas deixavam-no passar. A atitude do Parlamento inglês votando a lei que deu jurisdição aos seus tribunais sôbre navios e súditos brasileiros, empregados no Tráfico, apreendidos ainda mesmo em águas territoriais do Brasil, teria sido altamente gloriosa para êle se essa lei fizesse parte de um sistema de medidas iguais contra *tôdas* as bandeiras usurpadas pelos agentes daquela pirataria.

Mas, qualquer que fôsse a fraqueza da Inglaterra em não proceder contra os fortes como procedia contra os fracos, o brasileiro, que lê a nossa história diplomática durante o período militante do Tráfico, o que sente é ver o poderio que a soma de interêsses englobada nesse nome exercia sôbre o país.

Êsse poderio era tal que Eusébio de Queirós, ainda em 1849, num *memorandum* que redigiu, para ser presente ao ministério sôbre a questão, começava assim:

Para reprimir o tráfico de africanos no país *sem excitar uma revolução* faz-se necessário: 1º atacar com vigor as novas introduções, esquecendo e anistiando as anteriores à lei; 2º dirigir a repressão contra o tráfico no mar, ou no momento do desembarque, enquanto os africanos estão em mãos dos introdutores.

O mesmo estadista, no seu célebre discurso de 1852, procurando mostrar como o Tráfico sòmente acabou pelo interêsse dos agricultores, cujas propriedades estavam passando para as mãos dos especuladores e dos traficantes, por causa das dívidas contraídas pelo fornecimento de escravos, confessou a pressão exercida, de 1831 a 1850, pela agricultura consorciada com aquêle comércio, sôbre todos os Governos e todos os partidos:

Sejamos francos [disse êle]: o tráfico, no Brasil, prendia-se a interêsses, ou para melhor dizer, a presumidos interêsses dos nossos agricultores; e num país em que a agricultura tem tamanha fôrça, era natural que a opinião pública se manifestasse em favor do tráfico; a opinião pública que tamanha influência tem, não só nos governos representativos, como até nas próprias monarquias absolutas. O que há pois para admirar em que os nossos homens políticos se curvassem a essa lei da necessidade? O que há para admirar em que nós todos, amigos ou inimigos do tráfico, nos curvássemos a essa necessidade? Senhores, se isso fôsse crime, seria um crime geral no Brasil; mas eu sustento que, quando em uma nação todos os partidos políticos ocupam o poder, quando todos os seus homens políticos têm sido chamados a exercê-lo, e todos êles são concordes em uma conduta, é preciso que essa conduta seja apoiada em razões muito fortes; impossível que ela seja um crime e haveria temeridade em chamá-la um êrro.

Trocada a palavra *Tráfico* pela palavra *escravidão* êsse trecho de eloqüência, calorosamente aplaudido pela Câmara, poderá servir de apologia no futuro aos estadistas de hoje que quiserem justificar a nossa época. A verdade, porém, é que houve sempre diferença entre os inimigos declarados do Tráfico e os seus protetores. Feita essa reserva, a favor de um ou outro homem público que *nenhuma cumplicidade* teve nêle, e outra quanto à moralidade da doutrina, de que se não pode chamar *crime* nem *êrro* à violação da lei moral, quando é uma

nação inteira que a comete, as palavras justificativas do grande ministro da Justiça de 1850 não exageram a degradação a que chegou a nossa política até uma época ainda recente. Algumas datas bastam para prova. Pela Convenção de 1826, o comércio de africanos devia, no fim de três anos, ser equiparado à pirataria, e a lei que os equiparou tem a data de 4 de setembro de 1850. A liberdade imediata dos africanos legalmente capturados foi garantida pela mesma Convenção, quando ratificou a de 1817 entre Portugal e a Grã-Bretanha, e o decreto que *emancipou* os africanos *livres* foi de 24 de setembro de 1864. Por último, a lei de 7 de novembro de 1831 está até hoje sem execução, e os mesmos que ela declarou livres acham-se ainda em cativeiro. Nessa questão do Tráfico bebemos as fezes tôdas do cálix.

É por isso que nos envergonha ler as increpações que nos faziam homens como sir Robert Peel, lord Palmerston e lord Brougham, e ver os ministros inglêses reclamando a liberdade dos africanos que a nossa própria lei declarou livres sem resultado algum. A pretexto da dignidade nacional ofendida, o nosso Govêrno, que se achava na posição coata em que o descreveu Eusébio, cobria pràticamente com a sua bandeira e a sua soberania as expedições dos traficantes organizadas no Rio e na Bahia. Se o que se fêz em 1850 houvesse sido feito em 1844, não teria por certo havido *Bill Aberdeen*.

A questão nunca devera ter sido colocada entre o Brasil e a Inglaterra, mas entre o Brasil, com a Inglaterra, de um lado, e o Tráfico do outro. Se jamais a história deixou de registrar uma aliança digna e honesta, foi essa, a que não fizemos com aquela nação. O

princípio: que o navio negreiro não tem direito à proteção do pavilhão, seria muito mais honroso para nós do que todos os argumentos tirados do Direito internacional para consumar definitivamente o cativeiro perpétuo de estrangeiros introduzidos à fôrça em nosso país.

O poder, porém, do Tráfico era irresistível e até 1851 não menos de um milhão de africanos foram lançados em nossas senzalas. A cifra de cinqüenta mil por ano não é exagerada.

Mais tarde, teremos que considerar a soma que o Brasil empregou dêsse modo. Êsse milhão de africanos não lhe custou menos de quatrocentos mil contos. Dêsses quatrocentos mil contos que sorveram as economias da lavoura durante vinte anos, cento e trinta e cinco mil contos representam a despesa total dos negreiros, e duzentos e sessenta mil os seus lucros (1).

Êsse imenso prejuízo nacional não foi visto durante anos pelos nossos estadistas, os quais supunham que o Tráfico enriquecia o país. Grande parte, seguramente, dêsse capital voltou para a lavoura quando as fazendas caíram em mãos dos negociantes de escravos que tinham hipotecas sôbre elas por êsse fornecimento, e assim se tornaram senhores *perpétuos* do seu próprio contraban-

---

(1) « Sendo £ 6 o custo do escravo em África, e calculando sôbre a base de que um sôbre três venha a ser capturado, o custo de transportar os dois outros seria, £ 9 por pessoa, £ 18, às quais devem-se acrescentar £9 da perda do que foi capturado, perfazendo no Brasil o custo total dos dois escravos transportados £ 27 ou £ 13 10s por cabeça. Se o preço do escravo ao desembarque é £ 60 haverá um lucro, não obstante a apreensão de um têrço e incluindo o custo dos dois navios, que transportam os dois terços, de £ 46 10s por cabeça? — Eu penso assim ». Depoimento de sir Charles Hotham, comandante da Esquadra inglêsa na África ocidental. Abril 1849. *First Report from the Select Committee* (House of Commons) 1849 § 614. O meu cálculo é êsse mesmo tomando £ 40 como preço médio do africano no Brasil.

do. Foi Eusébio quem o disse no seguinte trecho do seu discurso de 16 de julho de 1852, a que já me referi:

A isto [o desequilíbrio entre as duas classes de livres e escravos produzido « pela progressão ascendente do tráfico » que nos anos de 1846, 1847 e 1848 havia triplicado] veio juntar-se o interêsse dos nossos lavradores: a princípio, acreditando que na compra do maior número de escravos consistia o aumento de seus lucros, os nossos agricultores sem advertirem no gravíssimo perigo que ameaçava o país, só tratavam da aquisição de novos braços *comprando-os a crédito,* a pagamento de três a *quatro anos, vencendo no intervalo juros mordentes.* [Aqui segue-se a frase sôbre a mortalidade dos africanos citada em outro capítulo]. Assim os escravos morriam, mas as dívidas ficavam, e com elas os terrenos hipotecados aos especuladores, que compravam os africanos aos traficantes para revender aos lavradores [*Apoiados*]. *Assim a nossa propriedade territorial ia passando das mãos dos agricultores para os especuladores e traficantes* [*Apoiados*]. Essa experiência despertou os nossos lavradores, e fêz-lhes conhecer que achavam sua ruína, onde procuravam a riqueza, e ficou o tráfico desde êsse momento definitivamente condenado.

Grande parte do mesmo capital realizado foi empregada na edificação do Rio de Janeiro e da Bahia, mas o restante foi exportado para Portugal, que tirou assim do Tráfico, como tem tirado da escravidão no Brasil não menores lucros do que a Espanha tirou dessas mesmas fontes em Cuba.

Ninguém, entretanto, se lembra de lamentar o dinheiro desperdiçado nesse ignóbil comércio, porque os seus prejuízos morais deixaram na sombra todos os lucros cessantes e tôda a perda material do país. O brasileiro que lê hoje os papéis do Tráfico, para sempre preservados como o arquivo de uma das emprêsas mais sombrias a que jamais se lançou a especulação sem consciência que deslustra as conquistas civilizadoras do comércio, não atende senão a monstruosidade do crime e aos algarismos que dão a medida dêle. O lado econômi-

co é secundário, e o fato de haver sido êste o principal, segundo a própria demonstração de Eusébio, tanto para triplicar de 1846 a 1848 o comércio, como para estingui-lo dois anos depois, prova sòmente a cegueira com que o país todo animava essa revoltante pirataria. Os poucos homens a quem êsse estado de coisas profundamente revoltava, como por exemplo os Andradas, nada podiam fazer para modificá-lo. Os ousados traficantes de negros novos encastelados na sua riqueza mal adquirida eram onipotentes, e levantavam contra quem ousava erguer a voz para denunciar-lhes o comércio as acusações de *estrangeiros*, de aliados da Inglaterra, de cúmplices das humilhações infligidas ao país.

O verdadeiro patriotismo, isto é, o que concilia a pátria com a humanidade, não pretende mais que o Brasil tivesse o direito de ir com a sua bandeira, à sombra do Direito das gentes, criado para a proteção e não para a destruição da nossa espécie, roubar homens na África e transportá-los para o seu território.

Sir James Hudson qualificou uma vez o argumento «da dignidade nacional», que o nosso Govêrno sempre apresentava, nos seguintes têrmos: «Uma dignidade que se procura manter à custa da honra nacional, da deterioração dos interêsses do país, da degradação gradual, mas certa do seu povo». Estas palavras não eram merecidas em 1850 quando foram escritas; mas aplicam-se, com a maior justiça, ao longo período de 1831 até aquêle ano.

Êsse é o sentimento da atual geração. Todos nós fazemos votos para que, se alguma outra vez em nossa história, aterrando o govêrno, prostituindo a justiça, corrompendo as autoridades e amordaçando o parlamento, algum outro poder, irresistível como foi o Trá-

fico, se senhorear da nossa bandeira e subjugar as nossas leis, para infligir um longo e atroz martírio nas mesmas condições a um povo de outro continente ou de outro país, essa pirataria não dure senão o tempo de ser esmagada, com todos os seus cúmplices, por qualquer nação que o possa fazer.

A soberania nacional, para ser respeitada, deve conter-se nos seus limites; não é ato de soberania nacional o roubo de estrangeiros para o cativeiro. Cada tiro dos cruzadores inglêses que impedia tais homens de serem internados nas fazendas e os livrava da escravidão perpétua, era um serviço *à honra nacional*. Êsse pano verde-amarelo, que os navios negreiros içavam à pôpa, era apenas uma profanação da nossa bandeira. Essa, êles não tinham o direito de a levantar nos antros flutuantes que prolongavam os barracões da costa de Angola e Moçambique até à costa da Bahia e do Rio de Janeiro. A lei proibia semelhante insulto ao nosso pavilhão, e quem o fazia não tinha direito algum de usar dêle.

Estas idéias podem hoje ser expressas com a nobre altivez de um patriotismo que não confunde os limites da pátria com o círculo das depredações traçado no mapa do globo por qualquer bando de aventureiros; a questão é se a geração atual, que odeia sinceramente o Tráfico e se acha tão longe dêle como da Inquisição e do Absolutismo, não deve pôr-lhe efetivamente têrmo, anulando aquela parte das suas transações que não tem o menor vislumbre de legalidade. Se o deve, é preciso acabar com a escravidão que não é senão o Tráfico, tornado permanente e legitimado, do período em que a nossa lei interna já o havia declarado criminoso e no qual todavia êle foi levado por diante em escala e proporções nunca vistas.

ILEGALIDADE DA ESCRAVIDÃO

«As nações como os homens devem muito prezar a sua reputação». EUSÉBIO DE QUEIRÓS.

VIMOS o que foi o Tráfico. Pois bem, essa trilogia infernal, cuja primeira cena era a África, a segunda o mar, a terceira o Brasil, é tôda a nossa escravidão. Que semelhante base é perante a moral monstruosa; que a nossa lei não podia reduzir africanos, isto é, estrangeiros, a escravos; que os filhos dêsses africanos continuam a sofrer a mesma violência que seus pais, e por isso o título por que são possuídos, o fato do nascimento, não vale mais perante qualquer direito, que não seja a legalização brutal da pirataria, do que o título de propriedade sôbre aquêles: são princípios que estão para a consciência humana fora de questão. Mas, mesmo perante a legalidade estrita, ou perante a legalidade abstraindo da competência e da moralidade da lei, a maior parte dos escravos entre nós são homens livres criminosamente escravizados.

Com efeito, a grande maioria dêsses homens, sobretudo no Sul, ou são africanos, importados depois de 1831, ou descendentes dêstes. Ora, em 1831 a lei de 7 de novembro declarou no seu artigo 1.º: «Todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil vindos de fora ficam livres». Como se sabe, essa lei nunca foi posta em execução, porque o Govêrno brasileiro não podia lutar com os traficantes; mas nem por isso deixa ela de ser a carta de liberdade de todos os importados depois da sua data.

Que antes de 1831, pela facilidade de aquisição de africanos, a mortalidade dos nossos escravos, ou *da Costa* ou *crioulos*, era enorme, é um fato notório. «É sabido, dizia Eusébio de Queirós em 1852 na Câmara dos Deputados, que a maior parte dêsses infelizes [os escravos importados] são ceifados logo nos primeiros anos, pelo estado desgraçado a que os reduzem os maus tratos da viagem, pela mudança de clima, de alimentos e todos os hábitos que constituem a vida» (1). Dêsses africanos, porém, — quase todos eram capturados na mocidade — introduzidos antes de 1831, bem poucos restarão hoje, isto é, depois de cinqüenta anos de escravidão na América a juntar aos anos com que vieram da África; e, mesmo sem a terrível mortalidade, de que deu testemunho Eusébio, entre os recém-chegados, pode-se afirmar que quase todos os africanos vivos foram introduzidos criminosamente no país.

Vejamos, porém, um depoimento altamente insuspeito relativamente à mortalidade das «crias» até à época mais ou menos em que o tráfico transatlântico foi efetivamente suprimido.

É fato incontestado [depõe o sr. Cristiano Otôni] que, enquanto era baixo o preço dos escravos, raras crias vingavam nas fazendas. Viajava-se pelos municípios de Piraí, Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, observando os eitos do serviço... quase tudo africanos. Notava-se uma exceção, e não havia muitas outras, de uma grande fazenda cujo proprietário órfão se educava em um país estrangeiro: essa povoava-se notàvelmente de crioulos: por que? Por contrato uma parte dos que vingavam pertencia ao administrador: sempre o interêsse. Em tôdas as palestras entre fazendeiros se ouvia êste cálculo: «Compra-se um negro por 300$000: colhe no ano 100 arrôbas de café que

(1) Discurso de 16 de julho. A essas causas deve acrescentar-se a nostalgia, segundo depoimentos oficiais.

produzem líquido pelo menos o seu custo; daí por diante tudo é lucro. Não vale a pena aturar as crias que só depois de dezesseis anos darão igual serviço. E em conseqüência as negras pejadas e as que amamentavam não eram dispensadas da enxada: duras fadigas impediram em umas o regular desenvolvimento do feto, em outras minguavam a secreção do leite, em quase tôdas geravam o desmazêlo pelo tratamento dos filhos e daí as doenças e morte às pobres crianças. Quantos cresciam? Não há estatísticas que o digam, mas, se dos expostos da Côrte só vingavam 9 a 10%, como então provou no Senado o sr. visconde de Abaeté, dos nascidos na escravidão não escapavam certamente mais de 5%» (1).

«Devemos falar com a maior franqueza — disse na Câmara um deputado, ex-ministro de Estrangeiros, insuspeito à lavoura — porque a questão é grave. Cumpre que se diga: a maior parte dos proprietários, no interêsse de evitar dúvidas que de futuro se pudessem dar a respeito, trataram de dar os escravos à matrícula como tendo sido importados antes da lei de 1831». Êsse mesmo orador encarregou-se de demonstrar em seguida a ilegalidade da escravidão:

Demais a proceder a opinião dos nobres deputados, pois que o feto, segundo o direito romano transplantado para o nosso, segue a condição do ventre, serão livres não só os escravos importados depois daquela data, como tôda a sua descendência. Coloquemos a questão no seu verdadeiro terreno. Se, como demonstrei, sòmente no período de 10 anos, de 1842 a 1852, como consta dos documentos oficiais, foram importados 326.317 africanos, e não sabendo nós quantos teriam sido importados no período anterior de 11 anos depois da lei de 1831, pergunto: quantos dos atuais escravos poderiam rigorosamente ser considerados como tais, a prevalecer a opinião que combato? (2).

---

(1) *A Emancipação dos Escravos.* Parecer de C. B. Otôni, 1871, págs. 66-68.

(2) Sessão de 22 de novembro de 1880, discurso do sr. Moreira de Barros. — *Jornal do Comércio,* de 23 de novembro.

Menos da metade, seguramente, *a prevalecer* a lei de 7 de novembro. Mas a história dessa lei é uma página triste do nosso passado e do nosso presente. Os africanos, que o pirata negreiro, navegando sob a bandeira brasileira — a maior parte dos traficantes, e os mais célebres dentre êles, os que têm a seu crédito nos *Livros Azuis* inglêses maior número de vítimas, eram estrangeiros e, para vergonha de Portugal e nossa também, portuguêses — ia buscar aos depósitos da África e desembarcava nos da costa do Brasil, não acharam quem os pusesse em liberdade, como a lei o exigia. As únicas reclamações a favor dêles eram feitas pelos Ministros inglêses, e ouvidas no Parlamento da Inglaterra. Leia-se o seguinte trecho de um discurso de lord Brougham em 1842: não seria mais honroso para nós se, em vez de ser proferido na Câmara dos Lords da Inglaterra pelo grande orador — lord Brougham pediu mais tarde a revogação do chamado *Bill Aberdeen*, ou *Brazilian Act* — aquêle discurso houvesse ecoado em nossas Câmaras?

Em primeiro lugar, disse êle, temos a declaração expressa de um homem de bem no Senado do Brasil, de que a lei que aboliu o tráfico de escravos é notòriamente letra morta, tendo caído em desuso. Em segundo lugar temos uma petição ou memorial da Assembléia Provincial da Bahia ao Senado urgindo pela revogação da lei; não que ela os incomode muito, mas porque a cláusula de que os escravos importados depois de 1831 são livres, embaraça a transação da venda e torna inconveniente possuir negros há pouco introduzidos no país. Eu encontro outra Assembléia Provincial, a de Minas Gerais, pedindo a mesma coisa com iguais fundamentos. Depois de insistir nos perigos para o país da falta de negros, o memorial acrescenta: — « Acima de tudo, o pior de todos êsses males, é a imoralidade que resulta de habituarem-se os nossos cidadãos a violar as leis debaixo das vistas das próprias autoridades! » Eu realmente acredito que a história tôda da desfaçatez humana não apresente uma passagem que possa rivalizar com essa — nenhum outro exemplo de

ousadia igual. Temos neste caso uma Legislatura Provincial que se apresenta por parte dos piratas e dos seus cúmplices, os agricultores, que aproveitam com a pirataria comprando-lhes os frutos, e em nome dêsses grandes criminosos insta pela revogação da lei que o povo confessa estar violando todos os dias, e da qual êles declaram que não hão de fazer caso enquanto continuar sem ser revogada; pedindo a revogação dessa lei com o fundamento de que, enquanto ela existir, resolvidos como estão a violá-la, êles se vêem na dura necessidade de cometer essa imoralidade adicional debaixo das vistas dos juízes que prestaram o juramento de executar as leis» (1842).

Fato curioso, a lei de 7 de novembro de 1831 que não pôde ser executada, senão muito excepcionalmente, não pôde também ser abolida.

No nosso direito não se revogam cartas de liberdade, e qualquer govêrno, que ousasse propor às Câmaras a legalização do cativeiro dos africanos importados depois de 1831, teria a prova de que a Nação não está inclinada a fazer o que não consente que outros façam. O escândalo continua, mas pela indiferença dos Poderes públicos e impotência da magistratura, composta, também, em parte de proprietários de africanos; e não porque se pretenda sèriamente que a lei de 1831 fôsse jamais revogada.

Grande número dos nossos homens públicos, compreendendo que essa era a chaga maior da nossa escravidão, pretenderam validar de alguma forma a posse de africanos, ilegalmente escravizados, receando a bancarrota da lavoura pela verificação dos seus títulos de propriedade legítima. Não devemos condenar os nossos estadistas pelas opiniões que emitiram em relação à escravidão, quando os vemos dominados pelo receio de uma catástrofe social; mas nós, hoje, sabemos que tais receios não têm mais razão de ser, e que a mora-

lização do país só pode dar em resultado o seu desenvolvimento progressivo e o seu maior bem-estar.

Até ontem, por outro lado, temia-se que a execução pela magistratura da lei de 7 de novembro desse lugar a ações intentadas por africanos importados antes de 1831, pretendendo havê-lo sido depois; mas neste momento os africanos legalmente importados têm todos cinqüenta e dois anos no mínimo, e salvo uma ou outra exceção, havendo sido importados com mais de quinze anos, são quase setuagenários. Se algum dêsses infelizes, enganando a justiça, conseguisse servir-se da lei de 7 de novembro para sair de um cativeiro que se estendeu além da média da vida humana, a sociedade brasileira não teria muito que lamentar nesse abuso isolado e quase impossível, de uma lei um milhão de vêzes violada.

Não há dúvida que a geração de 1850 entendia, como o disse Eusébio, que « deixar subsistir essa legislação [a lei de 7 de novembro] para o passado, era anistiá-lo », e que « os escravos depois de internados e confundidos com os outros » não poderiam mais apelar para os benefícios que ela concedia; não há dúvida, também, que êsse pensamento político predominante em 1850, de legitimar a propriedade sôbre os africanos introduzidos depois de 1831, aquela geração não teve a coragem de exará-lo na lei, e confiou-o inteiramente à passividade cúmplice da magistratura, e ao consenso do país. Aconteceu assim o que era natural. À geração educada na tolerância do Tráfico sucedeu outra que o considera o maior de todos os crimes, e que, se não desenterra do Livro Negro da Secretaria da Justiça os nomes e os atos dos traficantes, para não causar pena desnecessária a pessoas que nada

têm com isso, não julga menos dignos da maior de tôdas as censuras da consciência humana os atos pelos quais, por dinheiro, e só por dinheiro, bandidos do comércio ensoparam durante meio século as mãos no sangue de milhões de desgraçados que nenhum mal lhes haviam feito. Por sua vez, a atual geração, desejosa de romper definitivamente a estreita solidariedade que ainda existe entre o país e o tráfico de africanos, pede hoje a execução de uma lei que *não podia* ser revogada, e não foi, e que todos os africanos ainda em cativeiro, sendo *bona piratarum*, têm direito de considerar como a sua carta de liberdade rubricada pela Regência em nome do Imperador.

Admitindo-se a mortalidade em larga escala dos escravos, não há só probabilidade, há certeza, de que as atuais gerações são *na sua grande maioria* constituídas por africanos do último período, quando acabou legalmente o Tráfico e os braços adquiriram maior valor, e por descendentes dêsses. Por isso Sales Tôrres-Homem disse no Senado aos que sustentavam a legalidade da *propriedade escrava*, num trecho de elevada eloqüência:

> Ao ouvir-se os peticionários falarem tão alto em direito de propriedade, fica-se surpreendido de que se olvidassem tão depressa de que a máxima parte dos escravos que lavram suas terras, são os descendentes dêsses que um tráfico desumano introduziu criminosamente neste país com afronta das leis e dos tratados! Esqueceram-se de que no período de 1830 a 1850 mais de um milhão de africanos foram assim entregues à lavoura, e que para obter essa quantidade de gado humano era necessário duplicar e triplicar o número de vítimas, alastrando-se de seu sangue e de seus cadáveres a superfície dos mares que nos separam da terra do seu nascimento.

Identificada assim a escravidão, como sendo na sua máxima parte a continuação do tráfico ilegal que de 1831 a 1852 introduziu no Brasil, aproximadamente, um

milhão de africanos; provada a sua ilegalidade manifesta em escala tão grande que «a simples revisão dos títulos da propriedade escrava bastaria para extinguila» (1) (isto é, reduzindo o número dos escravos a proporções que os recursos do Estado poderiam liquidar), é a nossa vez de perguntar se não chegou ainda o momento de livrar as vítimas do Tráfico, do cativeiro em que vivem até hoje. Pensem os brasileiros que êsses africanos estão há cinqüenta anos trabalhando sem salário, em virtude do ato de venda efetuado em África por menos de noventa mil réis. Pensem êles que até hoje êsses infelizes estão esperando do arrependimento honesto do Brasil a reparação do crime praticado contra êles, sucessivamente pelos apresadores de escravos nos seus países, pelo exportador da costa, pelos piratas do Atlântico, pelos importadores e armadores, na maior parte estrangeiros, do Rio de Janeiro e da Bahia, pelos traficantes do nosso litoral a sôldo daqueles, pelos comissários de escravos, e por fim pelos compradores, cujo dinheiro alimentava e enriquecia aquelas classes tôdas.

«As nações como os homens devem muito prezar a sua reputação»; mas, a respeito do Tráfico, a verdade é que não salvamos um fio sequer da nossa. O crime nacional não podia ter sido mais escandaloso, e a reparação não começou ainda. No processo do Brasil um milhão de testemunhas hão de levantar-se contra nós, dos sertões da África, do fundo do oceano, dos barracões da praia, dos cemitérios das fazendas, e êsse depoimento mudo há de ser mil vêzes mais valioso para a história do que todos os protestos de generosidade e nobreza d'alma da Nação inteira.

---

(1) *Manifesto da Sociedade Brasileira contra a Escravidão.*

FUNDAMENTOS GERAIS DO ABOLICIONISMO

> « Pouco tempo falta para que a humanidade inteira estabeleça, proteja e garanta por meio do direito internacional o princípio seguinte: Não há propriedade do homem sôbre o homem. A escravidão está em contradição com os direitos que confere a natureza humana, e com os princípios reconhecidos por tôda a humanidade ». BLUNTSCHLI.

NÃO me era necessário provar a ilegalidade de um regímen que é contrário aos princípios fundamentais do direito moderno e que viola a noção mesma do que é o *homem* perante a lei internacional. Nenhum Estado deve ter a liberdade de pôr-se assim fora da comunhão civilizada do mundo, e não tarda, com efeito, o dia em que a escravidão seja considerada legalmente como já o é moralmente, um atentado contra a humanidade tôda. As leis de cada país são remissivas a certos princípios fundamentais, base das sociedades civilizadas, e cuja violação em uma importa uma ofensa a tôdas as outras. Êsses princípios formam uma espécie de direito natural, resultado das conquistas do homem na sua longa evolução; êles são a soma dos direitos com que nasce em cada comunhão o indivíduo, por mais humilde que seja. O direito de viver, por exemplo, é protegido por todos os códigos, ainda mesmo antes do nascimento. Na distância que separa o mundo moderno do antigo, seria tão fácil na Inglaterra, ou em França, legalizar-se o infanticídio como reviver a escravidão. De fato, a escravidão pertence ao número das instituições fósseis, e só existe em nosso período social numa porção retardatária

do globo, que escapa por infelicidade sua à coesão geral. Como a antropofagia, o cativeiro da mulher, a autoridade irresponsável do pai, a pirataria, as perseguições religiosas, as proscrições políticas, a mutilação dos prisioneiros, a poligamia e tantas outras instituições ou costumes, a escravidão é um fato que não pertence naturalmente ao estádio a que já chegou o homem.

A teoria da liberdade pessoal, aceita por tôdas as nações, é a que Bluntschli, o eminente publicista suíço, discípulo de Savigny, define nestes quatro parágrafos do seu *Direito Internacional Codificado*: 1.º «Não há propriedade do homem sôbre o homem. Todo homem é uma pessoa, isto é, um ente capaz de adquirir e possuir direitos» (1). — 2.º «O direito internacional não reconhece a nenhum Estado e a nenhum particular o direito de ter escravos». — 3º. «Os escravos estrangeiros

---

(1) § 360. Esta é a nota que acompanha o parágrafo: « Êste princípio, indicado pela natureza e conhecido dos jurisconsultos romanos, foi todavia desprezado durante séculos pelos povos, com grande prejuízo próprio. Sendo a escravidão contra a natureza procurava-se na antiguidade justificá-la, fundando-a no uso admitido por tôdas as nações. A civilização européia atenuou êsse abuso vergonhoso de poder, que se decorava com o nome de propriedade e se assimilava à propriedade sôbre animais domésticos; a escravidão foi abolida, e o direito natural do homem acabou por triunfar. A servidão foi abolida na Itália, na Inglaterra, na França, mais tarde na Alemanha, e em nossos dias na Rússia. Formou-se assim pouco a pouco um *Direito europeu* proibindo a escravidão na Europa, e elevando a liberdade pessoal à classe do direito natural do homem. Os Estados Unidos da América do Norte tendo-se pronunciado igualmente contra a escravidão dos negros, e havendo constrangido os Estados recalcitrantes a conceder a liberdade individual e os direitos políticos aos homens de côr, e tendo o Brasil, em 1871, assentado as bases legais da libertação dos escravos, êsse direito humanitário penetrou na América e é hoje reconhecido por todo o mundo cristão. A civilização chinesa havia proclamado desde há muito êsse princípio na Ásia oriental. Não se deverá mais no futuro deixar os Estados, sob pretexto de que são soberanos, introduzir ou conservar a escravidão no seu território; dever-se-á entretanto respeitar as medidas transitórias tomadas por um Estado para fazer os escravos chegarem gradualmente à liberdade. A soberania dos Estados não se pode exercer de modo a anular o direito mais elevado, e mais geral da humanidade,

tornam-se livres de pleno direito desde que pisam o solo de um Estado livre, e o Estado que os recebe é obrigado a fazer respeitar-lhes a liberdade». — 4.º «O comércio de escravos e os mercados de escravos não são tolerados em parte alguma. Os estados civilizados têm o direito e o dever de apressar a destruição dêsses abusos onde quer que os encontrem» (1).

Êsses princípios cardeais da civilização moderna reduzem a escravidão a um fato brutal que não pode socorrer-se à lei particular do Estado, porque a lei não tem autoridade alguma para sancioná-la. A lei de um país só poderia, em tese, sancionar a escravidão dos seus nacionais, não a de estrangeiros. A lei brasileira não tem moralmente poder para autorizar a escravidão de africanos, que não são súditos do Império. Se o pode fazer com africanos, pode fazê-lo com inglêses, franceses, alemães. Se não o faz com êstes, mas sòmente com aquêles, é porque êles não gozam da proteção de nenhum Estado. Mas, quanto à competência que tem o Brasil, para suprimir a liberdade pessoal de pessoas existentes dentro do seu território, essa nunca poderia ir além dos seus próprios nacionais.

Se os escravos fôssem *cidadãos brasileiros*, a lei particular do Brasil poderia talvez, e em tese, aplicar-se a êles;

---

porque os Estados são um organismo humano, e devem respeitar os direitos em tôda a parte reconhecidos aos homens». *Le Droit International Codifié*, tradução de M. C. Lardy, 2.ª ed. Nesta nota se diz com razão que o mundo civilizado não deve empregar a sua fôrça coletiva contra um país, como o Brasil, que já tomou medidas transitórias e em princípio condenou a escravidão; mas enquanto esta durar, está claro que continuaremos a *exercer* a nossa *soberania* para *anular* o *direito mais elevado e mais geral da humanidade*: a liberdade pessoal.

(1) Infelizmente, seja dito de passagem, o comércio e os mercados de escravos existem ainda (1883) em nossas capitais, sob as vistas dos estrangeiros, sem limitação nem regulamento algum de moralidade, tão livres e bárbaros como nos viveiros da África central que alimentam os haréns do Oriente.

de fato não poderia, porque, pela Constituição, os cidadãos brasileiros não podem ser reduzidos à condição de escravos. Mas os escravos *não são* cidadãos brasileiros, desde que a Constituição só proclama tais os ingênuos e os libertos. Não sendo cidadãos brasileiros êles ou são estrangeiros ou não têm pátria, e a lei do Brasil não pode autorizar a escravidão de uns nem de outros, que não estão sujeitos a ela pelo Direito internacional no que respeita à liberdade pessoal. A ilegalidade da escravidão é assim insanável, quer se a considere no texto e nas disposições da lei, quer nas fôrças e na competência da mesma lei.

Mas os fundamentos do Abolicionismo não se reduzem às promessas falsificadas na execução, aos compromissos nacionais repudiados, nem ao sentimento da honra do país compreendida como a necessidade moral de cumprir os seus tratados e as suas leis com relação à liberdade e de conformar-se com a civilização no que ela tem de mais absoluto. Além de tudo isso, e da ilegalidade insanável da escravidão perante o direito social moderno e a lei positiva brasileira, o Abolicionismo funda-se numa série de motivos políticos, econômicos, sociais e nacionais, da mais vasta esfera e do maior alcance. Nós não queremos acabar com a escravidão sòmente porque ela é ilegítima em face do progresso das idéias morais de cooperação e solidariedade; porque é ilegal em face da nossa legislação do período do Tráfico; porque é uma violação da fé pública, expressa em tratados como a Convenção de 1826, em leis como a de 7 de novembro, em empenhos solenes como a carta Martim Francisco, a iniciativa do conde d'Eu no Paraguai, e as promessas dos estadistas responsáveis pela marcha dos negócios públicos.

Queremos acabar com a escravidão por êsses motivos seguramente, e mais pelos seguintes:

1. Porque a escravidão, assim como arruína econômicamente o país, impossibilita o seu progresso material, corrompe-lhe o caráter, desmoraliza-lhe os elementos constitutivos, tira-lhe a energia e a resolução, rebaixa a política; habitua-o ao servilismo, impede a imigração, desonra o trabalho manual, retarda a aparição das indústrias, promove a bancarrota, desvia os capitais do seu curso natural, afasta as máquinas, excita o ódio entre classes, produz uma aparência ilusória de ordem, bem-estar e riqueza, a qual encobre os abismos de anarquia moral, de miséria e destituição, que do Norte ao Sul margeiam todo o nosso futuro.

2. Porque a escravidão é um pêso enorme que atrasa o Brasil no seu crescimento em comparação com os outros Estados sul-americanos que a não conhecem; porque, a continuar, êsse regímen há de forçosamente dar em resultado o desmembramento e a ruína do país; porque a conta dos seus prejuízos e lucros cessantes reduz a nada o seu apregoado ativo, e importa em uma perda nacional enorme e contínua; porque sòmente quando a escravidão houver sido de todo abolida, começará a vida normal do povo, existirá mercado para o trabalho, os indivíduos tomarão o seu verdadeiro nível, as riquezas se tornarão legítimas, a honradez cessará de ser convencional, os elementos de ordem se fundarão sôbre a liberdade, e a liberdade deixará de ser privilégio de classe.

3. Porque só com a emancipação total podem concorrer para a grande obra de uma pátria comum, forte e respeitada, os membros todos da comunhão que atual-

mente se acham em conflito, ou uns com os outros, ou consigo mesmos: os escravos, os quais estão fora do grêmio social; os senhores, os quais se vêem atacados como representantes de um regímen condenado; os inimigos da escravidão, pela sua incompatibilidade com esta; a massa, inativa, da população, a qual é vítima dêsse monopólio da terra e dessa maldição do trabalho; os brasileiros em geral que ela condena a formarem, como formam, uma nação de proletários.

Cada um dêsses motivos, urgente por si só, bastaria para fazer refletir sôbre a conveniência de suprimir, depois de tanto tempo, um sistema social tão contrário aos interêsses de tôda a ordem de um povo moderno, como é a escravidão. Convergentes, porém, e entrelaçados, êles impõem tal supressão como uma reforma vital que não pode ser adiada sem perigo. Antes de estudar-lhe as influências fatais exercidas sôbre cada uma das partes do organismo, vejamos o que é ainda hoje, no momento em que escrevo, sem perspectiva de melhora imediata, a escravidão no Brasil.

A ESCRAVIDÃO ATUAL

> « Bárbara na origem; bárbara na lei; bárbara em tôdas as suas pretensões; bárbara nos instrumentos de que se serve; bárbara em suas conseqüências; bárbara de espírito; bárbara onde quer que se mostre; ao passo que cria bárbaros e desenvolve em tôda a parte, tanto no indivíduo como na sociedade a que êle pertence, os elementos essenciais dos bárbaros ». CHARLES SUMNER.

DESDE que foi votada a lei de 28 de setembro de 1871 o Govêrno brasileiro tratou de fazer acreditar ao mundo que a escravidão havia acabado no Brasil. Uma propaganda voltada para êle começou a espalhar que os escravos iam sendo gradualmente libertados em proporção considerável e que os filhos das escravas nasciam *completamente* livres. A mortalidade dos escravos é um detalhe que nunca aparece nessas estatísticas falsificadas, cuja idéia é que a mentira no exterior habilita o Govêrno a não fazer nada no país e deixar os escravos entregues à sua própria sorte.

Todos os fatos de manumissão — honrosíssimos para o Brasil — formam um admirável alto-relêvo no campo da mortalidade que nunca atrai a atenção, ao passo que os crimes contra escravos, o número de africanos ainda em cativeiro, a caçada de negros fugidos, os preços flutuantes da carne humana, a educação dos *ingênuos* na escravidão, o aspecto mesmíssimo dos ergástulos rurais: tudo o que é indecoroso, humilhante, triste para o Govêrno, é cuidadosamente suprimido.

A êsse respeito citarei um único resultado dêsse sistema, talvez o mais notável.

Na biografia de Augustin Cochin, pelo conde de Falloux, há um trecho relativo ao artigo daquele ilustre abolicionista sôbre a nossa lei de 28 de setembro. Depois de referir-se aos votos que Cochin fizera, anteriormente, no seu livro *L'abolition de l'esclavage,* pela abolição no Brasil, diz o seu biógrafo e amigo:

> Êsse voto foi ouvido; a emancipação foi decretada em 1870 [sic], e M. Cochin pode legìtimamente reivindicar a sua parte nesse grande ato. O seu livro produzira viva sensação na América; os chefes do movimento abolicionista tinham-se pôsto em comunicação com o autor; êle mesmo havia dirigido respeitosas, mas urgentes instâncias ao Govêrno brasileiro. O Imperador, que as não havia esquecido, quando veio à Europa, conversou muito com M. Cochin. Êste não aprovava inteiramente a nova lei; achava-a muito lenta, muito complicada; ela não satisfazia inteiramente suas vastas aspirações; mas apesar de defeitos, marcava um progresso bastante real para merecer ser assinalado. M. Cochin consagrou-lhe um artigo inserido na *Revue des Deux Mondes,* talvez o último escrito que lhe saiu da pena. Hoje [1875] a lei de emancipação começa a dar fruto; o desenvolvimento da produção aumenta com o desenvolvimento do trabalho livre; o Govêrno, surpreendido com os prodigiosos resultados obtidos, procura acelerá-los consagrando seis milhões por ano à libertação dos *últimos* escravos.

Estas últimas palavras, das quais grifei uma, são significativas, e realmente expressam o que o Govêrno queria desde então que se acreditasse na Europa. Em 1875 apenas o fundo de emancipação havia sido distribuído *pela primeira vez,* e já o desenvolvimento da produção aumentava com o desenvolvimento do trabalho livre; o Govêrno estava surpreendido com os prodigiosos resultados da lei, e consagrava seis milhões de francos por ano (2.400 contos) à libertação dos últimos escravos. Quem escrevia isso era um homem da autoridade do conde de Falloux, cujas relações com a família de Orléans provàvelmente lhe deram alguma vez ensejo de

ter informações oficiais, num assunto que particularmente interessa à biografia da Princesa Imperial. Era preciso todo o sentimento abolicionista de Cochin para ver através de tôdas elas o destino sempre o mesmo dos escravos, e foi isso que o levou a escrever: « A nova lei era necessária; mas é incompleta e inconseqüente, eis aí a verdade ».

O país, porém, conhece a questão tôda, e sabe que depois da lei de 28 de setembro a vida dos escravos não mudou nada, senão na pequena porção dos que têm conseguido forrar-se esmolando pela sua liberdade. É preciso, todavia, para se não dizer que em 1883, quando êste livro estava sendo escrito, os Abolicionistas tinham diante de si não a escravidão antiga, mas outra espécie de escravidão, modificada para o escravo por leis humanas e protetoras, e relativamente justas, que definamos a sorte e a condição do escravo hoje em dia perante a lei, a sociedade, a justiça pública, o senhor e finalmente êle próprio. Fá-lo-ei em traços talvez rápidos demais para um assunto tão vasto.

Quem chega ao Brasil e abre um dos nossos jornais encontra logo uma fotografia da escravidão atual, mais verdadeira do que qualquer pintura. Se o Brasil fôsse destruído por um cataclismo, um só número, ao acaso, de qualquer dos grandes órgãos da imprensa, bastaria para conservar para sempre as feições e os caracteres da escravidão, tal qual existe em nosso tempo. Não seriam precisos outros documentos para o historiador restaurá-la em tôda a sua estrutura e segui-la em tôdas as suas influências.

Em qualquer número de um grande jornal brasileiro — exceto, tanto quanto sei, na Bahia, onde a imprensa da capital deixou de inserir anúncios sôbre escravos —

encontram-se, com efeito, as seguintes classes de informações que definem completamente a condição presente dos escravos: Anúncios, de compra, venda e aluguel de escravos, em que sempre figuram as palavras *mucama, moleque, bonita peça, rapaz, pardinho, rapariga de casa de família* (as mulheres livres anunciam-se como *senhoras* a fim de melhor se diferençarem das escravas); editais para praças de escravos, espécie curiosa e da qual o último espécimen de Valença, é um dos mais completos (1); anúncios de negros fugidos acompanhados em muitos jornais da conhecida vinheta do negro descalço com a trouxa ao ombro, nos quais os escravos são descritos muitas vêzes pelos sinais de castigos que sofreram, e se oferece uma gratificação, não raro de um conto de réis, a quem o apreender e o levar ao seu dono — o que é um estímulo à profissão de capitães do mato; notícias de manumissões, bastante numerosas; narrações de crimes cometidos por escravos contra os senhores, mas sobretudo contra os agentes dos senhores, e de crimes

---

(1) «Valença. Praça. Em praça do juízo da provedoria dêste têrmo que terá lugar no dia 26 de outubro do corrente ano, no paço da Câmara Municipal desta cidade, depois da audiência do costume, e de conformidade com o Decreto n.º 1.695 de 15 de setembro de 1869, serão arrematados os escravos seguintes» — segue-se a lista de mais de cem escravos, da qual copio os seguintes *itens*: — «Joaquim, Mina, quebrado, 51 anos, avaliado por 300$; Agostinho, prêto, morfético, avaliado por 300$; Pio, Moçambique, tropeiro, 47 anos, avaliado por 200$; Bonifácio, Cabinda, 47 anos, doente, avaliado por 1:000$; Marcelina, crioula, 10 anos, filha de Emiliana, avaliada por 800$; Manuel, Cabinda, 76 anos, cego, avaliado por 50$; João, Moçambique, 86 anos, avaliado por 50$», seguem-se as avaliações dos serviços de diversos ingênuos também postos em almoeda. Nesse edital são oferecidos africanos importados *depois* de 1831, crianças nascidas *depois* de 1871, cegos, morféticos e velhos de mais de oitenta anos, e por fim *ingênuos* como tais. É um resumo da escravidão, em que nenhuma geração foi esquecida e nenhum abuso escapou, e por isso merece ser arquivado como um documento de paleontologia moral muito precioso para o futuro. Em Itaguaí acaba-se de pôr em praça judicial um escravo anunciado desta forma: Militão, de 50 anos, está doido, avaliado por 100$. Edital de 23 de abril de 1883.

cometidos por êstes contra aquêles, castigos bárbaros e fatais, que formam, entretanto, uma insignificantíssima parte dos abusos do poder dominical, porque êstes raro chegam ao conhecimento das autoridades, ou da imprensa, não havendo testemunhas nem denunciantes nesse gênero de crime.

Encontram-se, por fim, declarações repetidas de que a escravidão entre nós é um estado muito brando e suave para o escravo, de fato melhor para êste do que para o senhor, tão feliz pela descrição, que se chega a supor que os escravos, se fôssem consultados, prefeririam o cativeiro à liberdade; o que tudo prova, apenas, que os jornais e os artigos não são escritos por escravos, nem por pessoas que se hajam mentalmente colocado, por um segundo, na posição dêles.

Mais de um livro estrangeiro de viagens, em que há impressões do Brasil, trazem a reprodução dêsses anúncios, como o melhor meio de ilustrar a escravidão local. Realmente não há documento antigo, preservado em hieróglifos nos papiros egípcios ou em caracteres góticos nos pergaminhos da Idade Média, em que se revele uma ordem social mais afastada da civilização moderna do que êsses tristes anúncios da escravidão, os quais nos parecem efêmeros, e formam, todavia, a principal feição da nossa História. A posição legal do escravo resume-se nestas palavras: a Constituição não se ocupou dêle. Para poder conter princípios como êstes: «Nenhum cidadão pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei. Todo o cidadão tem em sua casa um asilo inviolável... A lei será igual para todos... Ficam abolidos todos os privilégios. Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e tôdas as mais penas cruéis.. Nenhuma pena

passará da pessoa do delinqüente; nem a infâmia do réu se transmitirá aos parentes em qualquer grau que seja... É garantido o *direito de propriedade em tôda a sua plenitude*». Era preciso que a Constituição não contivesse uma só palavra que sancionasse a escravidão.

Qualquer expressão que o fizesse incluiria naquele código de liberdades a seguinte restrição: «Além dos cidadãos a quem são garantidos êsses direitos, e dos estrangeiros a quem serão tornados extensivos, há no país uma classe sem direito algum: a dos escravos. O escravo será obrigado a fazer, ou a não fazer, o que lhe fôr ordenado pelo seu senhor, seja em virtude da lei, seja contra a lei, que não lhe dá o direito de desobedecer. O escravo não terá um único asilo inviolável, nem nos braços da mãe, nem à sombra da cruz, nem no leito de morte; no Brasil não há cidades de refúgio. Êle será objeto de todos os privilégios, revogados para os outros; a lei não será igual para êle porque está fora da lei, e o seu bem-estar material e moral será tão regulado por ela como o é o tratamento dos animais; para êle continuará de fato a existir a pena, abolida, de *açoites* e a *tortura*, exercida senão com os mesmos instrumentos medievais, com maior constância ainda em arrancar a confissão, e com a devassa diária de tudo o que há de mais íntimo nos segredos humanos. Nessa classe a pena da escravidão, a pior de tôdas as penas, transmite-se, com a infâmia que a caracteriza, de mãe a filhos, sejam êsses filhos do próprio senhor».

Está assim uma nação *livre*, filha da Revolução e dos Direitos do Homem, obrigada a empregar os seus juízes, a sua polícia, se preciso fôr o seu exército e a sua armada, para forçar homens, mulheres e crianças a trabalhar noite e dia, sem salário.

Qualquer palavra que desmascarasse essa triste constituição social reduziria o foral das liberdades do Brasil, e o seu regímen de completa igualdade na Monarquia democratizada, a uma impostura transparente; por isso a Constituição não falou em escravos, nem regulou a condição dêsses. Isso mesmo era uma promessa, a êsses infelizes, de que o seu estado era todo transitório, a atribuir-se lógica à vergonha mostrada pelos que nos constituíram por aquêle decreto.

Em 1855 o Govêrno encarregou um dos mais eminentes dos nossos jurisconsultos, o sr. Teixeira de Freitas, de consolidar o direito pátrio. Êsse trabalho, que é a *Consolidação das Leis Civis,* e já teve três edições, apareceu sem nenhum artigo referente a escravos. Pela Constituição *não existia* a escravidão no Brasil: A primeira codificação geral do nosso direito continuou essa ficção engenhosa. A verdade é que ofende a susceptibilidade nacional o confessar que somos — e não o sermos — um país de escravos, e por isso não se tem tratado de regular a condição dêstes.

«Cumpre advertir, dizia o autor da *Consolidação,* que não há um só lugar do nosso texto, onde se trate de escravos. Temos, é verdade, a escravidão entre nós; mas se êsse mal é uma exceção que lamentamos, condenada a extinguir-se em época mais ou menos remota, façamos também uma exceção, um capítulo avulso na reforma das nossas Leis civis; não as maculemos com disposições vergonhosas, que não podem servir para a posteridade; fique o *estado de liberdade* sem o seu correlativo odioso. As leis concernentes à escravidão (que não são muitas) serão pois classificadas à parte, e formarão nosso *Código Negro.*»

Tudo isso seria muito *patriótico* se melhorasse de qualquer forma a posição dos escravos. Mas quando não se legisla sôbre êstes porque a escravidão é repugnante, ofende o patriotismo (1), é uma vista que os nervos de uma nação delicada não podem suportar sem crise, e outros motivos igualmente ridículos, desde que no país noite e dia se pratica a escravidão e todos se habituaram, até a mais completa indiferença, a tudo o que ela tem de desumano e cruel, à vivisseção moral a que ela continuamente submete as suas vítimas, êsse receio de *macular as nossas leis civis com disposições vergonhosas* só serve para conservar aquelas no estado bárbaro em que se acham.

As disposições do nosso *Código Negro* são muito poucas. A escravidão não é um contrato de locação de

---

(1) A escravidão nos coloca muitas vêzes em dificuldades exteriores mal conhecidas aliás do país — apesar de conhecidas nas Chancelarias estrangeiras. Uma dessas ocorreu com a França a propósito da celebração de um tratado de extradição de criminosos. Em 1857 não se pôde celebrar um tal tratado porque o Brasil fêz questão da devolução de escravos prófugos. Em 1868 tratou-se novamente de fazer um tratado, e surgiu outra dificuldade: a França exigia que se lhe garantisse que os escravos cuja extradição fôsse pedida seriam tratados como os outros cidadãos brasileiros. « Não fiz menção no projeto, escrevia o sr. Paranhos ao sr. Roquette, transmitindo-lhe um projeto de tratado, dos casos relativos a escravos porque não havia necessidade uma vez que entram na regra geral. *Demais tenho grande repugnância em escrever essa palavra em documento internacional* ». O Govêrno francês, porém, tinha também a sua honra a zelar, não partilhava essa repugnância, e precisava de garantir a sorte dos antigos escravos que extraditasse. Daí a insistência do sr. Gobineau em ter um protocolo estabelecendo que, quando se reclamasse a extradição de um escravo, o Govêrno francês teria inteira faculdade de conceder ou recusar a entrega do acusado, examinando cada caso, pedindo as justificações que lhe parecessem indispensáveis. Semelhante protocolo, declarou ainda o ministro de Napoleão III, não constituiria uma cláusula secreta, mas, sem ter nenhuma intenção de dar-lhe publicidade inútil, a França conservaria tôda liberdade a êsse respeito. Êsse documento nunca foi publicado, que me conste. Até quando teremos uma instituição que nos obriga a falsificar a nossa Constituição, as nossas leis, tratados, estatísticas e livros, para escondermos a vergonha que nos queima o rosto e que o mundo inteiro está vendo?

serviços que imponha ao que se obrigou certo número de deveres definidos para com o locatário. É a posse, o domínio, o sequestro de um homem — corpo, inteligência, fôrças, movimentos, atividade — e só acaba com a morte. Como se há de definir juridicamente o que o senhor pode sôbre o escravo, ou o que êste não pode, contra o senhor? Em regra o senhor pode *tudo*. Se quiser ter o escravo fechado perpètuamente dentro de casa, pode fazê-lo; se quiser privá-lo de formar família, pode fazê-lo; se, tendo êle mulher e filhos, quiser que êles não se vejam e não se falem, se quiser mandar que o filho açoite a mãe, apropriar-se da filha para fins imorais, pode fazê-lo. Imaginem-se tôdas as mais extraordinárias perseguições que um homem pode exercer contra outro, sem o matar, sem separá-lo por venda de sua mulher e filhos menores de quinze anos — e ter-se-á o que *legalmente* é a escravidão entre nós. A Casa de Correção é, ao lado dêsse outro estado, um paraíso. Exceto a idéia do crime — que é pior do que a sorte do escravo mais infeliz, tomando-se por exemplo um condenado inocente — não há comparação entre um regímen de obrigações certas, de dependência da lei e dos seus administradores, e um regímen de sujeição como sua *propriedade*, a um indivíduo, que pode ser um louco ou um bárbaro.

Quanto à capacidade civil, pela lei de 28 de setembro de 1871, é permitido ao escravo a formação de um pecúlio do que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, *por consentimento do senhor*, obtiver do seu trabalho e economias. Mas a aplicação da lei depende inteiramente do senhor, o qual está de posse do escravo, e, portanto, de tudo o que êle tem, num país

onde a proteção da magistratura aos escravos não é espontânea nem efetiva. Quanto à família, é proibido, sob pena de nulidade de venda, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de quinze anos (lei n. 1.695, de 15 de setembro de 1869, artigo 2); mas depende do senhor autorizar o casamento, e se não pode separar por venda, separa quando o quer, pelo tempo que quer, por uma simples ordem. Para resumir fixarei alguns dos principais traços do que é *legalmente* a escravidão em 1883 no Brasil:

1. Os escravos, nascidos antes do dia 28 de setembro de 1871, hoje com onze anos e meio de idade no mínimo, são até a morte *tão* escravos como os das gerações anteriores; o número dêsses, como adiante se verá, é de mais de um milhão.

2. Essa escravidão consiste na obrigação, de quem está sujeito a ela, de cumprir, sem ponderar, as ordens que recebe; de fazer o que se lhe manda, sem direito de reclamar coisa alguma, nem salário, nem vestuário, nem melhor alimentação, nem descanso, nem medicamento, nem mudança de trabalho.

3. Êsse homem, assim escravizado, não tem deveres, para com Deus, para com pais, mulher, ou filhos, para consigo mesmo, que o senhor seja *obrigado* a respeitar e a deixá-lo cumprir.

4. A lei não marca máximo de horas de trabalho, mínimo de salário, regímen higiênico, alimentação, tratamento médico, condições de moralidade, proteção às mulheres, em uma palavra, interfere tanto na sorte da fábrica de uma fazenda quanto na dos animais do serviço.

5. Não há lei alguma que regule as obrigações e os direitos do senhor; qualquer que seja o número de escravos que possua, êle exerce uma autoridade limitada, apenas, pelo seu arbítrio.

6. O senhor pode punir os escravos com castigos moderados, diz o *Código Criminal* que equipara a autoridade dominical ao poder paterno; mas, de fato, à sua vontade, porque a justiça não lhe penetra no feudo; a queixa do escravo seria fatal a êste, como já tem sido (1), e a prática tornou o senhor sobérano.

7. O escravo vive na completa incerteza da sua sorte; se pensa que vai ser vendido, hipotecado, ou dado em penhor, não tem o direito de interrogar o seu dono.

---

(1) Em 1852 o Conselho de Estado teve que considerar os meios de proteger o escravo contra a barbaridade do senhor. Diversos escravos no Rio Grande do Sul denunciaram o seu senhor comum pela morte de um dos escravos da casa. O senhor fôra prêso e estava sendo processado, e tratava-se de garantir os informantes contra qualquer vingança futura da família. A Seção de Justiça propôs que se pedisse ao Poder Legislativo uma medida para que a ação do escravo, em caso de sevícias, para obrigar o senhor a vendê-lo, fôsse intentada *ex-officio*. O Conselho de Estado (Olinda, Abrantes, José Clemente, Holanda Cavalcanti, Alves Branco e Lima e Silva) votou contra a proposta da Seção (Limpo de Abreu, Paraná, Lopes Gama) « por ter em consideração o perigo que pode ter o legislar sôbre a matéria, pondo em risco a segurança, ou ao menos a tranqüilidade da família; por convir nada alterar a respeito da escravidão entre nós, conservando-se tal qual se acha; e por evitar a discussão no Corpo Legislativo sôbre quaisquer novas medidas a respeito de escravos, quando já se tinha feito quanto se podia e convinha fazer na efetiva repressão do tráfico ». Paraná cedeu à maioria, Araújo Viana também, e os conselheiros Maia, Lopes Gama e Limpo de Abreu formaram a minoria. E' justo não omitir que Holanda Cavalcanti sugeriu a desapropriação do escravo seviciado, pelo Govêrno e o Conselho de Estado. O Imperador deu razão à maioria. As idéias de 1852 são as de 1883. Era tão perigoso então, por ser igualmente inútil, queixar-se um escravo às autoridades como o é hoje. O escravo precisa ter para queixar-se do senhor a mesma fôrça de vontade e resolução que para fugir ou suicidar-se, sobretudo se êle deixa algum refém no cativeiro.

8. Qualquer indivíduo que saia da Casa de Correção ou esteja dentro dela, por mais perverso que seja, brasileiro ou estrangeiro, pode possuir ou comprar uma família de escravos respeitáveis e honestos, e sujeitá-los aos seus caprichos.

9. Os senhores podem empregar escravas na prostituição, recebendo os lucros dêsse negócio, sem que isso lhes faça perder a propriedade que têm sôbre elas; assim como o pai pode ser senhor do filho.

10. O Estado não protege os escravos de forma alguma, não lhes inspira confiança na justiça pública; mas entrega-os *sem esperança* ao poder implacável que pesa sôbre êles, e que, moralmente, os prende ou magnetiza, lhes tira o movimento, em suma os destrói.

11. Os escravos são regidos por leis de exceção. O castigo de açoites existe contra êles, apesar de ter sido abolido pela Constituição; os seus crimes são punidos por uma lei bárbara, a lei de 10 de junho de 1835, cuja pena uniforme é a morte (1).

---

(1) No Conselho de Estado foi proposta a revogação do artigo 60 do *Código Criminal* que criou a pena de açoites e a da lei de 10 de junho. Sustentando uma e outra abolição, iniciada pela Comissão da qual era relator, o conselheiro Nabuco fêz algumas considerações assim resumidas na ata da sessão de 30 de abril de 1868: — «O conselheiro Nabuco sustenta a necessidade da abolição da lei excepcional de 10 de junho de 1835. Que ela tem sido ineficaz está provado pela estatística criminal; os crimes que ela previne têm aumentado. E' uma lei injusta porque destrói tôdas as regras da imputação criminal, tôda a proporção das penas, porquanto os fatos graves e menos graves são confundidos, e não se consideram circunstâncias agravantes e atenuantes, como se os escravos não fôssem homens, não tivessem paixões e o instinto de conservação. Que a pena de morte, e sempre a morte, não é uma pena exemplar para o escravo que só vê nela a cessação dos males da escravidão. Que o suicídio freqüente entre os escravos, e a facilidade com que confessam os crimes, e se entregam depois de cometê-los, provam bem que êles não temem a morte». «Diz que a pena de açoites não pode existir na nossa lei penal, desde que a Constituição, artigo 179 § 19,

8

12. Tem-se espalhado no país a crença de que os escravos, muitas vêzes cometem crimes para se tornarem servos da pena, e escaparem assim do cativeiro (1) porque preferem o serviço das galés, ao da fazenda, como os escravos romanos preferiam lutar com as feras, pela esperança de ficar livres se não morressem. Por isso, o júri no interior tem absolvido escravos criminosos, para serem logo restituídos aos seus senhores, e a lei de *Lynch* há sido posta em vigor em mais de um caso.

13. Todos os poderes, como vemos, pràticamente sem limitação alguma, do senhor, não são exercitados diretamente por êle, que se ausenta das suas terras e não vive em contato com os seus escravos; mas, são delegados a indivíduos sem educação intelectual ou moral, que só sabem guiar homens por meio do chicote e da violência.

---

aboliu esta pena e a considerou pena cruel. E' um castigo que não corrige, mas desmoraliza. É além disto uma pena que não mantém o princípio da proporção das penas, sendo que o mesmo número de açoites, substitui a prisão perpétua, a prisão por 30, 20 e 10 anos. As fôrças do escravo é que regulam o máximo dos açoites e pois o máximo vem a ser o mesmo para os casos graves e os mais graves. Que a execução dessa pena dá lugar a muitos abusos, sendo que em muitos casos é iludida, em outros tem causado a morte ». O barão do Bom Retiro disse combatendo a abolição da pena de açoites: « Abolida a de açoites ficarão as penas de galés e de prisão com trabalho, e pensa que nenhuma destas será eficaz com relação ao escravo. Para muitos, a de prisão com trabalho, sendo êste, como deve ser, regular, *tornar-se-á até um melhoramento de condição senão um incentivo para o crime* ». Aí está a escravidão como ela é! O suicídio, a morte parecem ao escravo a *cessação dos males da escravidão*, a prisão com trabalhos *um melhoramento de condição* tal que pode ser *um incentivo para o crime!* No entanto nós, nação humana e civilizada, condenamos mais de um milhão de homens, como foram condenados tantos outros, a uma sorte ao lado da qual a penitenciária ou a fôrca parece preferível!

(1) A preferência que muitos escravos dão à vida de galés à que levam nos cárceres privados induziu o Govêrno em 1879 (o conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira) a propor a substituição da pena de galés pela prisão celular. Tranqüilizando aquêles senadores que se mostravam assustados quanto à eficácia desta última pena, o Presidente do Conselho convenceu-os com êste argumento: « Hoje está reconhecido que não há pessoa ainda a mais robusta que possa resistir a uma prisão solitária de 10 a 12 anos, *o que quase equivale a uma nova pena de morte* ».

É curioso que os senhores, que exercem êsse poder ilimitado sôbre os seus escravos, considerem uma opressão intolerável contra si a mínima intervenção da lei a favor dêstes. A resistência, entretanto, que a lavoura opôs à parte da lei de 28 de setembro que criou o direito do escravo de ter pecúlio próprio e o de resgatar-se por meio dêste, prova que nem essa migalha de liberdade ela queria deixar cair da sua mesa. Os lavradores do Bananal, por exemplo, representando pelos seus nomes a lavoura de São Paulo e dos limites da província do Rio, diziam em uma petição às Câmaras: «*Ou existe a propriedade com suas qualidades essenciais, ou então não pode decididamente existir.* A alforria forçada, com a série de medidas que lhes são relativas, é a vindita armada sôbre todos os tetos, a injúria suspensa sôbre tôdas as famílias, o aniquilamento da lavoura, a morte do país». Quando se tratou no Conselho de Estado de admitir o direito de pecúlio, o marquês de Olinda serviu-se desta frase significativa: *Não estamos fazendo lei de moral.*

O pior da escravidão não é todavia os seus grandes abusos e cóleras, nem suas vinditas terríveis; não é mesmo a morte do escravo: é sim a pressão diária que ela exerce sôbre êste; a ansiedade de cada hora a respeito de si e dos seus; a dependência em que está da boa vontade do senhor; a espionagem e a traição que o cercam por tôda a parte, e o fazem viver eternamente fechado numa prisão de Dionísio, cujas paredes repetem cada palavra, cada segrêdo que êle confia a outrem, ainda mais, cada pensamento que a sua expressão sòmente denuncia.

Diz-se que entre nós a escravidão é suave, e os senhores são bons. A verdade, porém, é que tôda a escravidão

é a mesma, e quanto à bondade dos senhores esta não passa da resignação dos escravos. Quem se desse ao trabalho de fazer uma estatística dos crimes ou de escravos ou contra escravos; quem pudesse abrir um inquérito sôbre a escravidão e ouvir as queixas dos que a sofrem; veria que ela no Brasil ainda hoje é tão dura, bárbara e cruel, como foi em qualquer outro país da América. Pela sua própria natureza a escravidão é tudo isso, e quando deixa de o ser, não é porque os senhores se tornem melhores, mas, sim, porque os escravos se resignaram completamente à anulação de tôda a sua personalidade.

Enquanto existe, a escravidão tem em si tôdas as barbaridades possíveis. Ela só pode ser administrada com brandura relativa quando os escravos obedecem cegamente e sujeitam-se a tudo; a menor reflexão dêstes, porém, desperta em tôda a sua ferocidade o monstro adormecido. É que a escravidão só pode existir pelo terror absoluto infundido na alma do homem.

Suponha-se que os duzentos escravos de uma fazenda não queiram trabalhar; que pode fazer um *bom* senhor para forçá-los a ir para o serviço? Castigos estritamente moderados talvez não dêem resultado: o tronco, a prisão, não preenchem o fim, que é o trabalho; reduzi-los pela fome, não é humano nem praticável; está assim o bom senhor colocado entre a alternativa de abandonar os seus escravos, e a de subjugá-los por um castigo exemplar infligido aos principais dentre êles.

O limite da crueldade do senhor está, pois, na passividade do escravo. Desde que esta cessa, aparece aquela; e como a posição do proprietário de homens no meio do seu povo sublevado seria a mais perigosa, e, por causa da família, a mais aterradora possível, cada senhor, em

todos os momentos da sua vida, vive exposto à contingência de ser bárbaro, e, para evitar maiores desgraças, coagido a ser severo. A escravidão não pode ser com efeito outra coisa. Encarreguem-se os homens mais moderados de administrar a intolerância religiosa e teremos novos autos-da-fé tão terríveis como os da Espanha. É a escravidão que é má, e obriga o senhor a sê-lo. Não se lhe pode mudar a natureza. O bom senhor de um mau escravo seria mais do que *um acidente feliz*; o que nós conhecemos é o bom senhor do escravo que renunciou a própria individualidade, e é um cadáver moral; mas, êsse é *bom* porque trata bem, materialmente falando, o escravo — não porque procure levantar nêle o homem aviltado nem ressuscitar a dignidade humana morta.

A escravidão é hoje no Brasil o que era em 1862 nos Estados do Sul da União, o que foi em Cuba e nas Antilhas, o que não pode deixar de ser, como a guerra não pode deixar de ser sanguinolenta: isto é, bárbara, e bárbara como a descreveu Charles Sumner (1).

---

(1) Discurso de Boston (outubro, 1862).

INFLUÊNCIA DA ESCRAVIDÃO SÔBRE A NACIONALIDADE

«[Com a escravidão] nunca o Brasil aperfeiçoará as raças existentes». JOSÉ BONIFÁCIO.

O BRASIL, como é sabido, é um dos mais vastos países do globo, tendo uma área de mais de oito milhões de quilômetros quadrados; mas, êsse território em grandíssima parte nunca foi explorado, e, na sua porção conhecida, acha-se esparsamente povoado. A população nacional é calculada entre dez e doze milhões; não há porém base séria para se a computar, a não ser que se acredite nas listas de recenseamento apuradas em 1876, listas e apuração que espantariam a qualquer principiante de Estatística. Sejam, porém, dez ou doze milhões, essa população na sua maior parte descende de escravos, e por isso a escravidão atua sôbre ela como herança do berço.

Quando os primeiros africanos foram importados no Brasil, não pensaram os principais habitantes — é verdade que, se o pensassem, isso não os impediria de fazê-lo, porque não tinham o patriotismo brasileiro — que preparavam para o futuro um povo composto na sua maioria de descendentes de escravos. Ainda hoje, muita gente acredita que a introdução de cem ou duzentos mil chins seria um fato sem conseqüências étnicas e sociais importantes, mesmo depois de cinco ou seis gerações. O principal efeito da escravidão sôbre a nossa população foi, assim, africanizá-la, saturá-la de sangue prêto, como o principal efeito de qualquer gran-

de emprêsa de imigração da China seria mongolizá-la, saturá-la de sangue amarelo.

Chamada para a escravidão, a raça negra, só pelo fato de viver e propagar-se, foi-se tornando um elemento cada vez mais considerável da população. A célebre frase que tanto destoou no parecer do padre Campos em 1871 — «Vaga Vênus arroja aos maiores excessos aquêle ardente sangue líbico» — traduzida em prosa, é a gênesis primitiva de grande parte do nosso povo. Foi essa a primeira vingança das vítimas. Cada ventre escravo dava ao senhor três ou quatro *crias* que êle reduzia a dinheiro; essas por sua vez multiplicavam-se, e assim os vícios do sangue africano acabavam de entrar na circulação geral do país.

Se, multiplicando-se a raça negra sem nenhum dos seus cruzamentos, se multiplicasse a raça branca por outro lado mais ràpidamente, como nos Estados-Unidos, o problema das raças seria outro, muito diverso — talvez mais sério, e quem sabe se solúvel sòmente pela expulsão da mais fraca e inferior por incompatíveis uma com a outra; mas isso não se deu no Brasil. As duas raças misturaram-se e confundiram-se; as combinações mais variadas dos elementos de cada uma tiveram lugar, e a êsses juntaram-se os de uma terceira, a dos aborígines. Das três principais correntes de sangue que se confundiram nas nossas veias — o português, o africano e o indígena — a escravidão viciou sobretudo os dois primeiros. Temos aí um primeiro efeito sôbre a população: o cruzamento dos caracteres da raça negra com os da branca, tais como se apresentam na escravidão; a mistura da degradação servil de uma com a imperiosidade brutal da outra.

No princípio da nossa colonização, Portugal descarregava no nosso território os seus criminosos, as suas mulheres *erradas* (1), as suas fezes sociais tôdas, no meio das quais excepcionalmente vinham imigrantes de outra posição, e, por felicidade, grande número de judeus. O Brasil se apresentava então como até ontem o Congo. No século XVI ou XVII o espírito de emigração não estava bastante desenvolvido em Portugal para mover o povo, como desde o fim do século passado até hoje, a procurar na América portuguêsa o bem-estar e a fortuna que não achava na Península. Os poucos portuguêses, que se arriscavam a atravessar o Oceano à vela e a ir estabelecer-se nos terrenos incultos do Brasil, representavam a minoria de espíritos aventureiros, absolutamente destemidos, indiferentes aos piores transes na luta da vida, minoria que em Portugal, hoje mesmo, não é grande e não podia sê-lo, há dois ou três séculos. Apesar de se haver estendido pelo mundo todo o domínio português, à América do Sul, à África ocidental, austral e oriental, à Índia e até à China, Portugal não tinha corpo, nem fôrças, para possuir mais do que nominalmente êsse imenso império. Por isso, o território do Brasil foi distribuído entre donatários sem meios, nem capitais, nem recursos de ordem alguma, para colonizar as suas capitanias, isto é, de fato entregue aos Jesuítas. A população européia era insignificante para ocupar essas ilimitadas expansões de terra, cuja fecundidade a tentava. Estando a África nas mãos de Portugal, começou então o povoa-

---

(1) Padre Manuel da Nóbrega. No seu romance abolicionista *Os Herdeiros de Caramuru*, o dr. Jaguaribe Filho, um dos mais convictos propugnadores da nossa causa, transcreve a carta daquele célebre jesuíta, de 9 de agôsto de 1549, em que se vê como foi fabricada pela escravidão a primitiva célula nacional.

mento da América por negros; lançou-se, por assim dizer, uma ponte entre a África e o Brasil, pela qual passaram milhões de africanos, e estendeu-se o *habitat* da raça negra das margens do Congo e do Zambezi às do São Francisco e do Paraíba do Sul.

Ninguém pode ler a História do Brasil no século XVI, no século XVII, e em parte no século XVIII (excetuada ùnicamente a de Pernambuco), sem pensar que a todos os respeitos houvera sido melhor que o Brasil fôsse descoberto três séculos mais tarde. Essa imensa região, mais favorecida que outra qualquer pela natureza, se fôsse encontrada livre e desocupada há cem anos, teria provàvelmente feito mais progressos até hoje do que a sua história recorda. A população seria menor, porém mais homogênea; a posse do solo talvez não se houvesse estendido tão longe, mas não houvera sido uma exploração ruinosa e esterilizadora; a nação não teria ainda chegado ao grau de crescimento que atingiu, mas também não mostraria já sintomas de decadência prematura.

Pretende um dos mais eminentes espíritos de Portugal que «a escravidão dos negros foi o duro preço da colonização da América, porque, sem ela, o Brasil não se teria tornado no que vemos» (1). Isso é exato, «sem ela o Brasil não se teria tornado no que vemos»; mas êsse preço quem o pagou, e está pagando, não foi Portugal, fomos nós; e êsse preço a todos os respeitos é duro demais, e caro demais, para o desenvolvimento inorgânico, artificial, e extenuante que tivemos. A africanização do Brasil pela escravidão é uma nódoa que a mãe-pátria imprimiu na sua própria face, na sua língua, e

(1) Oliveira Martins, *O Brasil e as Colônias*, 2.ª ed., pág. 50.

na única obra nacional verdadeiramente duradoura que conseguiu fundar. O eminente autor daquela frase é o próprio que nos descreve o que eram as carregações do Tráfico: «Quando o navio chegava ao pôrto de destino — uma praia deserta e afastada — o carregamento desembarcava; e, à luz clara do sol dos trópicos, aparecia uma coluna de esqueletos cheios de pústulas, com o ventre protuberante, as rótulas chagadas, a pele rasgada, comidos de bichos, com o ar parvo e esgazeado dos idiotas. Muitos não se tinham em pé: tropeçavam, caíam e eram levados aos ombros como fardos». Não é com tais elementos que se vivifica moralmente uma nação.

Se Portugal tivesse tido no século XVI a intuição de que a escravidão é sempre um êrro, e fôrça bastante para puni-la como crime, o Brasil «não se teria tornado no que vemos»; seria ainda talvez uma colônia portuguêsa, o que eu não creio, mas estaria crescendo sadio, forte e viril como o Canadá e a Austrália. É possível que nesse caso êle não houvesse tido fôrças para repelir o estrangeiro, como repeliu os holandeses, e seja exata a afirmação de que, a não serem os escravos, o Brasil teria passado a outras mãos e não seria português. Ninguém pode dizer o que teria sido a história se acontecesse o contrário do que aconteceu. Entre um Brasil arrebatado aos portuguêses no século XVII, por êstes não consentirem o Tráfico, e explorado com escravos por holandeses ou franceses, e o Brasil, explorado com escravos pelos mesmos portuguêses, ninguém sabe o que teria sido melhor para a história da nossa região. Entre o Brasil, explorado por meio de africanos livres por Portugal, e o mesmo Brasil, explorado com escravos também por portuguêses, o primeiro a esta hora seria uma nação muito

mais robusta do que é o último. Mas entre o que houve — a exploração da América do Sul por alguns portuguêses cercados de um povo de escravos importados da África — e a proibição severa da escravidão na América portuguêsa, a colonização gradual do território por europeus, por mais lento que fôsse o processo, seria infinitamente mais vantajosa para o destino dessa vasta região do que o foi, e o será, o haverem-se espalhado por todo o território ocupado as raízes quase que inextirpáveis da escravidão.

Diz-se que a raça branca não se aclimaria no Brasil sem a imunidade de que lhe proveio do cruzamento com os indígenas e os africanos. Em primeiro lugar, o mau elemento de população não foi a raça negra, mas essa raça reduzida ao cativeiro; em segundo lugar, nada prova que a raça branca, sobretudo as raças meridionais, tão cruzadas de sangue mouro e negro, não possam existir e desenvolver-se nos trópicos. Em todo o caso, se a raça branca não se pode adaptar aos trópicos, em condições de fecundidade ilimitada, essa raça não há de indefinidamente prevalecer no Brasil: o desenvolvimento vigoroso dos mestiços há de por fim sobrepujá-la, a imigração européia não bastará para manter o predomínio perpétuo de uma espécie de homens, à qual o sol e o clima são infensos. A ser assim, o Brasil ainda mesmo hoje, como povo europeu, seria uma tentativa de adaptação humana forçosamente efêmera; mas nada está menos provado do que essa incapacidade orgânica da raça branca para existir e prosperar em uma zona inteira da terra.

Admitindo-se, sem a escravidão, que o número dos africanos fôsse o mesmo, e maior se se quiser, os cruza-

mentos teriam sempre ocorrido; mas a família teria aparecido desde o começo. Não seria o cruzamento pelo concubinato, pela promiscuidade das senzalas, pelo abuso da fôrça do senhor; o filho não nasceria debaixo do açoite, não seria levado para a roça ligado às costas da mãe, obrigada à tarefa da enxada; o leite desta não seria utilizado, como o de cabra, para alimentar outras crianças, ficando para o próprio filho as últimas gotas que ela pudesse forçar do seio cansado e sêco; as mulheres não fariam o trabalho dos homens, não iriam para o serviço do campo ao sol ardente do meio-dia, e poderiam, durante a gravidez, atender ao seu estado. Não é do cruzamento que se trata; mas sim da reprodução no cativeiro, em que o interêsse verdadeiro da mãe era que o filho não vingasse. Calcule-se o que a exploração dessa bárbara indústria — expressa em 1871 nas seguintes palavras dos fazendeiros do Piraí «a parte mais produtiva da propriedade escrava é o ventre gerador» — deva ter sido durante três séculos sôbre milhões de mulheres. Tome-se a família branca, como ser moral, em três gerações, e veja-se qual foi o rendimento para essa família de uma só escrava comprada pelo seu fundador.

A história da escravidão africana na América é um abismo de degradação e miséria que se não pode sondar, e, infelizmente, essa é a história do crescimento do Brasil. No ponto a que chegamos, olhando para o passado, nós, brasileiros, descendentes ou da raça que escreveu essa triste página da humanidade ou da raça com cujo sangue ela foi escrita, ou da fusão de uma e outra, não devemos perder tempo a envergonhar-nos dêsse longo passado que não podemos lavar, dessa hereditariedade que não há como repelir. Devemos fazer convergir todos os nossos esforços para o fim de elimi-

nar a escravidão do nosso organismo, de forma que essa fatalidade nacional diminua em nós e se transmita às gerações futuras, já mais apagada, rudimentar, e atrofiada.

Muitas das influências da escravidão podem ser atribuídas à raça negra, ao seu desenvolvimento mental atrasado, aos seus instintos bárbaros ainda, às suas superstições grosseiras. A fusão do catolicismo, tal como o apresentava ao nosso povo o fanatismo dos missionários, com a feitiçaria africana — influência ativa e extensa nas camadas inferiores, intelectualmente falando, da nossa população, e que pela ama de leite, pelos contatos da escravidão doméstica, chegou até aos mais notáveis dos nossos homens: a ação de doenças africanas sôbre a constituição física de parte do nosso povo; a corrupção da língua, das maneiras sociais, da educação e outros tantos efeitos resultantes do cruzamento com uma raça num período mais atrasado de desenvolvimento; podem ser considerados isoladamente do cativeiro. Mas, ainda mesmo no que seja mais característico dos africanos importados, pode afirmar-se que, introduzidos no Brasil, em um período no qual não se desse o fanatismo religioso, a cobiça, independente das leis, a escassez da população aclimada, e sobretudo a escravidão, doméstica e pessoal, o cruzamento entre brancos e negros não teria sido acompanhado do abastardamento da raça mais adiantada pela mais atrasada, mas da gradual elevação da última.

Não pode, para concluir, ser objeto de dúvida que a escravidão transportou da África para o Brasil mais de dois milhões de africanos; que, pelo interêsse do senhor na produção do ventre escravo, ela favoreceu quanto pôde a fecundidade das mulheres negras: que os descen-

dentes dessa população formam pelo menos dois terços do nosso povo atual; que durante três séculos a Escravidão, operando sôbre milhões de indivíduos, em grande parte dêsse período sôbre a maioria da população nacional, impediu o aparecimento regular da família nas camadas fundamentais do país; reduziu a procriação humana a um interêsse venal dos senhores; manteve tôda aquela massa pensante em estado puramente animal; não a alimentou, não a vestiu suficientemente; roubou-lhe as suas economias, e nunca lhe pagou os seus salários; deixou-a cobrir-se de doenças, e morrer ao abandono; tornou impossíveis para ela hábitos de previdência, de trabalho voluntário, de responsabilidade própria, de dignidade pessoal; fêz dela o jôgo de tôdas as paixões baixas, de todos os caprichos sensuais, de tôdas as vinditas cruéis de uma outra raça.

É quase impossível acompanhar a ação de tal processo nessa imensa escala — inúmeras vêzes realizado por descendentes de escravos — em tôdas as direções morais e intelectuais em que êle operou e opera; nem há fator social que exerça a mesma extensa e profunda ação psicológica que a escravidão quando faz parte integrante da família. Pode-se descrever essa influência, dizendo que a escravidão cercou todo o espaço ocupado do Amazonas ao Rio Grande do Sul de um ambiente fatal a tôdas as qualidades viris e nobres, humanitárias e progressivas, da nossa espécie; criou um ideal de pátria grosseiro, mercenário, egoísta e retrógrado, e nesse molde fundiu durante séculos as três raças heterogêneas que hoje constituem a nacionalidade brasileira. Em outras palavras ela tornou, na frase do direito medievo, em nosso território o próprio ar — *servil,* como o ar das

aldeias da Alemanha que nenhum homem livre podia habitar sem perder a liberdade. *Die Luft leibeigen war,* é uma frase que, aplicada ao Brasil todo, melhor que outra qualquer, sintetiza a obra *nacional* da Escravidão: ela criou uma atmosfera que nos envolve e abafa todos, e isso no mais rico e admirável dos domínios da terra.

•

INFLUÊNCIA SÔBRE O TERRITÓRIO E A POPULAÇÃO DO INTERIOR

> «Não há um senhor de escravos nesta casa ou fora dela, que não saiba perfeitamente bem que se a escravidão ficar fechada dentro de certos limites especificados, a sua existência futura estará condenada. A escravidão não pode encerrar-se dentro de limites certos sem produzir a destruição não só do senhor, como também do escravo» (1).

Em 1880 a Assembléia Provincial do Rio de Janeiro dirigiu à Assembléia Geral uma representação em que se lê o seguinte trecho: «É desolador o quadro que se oferece às vistas do viajante que percorre o interior da província, e mais precária é sua posição nos municípios de serra abaixo, onde a fertilidade primitiva do solo já se esgotou e a incúria deixou que os férteis vales se transformassem em lagoas profundas que intoxicam todos aquêles que delas se avizinham. Os infelizes habitantes do campo, sem direção, sem apoio, sem exemplos, não fazem parte da comunhão social, não consomem, não produzem. Apenas tiram da terra alimentação incompleta quando não encontram a caça e a pesca das coitadas e viveiros dos grandes proprietários. Destarte são considerados uma verdadeira praga, e convém não esquecer que mais grave se tornará a situação quando a êsses milhões de párias se adicionar o milhão e meio de escravos, que hoje formam os núcleos das grandes fazendas».

---

(1) Palavras do juiz Warner, da Geórgia, citadas em *The Proposed Slave Empire* de C. S. Miall.

Essas palavras insuspeitas, de uma assembléia escravagista, descrevem a obra da escravidão: onde ela chega queima as florestas, minera e esgota o solo, e quando levanta as suas tendas deixa após si um país devastado em que consegue vegetar uma população miserável de proletários nômadas.

O que se dá no Rio de Janeiro, dá-se em tôdas as outras províncias onde a escravidão se implantou. André Rebouças, descrevendo o estado atual do Recôncavo da Bahia, êsse antigo Paraíso do Tráfico, fêz o quadro da triste condição dos terrenos, ainda os mais férteis, por onde passa aquela praga (1). Quem vai embarcado a Nazaré, e pára em Jaguaripe e Maragogipinho, ou vai pela estrada de ferro a Alagoinhas, e além, vê que a escravidão, ainda mesmo vivificada e alentada pelo vapor e pela locomotiva, é em si um princípio de morte inevitável mais ou menos lenta. Não há à margem do rio, nem da estrada, senão sinais de vida decadente e de atrofia em comêço. A indústria grosseira do barro é explorada, em alguns lugares, do modo mais primitivo; em Jaguaripe os edifícios antigos, como a igreja, do período florescente da escravidão, constrastam com a paralisia de hoje.

A verdade é que as vastas regiões exploradas pela escravidão colonial têm um aspecto único de tristeza e abandono: não há nelas o consórcio do homem com a terra, as feições da habitação permanente, os sinais do crescimento natural. O passado está aí visível, não há, porém, prenúncio do futuro: o presente é o definhamento gradual que precede a morte. A população não

---

(1) *Garantia de Juros*, pág. 202.

possui definitivamente o solo: o grande proprietário conquistou-o à Natureza com os seus escravos, explorou-o, enriqueceu por êle extenuando-o, depois faliu pelo emprêgo extravagante que tem quase sempre a fortuna mal adquirida, e, por fim, êsse solo voltou à Natureza, estragado e exausto.

É assim que nas províncias do Norte a escravidão se liquidou, ou está liquidando, pela ruína de tôdas as suas antigas emprêsas. O ouro realizado pelo açúcar foi largamente empregado em escravos, no luxo desordenado da vida senhorial; as propriedades, com a extinção dos vínculos, passaram das antigas famílias da terra, por hipotecas ou pagamento de dívidas, para outras mãos; e os descendentes dos antigos morgados e senhores territoriais acham-se hoje reduzidos à mais precária condição imaginável, na Bahia, no Maranhão, no Rio e em Pernambuco, obrigados a recolher-se ao grande asilo das fortunas desbaratadas da escravidão que é o funcionalismo público. Se, por acaso, o Estado despedisse todos os seus pensionistas e empregados, ver-se-ia a situação real a que a escravidão reduziu os representantes das famílias que a exploraram no século passado e no atual, isto é, como ela liquidou-se, quase sempre pela bancarrota das riquezas que produziu. E o que temos visto é nada em comparação do que havemos de ver.

O Norte todo do Brasil há de recordar, por muito tempo, que o resultado final daquele sistema é a pobreza e a miséria do país. Nem é de admirar que a cultura do solo por uma classe sem interêsse algum no trabalho que lhe é extorquido dê êsses resultados. Como se sabe o regímen da terra sob a escravidão consiste na divisão de todo o solo explorado em certo número de gran-

des propriedades (1). Êsses feudos são logo isolados de qualquer comunicação com o mundo exterior; mesmo os agentes do pequeno comércio, que nêles penetram, são suspeitos ao senhor, e os escravos que nascem e morrem dentro do horizonte do engenho ou da fazenda são pràticamente galés. A divisão de uma vasta província em verdadeiras colônias penais, refratárias ao progresso, pequenos ashantis em que impera uma só vontade, entregue, às vêzes, a administradores saídos da própria classe dos escravos, e sempre a feitores, que em geral são escravos sem entranhas, não pode trazer benefício algum permanente à região parcelada, nem à população livre que nela mora, por favor dos donos da terra, em estado de contínua dependência.

Por isso também, os progressos do interior são nulos em trezentos anos de vida nacional. As cidades, a que a presença dos governos provinciais não dá uma animação artificial, são por assim dizer mortas. Quase tôdas são decadentes. A capital centraliza todos os fornecimentos para o interior; é com o correspondente do Recife, da Bahia ou do Rio, que o senhor de engenho e o fazendeiro se entendem, e, assim, o comércio dos outros municípios da província é nenhum. O que se dá na Bahia e em Pernambuco dá-se em tôda a parte. A vida provincial está concentrada nas capitais, e a existência que essas levam, o pouco progresso que fazem, o lento

---

(1) «O antigo e vicioso sistema de sesmarias e do direito de posse produziu o fenômeno de achar-se ocupado quase todo o solo por uma população relativamente insignificante, que o não cultiva nem consente que seja cultivado. O impôsto territorial é o remédio que a comissão encontra para evitar êsse mal, ou antes abuso, que criou uma classe proletária no meio de tanta riqueza desaproveitada». Essa *classe proletária* é a grande maioria da nação. Parecer de uma comissão nomeada em 1874 para estudar o estado da lavoura na Bahia, assinado em primeiro lugar pelo barão de Cotegipe.

crescimento que têm, mostram que essa centralização, longe de derramar vida pela província, fá-la definhar. Essa falta de centros locais é tão grande que o mapa de cada província poderia ser feito sem se esconder nenhuma cidade florescente, notando-se apenas as capitais. Muitas destas mesmo constam de insignificantes coleções de casas, cujo material todo, e tudo o que nelas se contém, não bastaria para formar uma cidade norte-americana de décima ordem. A vida nas outras é precária, falta tudo o que é bem-estar; não há água encanada nem iluminação a gás, a municipalidade não tem a renda de um particular medianamente abastado, não se encontra o rudimento, o esbôço sequer, dos órgãos funcionais de uma *cidade*. São êsses os *grandes* resultados da escravidão em trezentos anos.

Ao lado dessa velhice antecipada de povoações, que nunca chegaram a desenvolver-se, e muitas das quais hão de morrer sem passar do que são hoje, imagine-se a improvisação de uma cidade americana do Far-West, ou o crescimento rápido dos estabelecimentos da Austrália. Em poucos anos nos Estados-Unidos uma povoação cresce, passa pelos sucessivos estados, levanta-se sôbre uma planta na qual foram antes de tudo marcados os locais dos edifícios necessários à vida moral da comunhão, e quando chega a ser cidade é um todo cujas diversas partes desenvolveram-se harmônicamente.

Mas essas cidades são o centro de uma pequena zona que se desenvolveu, também, de modo radicalmente diverso da nossa zona agrícola. Fazendas ou engenhos isolados, com uma fábrica de escravos, com os moradores das terras na posição de agregados do estabelecimento, de camaradas ou capangas; onde os pro-

prietários não permitem relações entre o seu povo e estranhos; divididos, muitas vêzes, entre si por questões de demarcação de terras, tão fatais num país onde a justiça não tem meios contra os potentados; não podem dar lugar à aparição de cidades internas, autônomas, que vivifiquem com os seus capitais e recursos a zona onde se estabeleçam. Tome-se o Cabo, ou Valença, ou qualquer outra cidade do interior de qualquer província, e há de ver-se que não tem vida própria, que não preenche função alguma definitiva na economia social. Uma ou outra que apresenta, como Campinas ou Campos, uma aparência de florescimento, é porque está na fase do brilho meteórico que as outras também tiveram, e da qual a ôlho desarmado pode reconhecer-se o caráter transitório.

O que se observa no Norte, observa-se no Sul, e observar-se-ia melhor ainda se o café fôsse destronado pela *Hemyleia Vastatrix.* Enquanto durou a idade do ouro do açúcar, o Norte apresentava um espetáculo que iludia a muitos. As casas, os chamados palacetes, da aristocracia territorial na Bahia e no Recife, as librés dos lacaios, as liteiras, as cadeirinhas, e as carruagens nobres, marcam o monopólio florescente da cana — quando a beterraba ainda não havia aparecido no horizonte. Assim também as riquezas da lavoura do Sul, de fato muito exageradas, de liquidação difícil, mas apesar de tudo consideráveis, e algumas, para o país, enormes, representam a prosperidade temporária do café. A concorrência há de surgir, como surgiu para o açúcar. É certo que êste pode ser extraído de diversas plantas, ao passo que o café só é produzido pelo cafezeiro; mas diversos países o estão cultivando e hão de produzi-lo mais barato, sobretudo pelo custo do trans-

porte, além de que o Ceilão já mostrou os pés de barro dessa lavoura única.

Quando passar o reinado do café, e os preços baixos já serviram de prenúncio, o Sul há de ver-se reduzido ao estado do Norte. Ponhamos São Paulo e o extremo Sul de lado, e consideremos o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Sem o café, uma e outra são duas províncias decrépitas. Ouro Prêto não representa hoje na vida nacional maior papel do que representou Vila Rica nos dias em que a casa de Tiradentes foi arrasada por sentença; Mariana, São João d'El-Rei, Barbacena, Sabará, Diamantina, ou estão decadentes, ou, apenas, conseguem não decair. É nos municípios do café que está a parte opulenta de Minas Gerais.

Com São Paulo dá-se um fato particular. Apesar de ser São Paulo o baluarte atual da escravidão, em São Paulo e nas províncias do Sul ela não causou tão grandes estragos; é certo que São Paulo empregou grande parte do seu capital na compra de escravos do Norte, mas a lavoura não depende tanto quanto a do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais da escravidão para ser reputada solvável.

Tem-se exagerado muito a iniciativa paulista nos últimos anos, por haver a província feito estradas de ferro sem socorro do Estado, depois que viu os resultados da estrada de ferro de Santos a Jundiaí; mas, se os paulistas não são, como foram chamados, os *yankees* do Brasil, o qual não tem *yankees* — nem São Paulo é a província mais adiantada, nem a mais americana, nem a mais liberal de espírito do país; será a Louisiana do Brasil, não o Massachusetts — não é menos certo que a província, por ter entrado no seu período flores-

cente no fim do domínio da escravidão, há de revelar na crise maior elasticidade do que as suas vizinhas.

No Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande, a imigração européia infunde sangue novo nas veias do povo, reage contra a escravidão constitucional, ao passo que a virgindade das terras e a suavidade do clima abrem ao trabalho livre, horizontes maiores do que teve o escravo. No vale do Amazonas, igualmente, a posse da escravidão sôbre o território foi até hoje nominal; a pequena população formou-se diversamente, longe de senzalas; a navegação a vapor do grande mediterrâneo brasileiro só começou há trinta anos, e a imensa bacia do Amazonas, cujos tributários são como o Madeira, o Tocantins, o Purus, o Tapajós, o Xingu, o Juruá, o Javari, o Tefé, o Japurá, o Rio Negro, cursos de água de mais de mil, dois mil, e mesmo três mil quilômetros, está assim ainda por explorar, em grande parte no poder dos indígenas, perdida para a indústria, para o trabalho, para a civilização. O atraso dessa vastíssima área pode ser imaginada pela descrição que faz dela o sr. Couto de Magalhães, o explorador do Araguaia, no seu livro *O Selvagem*. É um território, conta-nos êle, ou coberto de florestas alagadas, nas quais se navega em canoas como nos pantanais do Paraguai, ou de campinas abertas e despovoadas com algum arvoredo rarefeito.

Os três milhões de quilômetros quadrados de duas das províncias em que se divide a bacia do Amazonas, o Pará e o Amazonas, com espaço para quase seis países como a França, e com o território vazio limítrofe para tôda a Europa menos a Rússia, não tem uma população de quinhentos mil habitantes. O estado dessa região é tal que em 1878 o Govêrno brasileiro fêz concessão

por vinte anos do vale do alto Xingu, um tributário do Amazonas cujo curso é calculado em cêrca de dois mil quilômetros, com tôdas as suas produções e tudo o que nêle se achasse, a alguns negociantes do Pará! O Parlamento não ratificou essa doação; mas o fato de ter sido ela feita mostra como, pràticamente, ainda é *res nullius* a bacia do Amazonas. Os seringais, apesar da sua imensa extensão, têm sido grandemente destruídos, e essa riqueza natural do grande vale está ameaçada de desaparecer, porque o caráter da indústria extrativa é tão ganancioso, e por isso esterilizador, no regímen da escravidão como o da cultura do solo. O regatão é o agente da destruição no Amazonas como o senhor de escravos o foi no Norte e no Sul.

«Por tôda a parte», dizia no seu relatório à Assembléia Provincial do Pará em 1862 o presidente Brusque (1),

onde penetra o homem civilizado nas margens dos rios inabitados, ali encontra os traços não apagados dessa população [os indígenas] que vagueia sem futuro. E a pobre aldeia, às mais das vêzes por êles mesmos erguida em escolhida paragem, onde a terra lhes oferece mais ampla colheita da pouca mandioca que plantam, desaparece de todo, pouco tempo depois da sua lisonjeira fundação. O regatão, formidável cancro que corrói as artérias naturais do comércio lícito das povoações centrais, desviando delas a concorrência dos incautos consumidores, não contente com os fabulosos lucros que assim aufere, transpõe, audaz, enormes distâncias e lá penetra também na choça do índio. Então a aldeia se converte para logo num bando de servidores, que distribui a seu talante, mais pelo rigor do que pela brandura, nos diversos serviços que empreendem na colheita dos produtos naturais. Pelo abandono da aldeia, se perde a roça, a choça desaparece, e o mísero índio, em recompensa de tantos sacrifícios e trabalhos, recebe muitas vêzes *uma calça e uma camisa*».

---

(1) *Comissão do Madeira*, pelo cônego F. Bernardino de Sousa, pág. 130.

Êsses regatões, de quem disse o bispo do Pará (1), que « embriagam os chefes das casas para mais fàcilmente desonrar-lhes as famílias », que « não há imoralidade que não pratiquem », não são mais do que o produto da escravidão, estabelecida nas capitais, atuando sôbre o espírito cúpido e aventureiro de homens sem educação moral.

Como a aparência de riqueza, que a extração da borracha dá ao vale do Amazonas, foi a do açúcar e do café cultivado pelos processos e com o espírito da escravidão. O progresso e crescimento da capital contrasta com a decadência do interior. É o mesmo em tôda a parte. Com a escravidão não há centros locais, vida de distrito, espírito municipal; as paróquias não tiram benefícios da vizinhança de potentados ricos; a aristocracia que possui a terra não se entrega a ela, não trata de torná-la a morada permanente, saudável e cheia de confôrto de uma população feliz; as famílias são tôdas nômadas enquanto gravitam para o mesmo centro, que é a Côrte. A fazenda ou o engenho serve para cavar o dinheiro que se vai gastar na cidade, para a hibernação e o aborrecimento de uma parte do ano. A terra não é fertilizada pelas economias do pobre, nem pela generosidade do rico; a pequena propriedade não existe senão por tolerância (2), não há as classes médias que

---

(1) *Comissão do Madeira*, pág. 132.

(2) «Em regra o fazendeiro enxerga no colono ou agregado, a quem cede ou vende alguns palmos de terreno, um princípio de antagonismo, um inimigo que trabalha por lhe usurpar a propriedade; que lhe prepara e tece rixas e litígios; que lhe seduz os escravos para fugir, roubar-lhe os gêneros de fazenda e vendê-los, a resto de barato, à taberna do mesmo ex-agregado estabelecido, que assim se locupleta com a jactura alheia. O resultado disto é que o trabalhador, perdendo a esperança de se tornar proprietário, não se sujeita a lavrar os campos da fazenda, nem a lhe preparar os produtos». *Parecer* das comissões de Fazenda e especial da Câmara dos Deputados sôbre a criação do crédito territorial (1875), pág. 21.

fazem a fôrça das nações. Há o opulento senhor de escravos, e proletários. A nação, de fato, é formada de proletários, porque os descendentes dos senhores logo chegam a sê-lo.

É um triste espetáculo essa luta do homem com o território por meio do trabalho escravo. Em parte alguma o solo adquire vida; os edifícios que nêle se levantam são uma forma de luxo passageiro e extravagante, destinada a pronta decadência e abandono. A população vive em choças onde o vento e a chuva penetram, sem soalho nem vidraças, sem móveis nem confôrto algum, com a rêde do índio ou o estrado do negro por leito, a vasilha de água e a panela por utensílios, e a viola suspensa ao lado da imagem. Isso é no campo; nas pequenas cidades e vilas do interior, as habitações dos pobres, dos que não têm emprêgo nem negócio, são pouco mais que essas miseráveis palhoças do agregado ou do morador. Nas capitais de ruas elegantes e subúrbios aristocráticos, estende-se, como nos Afogados no Recife, às portas da cidade, o bairro da pobreza com a sua linha de cabanas que parecem, no século XIX, residências de animais, como nas calçadas mais freqüentadas da Bahia, e nas praças do Rio, ao lado da velha casa nobre, que fôra de algum antigo morgado ou de algum traficante enobrecido, vê-se o miserável e esquálido antro do africano, como a sombra grotesca dessa riqueza efêmera e do abismo que a atrai.

Quem vê os caminhos de ferro que temos construído, a imensa produção de café que exportamos, o progresso material que temos feito, pensa que os resultados da escravidão não são assim tão funestos ao território. É preciso, porém, lembrar que a aparência atual de

riqueza e prosperidade provém de um produto só — quando a população do país excede de dez milhões — e que a liquidação forçada dêsse produto seria nada menos do que uma catástrofe financeira. A escravidão está no Sul no apogeu, no seu grande período industrial, quando tem terras virgens, como as de São Paulo a explorar, e um gênero de exportação precioso a produzir. A emprêsa, neste momento, porque ela não é outra coisa, está dando algum lucro aos associados. Lucro, de que partilham tôdas as classes intermédias do comércio, comissários, ensacadores, exportadores; cujas migalhas sustentam uma clientela enorme de tôdas as profissões, desde o camarada que faz o serviço de votante, até ao médico, ao advogado, ao vigário, ao juiz de paz; e do qual por fim uma parte, e não pequena, é absorvida pelo Tesouro para manutenção da cauda colossal do nosso orçamento — o funcionalismo público. Com essa porcentagem dos proventos da escravidão, o Estado concede garantia de juros de sete por cento a Companhias inglêsas que constróem estradas de ferro no país, e assim o capital estrangeiro, atraído pelos altos juros e pelo crédito intato de uma nação que parece solvável, vai tentar fortuna em emprêsas como a Estrada de Ferro de São Paulo, que têm a dupla garantia do Brasil e — do Café.

Mas essa ilusão tôda de riqueza, de desenvolvimento nacional, criada por êste, como a do açúcar e a do algodão no Norte, como a da borracha no vale do Amazonas, como a do ouro em Minas Gerais, não engana a quem a estuda e observa nos seus contrastes, na sombra que ela projeta. A realidade é um povo antes escravo do que senhor do vasto território que ocupa; a cujos olhos o trabalho foi sistemàticamente aviltado; ao qual

se ensinou que a nobreza está em fazer trabalhar; afastado da escola; indiferente a todos os sentimentos, instintos, paixões e necessidades, que formam dos habitantes de um mesmo país, mais do que uma simples sociedade — uma nação. Quando o sr. Silveira Martins disse no Senado: « O Brasil é o café, e o café é o negro » — não querendo por certo dizer o escravo — definiu o Brasil como fazenda, como emprêsa comercial de uma pequena minoria de interessados, em suma, o Brasil da escravidão atual. Mas, basta que um país, muito mais vasto do que a Rússia da Europa, quase o dôbro da Europa sem a Rússia, mais de um têrço do Império Britânico nas cinco partes do mundo, povoado por mais de dez milhões de habitantes, possa ser descrito daquela forma, para se avaliar o que a Escravidão fêz dêle.

Êsse terrível azorrague não açoitou sòmente as costas do homem negro, macerou as carnes de um povo todo. Pela ação de leis sociais poderosas, que decorrem da moralidade humana, essa fábrica de espoliação não podia realizar bem algum, e foi, com efeito, um flagelo que imprimiu na face da sociedade e da terra todos os sinais da decadência prematura. A fortuna passou das mãos dos que a fundaram às dos credores; poucos são os netos de agricultores que se conservam à frente das propriedades que seus pais herdaram; o adágio « pai rico, filho nobre, neto pobre » expressa a longa experiência popular dos hábitos da escravidão, que dissiparam tôdas as riquezas, não raro no exterior e, como temos visto, em grande parte, eliminaram da reserva nacional o capital acumulado naquele regímen.

A escravidão explorou parte do território estragando-o, e não foi além, não o abarcou todo, porque não

tem iniciativa para migrar, e só avidez para estender-se. Por isso, o Brasil é ainda o maior pedaço de terra incógnita no mapa do globo.

«Num Estado de escravos», diz o sr. T. R. Cobb, da Geórgia (1),

> a maior prova de riqueza no agricultor é o número dos escravos. A melhor propriedade, para emprêgo de capital, são os escravos. A melhor propriedade a deixar aos filhos, e da qual se separam com maior relutância, são os escravos. Por isso, o agricultor emprega o excesso da sua renda em escravos. O resultado natural é que as terras são uma consideração secundária. Não fica saldo para melhorá-las. O estabelecimento tem valor sòmente enquanto as terras adjacentes são proveitosas para o cultivo. Não tendo o agricultor afeições locais, os filhos não as herdam. Pelo contrário, êle mesmo os anima a irem em busca de novas terras. O resultado é que, como classe, nunca estão estabelecidos. Essa população é quase nômada. É inútil procurar excitar emoções patrióticas em favor da terra do nascimento, quando o interêsse próprio fala tão alto. Por outro lado, onde a escravidão não existe, e os lucros do agricultor não podem ser empregados em trabalhadores, são aplicados em melhorar ou estender a sua propriedade e aformosear o seu solar.

Foi isso o que aconteceu entre nós, sendo que em parte alguma a cultura do solo foi mais destruidora. A última sêca do Ceará pôs, do modo mais calamitoso, em evidência uma das maldições que sempre acompanharam, quando não precederam, a marcha da escravidão, isto é, a destruição das florestas pela queimada. «O machado e o fogo são os cruéis instrumentos, escreve o senador Pompeu, com que uma população, ignara dos princípios rudimentares da economia rural, e herdeira dos hábitos dos aborígines, há dois séculos desnuda sem cessar as nossas serras e vales dessas florestas

---

(1) Citado em *England, the United States, the Southern Confederacy, by F. W. Sargent*, 110.

virgens, só para aproveitar-se o adubo de um roçado em um ano» (1). A cada passo encontramos e sentimos os vestígios dêsse sistema, que reduz um belo país tropical da mais exuberante natureza ao aspecto das regiões onde se esgotou a fôrça criadora da terra.

Para resumir-me, num campo de observação que exigiria um livro à parte, a influência da escravidão, sôbre o território e a população que vive dêle, foi em todos os sentidos desastrosa. Como exploração do país, os seus resultados são visíveis na carta geográfica do Brasil, na qual os pontos negros do seu domínio são uma área insignificante comparada à área desconhecida ou despovoada; como posse do solo explorado, nós vimos o que ela foi e é. O caráter da sua cultura é a improvidência, a rotina, a indiferença pela máquina, o mais completo desprêzo pelos interêsses do futuro, a ambição de tirar o maior lucro imediato com o menor trabalho próprio possível, qualquer que seja o prejuízo das gerações seguintes. O parcelamento feudal do solo que ela instituiu, junto ao monopólio do trabalho que possui, impede a formação de núcleos de população industrial e a extensão do comércio no interior. Em todos os sentidos foi ela, e é, um obstáculo ao desenvolvimento material dos municípios: explorou a terra sem atenção à localidade, sem reconhecer deveres para com o povo de fora das suas porteiras; queimou, plantou e abandonou; consumiu os lucros na compra de escravos e no luxo da cidade; não edificou escolas, nem igrejas, não construiu pontes, nem melhorou rios, não canalizou a água nem fundou asilos, não fêz estradas, não cons-

---

(1) *Memória sôbre o clima e sêcas do Ceará,* pelo senador Pompeu, pág. 42.

truiu casas, sequer para os seus escravos, não fomentou nenhuma indústria, não deu valor venal à terra, não fêz benfeitorias, não granjeou o solo, não empregou máquinas, não concorreu para progresso algum da zona circunvizinha. O que fêz foi esterilizar o solo pela sua cultura extenuativa, embrutecer os escravos, impedir o desenvolvimento dos municípios, e espalhar em tôrno dos feudos senhoriais o aspecto das regiões miasmáticas, ou devastadas pelas instituições que suportou, aspecto que o homem livre instintivamente reconhece. Sôbre a população tôda do nosso interior, ou às orlas das capitais ou nos páramos do sertão, os seus efeitos foram: dependência, miséria, ignorância, sujeição ao arbítrio dos potentados — para os quais o recrutamento foi o principal meio de ação; a falta de um canto de terra que o pobre pudesse chamar seu, ainda que por certo prazo, e cultivar como próprio; de uma casa que fôsse para êle um asilo inviolável e da qual não o mandassem esbulhar à vontade; da família — respeitada e protegida. Por último, essa população foi por mais de três séculos acostumada a considerar o trabalho do campo como próprio de escravos. Saída quase tôda das senzalas, ela julga aumentar a distância que a separa daqueles, não fazendo livremente o que êles fazem forçados.

Mais de uma vez, tenho ouvido referir que se oferecera dinheiro a um dos nossos sertanejos por um serviço leve e que êsse recusara prestá-lo. Isso não me admira. Não se lhe oferecia um salário certo. Se lhe propusessem um meio de vida permanente, que melhorasse a sua condição, êle teria provàvelmente aceito a oferta. Mas, quando não a aceitasse, admitindo-se que os indivíduos com quem se verificaram tais fatos representem uma classe de brasileiros que se conta por milhões,

como muitos pretendem, a dos que recusam trabalhar por salário, que melhor prova da terrível influência da escravidão? Durante séculos ela não consentiu mercado de trabalho e não se serviu senão de escravos; o trabalhador livre não tinha lugar na sociedade, sendo um nômada, um mendigo, e por isso em parte nenhuma achava ocupação fixa; não tinha em tôrno de si o incentivo que desperta no homem pobre a vista do bem-estar adquirido por meio do trabalho por indivíduos da sua classe, saídos das mesmas camadas que êle. E como vivem, como se nutrem, êsses milhões de homens, porque são milhões que se acham nessa condição intermédia, que não é o escravo, mas também não é o cidadão; cujo único contingente para o sustento da comunhão, que aliás nenhuma proteção lhes garante, foi sempre o do sangue, porque essa era a massa recrutável, os feudos agrícolas roubando ao exército os senhores e suas famílias, os escravos, os agregados, os moradores, e os brancos?

As habitações já as vimos. São quatro paredes, separadas no interior por uma divisão em dois ou três cubículos infectos, baixas e esburacadas, abertas à chuva e ao vento, pouco mais do que o curral, menos do que a estrebaria. É nesses ranchos que vivem famílias de cidadãos brasileiros! A alimentação corresponde à independência de hábitos sedentários causada pelas moradas. É a farinha de mandioca que forma a base da alimentação, na qual entra, como artigo de luxo, o bacalhau da Noruega ou o charque do Rio da Prata. « Êles vivem diretamente » — diz o sr. Milet, referindo-se à população, que está « fora do movimento geral das trocas internacionais », avaliada por êle na quinta parte da população do Brasil, e que faz parte dêsses

milhões de párias livres da escravidão — «da caça e da pesca, dos frutos imediatos do seu trabalho agrícola, da criação do gado e dos produtos de uma indústria rudimentar» (1).

Foi essa a população que se foi internando, vivendo como ciganos, aderindo às terras das fazendas ou dos engenhos onde achava agasalho, formando-se em pequenos núcleos nos interstícios das propriedades agrícolas, edificando as suas quatro paredes de barro onde se lhe dava permissão para fazê-lo, mediante condições de vassalagem que constituíam os moradores em servos da gleba.

Para qualquer lado que se olhe, êsses efeitos foram os mesmos. *Latifundia perdidere Italiam*, é uma frase que soa como uma verdade tangível aos ouvidos do brasileiro. Compare por um momento, quem viajou nos Estados-Unidos ou na Suíça, o aspecto do país, da cultura, da ocupação do solo pelo homem. Diz-se que o Brasil é um país novo; sim, é um país novo em algumas partes, virgem mesmo, mas em outras é um país velho; há mais de trezentos anos que as terras foram primeiro debastadas, as florestas abatidas, e plantados os canaviais. Tome-se Pernambuco, por exemplo, onde no século XVI João Pais Barreto fundou o morgado do Cabo; que tinha no século XVII durante a ocupação holandesa bom número de engenhos de açúcar; que lutou palmo a palmo contra a Companhia das Índias Ocidentais para seguir a sorte de Portugal e compare-se essa província heróica de mais de trezentos anos com países, por assim dizer, de ontem, como as colônias da Austrália e a Nova Zelândia; com os últimos Estados

(1) *Miscelânea Econômica*, pág. 36.

que entraram para a União Americana. Se não fôra a escravidão, o nosso crescimento não seria por certo tão rápido como o dos países ocupados pela raça inglêsa; Portugal não poderia vivificar-nos, desenvolver-nos com os seus capitais, como faz a Inglaterra com as suas colônias; o valor do homem seria sempre menor, e portanto o do povo e o do Estado. Mas, por outro lado, sem a escravidão não teríamos hoje em existência um povo criado fora da esfera da civilização, e que herdou grande parte das suas tendências, por causa das privações que lhe foram impostas e do regímen brutal a que o sujeitaram, da raça mais atrasada e primitiva, corrigindo assim, felizmente, a hereditariedade da outra, é certo mais adiantada, porém cruel, desumana, ávida de lucros ilícitos, carregada de crimes atrozes: aquela que responde pelos milhões de vítimas de três séculos de escravatura.

Onde quer que se a estude, a escravidão passou sôbre o território e os povos que a acolheram como um sôpro de destruição. Ou se a veja nos ergástulos da antiga Itália, nas aldeias da Rússia, nas plantações dos Estados do Sul, ou nos engenhos e fazendas do Brasil, ela é sempre a ruína, a intoxicação e a morte. Durante um certo período ela consegue esconder, pelo intenso brilho metálico do seu pequeno núcleo, a escuridão que o cerca por todos os lados; mas, quando êsse período de combustão acaba, vê-se que a parte luminosa era um ponto insignificante comparado à massa opaca, deserta, e sem vida do sistema todo. Dir-se-ia que, assim como a matéria não faz senão transformar-se, os sofrimentos, as maldições, as interrogações mudas a Deus, do escravo, condenado ao nascer a galés perpétuas, criança desfigurada pela ambição do dinheiro, não se

extinguem de todo com êle, mas espalham nesse *vale de lágrimas* da escravidão, em que êle viveu, um fluido pesado, fatal ao homem e à Natureza.

« É uma terrível pintura », diz o grande historiador alemão de Roma,

> essa pintura da Itália sob o govêrno da oligarquia. Não havia nada que conciliasse ou amortecesse o fatal contraste entre o mundo dos mendigos e o mundo dos ricos. A riqueza e a miséria ligadas estreitamente uma com outra expulsaram os italianos da Itália, e encheram a península em parte com enxames de escravos, em parte com silêncio sepulcral. É uma terrível pintura, não, porém, uma que seja particular à Itália; em tôda a parte onde o govêrno dos capitalistas, num país de escravos, se desenvolveu completamente, devastou o belo mundo de Deus da mesma forma. A Itália ciceroniana, como a Helas de Políbio, como a Cartago de Aníbal. Todos os grandes crimes, de que o capital é culpado para com a nação e a civilização no mundo moderno, ficam sempre tão abaixo das abominações dos antigos estados capitalistas, como o homem livre, por mais pobre que seja, fica superior ao escravo, e só quando a semente de dragão da América do Norte houver amadurecido, terá o mundo que colhêr frutos semelhantes (1).

No Brasil essas sementes espalhadas por tôda a parte germinaram há muito. E se o mundo não colheu os mesmos frutos, nem sabe que os estamos colhendo, é porque o Brasil não representa nêle papel algum e está escondido à civilização « pelos últimos restos do escuro nevoeiro que pesa ainda sôbre a América » (2).

---

(1) Mommsen, *História Romana*, Livro V, cap. XI.

(2) Antônio Cândido, Sessão de 8 de janeiro de 1881 (Câmara dos Deputados de Portugal).

INFLUÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS DA ESCRAVIDÃO

> « Não é sòmente como instrumento produtivo, que a escravidão é apreciada pelos que a sustentam. É ainda mais pelos seus resultados políticos e sociais, como o meio de manter uma forma de sociedade na qual os senhores de escravos são os únicos depositários do prestígio social e poder político, como a pedra angular de um edifício do qual êles são os donos, que êsse sistema é estimado. Aboli a escravidão e introduzireis uma nova ordem de coisas ». — Professor Cairnes.

Depois da ação que vimos do regímen servil, sôbre o território e a população, os seus efeitos sociais e políticos são meras conseqüências. Um govêrno livre, edificado sôbre a escravidão, seria virgem na história. Os governos antigos não foram baseados sôbre os mesmos alicerces da liberdade individual que os modernos, e representam uma ordem social muito diversa. Só houve um grande fato de democracia combinada com a escravidão, depois da Revolução Francesa — os Estados-Unidos; mas os Estados do Sul nunca foram governos livres. A liberdade americana, tomada a União como um todo, data, verdadeiramente, da proclamação de Lincoln que declarou livres os milhões de escravos do Sul. Longe de serem países livres, os Estados ao sul do Potomac eram sociedades organizadas sôbre a violação de todos os direitos da humanidade. Os estadistas americanos, como Henry Clay e Calhoun, que transigiram ou se identificaram com a escravidão, não calcularam a fôrça do antagonismo que devia, mais

tarde, revelar-se tão formidável. O que aconteceu — a rebelião na qual o Sul foi salvo pelo braço do Norte do suicídio que ia cometer, separando-se da União para formar uma potência escravagista, e o modo pelo qual ela foi esmagada — prova que nos Estados-Unidos a escravidão não afetara a constituição social tôda, como entre nós; mas deixara a parte superior do organismo intata, e forte ainda bastante para curvar a parte até então dirigente à sua vontade, apesar de tôda a sua cumplicidade com essa.

Entre nós, não há linha alguma divisória. Não há uma seção do país que seja diversa da outra. O contato foi sinônimo de contágio. A circulação geral, desde as grandes artérias até aos vasos capilares, serve de canal às mesmas impurezas. O corpo todo — sangue, elementos constitutivos, respiração, fôrças e atividade, músculos e nervos, inteligência e vontade, não só o caráter, senão o temperamento, e mais do que tudo a energia — acha-se afetado pela mesma causa.

Não se trata, sòmente, no caso da escravidão no Brasil, de uma instituição que ponha fora da sociedade um imenso número de indivíduos, como na Grécia ou na Itália antiga, e lhes dê por função social trabalhar para os cidadãos; trata-se de uma sociedade não só *baseada*, como era a civilização antiga, sôbre a escravidão, e permeada em tôdas as classes por ela, mas também constituída, na sua maior parte, de secreções daquele vasto aparelho.

Com a linha divisória da côr, assim era, por exemplo, nos Estados do Sul da União. Os escravos e os seus descendentes não faziam parte da sociedade. A escravidão misturava, confundia, a população em escala muito pequena. Estragava o solo, impedia as indústrias,

preparava a bancarrota econômica, afastava a imigração, produzia, enfim, todos os resultados dessa ordem que vimos no Brasil; mas a sociedade americana não era formada de unidades, criadas por êsse processo. A emenda constitucional, alterando tudo isso, incorporou os negros na comunhão social, e mostrou como são transitórias as divisões que impedem artificialmente ou raças ou classes de tomar o seu nível natural.

Mas, enquanto durou a escravidão, nem os escravos nem os seus descendentes livres concorreram, de forma alguma, para a vida mental ou ativa dessa sociedade parasita que êles tinham o privilégio de sustentar com o seu sangue. Quando veio a abolição, e depois dela a igualdade de direitos políticos, a Virgínia e a Geórgia viram, de repente, tôdas as altas funções do Estado entregues a êsses mesmos escravos, que eram, até então, socialmente falando, matéria inorgânica, e que, por isso, só podiam servir nesse primeiro ensaio de vida política para instrumentos de especuladores adventícios, como os *carpet baggers.* Êsse período, entretanto, pode ser considerado como a continuação da guerra civil. A separação das duas raças, que fôra o sistema adotado pela escravidão norte-americana — mantida por uma antipatia à côr preta, que foi sucessivamente buscar fundamentos na maldição de Cam e na teoria da evolução pitecóide, e por princípios severos de educação — continua a ser o estado das relações entre os dois grandes elementos de população dos Estados do Sul.

No Brasil deu-se exatamente o contrário. A escravidão, ainda que fundada sôbre a diferença das duas raças, nunca desenvolveu a prevenção da côr, e nisso foi infinitamente mais hábil. Os contatos entre aquelas, desde a colonização primitiva dos donatários até

hoje, produziram uma população mestiça, como já vimos, e os escravos, ao receberem a sua carta de alforria, recebiam também a investidura de cidadão. Não há assim, entre nós, castas sociais perpétuas, não há mesmo divisão fixa de classes. O escravo, que, como tal, pràticamente, *não existe* para a sociedade, porque o senhor pode não o ter matriculado e, se o matriculou, pode substituí-lo, e a matrícula mesmo nada significa, desde que não há inspeção do Estado nas fazendas, nem os senhores são obrigados a dar contas dos seus escravos às autoridades. Êsse ente, assim equiparado, quanto à proteção social, a qualquer outra coisa de domínio particular, é, no dia seguinte à sua alforria, um cidadão como outro qualquer, com todos os direitos políticos, e o mesmo grau de elegibilidade. Pode mesmo, ainda na penumbra do cativeiro, comprar escravos, talvez, quem sabe? — algum filho do seu antigo senhor. Isso prova a confusão de classes e indivíduos, e a extensão ilimitada dos cruzamentos sociais entre escravos e livres, que fazem da maioria dos cidadãos brasileiros, se se pode assim dizer, mestiços políticos, nos quais se combatem duas naturezas opostas: a do senhor de nascimento e a do escravo domesticado.

A escravidão, entre nós, manteve-se aberta e estendeu os seus privilégios a todos indistintamente: brancos ou pretos, ingênuos ou libertos, escravos mesmo, estrangeiros ou nacionais, ricos ou pobres; e, dessa forma, adquiriu, ao mesmo tempo, uma fôrça de absorção dobrada e uma elasticidade incomparàvelmente maior do que houvera tido se fôsse um monopólio de raça, como nos Estados do Sul. Êsse sistema de igualdade absoluta abriu, por certo, um melhor futuro à raça negra, do que era o seu horizonte na América do Norte.

Macaulay disse na Câmara dos Comuns em 1845, ano do *bill* Aberdeen: «Eu não julgo improvável que a população preta do Brasil seja livre e feliz dentro de oitenta ou cem anos. Não vejo porém perspectiva razoável de igual mudança nos Estados-Unidos». Essa intuição da felicidade relativa da raça nos dois países parece hoje ser tão certa quanto provou ser errada a suposição de que os Estados-Unidos tardariam mais do que nós a emancipar os seus escravos. O que enganou, nesse caso, o grande orador inglês foi o preconceito da côr, que se lhe figurou ser uma fôrça política e social para a escravidão, quando, pelo contrário, a fôrça desta consiste em banir tal preconceito e em abrir a instituição a tôdas as classes. Mas, por isso mesmo, entre nós, o caos étnico foi o mais gigantesco possível, e a confusão reinante nas regiões em que se está elaborando, com todos êsses elementos heterogêneos, a unidade nacional faz pensar na soberba desordem dos mundos incandescentes.

Atenas, Roma, a Virgínia, por exemplo, foram, tomando uma comparação química, simples misturas nas quais os diversos elementos guardavam as suas propriedades particulares; o Brasil, porém, é um composto, do qual a escravidão representa a afinidade causal. O problema que nós queremos resolver é o de fazer dêsse composto de senhor e escravo um cidadão. O dos Estados do Sul foi muito diverso, porque essas duas espécies não se misturaram. Entre nós a escravidão não exerceu tôda a sua influência apenas abaixo da linha romana da *libertas*; exerceu-a, também, dentro e acima da esfera da *civitas*; nivelou, exceção feita dos escravos, que vivem sempre nos subterrâneos sociais, tôdas as classes; mas nivelou-as degradando-as. Daí a dificulda-

de, ao analisar-lhe a influência, de descobrir um ponto qualquer, ou na índole do povo, ou na face do país, ou mesmo nas alturas mais distantes das emanações das senzalas, sôbre que, de alguma forma, aquela afinidade não atuasse, e que não deva ser incluída na síntese nacional da escravidão. Vejam-se as diversas classes sociais. Tôdas elas apresentam sintomas de desenvolvimento ou retardado ou impedido, ou, o que é ainda pior, de crescimento prematuro artificial. Estudem-se as diversas fôrças, ou que mantêm a hereditariedade nacional ou que lhe dirigem a evolução, e ver-se-á que as conhecidas se estão tôdas enfraquecendo, e que tanto a conservação, como o progresso do país são problemas atualmente insolúveis, dos quais a escravidão, e só ela, é a incógnita. Isso tudo, tenho apenas espaço para apontar, não para demonstrar.

Uma classe importante, cujo desenvolvimento se acha impedido pela escravidão, é a dos lavradores que não são proprietários, e, em geral, dos moradores do campo ou do sertão. Já vimos a que se acha, infelizmente, reduzida essa classe, que forma a quase totalidade da nossa população. Sem independência de ordem alguma, vivendo ao azar do capricho alheio, as palavras da Oração dominical: *O pão nosso de cada dia, nos dai hoje* têm para ela uma significação concreta e real. Não se trata de operários, que, expulsos de uma fábrica, achem lugar em outra; nem de famílias que possam emigrar; nem de jornaleiros que vão ao mercado de trabalho oferecer os seus serviços; trata-se de uma população sem meios, nem recurso algum, ensinada a considerar o trabalho como uma ocupação servil, sem ter onde vender os seus produtos, longe da região do salário — se existe êsse *El Dorado*, em nosso

país — e que por isso tem que resignar-se a viver e criar os filhos, nas condições de dependência e miséria em que se lhe consente vegetar.

Esta é a pintura que, com verdadeiro sentimento humano, fêz de uma porção, e a mais feliz, dessa classe, um senhor de engenho, no Congresso Agrícola do Recife em 1878:

> O plantador não fabricante leva vida precária; seu trabalho não é remunerado, seus brios não são respeitados; seus interêsses ficam à mercê dos caprichos do fabricante em cujas terras habita. Não há ao menos um contrato escrito, que obrigue as partes interessadas; tudo tem base na vontade absoluta do fabricante. Em troca de habitação, muitas vêzes péssima, e de algum terreno que lhe é dado para plantações de mandioca, que devem ser limitadas, e feitas em terreno sempre o menos produtivo; em troca disto, parte o parceiro todo o açúcar de suas canas em quantidades iguais; sendo propriedade do fabricante todo o mel de tal açúcar, tôda a cachaça delas resultante, todo o bagaço, que é excelente combustível para o fabrico do açúcar, todos os olhos das canas, suculento alimento para o seu gado. É uma partilha leonina, tanto mais injusta quanto tôdas as despesas da plantação, trato da lavoura, corte, arranjo das canas e seu transporte à fábrica, são feitas exclusivamente pelo plantador meeiro.
>
> À parte os sentimentos dos que são equitativos e generosos, o pobre plantador de canas da classe a que me refiro, nem habitação segura tem: de momento para outro pode ser caprichosamente despejado, sujeito a ver estranhos até à porta da cozinha de sua triste habitação, ou a precipitar a sua saída, levando à família o último infortúnio (1).

Essa é ainda uma classe favorecida, a dos lavradores meeiros, abaixo da qual há outras que nada têm de seu, moradores que nada têm para vender ao proprietário, e que levam uma existência nômada e segregada

---

(1) *Congresso Agricola do Recife*, págs. 323-324, observações do sr. A. Vítor de Sá Barreto.

de tôdas as obrigações sociais, como fora de tôda a proteção do Estado.

Tomem-se outras classes, cujo desenvolvimento se acha retardado pela escravidão, as classes operárias e industriais, e, em geral, o comércio.

A escravidão não consente, em parte alguma, classes operárias pròpriamente ditas, nem é compatível com o regímen do salário e a dignidade pessoal do artífice. Êste mesmo, para não ficar debaixo do estigma social que ela imprime nos seus trabalhadores, procura assinalar o intervalo que o separa do escravo, e imbui-se assim de um sentimento de superioridade, que é apenas baixeza de alma, em quem saiu da condição servil, ou estêve nela por seus pais. Além disso, não há classes operárias fortes, respeitadas e inteligentes, onde os que empregam trabalho estão habituados a mandar escravos. Também, os operários não exercem entre nós a mínima influência política (1).

Escravidão e indústria são têrmos que se excluíram sempre, como escravidão e colonização. O espírito da primeira, espalhando-se por um país, mata cada uma das faculdades humanas, de que provém a indústria: a iniciativa, a invenção, a energia individual; e cada um dos elementos de que ela precisa: a associação de capitais, a abundância de trabalho, a educação técnica dos operários, a confiança no futuro. No Brasil, a indústria

---

(1) A seguinte distribuição dos eleitores do Município Neutro em 1881 mostra bem qual é a representação de operários que temos. Dos 5.928 eleitores que representavam a capital do país, havia 2.211 empregados públicos, civis ou militares, 1.076 negociantes ou empregados do comércio, 516 proprietários, 398 médicos, 211 advogados, 207 engenheiros, 179 professôres, 145 farmacêuticos, 236 *artistas*, dividindo-se o resto por diversas profissões, como clérigos (76), guarda-livros (58), despachantes (56), solicitadores (27) etc. Êsses algarismos dispensam qualquer comentário.

agrícola é a única que tem florescido em mãos de nacionais. O comércio só tem prosperado nas de estrangeiros. Mesmo assim, veja-se qual é o estado da lavoura, como adiante o descrevo. Está, pois, singularmente retardado em nosso país o período industrial, no qual vamos apenas agora entrando.

O grande comércio nacional não dispõe de capitais comparáveis aos do comércio estrangeiro, tanto de exportação como de importação, ao passo que o comércio a retalho, em tôda a sua porção florescente, com vida própria, por assim dizer consolidada, é pràticamente monopólio de estrangeiros. Êsse fato provocou, por diversas vêzes em nossa história, manifestações populares, com a bandeira da nacionalização do comércio a retalho. Mas, tal grito caracteriza o espírito de exclusivismo e ódio à concorrência, por mais legítima que seja, em que a escravidão educou o nosso povo, e, em mais de um lugar, foi acompanhado de sublevações do mesmo espírito atuando em outra direção, isto é, do fanatismo religioso. Não sabiam os que sustentavam aquêle programa do fechamento dos portos do Brasil, e da anulação de todo o progresso que temos feito desde 1808, que, se tirassem o comércio a retalho aos estrangeiros, não o passariam para os nacionais, mas simplesmente o reduziriam a uma carestia de gêneros permanente — porque é a escravidão, e não a nacionalidade, que impede o comércio a retalho de ser em grande parte brasileiro.

Em relação ao comércio, a escravidão procede desta forma: fecha-lhe, por desconfiança e rotina, o interior, isto é, tudo o que não é a capital da província; exceto em Santos e Campinas, em São Paulo; Petrópolis e Campos, no Rio de Janeiro; Pelotas, no Rio Grande do

Sul; e alguma outra cidade mais, não há casas de negócio senão nas capitais, onde se encontre mais do que um pequeno fornecimento de artigos necessários à vida, êsses mesmos ou grosseiros ou falsificados. Assim como nada se vê que revele o progresso intelectual dos habitantes — nem livrarias, nem jornais — não se encontra o comércio, senão na antiga forma rudimentar, indivisa ainda, da venda-bazar. Por isso, o que não vai diretamente da Côrte, como encomenda, só chega ao consumidor pelo mascate, cuja história é a da civilização do nosso interior todo, e que, de fato, é o *pioneer* do comércio, e representa os limites em que a escravidão é compatível com a permuta local. O comércio, entretanto, é o manancial da escravidão, e o seu banqueiro. Na geração passada, em tôda a parte, êle a alimentou de africanos *boçais* ou *ladinos*; muitas das propriedades agrícolas caíram em mãos de fornecedores de escravos; as fortunas realizadas pelo Tráfico (para o qual a moeda falsa teve por vêzes grande afinidade) foram, na parte não exportada, nem convertida em pedra e cal, empregadas em auxiliar a lavoura pela usura. Na atual geração, o vínculo entre o comércio e a escravidão não é assim desonroso para aquêle; mas, a dependência mútua continua a ser a mesma. Os principais fregueses do comércio são proprietários de escravos, exatamente como os *leaders* da classe; o café é sempre rei nas praças do Rio e de Santos, e o comércio, faltando a indústria e o trabalho livre, não pode servir senão para agente da escravidão, comprando-lhe tudo o que ela oferece e vendendo-lhe tudo de que ela precisa. Por isso, também, no Brasil êle não se desenvolve, não abre horizontes ao país; mas é uma fôrça inativa, sem estímulos, e cônscia de que é, apenas,

um prolongamento da escravidão, ou antes o mecanismo pelo qual a carne humana é convertida em ouro e circula, dentro e fora do país, sob a forma de letras de câmbio. Êle sabe que, se a escravidão o receia, como receia todos os condutores do progresso, seja êste a loja do negociante, a estação da estrada de ferro, ou a escola primária, também precisa dêle, como por certo não precisa, nem quer saber, desta última, e trata de viver com êle nos melhores têrmos possíveis. Mas, com a escravidão, o comércio será sempre o servo de uma classe, sem a independência de um agente nacional; êle nunca há de florescer, num regímen que não lhe consente entrar em relações diretas com os consumidores, e não eleva a população do interior a essa categoria.

Das classes que êsse sistema fêz crescer artificialmente a mais numerosa é a dos empregados públicos. A estreita relação entre a escravidão e a epidemia do funcionalismo não pode ser mais contestada que a relação entre ela e a superstição do Estado-providência. Assim como, nesse regímen, tudo se espera do Estado, que, sendo a única associação ativa, aspira e absorve pelo impôsto e pelo empréstimo todo o capital disponível e distribui-o, entre os seus clientes, pelo emprêgo público, sugando as economias do pobre pelo curso forçado, e tornando precária a fortuna do rico; assim também, como conseqüência, o funcionalismo é a profissão nobre e a vocação de todos. Tomem-se, ao acaso, vinte ou trinta brasileiros em qualquer lugar onde se reúna a nossa sociedade mais culta: todos êles ou foram ou são, ou hão de ser, empregados públicos; se não êles, seus filhos.

O funcionalismo é, como já vimos, o asilo dos descendentes das antigas famílias ricas e fidalgas, que desbarataram as fortunas realizadas pela escravidão, fortunas a respeito das quais pode dizer-se, em regra, como se diz das fortunas feitas no jôgo, que não medram, nem dão felicidade. É além disso o viveiro político, porque abriga todos os pobres inteligentes, todos os que têm ambição e capacidade, mas não têm meios, e que são a grande maioria dos nossos homens de merecimento. Faça-se uma lista dos nossos estadistas pobres, de primeira e segunda ordem, que resolveram o seu problema individual pelo casamento rico, isto é, na maior parte dos casos, tornando-se humildes clientes da escravidão; e outra dos que o resolveram pela acumulação de cargos públicos, e ter-se-ão, nessas duas listas, os nomes de quase todos êles. Isso significa que o país está fechado em tôdas as direções; que muitas avenidas que poderiam oferecer um meio de vida a homens de talento, mas sem qualidades mercantis, como a literatura, a ciência, a imprensa, o magistério, não passam ainda de vielas, e outras, em que homens práticos, de tendências industriais, poderiam prosperar, são por falta de crédito, ou pela estreiteza do comércio, ou pela estrutura rudimentar da nossa vida econômica, outras tantas portas muradas.

Nessas condições oferecem-se ao brasileiro que começa diversos caminhos, os quais conduzem todos ao emprêgo público. As profissões chamadas independentes, mas que dependem em grande escala do favor da escravidão, como a advocacia, a medicina, a engenharia, têm pontos de contato importantes com o funcionalismo, como sejam os cargos políticos, as academias, as obras públicas. Além dêsses, que recolhem por assim

dizer as migalhas do orçamento, há outros, negociantes, capitalistas, indivíduos inclassificáveis, que querem contratos, subvenções do Estado, garantias de juro, empreitadas de obras, fornecimentos públicos.

A classe dos que assim vivem com os olhos voltados para a munificência do Govêrno é extremamente numerosa, e diretamente filha da escravidão, porque ela não consente outra carreira aos brasileiros, havendo abarcado a terra, degradado o trabalho, corrompido o sentimento de altivez pessoal em desprêzo por quem trabalha em posição inferior a outro, ou não faz trabalhar. Como a necessidade é irresistível, essa fome de emprêgo público determina uma progressão constante do nosso orçamento, que a nação, não podendo pagar com a sua renda, paga com o próprio capital necessário à sua subsistência, e que, mesmo assim, só é afinal equilibrado por novas dívidas.

Além de ser artificial e prematuro, o atual desenvolvimento da classe dos remunerados pelo Tesouro, sendo, como é a cifra da despesa nacional, superior às nossas fôrças, a escravidão, fechando tôdas as outras avenidas, como vimos, da indústria, do comércio, da ciência, das letras, criou em tôrno dêsse exército ativo uma reserva de pretendentes, cujo número realmente não se pode contar, e que, com exceção dos que estão consumindo, ociosamente, as fortunas que herdaram e dos que estão explorando a escravidão com a alma do proprietário de homens, pode calcular-se, quase exatamente, pelo recenseamento dos que sabem ler e escrever. Num tempo em que o servilismo e a adulação são a escada pela qual se sobe, e a independência e o caráter a escada pela qual se desce; em que a inveja é uma paixão dominante; em que não há outras regras de

promoção, nem provas de suficiência, senão o empenho e o patronato; quando ninguém, que não se faça lembrar, é chamado para coisa alguma, e a injustiça é ressentida apenas pelo próprio ofendido: os empregados públicos são os servos da gleba do Govêrno, vivem com suas famílias em terras do Estado, sujeitos a uma evicção sem aviso, que equivale à fome, numa dependência da qual só para os fortes não resulta a quebra do caráter. Em cada um dos sintomas característicos da série hipertrofia do funcionalismo, como ela se apresenta no Brasil, quem tenha estudado a escravidão reconhece logo um dos seus efeitos. Podemos nós, porém, ter a consolação de que abatendo as diversas profissões, reduzindo a nação ao proletariado, a escravidão todavia conseguiu fazer dos senhores, da *lavoura*, uma classe superior, pelo menos rica, e, mais do que isso, educada, patriótica, digna de representar o país intelectual e moralmente?

Quanto à riqueza, já vimos que a escravidão arruinou uma geração de agricultores, que ela mesma substituiu pelos que lhes forneciam os escravos. De 1853 a 1857, quando se deviam estar liquidando as obrigações do Tráfico, a dívida hipotecária da Côrte e província do Rio de Janeiro subia a sessenta e sete mil contos. A atual geração não tem sido mais feliz. Grande parte dos seus lucros foram convertidos em carne humana, a alto preço, e, se hoje uma epidemia devastasse os cafezeiros, o capital que a lavoura tôda do Império poderia apurar para novas culturas havia de espantar os que a reputam florescente. Além disso, há quinze anos que não se fala senão em *auxílios à lavoura*. Tem a data de 1868 um opúsculo do sr. Quintino Bocaiúva, *A Crise da Lavoura*, em que êsse notável jornalista escrevia:

«A lavoura não se pode restaurar senão pelo efeito simultâneo de dois socorros que não podem ser mais demorados — o da instituição do crédito agrícola e o da aquisição de braços produtores». O primeiro socorro era «uma vasta emissão» sôbre a propriedade predial do Império, que assim seria convertida em moeda corrente; o segundo era a colonização chinesa.

Há quinze anos que se nos descreve de todos os lados a lavoura como estando em *crise*, necessitada de *auxílios*, agonizante, em bancarrota próxima. O Estado é, todos os dias, denunciado por não fazer empréstimos e aumentar os impostos para habilitar os fazendeiros a comprar ainda mais escravos. Em 1875 uma lei, a de 6 de novembro, autorizou o Govêrno a dar a garantia nacional ao Banco estrangeiro — nenhum outro poderia emitir na Europa — que emprestasse dinheiro à lavoura mais barato do que o mercado monetário interno. Para terem fábricas centrais de açúcar, e melhorarem o seu produto, os senhores de engenho precisaram de que a nação as levantasse sob a sua responsabilidade. O mesmo tem-se pedido para o café. Assim como dinheiro a juro barato e engenhos centrais, a chamada *grande propriedade* exige fretes de estrada de ferro à sua conveniência, exposições oficiais de café, dispensa de todo e qualquer impôsto direto, imigração asiática, e uma lei de locação de serviços que faça do colono, alemão, ou inglês, ou italiano, um escravo branco. Mesmo a população nacional tem que ser sujeita a um novo recrutamento agrícola (1), para satisfazer diver-

(1) O Clube da Lavoura e Comércio de Taubaté, por exemplo, incumbiu uma comissão de estudar a lei de locação de serviços, e o resultado dêsse estudo foi um projeto cujo primeiro artigo obrigava a contratos de serviços todo o nacional de *doze anos* para cima que

sos *Clubs,* e, mais que tudo, o câmbio, por uma falência econômica, tem que ser conservado tão baixo quanto possível, para o café, que é pago em ouro, valer mais papel.

Também, a horrível usura, de que é vítima a lavoura em diversas províncias, sobretudo no Norte, é a melhor prova do mau sistema que a escravidão fundou, e do qual dois característicos principais — a extravagância e o *provisório* — são incompatíveis com o crédito agrícola que ela reclama. « A taxa dos juros dos empréstimos à lavoura pelos seus correspondentes » é o extrato oficial das informações prestadas pelas Presidências de Província em 1874, « regula em algumas províncias de 7 a 17%; em outras sobe de 18 a 24% », e « há exemplo de se cobrar a de 48 e 72 anualmente! » Como não se pretende que a lavoura renda mais de 10%, e tôda ela precisa de capitais a juro, essa taxa quer simplesmente dizer — a bancarrota. Não é, por certo, essa a classe que se pode descrever em estado próspero e florescente, e que se pode chamar rica.

Quanto às suas funções sociais, uma aristocracia territorial pode servir ao país de diversos modos: melhorando e desenvolvendo o bem-estar da população que a cerca e o aspecto do país em que estão encrava-

---

fôsse encontrado sem ocupação honesta. Êsse nacional teria a escolha de ser *recrutado* para o exército, ou de contratar seus serviços com algum lavrador *de sua aceitação*. O art. 6.º dispunha: « O locador que bem cumprir seu contrato durante os cinco anos terá direito, afinal, a um prêmio pecuniário que não excederá de 500$000. § 1.º Êste prêmio será pago pelo Govêrno em dinheiro ou em apólice da dívida pública». A escravidão tem engendrado tanta extravagância que não sei dizer se essa é a maior de tôdas. Mas assim como Valença se obstina em ser a Esparta, a Côrte a Delos, a Bahia a Corinto, dir-se-á, à vista dêsse prêmio de 500$, que se quer fazer de Taubaté, que J. M. de Macedo nos descreve como « antiga, história e orgulhosa do seu passado», — a Beócia, da escravidão.

dos os seus estabelecimentos; tomando a direção do progresso nacional; cultivando, ou protegendo, as letras e as artes; servindo no exército e na armada, ou distinguindo-se nas diversas carreiras; encarnando o que há de bom no caráter nacional, ou as qualidades superiores do país, o que mereça ser conservado como tradição. Já vimos o que a nossa lavoura conseguiu em cada um dêsses sentidos, quando notamos o que a escravidão administrada por ela há feito do território e do povo, dos senhores e dos escravos. Desde que a classe única, em proveito da qual ela foi criada e existe, não é a aristocracia do dinheiro, nem a do nascimento, nem a da inteligência, nem a do patriotismo, nem a da raça, que papel permanente desempenha no Estado uma aristocracia heterogênea e que nem mesmo mantém a sua identidade por duas gerações?

Se, das diversas classes, passarmos às fôrças sociais, vemos que a escravidão ou as apropriou aos seus interêsses, quando transigentes, ou fêz em tôrno delas o vácuo, quando inimigas, ou lhes impediu a formação, quando incompatíveis.

Entre as que se identificaram, desde o princípio, com ela, tornando-se um dos instrumentos das suas pretensões, está por exemplo, a Igreja. No regímen da escravidão doméstica o Cristianismo cruzou-se com o fetichismo, como se cruzaram as duas raças. Pela influência da ama de leite e dos escravos de casa sôbre a educação da criança, os terrores materialistas do fetichista convertido, isto é, que mudou de Inferno, exercem, sôbre a fortificação do cérebro e a coragem da alma daquelas, a maior depressão. O que resulta como fé, e sistema religioso, dessa combinação das tradições africanas como o ideal anti-social do missionário faná-

tico, é um composto de contradições, que só a inconsciência pode conciliar. Como a religião, a Igreja.

Nem os bispos, nem os vigários, nem os confessores, estranham o mercado de entes humanos; as Bulas que o condenam são hoje obsoletas. Dois dos nossos prelados foram sentenciados a prisão com trabalho, pela guerra que moveram à Maçonaria; nenhum dêles, porém, aceitou ainda a responsabilidade de descontentar a escravidão. Compreende-se que os exemplos dos Profetas, penetrando no palácio dos reis de Judá para exprobrar-lhes os seus crimes, e os sofrimentos dos antigos mártires pela verdade moral, pareçam aos que representam a religião entre nós originalidades tão absurdas como a de São Simeão Estelita vivendo no tope de uma coluna para estar mais perto de Deus. Mas, se o regímen da côngrua e dos emolumentos, mais do que isso, das honras oficiais e do bem-estar, não consente êsses rasgos de heroísmo religioso, hoje próprios, tão sòmente, de um faquir do Himalaia, apesar dêsse resfriamento glacial de uma parte da alma de outrora incandescente, a escravidão e o Evangelho deviam mesmo hoje ter vergonha de se encontrarem na casa de Jesus e de terem o mesmo sacerdócio.

Nem quanto aos casamentos dos escravos, nem por sua educação moral, tem a Igreja feito coisa alguma. Os monges de São Bento forraram os seus escravos e isso produziu entre os panegiristas dos conventos uma explosão de entusiasmo. Quando mosteiros possuem rebanhos humanos, quem conhece a história das fundações monásticas, os votos dos noviços, o desinterêsse das suas aspirações, a sua abnegação pelo mundo, só pode admirar-se de que esperem reconhecimento e gratidão

por terem deixado de tratar homens como animais, e de explorar mulheres como máquinas de produção.

« Se em relação às pessoas livres mesmo », oficiou em 1864 ao Govêrno o cura da freguesia do Sacramento da Côrte, « se observa o abandono, a indiferença atinge ao escândalo em relação aos escravos. Poucos senhores cuidam em proporcionar aos seus escravos em vida os socorros espirituais; raros são aquêles que cumprem com o caridoso dever de lhes dar os derradeiros sufrágios da Igreja » (1). Grande número de padres possuem escravos, sem que o celibato clerical o proíba. Êsse contato, ou antes contágio, da escravidão deu à religião, entre nós, o caráter materialista que ela tem, destruiu-lhe a face ideal, e tirou-lhe tôda a possibilidade de desempenhar na vida social do país o papel de uma fôrça consciente.

Tome-se outro elemento de conservação que também foi apropriado dessa forma, o patriotismo. O trabalho todo dos escravagistas consistiu sempre em identificar o Brasil com a escravidão. Quem a ataca é logo suspeito de conivência com o estrangeiro, de inimigo das instituições do seu próprio país. Antônio Carlos foi acusado nesse interêsse de não ser brasileiro. Atacar a Monarquia, sendo o país monárquico, a religião sendo o país católico, é lícito a todos; atacar, porém, a escravidão, é traição nacional e felonia. Nos Estados-Unidos, « a instituição particular » por tal forma criou em sua defesa essa confusão, entre si e o país, que pôde levantar uma bandeira sua contra a de Washington, e produzir, numa loucura transitória, um patriotismo sepa-

---

(1) Consultas do Conselho de Estado sôbre Negócios Eclesiásticos. Consulta de 18 de junho, 1864.

ratista desde que se sentiu ameaçada de cair deixando a pátria de pé. Mas, como com todos os elementos morais que avassalou, a escravidão ao conquistar o patriotismo brasileiro fê-lo degenerar. A guerra do Paraguai é a melhor prova do que ela fêz do patriotismo das classes que a praticavam, e do patriotismo dos senhores. Muito poucos dêsses deixaram os seus escravos para atender ao seu país; muitos alforriaram alguns «negros» para serem êles feitos titulares do Império. Foi nas camadas mais necessitadas da população, descendentes de escravos na maior parte, nessas mesmas que a escravidão condena à dependência e à miséria, entre os proletários analfabetos cuja emancipação política ela adiou indefinidamente, que se sentiu bater o coração de uma nova pátria. Foram elas que produziram os soldados dos batalhões de Voluntários. Com a escravidão, disse José Bonifácio em 1825, «nunca o Brasil formará, como imperiosamente o deve, um exército brioso e uma marinha florescente», e isso porque, com a escravidão, não há patriotismo nacional, mas sòmente patriotismo de casta, ou de raça; isto é, um sentimento que serve para unir todos os membros da sociedade, e explorado para o fim de dividi-los. Para que o patriotismo se purifique, é prcciso que a imensa massa da população livre, mantida em estado de subserviência pela escravidão, atravesse, pelo sentimento da independência pessoal, pela convicção da sua fôrça e do seu poder, o longo estádio que separa o simples nacional — que hipoteca tàcitamente, por amor, a sua vida à defesa voluntária da integridade material e da soberania externa da pátria — do cidadão que quer ser uma unidade ativa e pensante na comunhão a que pertence.

Entre as fôrças em tôrno de cujo centro de ação o escravagismo fêz o vácuo, por lhe serem contrárias, fôrças de progresso e transformação, está notàvelmente a imprensa, não só o jornal, mas também o livro, tudo que diz respeito à educação. Por honra do nosso jornalismo, a imprensa tem sido a grande arma de combate contra a escravidão e o instrumento da propagação das idéias novas; os esforços tentados para a criação de um *órgão negro* naufragaram sempre. Ou se insinui tìmidamente, ou se afirme com energia, o pensamento dominante no jornalismo todo, do Norte ao Sul, é a emancipação. Mas, para fazer o vácuo em tôrno do jornal e do livro, e de tudo o que pudesse amadurecer antes de tempo a consciência abolicionista, a escravidão por instinto procedeu repelindo a escola, a instrução pública, e mantendo o país na ignorância e escuridão, que é o meio em que ela pode prosperar. A senzala e a escola são pólos que se repelem.

O que é a educação nacional num regímen interessado na ignorância de todos, o seguinte trecho do notável parecer do sr. Rui Barbosa, relator da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, o mostra bem:

> A verdade — e a vossa Comissão quer ser muito explícita a seu respeito, desagrade a quem desagradar — é que o ensino público está à orla do limite possível a uma nação que se presume livre e civilizada; é que há decadência em vez de progresso; é que somos um povo de analfabetos, e que a massa dêles, se decresce, é numa proporção desesperadamente lenta; é que a instrução acadêmica está infinitamente longe do nível científico desta idade; é que a instrução secundária oferece ao ensino superior uma mocidade cada vez menos preparada para o receber; é que a instrução popular, na Côrte como nas províncias, não passa de um *desideratum.*

Aí está o efeito, sem aparecer a causa, como em todos os inúmeros casos em que os efeitos da escravidão são apontados entre nós. Um lavrador fluminense, por exemplo, o sr. Pais Leme, foi em 1876 aos Estados-Unidos comissionado pelo nosso Govêrno. Escreveu relatórios sôbre o que viu e observou na América do Norte, pronunciou discursos na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, que são ainda o resultado daquela viagem, e nunca lhe ocorreu, nos diferentes paralelos que fêz entre o estado do Brasil e o da grande República, atribuir à escravidão uma parte sequer do nosso atraso. O mesmo dá-se com tôda a literatura política, liberal ou republicana, em que um fator da ordem da escravidão figura como um órgão rudimentar e inerte.

Entre as fôrças cuja aparição ela impediu está a opinião pública, a consciência de um destino nacional. Não há, com a escravidão, essa fôrça poderosa chamada opinião pública, ao mesmo tempo alavanca e o ponto de apoio das individualidades que representam o que há de mais adiantado no país. A escravidão, como é incompatível com a imigração espontânea, também não consente o influxo das idéias novas. Incapaz de invenção, ela é, igualmente, refratária ao progresso. Não é dessa opinião pública que sustentou os negreiros contra os Andradas, isto é, da soma dos interêsses coligados que se trata, porque essa é uma fôrça bruta e inconsciente como a do número por si só. Duzentos piratas valem tanto quanto um pirata, e não ficarão valendo mais se os cercarem da população tôda que êles enriquecem e da que êles devastam. A opinião pública, de que falo, é pròpriamente a consciência nacional, esclarecida, moralizada, honesta e patriótica; essa

é impossível com a escravidão, e desde que apareça, esta trata de destruí-la.

É por não haver entre nós essa fôrça de transformação social que a política é a triste e degradante luta por ordenados, que nós presenciamos; nenhum homem vale nada, porque nenhum é sustentado pelo país. O Presidente do Conselho vive à mercê da Coroa, de quem deriva a sua fôrça, e só tem aparência de poder quando se o julga um lugar-tenente do Imperador e se acredita que êle tem no bôlso o decreto de dissolução, isto é, o direito de eleger uma câmara de apaniguados seus. Os ministros vivem logo abaixo, à mercê do Presidente do Conselho, e os deputados no terceiro plano, à mercê dos ministros. O sistema representativo é, assim, um enxêrto de formas parlamentares num govêrno patriarcal, e senadores e deputados só tomam ao sério o papel que lhes cabe nessa paródia da democracia pelas vantagens que auferem. Suprima-se o subsídio e forcem-nos a não se servirem da sua posição para fins pessoais e de família, e nenhum homem que tenha o que fazer se prestará a perder o seu tempo em tais *skiamaxiai*, em combates com sombras, para tomar uma comparação de Cícero.

Ministros, sem apoio na opinião, que ao serem despedidos caem no vácuo; presidentes do Conselho que vivem, noite e dia, a perscrutar o pensamento esotérico do Imperador; uma Câmara cônscia da sua nulidade e que só pede tolerância; um Senado, que se reduz a ser um pritaneu; partidos que são apenas sociedades cooperativas de colocação ou de seguro contra a miséria. Tôdas essas aparências de um govêrno livre são preservadas por orgulho nacional, como foi a dignidade consular no Império Romano; mas, no fundo, o que

temos é um govêrno de uma simplicidade primitiva, em que as responsabilidades se dividem ao infinito, e o poder está concentrado nas mãos de um só. Êste é o Chefe do Estado. Quando alguém parece ter fôrça própria, autoridade efetiva, prestígio individual, é porque lhe acontece, nesse momento, estar exposto à luz do trono: desde que der um passo, ou à direita ou à esquerda, e sair daquela réstia, ninguém mais o divisará no escuro.

Foi a isso que a escravidão, como causa infalível de corrupção social, e pelo seu terrível contágio, reduziu a nossa política. O povo como que sente um prazer cruel em escolher o pior, isto é, em rebaixar-se a si mesmo, por ter consciência de que é uma multidão heterogênea, sem disciplina a que se sujeite, sem fim que se proponha. A municipalidade da Côrte, do centro da vida atual da nação tôda, foi sempre eleita por êsse princípio. Os *capangas* no interior, e nas cidades os *capoeiras*, que também têm a sua flor, fizeram até ontem das nossas eleições o jubileu do crime. A faca de ponta e a navalha, exceto quando a baioneta usurpava essas funções, tinham sempre a maioria nas urnas. Com a eleição direta, tudo isso desapareceu na perturbação do primeiro momento, porque houve um ministro de vontade, que disse aspirar à honra de ser derrotado nas eleições. O sr. Saraiva, porém, já foi canonizado pela sua abnegação; já tivemos bastantes ministros-mártires para formar o agiológio da reforma, e ficou provado que nem mesmo é preciso a candidatura oficial para eleger câmaras governistas. A máquina eleitoral é automática, e, por mais que mudem a lei, o resultado há de ser o mesmo. O *capoeira* conhece o seu valor, sabe que não passam tão depressa como se acredita os dias

de Clódio, e em breve a eleição direta será o que foi a indireta: a mesma orgia desenfreada a que nenhum homem decente devera, sequer, assistir.

Autônomo, só há um poder, entre nós, o poder irresponsável; só êsse tem certeza do dia seguinte; só êsse representa a permanência da tradição nacional. Os ministros não são mais que as encarnações secundárias, e às vêzes grotescas, dessa entidade superior. Olhando em tôrno de si, o Imperador não encontra uma só individualidade que limite a sua, uma vontade, individual ou coletiva, a que êle se deva sujeitar: nesse sentido êle é absoluto como o Czar e o Sultão, ainda que se veja no centro de um govêrno moderno e provido de todos os órgãos superiores, como o parlamento, que não têm a Rússia nem a Turquia, a supremacia parlamentar, que não tem a Alemanha, a liberdade absoluta da imprensa, que muito poucos países conhecem. Quer isso dizer, em vez de soberano absoluto, o Imperador deve antes ser chamado o Primeiro Ministro permanente do Brasil. Êle não comparece perante as Câmaras, deixa grande latitude, sobretudo em matéria de finanças e legislação, ao Gabinete; mas nem um só dia perde de vista a marcha da administração, nem deixa de ser o árbitro dos seus ministros.

Êsse chamado *govêrno pessoal* é explicado pela teoria absurda de que o Imperador corrompeu um povo inteiro; desmoralizou por meio de tentações supremas, à moda de Satanás, a honestidade dos nossos políticos; desvirtuou, intencionalmente, partidos que nunca tiveram idéias e princípios, senão como capital de exploração. A verdade é que êsse govêrno é o resultado, imediato, da prática da escravidão pelo país. Um povo que se habitua a ela não dá valor à liberdade, nem aprende

a governar-se a si mesmo. Daí, a abdicação geral das funções cívicas, o indiferentismo político, o desamor pelo exercício obscuro e anônimo da responsabilidade pessoal, sem a qual nenhum povo é livre, porque um povo livre é sòmente um agregado de unidades livres: causas que deram em resultado a supremacia do elemento permanente e perpétuo, isto é, a Monarquia. O Imperador não tem culpa, exceto, talvez, por não ter reagido contra essa abdicação nacional, de ser tão poderoso como é, tão poderoso que nenhuma delegação da sua autoridade, atualmente, conseguiria criar no país uma fôrça maior que a Coroa.

Mas, por isso mesmo, Dom Pedro II será julgado pela História, como o principal responsável pelo seu longo reinado; tendo sido o seu próprio valido durante quarenta e três anos, êle nunca admitiu presidentes do Conselho superiores à sua influência e, de fato, nunca deixou o leme (com relação a certos homens que ocuparam aquela posição, foi talvez melhor para êles mesmos e para o país, o serem objetos dêsse *liberum veto*). Não é assim, como soberano constitucional, que o futuro há de considerar o Imperador, mas como estadista; êle é um Luís Filipe, e não uma rainha Vitória — e ao estadista hão de ser tomadas estreitas contas da existência da escravidão, ilegal e criminosa, depois de um reinado de quase meio século. O Brasil despendeu mais de seiscentos mil contos em uma guerra pollticamente desastrosa, e só tem despendido, até hoje, nove mil contos em emancipar os seus escravos: tem um orçamento seis vêzes apenas menor do que a Inglaterra, e dêsse orçamento menos de um por cento é empregado em promover a emancipação.

Qualquer, porém, que seja, quanto à escravidão, a responsabilidade pessoal do Imperador, não há dúvida que a soma de poder que foi acrescendo à sua prerrogativa foi uma aluvião devida àquela causa perene. No meio da dispersão das energias individuais e das rivalidades dos que podiam servir à pátria, levanta-se, dominando as tendas dos agiotas políticos e os antros dos gladiadores eleitorais, que cercam o nosso *Forum*, a estátua do Imperador, símbolo do único poder nacional independente e forte.

Mas, em tôda essa dissolução social, na qual impera o mais ávido materialismo, e os homens de bem e patriotas estão descrentes de tudo e de todos, quem não vê a forma colossal da raça maldita, sacudindo os ferros dos seus pulsos, espalhando sôbre o país as gotas do seu sangue? Essa é a vingança da raça negra. Não importa que tantos dos seus filhos espúrios tenham exercido sôbre irmãos o mesmo jugo, e se tenham associado como cúmplices aos destinos da instituição homicida, a escravidão na América é sempre o crime da raça branca, elemento predominante da civilização nacional, e êsse miserável estado, a que se vê reduzida a sociedade brasileira, não é senão o cortejo da Nêmesis africana que visita, por fim, o túmulo de tantas gerações.

NECESSIDADE DA ABOLIÇÃO. — PERIGO DA DEMORA.

«Se os seus [do Brasil] dotes morais e intelectuais crescerem de harmonia com a sua admirável beleza e riqueza natural, o mundo não terá visto uma terra mais bela. Atualmente há diversos obstáculos a êste progresso; obstáculos que atuam como uma doença moral sôbre o seu povo. A escravidão ainda existe no meio dêle». — AGASSIZ.

MAS, dir-se-á, se a escravidão é como acabamos de ver uma influência que afeta tôdas as classes; o molde em que se está fundindo, há séculos, a população tôda: em primeiro lugar, que fôrça existe fora dela que possa destruí-la tão depressa como quereis sem, ao mesmo tempo, dissolver a sociedade que é, segundo vimos, um composto de elementos heterogêneos do qual ela é a afinidade química? Em segundo lugar, tratando-se de um interêsse de tamanha importância, de que dependem tão avultado número de pessoas e a produção nacional — a qual sustenta a fábrica e o estabelecimento do Estado, por mais artificiais que proveis serem as suas proporções atuais — e quando não contestais, nem podeis contestar, que a escravidão esteja condenada a desaparecer num período que pelo progresso moral contínuo do país nunca poderá exceder de vinte anos; por que não esperais que o fim de uma instituição, que já durou em vosso país mais de trezentos anos, se consuma naturalmente, sem sacrifício da fortuna pública nem das fortunas privadas, sem antagonismo de raças ou classes, sem uma só das ruínas

que em outros países acompanharam a emancipação forçada dos escravos? »

Deixo para o seguinte capítulo a resposta à primeira questão. Aí mostrarei que, apesar de tôda a influência retardativa da escravidão, há dentro do país fôrças morais capazes de suprimi-la como posse de homens, assim como não há, por enquanto, — e a primeira necessidade do país é criá-las — fôrças capazes de eliminá-la como principal elemento da nossa constituição. Neste capítulo, respondo tão sòmente à objeção, pollticamente falando formidável, de impaciência, de cegueira para os interêsses da classe dos proprietários de escravos, tão brasileiros pelo menos como êstes, para as dificuldades econômicas de um problema — a saber, se a escravidão deve continuar indefinidamente — que, no ponto de vista humanitário ou patriótico, o Brasil todo já resolveu pela mais solene e convencida afirmativa.

Essas impugnações têm tanto mais pêso, para mim, quanto — e por todo êste livro se terá visto — eu não acredito que a escravidão deixe de atuar, como até hoje, sôbre o nosso país quando os escravos forem todos emancipados. A lista de subscrição, que resulta na soma necessária para a alforria de um escravo, dá um *cidadão* mais ao rol dos brasileiros; mas, é preciso muito mais do que as esmolas dos compassivos, ou a generosidade do senhor, para fazer dêsse novo cidadão uma unidade, digna de concorrer, ainda mesmo infinitesimalmente, para a formação de uma nacionalidade americana. Da mesma forma com o senhor. Êle pode alforriar os seus escravos, com sacrifício dos seus interêsses materiais, ainda que sempre em benefício da educação dos seus filhos, quebrando assim o último vínculo aparente, ou de

que tenha consciência, das relações em que se achava para com a escravidão; mas, sòmente por isso, o espírito desta não deixará de incapacitá-lo para cidadão de um país livre, e para exercer as virtudes que tornam as nações mais poderosas pela liberdade individual do que pelo despotismo.

Em um e outro caso, é preciso mais do que a cessação do sofrimento, ou da inflição do cativeiro, para converter o escravo e o senhor em homens animados do espírito de tolerância, de adesão aos princípios de justiça, quando mesmo sejam contra nós, de progresso e de subordinação individual aos interêsses da pátria, sem os quais nenhuma sociedade nacional existe senão no grau de molusco, isto é, sem vértebras nem individualização.

Os que olham para os três séculos e meio de escravidão que temos no passado e medem o largo período necessário para apagar-lhe os últimos vestígios, não consideram, pelo menos à primeira vista, de comprimento intolerável o espaço de vinte ou trinta anos que ainda lhe reste de usufruto. Abstraindo da sorte individual dos escravos e tendo em vista tão sòmente o interêsse geral da comunhão — não se deve, com efeito, exigir que atendamos ao interêsse particular dos proprietários, que são uma classe social muito menos numerosa do que os escravos, mais do que ao interêsse dos escravos somado com o interêsse da nação tôda — não será o prazo de vinte anos curto bastante para que não procuremos ainda abreviá-lo mais, comprometendo o que, de outra forma, se salvaria?

«Vós dizeis que sois políticos» — acrescentarei completando o argumento sério e refletido de homens tão inimigos como eu da escravidão, mas que se re-

cusam a desmoroná-la de uma só vez, supondo que êsse, a não ser o papel de um Erostrato, seria o de um Sansão inconsciente — « dizeis que não encarais a escravidão principalmente do ponto de vista do escravo, ainda que tenhais feito causa comum com êle para melhor moverdes a generosidade do país; mas, sim do ponto de vista nacional, considerando que a pátria deve proteção igual a todos os seus filhos e não pode enjeitar nenhum. Pois bem, como homens políticos, que entregais a vossa defesa ao futuro, e estais prontos a provar que não quereis destruir ou empecer o progresso do país, nem desorganizar o trabalho, ainda mesmo por sentimentos de justiça e humanidade, não vos parece que cumpriríeis melhor o vosso dever para com os escravos, para com os senhores — os quais têm pelo menos direito à vossa indulgência pelas relações que o próprio Abolicionismo, de uma forma ou outra, pela hereditariedade nacional comum, tem com a escravidão — e finalmente para com a Nação tôda, se em vez de propordes medidas legislativas que irritam os senhores e que não serão adotadas, êstes não querendo; em vez de quererdes proteger os escravos pela justiça pública e arrancá-los do poder dos seus donos; começásseis por verificar até onde e de que forma êstes, pelo menos na sua porção sensata e, pòlìticamente falando, pensante, estão dispostos a concorrer para a obra que hoje é confessadamente nacional — da emancipação? Não seríeis mais políticos, oportunistas e práticos, e, portanto, muito mais úteis aos próprios escravos, se em vez de vos inutilizardes como propagandistas e agitadores, correndo o risco de despertar, o que não quereis por certo, entre escravos e senhores, entre senhores e abolicionistas, sentimentos contrários à harmonia das

diversas classes — que mesmo na escravidão é um dos títulos de honra do nosso país — vos associásseis, como brasileiros, à obra pacífica da liquidação dêsse regímen? »

Cada uma dessas observações, e muitas outras semelhantes, eu as discuti sèriamente comigo mesmo, antes de queimar os meus navios, e cheguei, de boa fé e contra mim próprio, à convicção de que deixar à escravidão o prazo de vida que ela tem pela lei de 28 de setembro, seria abandonar o Brasil todo à contingência das mais terríveis catástrofes; e por outro lado, de que nada se havia de conseguir para limitar de modo sensível aquêle prazo senão pela agitação abolicionista, isto é, procurando-se concentrar a atenção do país no que tem de horrível, injusto e fatal ao seu desenvolvimento, uma instituição com a qual êle se familiarizou e confundiu, a ponto de não poder mais vê-la objetivamente.

Há três anos que o país está sendo agitado, como nunca havia sido antes, em nome da abolição, e os resultados dessa propaganda ativa e patriótica têm sido tais que hoje ninguém mais dá à escravatura a duração que ela prometia ter quando, em 1878, o sr. Sinimbu reuniu o Congresso Agrícola, essa Arca de Noé em que devia salvar-se a « grande propriedade ».

Pela lei de 28 de setembro de 1871, a escravidão tem por limite a vida do escravo nascido na véspera da lei. Mas essas águas mesmas não estão ainda estagnadas, porque a fonte do nascimento não foi cortada, e todos os anos as mulheres escravas dão milhares de *escravos por vinte e um anos* aos seus senhores. Por uma ficção de direito, êles nascem *livres*, mas, de fato,

valem por lei *aos oito anos de idade* 600$, cada um. A escrava nascida a 27 de setembro de 1871 pode ser mãe em 1911 de um dêsses *ingênuos*, que assim ficaria em cativeiro provisório até 1932. Essa é a lei, e o período de escravidão que ela ainda permite.

O ilustre homem de Estado que a fêz votar, se hoje fôsse vivo, seria o primeiro a reconhecer que êsse horizonte de meio século aberto ainda à propriedade escrava é um absurdo, e nunca foi o pensamento íntimo do legislador. O visconde do Rio Branco, antes de morrer, havia já recolhido como sua recompensa a melhor parte do reconhecimento dos escravos: a gratidão das mães. Êsse é um hino à sua memória que a posteridade nacional há de ouvir, desprendendo-se como uma nota suave e límpida do delírio de lágrimas e soluços do vasto côro trágico. Mas, por isso mesmo que o visconde do Rio Branco foi o autor daquela lei, êle seria o primeiro a reconhecer que, pela deslocação de fôrças sociais produzida há treze anos e pela velocidade ùltimamente adquirida, depois do torpor de um decênio, pela idéia abolicionista, a lei de 1871 já devera ser obsoleta. O que nós fizemos em 1871 foi o que a Espanha fêz em 1870; a nossa lei Rio Branco de 28 de setembro daquele ano é a lei Moret espanhola de 4 de julho dêste último; mas, depois disso, a Espanha já teve outra lei — a de 13 de fevereiro de 1880 — que aboliu a escravidão, desde logo nominalmente, convertendo os escravos em *patrocinados,* mas de fato depois de oito anos decorridos, ao passo que nós estamos ainda na primeira lei.

Pela ação do nosso atual direito, o que a escravatura perde por um lado adquire por outro. Ninguém tem a loucura de supor que o Brasil possa guardar a

escravidão por mais vinte anos, qualquer que seja a lei; portanto o serem os *ingênuos* escravos por vinte e um anos, e não por tôda a vida, não altera o problema que temos diante de nós: a necessidade de resgatar do cativeiro um milhão e meio de pessoas.

Comentando, êste ano, a redução pela mortalidade e pela alforria da população escrava desde 1873, escreve o *Jornal do Comércio*:

> Dado que naquela data hajam sido matriculados em todo o Império 500.000 escravos, algarismo muito presumível, é lícito estimar que a população escrava do Brasil assim como diminuiu de uma sexta parte no Rio de Janeiro, haja diminuído no resto do Império em proporção pelo menos igual, donde a existência presumível de 1.250.000 escravos. Êste número pode entretanto descer por estimativa a 1.200.000 escravos, atentas às causas que têm atuado em vários pontos do Império para maior proporcionalidade nas alforrias.

A êsses é preciso somar os *ingênuos*, cujo número excede de 250.000. Admitindo-se que dêsse milhão e meio de pessoas, que hoje existem, sujeitas à servidão, sessenta mil saiam dela anualmente, isto é, o dôbro da média do decênio, a escravidão terá desaparecido, com um grande remanescente de *ingênuos*, é certo, a liquidar, em vinte e cinco anos, isto é, em 1908. Admito mesmo que a escravidão desapareça d'ora em diante à razão de 75.000 pessoas por ano, ou cinco por cento da massa total, isto é, com uma velocidade duas vêzes e meia maior do que a atual. Por êste cálculo a instituição ter-se-á liquidado em 1903, ou dentro de vinte anos. Êsse cálculo é otimista, e feito sem contar com a lei, mas por honra dos bons impulsos nacionais eu o aceito como exato.

« Por que não esperais êsses vinte anos? » é a pergunta que nos fazem (1).

Êste livro todo é uma resposta àquela pergunta. Vinte anos mais de escravidão, é a morte do país. Êsse período é com efeito curto na história nacional, como por sua vez a história nacional é um momento na vida da humanidade, e esta um instante na da terra, e assim por diante: mas, vinte anos de escravidão quer dizer a ruína de duas gerações mais: a que há pouco entrou na vida civil, e a que fôr educada por essa. Isto é o adiamento por meio século da consciência livre do país (2).

Vinte anos de escravidão quer dizer o Brasil celebrando, em 1892, o quarto centenário do descobrimento da América, com a sua bandeira coberta de crepe! A ser assim, tôda a atual mocidade estaria condenada a viver com a escravidão, a servi-la durante a melhor parte da vida, a manter um exército, e uma magistratura para torná-la obrigatória, e, pior talvez do que isso, a ver as crianças, que hão de tomar os seus lugares dentro de vinte anos, educadas na mesma escola que ela. *Maxima debetur puero reverentia* é um princípio de que a escravidão escarneceria vendo-o aplicado a simples *crias*; mas êle deve ter alguma influência aplicado aos próprios filhos do senhor.

---

(1) Há pessoas de má fé que pretendem que, sem propaganda alguma, pela marcha natural das coisas, pela mortalidade e liberalidade particular, uma propriedade que no mínimo excede em valor a quinhentos mil contos se eliminará espontâneamente da economia nacional se o Estado não intevier. Há outras pessoas também, capazes de reproduzir a Multiplicação dos Pães, que esperam que os escravos sejam todos resgatados em vinte anos pelo Fundo de Emancipação cuja renda anual não chega a dois mil contos.

(2) «O resultado há sido êste: Em onze anos o Estado não logrou manumitir senão 11.000 escravos, ou a média anual de 1.000, que equivale aproximadamente 0,7% sôbre o algarismo médio da popula-

Vinte anos de escravidão, por outro lado, quer dizer durante todo êsse tempo o nome do Brasil inquinado, unido com o da Turquia, arrastado pela lama da Europa e da América, objeto de irrisão na Ásia de tradições imemoriais, e na Oceania, três séculos mais jovem do que nós. Como há de uma nação, assim atada ao pelourinho do mundo, dar ao seu exército e à sua marinha, que amanhã podem talvez ser empregados em dominar uma insurreição de escravos, virtudes viris e militares, inspirar-lhes o respeito da pátria? Como pode ela, igualmente, competir, ao fim dêsse prazo de enervação, com as nações menores que estão crescendo ao seu lado, a República Argentina à razão de quarenta mil imigrantes espontâneos e trabalhadores por ano, e o Chile homogêneamente pelo trabalho livre, com todo o seu organismo sadio e forte? Manter, por êsse período todo, a escravidão como instituição nacional equivale a dar mais vinte anos para que exerça tôda a sua influência mortal à crença de que o Brasil precisa da escravidão para existir: isso, quando o Norte, que era considerado a parte do território que não poderia dispensar o braço escravo, está vivendo sem êle, e a escravidão floresce apenas em São Paulo que pode pelo seu clima atrair o colono europeu, e com o seu capital pagar o salário do trabalho que empregue, nacional ou estrangeiro.

Estude-se a ação sôbre o caráter e a índole do povo de uma lei do alcance e da generalidade da escravidão;

ção escrava existente no período de 1871 a 1882. E' evidentemente obra mesquinha que não condiz à intensidade de intuito que a inspirou. Com certeza, ninguém suspeitou em 1871 que, ao cabo de tão largo período, a humanitária emprêsa do Estado teria obtido êste minguado fruto». *Jornal do Comércio*, artigo editorial de 28 de setembro de 1882.

veja-se o que é o Estado entre nós, poder coletivo que representa apenas os interêsses de uma pequena minoria e, por isso, envolve-se e intervém em tudo o que é da esfera individual, como a proteção à indústria, o emprêgo da reserva particular, e por outro lado, abstém-se de tudo o que é da sua esfera, como a proteção à vida e segurança individual, a garantia da liberdade dos contratos: por fim, prolongue-se pela imaginação por um tão longo prazo a situação atual das instituições minadas pela anarquia e apenas sustentadas pelo servilismo, com que a escravidão substitui, ao liquidar-se respectivamente, o espírito de liberdade e o de ordem, e diga o brasileiro que ama a sua pátria se podemos continuar por mais vinte anos com êsse regímen corruptor e dissolvente.

Se esperar vinte anos quisesse dizer preparar a transição por meio da educação do escravo; desenvolver o espírito de cooperação; promover indústrias; melhorar a sorte dos servos da gleba; repartir com êles a terra que cultivam na forma dêsse nobre testamento da condessa do Rio Novo; suspender a venda e a compra de homens; abolir os castigos corporais e a perseguição privada; fazer nascer a família, respeitada, apesar da sua condição, honrada em sua pobreza; importar colonos europeus: o adiamento seria por certo um progresso; mas, tudo isso é incompatível com a escravidão no seu declínio, na sua bancarrota, porque tudo isso significaria aumento de despesa, e ela só aspira a reduzir o custo das máquinas humanas de que se serve e a dobrar-lhes o trabalho.

Dar dez, quinze, vinte anos ao agricultor para preparar-se para o trabalho livre, isto é, condená-lo à previsão com tanta antecedência, encarregá-lo de elaborar

uma mudança, é desconhecer a tendência nacional de deixar para o dia seguinte o que se deve fazer na véspera. Não é prolongando os dias da escravidão que se há de modificar essa aversão à previdência; mas sim destruindo-a, isto é, criando a necessidade, que é o verdadeiro molde do caráter.

Tudo o mais reduz-se a sacrificar um milhão e meio de pessoas ao interêsse privado dos seus proprietários, interêsse que vimos ser moralmente e fìsicamente homicida, por maior que seja a inconsciência dêsses dois predicados, por parte de quem o explora. Em outras palavras, para que alguns milhares de indivíduos não fiquem arruinados, para que essa ruína não se consuma, êles precisam, não sòmente de trabalho, certo e permanente, que o salário lhes pode achar, mas também de que a sua propriedade humana continui a ser permutável, isto é, a ter valor na carteira dos bancos e desconto nas praças do comércio. Um milhão e meio de pessoas têm que ser oferecidas ao Minotauro da escravidão, e nós temos que alimentá-lo durante vinte anos mais, com o sangue das nossas novas gerações. Pior ainda do que isso, dez milhões de brasileiros, que, nesse decurso de tempo, talvez cheguem a ser quatorze, continuarão a suportar os prejuízos efetivos e os lucros cessantes que a escravidão lhes impõe, e vítimas do mesmo espírito retardatário que impede o desenvolvimento do país, a elevação das diversas classes, e conserva a população livre do interior em andrajos, e, mais triste do que isso, indiferente à sua própria condição moral e social. Que interêsse ou compaixão podem inspirar ao mundo dez milhões de homens que confessam que, em faltando-lhes o trabalho forçado e gratuito de poucas

centenas de milhares de escravos agrícolas, entre êles velhos, mulheres e crianças, se deixarão morrer de fome no mais belo, rico e fértil território que até hoje nação alguma possuiu? Essa mesma atonia do instinto da conservação pessoal e da energia que êle demanda, não estará mostrando a imperiosa necessidade de abolir a escravidão sem perda de um momento?

RECEIOS E CONSEQÜÊNCIAS. — CONCLUSÃO.

> «A história do mundo, e especialmente a dos Estados desta União, mostra do modo o mais concludente que a prosperidade pública está sempre em uma proporção quase matemática para o grau de liberdade de que gozam todos os habitantes do Estado» (1).

ADMITIDA a urgência da abolição para todos os que não se contentam com o ideal de Java da América sonhado para o Brasil, e provada a necessidade dessa operação, tanto quanto pode provar-se em cirurgia a necessidade de amputar a extremidade gangrenada para salvar o corpo, devemos considerar os receios e as predições dos adversários da reforma.

Em primeiro lugar, porém, é preciso examinar se há no país fôrças capazes de lutar com a escravidão e de vencê-la. Vemos como ela possui o solo e por êsse meio tem ao seu serviço a população do interior, que se compõe de moradores proletários, tolerados em terras alheias; sabemos que ela está senhora do capital disponível, tem à sua mercê o comércio das cidades, do seu lado a propriedade tôda do país, e, por fim, às suas ordens uma clientela formidável de tôdas as profissões, advogados, médicos, engenheiros, clérigos, professôres, empregados públicos; além disto, a maior parte das fôrças sociais constituídas, e seguramente, dessas tôdas as que são resistentes e livres, sustentam-na quanto podem.

---

(1) *The Wheeling Intelligencer*, Parágrafo citado por Olmstead — *A Journey in the Back Country.*

Por outro lado, é sabido que a escravidão, assim defendida, com êsse grande exército alistado sob a sua bandeira, não está disposta a capitular; não está mesmo sitiada, senão por fôrças morais, isto é, por fôrças que, para atuarem, precisam de ter um ponto de apoio dentro dela mesma, em sua própria consciência. Pelo contrário, é certo que a escravidão se oporá, com a maior tenacidade — e resolvida a não perder um palmo de terreno por lei — a qualquer tentativa do Estado para beneficiar os escravos.

Palavras vagas, promessas mentirosas, declarações inofensivas, tudo isso ela admite: desde, porém, que se trate de fazer uma lei de pequeno ou grande alcance direto para aquêles, o chacal há de mostrar as prêsas a quem penetrar no seu ossário.

Infelizmente para a escravidão, ao enervar o país todo, ela enervou-se também: ao corromper, corrompeu-se. Êsse exército é uma multidão indisciplinada, heterogênea, ansiosa por voltar-lhe as costas; essa clientela tem vergonha de viver das suas migalhas, ou de depender do seu favor; a população, que vive nômada em terras de outrem, no dia em que se lhe abra uma perspectiva de possuir legìtimamente a terra, em que se lhe consente viver como párias, abandonará a sua presente condição de servos; quanto às diversas fôrças sociais, o servilismo as tornou tão fracas, tímidas e irresolutas, que elas serão as primeiras a aplaudir qualquer renovação que as destrua, para reconstruí-las com outros elementos. Senhora de tudo e de todos, a escravidão não poderia levantar, em parte alguma do país, um bando de guerrilhas que um batalhão de linha não bastasse para dispersar. Habituada ao chicote, ela não pensa em servir-se da espingarda, e, assim como está

resolvida a empregar todos os seus meios de 1871, — os Clubes da Lavoura, as cartas anônimas, a difamação pela imprensa, os insultos no Parlamento, as perseguições individuais, — que dão a medida da sua energia potencial, está também decidida, de antemão, a resignar-se à derrota. O que há de mais certo, em semelhante campanha, é que dez anos depois, como aconteceu com a de 1871, os que nela tomarem parte contra a liberdade hão de ter vergonha da distinção que adquiriram, e se hão de pôr a mendigar o voto daqueles a quem quiseram fazer o maior mal que um homem pode infligir a outro: o de afundá-lo na escravidão, a êle ou aos seus filhos, quando um braço generoso luta para salvá-los.

Por tudo isso, o poder da escravidão, como ela própria, é uma sombra. Ela, porém, conseguiu produzir outra sombra, mais forte, resultado, como vimos, da abdicação geral da função cívica por parte do nosso povo: o Govêrno. O que seja essa fôrça, não se o pode melhor definir do que o fêz, na frase já uma vez citada, o eloqüente homem de Estado que mediu pessoalmente com o seu olhar de águia o vasto horizonte dêsse pico — «o Poder é o Poder». Isso diz tudo. Do alto dessa fantasmagoria colossal, dessa evaporação da fraqueza e do entorpecimento do país, dessa miragem da própria escravidão, no deserto que ela criou, a casa da fazenda vale tanto quanto a senzala do escravo. Sem dúvida alguma, o Parlamento, no novo regímen eleitoral, está impondo a vontade dos seus pequenos corrilhos, sôbre os quais a lavoura exerce a maior coação: mas, ainda assim, o Govêrno paira acima das Câmaras, e, quando seja preciso repetir o fenômeno de 1871, as Câmaras hão de se sujeitar, como então fizeram.

Essa é a fôrça capaz de destruir a escravidão, da qual aliás dimana, ainda que, talvez, venham a morrer juntas. Essa fôrça, neste momento, está avassalada pelo poder territorial, mas todos vêem que um dia entrará em luta com êle, e que a luta será desesperada, quer êste peça a abolição imediata, quer peça medidas indiretas, quer queira suprimir a escravidão de um jacto ou, sòmente, fechar o mercado de escravos.

A opinião pública, tal qual se está formando, tem influência e ação sôbre o Govêrno. Êle representa o país perante o mundo, concentra em suas mãos a direção de um vasto todo político, que estaria pronto para receber sem abalo a notícia da emancipação, se não fôssem os distritos de café nas províncias de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, e assim é sempre impelido pela consciência nacional, a afastar-se cada vez mais da órbita que a escravidão lhe traçou.

Por maior que seja o poder desta, o seu crédito nos Bancos, o valor da sua propriedade hipotecada, ela está como o êrro dogmático para a verdade demonstrada. Uma onça de ciência vale, por fim, mais do que uma tonelada de fé. Assim também o mínimo dos sentimentos nobres da humanidade acaba por destruir o maior de todos os monopólios dirigido contra êle. Sem atribuir fôrça alguma metafísica aos princípios, quando não há quem os imponha, ou quando a massa humana, a que nós queremos aplicá-los, lhes é refratária, não desconto alto demais o caráter, os impulsos, as aspirações da Nação brasileira dizendo que tôdas as suas simpatias, desprezados os interêsses, são pela liberdade contra a escravidão.

Todavia, é forçoso reconhecê-lo: a atitude relutante da única fôrça capaz de destruir esta última, isto é, o

Govêrno, a medida, insignificante ainda, em que êle é acessível à opinião, e o progresso lento desta, não nos deixam esperar que se realize tão cedo o divórcio. Se não existisse a pressão abolicionista, todavia êle seria ainda mais demorado. O nosso esfôrço consiste, pois, em estimular a opinião, em apelar para a ação que deve exercer, entre tôdas as classes, a crença de que a escravidão não avilta sòmente o nosso país: arruína-o materialmente. O agente está aí, é conhecido, é o Poder. O meio de produzi-lo é, também, conhecido: é a opinião pública. O que resta é inspirar a esta a energia precisa, tirá-la do torpor que a inutiliza, mostrar-lhe como a inércia prolongada é o suicídio.

Vejamos, agora, os receios que a reforma inspira. Teme-se que a abolição seja a morte da lavoura, mas a verdade é que não há outro modo de aviventá-la. Há noventa anos, Noah Webster escreveu num opúsculo acêrca dos efeitos da escravidão sôbre a moral e a indústria o seguinte:

A um cidadão da América parece estranho e admira-lhe que no século XVIII [e a nós brasileiros quase cem anos depois?] tal questão seja objeto de dúvida em qualquer parte da Europa; e mais ainda assunto de discussão séria [A questão: « Se é mais vantajoso para um Estado que o camponês possua terra ou outros quaisquer bens, e até que limite deve ser admitida essa propriedade no interêsse público? » posta em concurso pela Sociedade Econômica de São Petersburgo]. Entretanto não sòmente na Rússia e grande parte da Polônia, mas também na Alemanha e Itália, onde há muito a luz da ciência dissipou a noite da ignorância gótica, os barões se ofenderiam com a simples idéia de dar liberdade aos seus camponeses. Esta repugnância deve nascer da suposição de que, se os libertassem, os seus estabelecimentos sofreriam materialmente; porque o orgulho só não seria obstáculo ao interêsse. Mas isto é um engano fatalíssimo, e americanos não deveram ser os últimos a convencer-se de que o é; homens livres não só produzem mais, mas gastam menos do que

escravos; não só são mais trabalhadores, são mais próvidos também, *e não há um proprietário de escravos na Europa ou América que não possa dobrar em poucos anos o valor do seu estabelecimento agrícola, alforriando os seus escravos e ajudando-os no manejo das suas culturas* (1).

As palavras finais que eu grifei são tão exatas e verdadeiras hoje como eram quando foram escritas; tão exatas então como seriam, no fundo, ao tempo em que a Sicília romana estava coberta de *ergástulos* e os escravos viviam a mendigar ou a roubar.

A êsse respeito, a prova mais completa possível é a transformação material e econômica da lavoura nos Estados do Sul, depois da guerra: a agricultura é hoje ali muitas vêzes mais rica, próspera e florescente, do que no tempo em que a colheita do algodão representava os salários sonegados à raça negra, e as lágrimas e misérias do regímen bárbaro que se dizia necessário àquele produto. Não é mais rica sòmente por produzir maior colheita e dar maior renda; é mais rica porque a estabilidade é outra, porque as indústrias estão afluindo, as máquinas multiplicando-se, e a população vai crescendo, em desenvolvimento moral, intelectual e social desimpedido.

Em data de 1.º de setembro de 1882, escrevia o correspondente do *Times* em Filadélfia:

« No fim da guerra », disse enfàticamente um dos representantes do Sul na recente Convenção dos Banqueiros em Saratoga, « o Sul ficou apenas com terras e dívidas ». Contudo o povo começou a trabalhar para desenvolver as primeiras e libertar-se das segundas, e depois de alguns anos de inteligente dedicação a êsses grandes deveres, êle conseguiu resultados que o surpreendem tanto, como ao resto do mundo. Assim a abolição

---

(1) *Effects of Slavery on Morals and Industry.* Noah Webster, junior. Hartford (Connecticut) 1793.

da escravidão, com a queda dos sistemas de agricultura que ela sustentava, foi da maior vantagem para o Sul. Nenhum país do globo passou por uma revolução social mais completa — e todavia comparativamente pacífica e quase desapercebida — do que os Estados do Sul desde 1865. O fim da Rebelião encontrou o Sul privado de tudo menos a terra, e carregado de uma imensa dívida contraída principalmente pelo crédito fundado no valor da propriedade escrava. No maior Estado do Sul — a Geórgia — êsse valor subia a $30,000,000 [60.000 contos]. A abolição destruiu a garantia, mas deixou de pé a dívida, e quando cessaram as hostilidades o Sul estava exausto, meio faminto e falido, nacionalmente e individualmente, com os libertos feitos senhores, e induzidos a tôda a sorte de excessos políticos pelos brancos sem escrúpulos que se puseram à frente dêles.

Depois da restauração da paz, o alto preço do algodão incitou os lavradores a cultivá-lo, quanto possível, e como a nova condição do negro impedia o seu antigo senhor de dispor do trabalho dêle, tornou-se a princípio costume quase invariável dos proprietários arrendarem as plantações aos libertos e procurarem tirar delas o mesmo rendimento que antes da Rebelião, e isso sem trabalho pessoal. Muitos dos agricultores mudaram-se para as cidades, deixando a administração das suas terras aos libertos, e uma vez que lhes fôsse paga a renda do algodão, não se importavam com os métodos empregados. Os negros, livres de tôda fiscalização, lavravam imensas áreas, remexendo a flor da terra com pequenos arados, não empregando adubo, mas deixando o solo descansar, e seguindo do modo mais fácil os métodos de cultura que aprenderam quando escravos. Desta forma, cedo as plantações ficaram exaustas na superfície do solo, e os libertos não puderam mais conseguir colheita bastante, nem para pagar a renda, nem para o seu próprio sustento. Os proprietários, que viviam na ociosidade, acharam-se assim com os seus rendimentos suspensos e as suas terras estragadas, ao passo que, estando o país cheio de estabelecimentos nas mesmas condições, a venda era quase impossível a qualquer preço. A necessidade, então, forçou-os a voltar às suas plantações, de modo que, por administração pessoal, elas pudessem ser restauradas na sua fôrça produtiva anterior; mas êsses processos, negligentes e atrasados, mantiveram o Sul por diversos anos em uma condição extremamente precária.

Durante a última década os agricultores convenceram-se de que tal sistema não devia continuar indefinidamente; que o estilo de lavoura lhes estava arruinando as terras; que os fabri-

cantes e os banqueiros, com os juros altos, lucros enormes e dispondo, incontestàvelmente, das colheitas eram os únicos a colhêr benefícios; e que, por falta de capital bastante para dirigirem os seus negócios, pelo sistema de pagamento à vista, êles se conservavam pobres e trabalhavam as suas plantações com desvantagem sempre crescente. Isso determinou mudanças que foram tôdas para o bem duradouro do Sul. As plantações estão sendo cortadas em pequenos sítios, e a classe mais inteligente está cultivando menor número de jeiras, alternando as safras, descansando a terra, adotando um melhor sistema de lavrar, e fazendo uso em grande escala de estrumes. Êles agora conseguem, em muitos casos onde êste sistema adiantado está há anos em prática, um fardo de algodão por jeira onde antes eram precisos cinco ou seis jeiras para produzir um fardo de qualidade inferior. Êles estão, também, plantando mais trigo e aveia, produzindo mais carne para os trabalhadores, e mais forragem de diversas espécies para os animais. A grande colheita é sempre o algodão — que dá uma safra maior proporcionalmente à superfície do que anos atrás — o algodão não é já tão rei absoluto como antes foi. O Sul pode, hoje, sustentar-se por si em quase tôda a parte, no que concerne à alimentação. Os mantimentos e o trigo do Norte e do Oeste não encontram mais ali o mesmo mercado de antes da guerra. Trabalhando por sistemas sensatos, os plantadores estão tirando muito melhores resultados; em geral livraram-se das dívidas, e sentem-se em condição mais vantajosa, ao passo que o trabalhador no Sul está tão contente que não se tem ouvido falar dêle êste verão. Esta é a grande revolução pacífica — social e industrial — que teve lugar nesta década, todavia do modo tão quieto a surpreender a todos, quando as publicações do recenseamento a revelaram.

O mesmo correspondente, em data de 1.º de abril de 1880, havia transmitido algumas observações de Jefferson Davis, o presidente da Confederação, sôbre os resultados da medida que emancipou os escravos:

As suas opiniões, êle o confessou, mudaram inteiramente com referência à cultura do algodão e do açúcar. Essas mercadorias principais, do Sul, podem ser produzidas em maior abundância, e com mais economia, pagando-se o trabalho do que por escravos. Isto, disse êle, está demonstrado, e serve para mostrar como foi vantajosa para os brancos a abolição da escravidão. O Sul

depende menos do Norte do que antes da guerra. Ao passo que êle continua a exportar os seus grandes produtos [o algodão e o açúcar], o povo está produzindo maior variedade de colheitas para uso próprio, e há de eventualmente competir com o Norte em manufaturas e nas artes mecânicas (1).

Ambas essas citações encerram, com a autoridade da experiência, e da História, elaborada debaixo de nossas vistas, grandes avisos aos nossos agricultores, assim como a maior animação para o nosso país. Não há dúvida de que o trabalho livre é mais econômico, mais inteligente, mais útil à terra, benéfico ao distrito onde ela está encravada, mais próprio para gerar indústrias, civilizar o país, e elevar o nível de todo o povo. Para a agricultura, o trabalho livre é uma vida nova, fecunda, estável, e duradoura. Buarque de Macedo entreviu a pequena lavoura dos atuais escravos, em tôrno dos engenhos centrais de açúcar, e deu testemunho disso para despertar a energia individual. A todos os respeitos, o trabalho livre é mais vantajoso que o escravo. Não é a agricultura que há de sofrer por êle.

Sofrerão, porém, os atuais proprietários, e se sofrerem terão o direito de queixar-se do Estado? Acabamos de ler que a Guerra Civil americana só deixou em

---

(1) Em 1861 (antes da guerra) a colheita do algodão era de 3.650.000 fardos; em 1871 foi 4.340.000 fardos e em 1881, 6.589.000. Em dois anos o Sul produziu 12.000.000 de fardos. «O Sul está também adiantando-se, diz o *Times*, na manufatura de instrumentos agrícolas, couros, *wagons*, marcenaria, sabão, amido etc., e êstes produtos com o crescimento do comércio de algodão, açúcar, fumo, arroz, trigo, e provisões para a marinha, hão de aumentar materialmente a riqueza dos diversos Estados. Como corolário natural dêsse surpreendente progresso os lavradores se estão tornando mais ricos e mais independentes, e em alguns dos Estados do Sul se está fazendo um grande esfôrço para impedir a absorção das pequenas lavouras pelas maiores». Por outro lado o professor E. W. Gilliam pretende que a raça negra aumentou nos últimos dez anos à razão de 34 por cento enquanto que a branca aumentou cêrca de 29 por cento. Êle calcula que dentro de um século haverá nos Estados do Sul 192 milhões de homens de côr.

mãos dos antigos senhores terras e dívidas. Mas, entre nós, não se dá o mesmo que nos Estados-Unidos. Ali, a emancipação veio depois de uma rebelião, à qual nenhuma outra pode ser comparada; depois de um bloqueio ruinoso, e muito mais cedo do que os Abolicionistas mais esperançosos de Boston ou Nova York podiam esperar. No Brasil, fêz-se, há doze anos, uma lei que, para os atuais possuidores, não podia senão significar que a nação estava desejosa de pôr têrmo à escravidão, que tinha vergonha de ser um país de escravos, e só não decretava em vez da alforria dos nascituros a dos próprios escravos, para não prejudicar os interêsses dos senhores. O Brasil, em outras palavras, para não ferir de leve a propriedade de uma classe de indivíduos, muitos dêles estrangeiros, filhos de países onde a escravidão não existe, e nos quais a proibição de possuir escravos, qualquer que seja a latitude, já devera ser parte do estatuto pessoal da nacionalidade, assentiu a continuar responsável por um crime.

O argumento dos proprietários de escravos é, com efeito, êste: «O meu escravo vale um conto de réis, empregado nêle de boa fé, ou possuído, legalmente, pelo princípio da acessão do fruto. Se tendes um conto de réis para dar-me por êle, tendes o direito de libertá-lo. Mas, se não tendes essa quantia êle continuará a ser meu escravo». Eu admito êste argumento, o qual significa isto: desde que uma geração consentiu ou tolerou um crime qualquer, seja a pirataria, seja a escravidão, outra geração não pode suprimir êsse crime, sem indenizar os que cessarem de ganhar por êle; isto é, enquanto não tiver o capital que êsse crime representa, não poderá, por mais que a sua consciência se revolte e ela queira viver honestamente, desprender-se da res-

ponsabilidade de cobri-lo com a sua bandeira e de prestar-lhe o auxílio das suas tropas, em caso de necessidade. À vista dessa teoria nenhum país pode subir um degrau na escala da civilização e da consciência moral se não tiver com que desapropriar a sua imoralidade e o seu atraso. Adoto entretanto êsse ponto de vista para simplificar a questão, e concedo o princípio que o Estado deva entrar em acôrdo para indenizar a propriedade escrava, legalmente possuída.

Em 1871, porém, a Nação brasileira deu o primeiro aviso à escravidão de que a consciência a vexava, e ela estava ansiosa por liquidar êsse triste passado e começar vida nova. Pode alguém, que tenha adquirido escravos depois dessa data, queixar-se de não ter sido informado de que a reação do brio e do pudor começava a tingir as faces da Nação? O preço dos escravos subiu depois da lei; chegou em São Paulo a três contos de réis, como subira depois de acabado o Tráfico, sendo o efeito de cada lei humanitária que restringe a propriedade humana aumentar-lhe o valor, como o de outra qualquer mercadoria, cuja produção diminui quando a procura continua a ser a mesma. Mas tem o Estado que responder pelo incremento do valor do escravo, sátira pungente de cada medida de moralidade social, e que mostra como o comércio da carne humana gira todo fora da ação do patriotismo? Não é só do que a lei proíbe, que o cidadão cioso do nome do seu país deve abster-se, conscienciosamente, mas de tudo quanto êle sabe que a lei só não proíbe porque não pode, e que envergonha a lei, sobretudo depois que a nação lhe dá um aviso de que é preciso acabar, quanto antes, com êsse abuso, cada brasileiro ajudando o Estado a fazê-lo. Haverá, entre nós, quem desconheça

que a Constituição teve vergonha da escravidão, e que a lei de 28 de setembro de 1871 foi um solene aviso nacional, um apêlo ao patriotismo?

Durante cinqüenta anos a grande maioria da propriedade escrava foi possuída ilegalmente. Nada seria mais difícil aos senhores, tomados coletivamente, do que justificar perante um tribunal escrupuloso a legalidade daquela propriedade, tomada também em massa. Doze anos, porém, depois da lei de 28 de setembro, como fundariam êles quaisquer acusações de má fé, espoliação e outras, contra o Estado por transações efetuadas sôbre escravos?

Ninguém, infelizmente, espera que a escravidão acabe de todo no Brasil antes de 1890. Não há poder, atualmente conhecido, que nos deixe esperar uma duração menor, e uma lei que hoje lhe marcasse êsse prazo aplacaria de repente as ondas agitadas. Pois bem, não há escravo que dentro de cinco anos não tenha pago o seu valor, sendo os seus serviços inteligentemente aproveitados. Pense entretanto a lavoura, faça cada agricultor a conta dos seus escravos: do que êles efetivamente lhe custaram e do que lhe renderam, das *crias* que produziram — descontando os africanos importados depois de 1831 e seus filhos conhecidos, pelos quais seria um ultraje reclamarem uma indenização pública — e vejam se o país, depois de grandes e solenes avisos para que descontinuassem essa indústria cruel, não tem o direito de extingui-la, de chôfre, sem ser acusado de os sacrificar.

Se êles não conseguem remir as suas hipotecas, pagar as suas dívidas, a culpa não é dos pobres escravos, que os ajudam quanto podem, e não devem responder pelo que o sistema da escravidão tem de mau e

contrário aos interêsses do agricultor. Dê cada senhor hoje uma papeleta a cada um dos seus escravos, inscrevendo na primeira página, não já o que êle custou — sòmente êsse processo eliminaria metade da escravatura *legal* — mas o que cada um vale no mercado, e lance ao crédito dêsse escravo cada serviço que êle preste; dentro de pouco tempo a dívida estará amortizada. Se alguma coisa o escravo lhe ficar restando, êle mesmo fará honra à sua firma, servindo-o depois de livre: tudo o que não fôr isso, é usura e a pior de tôdas, a de Shylock, levantada sôbre a carne humana, e, pior do que a de Shylock, executada pelo próprio usurário.

Se a agricultura, hoje, não dá rendimento para a amortização da dívida hipotecária, e não há probabilidade de que em tempo algum a lavoura, com o presente sistema, possa libertar os seus escravos sem prejuízo, não há vantagem alguma para o Estado em que a propriedade territorial continue em mãos de quem não pode fazê-la render, e isso mediante a conservação por lei de um sistema desacreditado, de seqüestro pessoal. Nesse caso, a emancipação teria ainda a vantagem de introduzir sangue novo na agricultura, promovendo a liquidação do atual regímen. A lavoura, quer a do açúcar, quer a do café, nada tem que temer do trabalho livre. Se hoje o trabalho é escasso; se uma população livre, válida e desocupada, que já se calculou, em seis províncias sòmente, em cêrca de três milhões de braços (1), continua inativa; se o próprio liberto re-

---

(1) *Tentativas Centralizadoras do Govêrno Liberal*, pelo senador Godói, de São Paulo. Nesse opúsculo há o seguinte cálculo dos braços empregados na lavoura das províncias de Minas, Ceará, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro: Livres, 1.434.170; escravos, 650.540. Braços livres válidos, desocupados, de 13 a 45 anos, 2.822.583.

cusa trabalhar na fazenda onde cresceu; tudo isso é resultado da escravidão, que faz do trabalho ao lado do escravo um desar para o homem livre, desar que não o é para o europeu, mas que o liberto reconhece e não tem coragem para sobrepujar.

Tudo nessa transição, tão fácil havendo boa inteligência entre o país e a lavoura, como difícil resistindo esta ao fato consumado, depende dos nossos agricultores. Se a escravidão não houvesse, por assim dizer, esgotado os recursos do nosso crédito; se a guerra do Paraguai, cujas origens distantes são tão desconhecidas ainda, não nos tivesse murado o futuro por uma geração tôda; nada seria mais remunerador para o Estado do que ajudar por meio do seu capital a rápida reconstrução da nossa agricultura. Auxílios à lavoura para outro fim, diverso da emancipação — para mobilizar e fazer circular pela Europa, em letras hipotecárias, como o pretendia a lei de 6 de novembro de 1875, a propriedade escrava — seria, além de um plano injusto de socorros à classe mais favorecida à custa de tôdas as outras, complicar a falência da lavoura com a do Estado, e arrastá-los à mesma ruína. Nem «auxílios à lavoura» pode significar, em um país democratizado como o nosso e que precisa do impôsto territorial para abrir espaço à população agrícola, um subsídio à grande propriedade, com o desprêzo dos pequenos lavradores que aspiram a possuir o solo onde são rendeiros. Mas, por outro lado, de nenhum modo poderia o Estado usar melhor do seu crédito do que para, numa contingência, facilitar à agricultura a transição do regímen romano dos ergástulos ao regímen moderno do salário e do contrato livre.

Não há em todo o movimento abolicionista, e no futuro que êle está preparando, senão benefício para a agricultura, como indústria nacional; e, como classe, para os agricultores solváveis, ou que saibam aproveitar as condições transformadas do país. O exemplo dos Estados do Sul deve servir-lhes de farol; cada um dos escolhos em que seria possível naufragar foram cuidadosamente iluminados. Nem rebelião contra uma consciência nacional superior, nem desconfiança dos seus antigos escravos, nem abandono completo das suas terras aos libertos, nem *absenteísmo*, nem a rotina da velha cultura, nem desânimo; mas, reconhecimento do fato consumado como um progresso para o país, a criação de novos laços de gratidão e amizade entre êles e os que os serviram como cativos e estão presos às suas terras, a elevação dessa classe pela liberdade, a melhor educação dos seus filhos, a indústria, a perseverança, a agronomia.

Nós não estamos combatendo a lavoura contra o seu próprio interêsse: não só a influência política dos nossos agricultores há de aumentar quando se abaterem essas muralhas de preconceitos e suspeitas, que lhes cercam as fazendas e os engenhos, senão também a sua segurança individual será maior, e os seus recursos crescerão *pari passu* com o bem-estar, a dignidade, o valor individual da população circunvizinha. O trabalho livre, dissipando os últimos vestígios da escravidão, abrirá o nosso país à imigração européia; será o anúncio de uma transformação viril, e far-nos-á entrar no caminho do crescimento orgânico e portanto homogêneo. O antagonismo latente das raças — a que a escravidão é uma provocação constante, e que ela não deixa morrer, por mais que isso lhe convenha — desapare-

cerá de todo. Tudo isso servirá para reconstruir, sôbre bases sólidas, o ascendente social da grande propriedade, para abrir-lhe altas e patrióticas ambições, para animá-la do espírito de liberdade, que nunca fêz a desgraça de nenhum povo e de nenhuma classe. Volte a nossa lavoura resolutamente as costas à Escravidão, como fêz com o Tráfico, e dentro de vinte anos de trabalho livre os proprietários territoriais brasileiros formarão uma classe a todos os respeitos mais rica, mais útil, mais poderosa, e mais elevada na comunhão do que hoje.

Quem fala sinceramente esta linguagem só deve ser considerado inimigo da lavoura, se lavoura e escravidão são sinônimos. Mas, quando, pelo contrário, esta é a vítima daquela; quando, humilhando o escravo, a escravidão não consegue senão arruinar o senhor, entregar depois de duas gerações as suas terras à usura, e atirar os seus descendentes ao hospício do Estado; quem denuncia honestamente a escravidão, não denuncia a lavoura, mas trata de separá-la da influência que a entorpece, ainda que para salvá-la seja preciso descrever com tôda a verdade o que a escravidão faz dela.

Foi sempre a sorte de quantos se opuseram à loucura de uma classe ou de uma Nação, e procuraram convencê-las de que se sacrificaram perseverando num êrro ou num crime, serem tidos por inimigos de uma ou de outra. Cobden foi considerado inimigo da agricultura inglêsa porque pediu que o pobre tivesse o direito de comprar o pão barato; e Thiers foi acusado de traidor à França, porque quis detê-la no caminho de Sedan. Pensem, porém, os nossos lavradores no futuro.

Dois meninos nasceram na mesma noite, de 27 de setembro de 1871, nessa fazenda cujo regímen se pre-

tende conservar: um é senhor do outro. Hoje êles têm, cada um, perto de doze anos. O senhor está sendo objeto de uma educação esmerada; o escravo está crescendo na senzala. Quem haverá tão descrente do Brasil a ponto de supor que em 1903, quando ambos tiverem trinta e dois anos, êsses homens estarão um para o outro na mesma relação de senhor e escravo? Quem negará que essas duas crianças, uma educada para grandes coisas, outra embrutecida para o cativeiro, representam duas correntes sociais que já não correm paralelas — e se corressem, uma terceira, a dos nascidos depois daquela noite servir-lhes-ia de canal, — mas se encaminham para um ponto dado em nossa história na qual devem frçosamente confundir-se? Pois bem, o Abolicionismo o que pretende é que essas duas correntes não se movam uma para outra mecânicamente, por causa do declive que encontram; mas espontâneamente, em virtude de uma afinidade nacional consciente. Queremos que se ilumine e se esclareça tôda aquela parte do espírito do senhor, que está na sombra: o sentimento de que êsse, que êle chama *escravo,* é um ente tão livre como êle pelo direito do nosso século; e que se levante todo o caráter, edificado abaixo do nível da dignidade humana, do que chama o outro *senhor,* e se lhe insufle a alma do cidadão que êle há de ser; isto é, que um e outro sejam arrancados a essa fatalidade brasileira — a escravidão — que moralmente arruína ambos.

*

Posso dar por terminada a tarefa que empreendi ao começar êste volume de propaganda, desde que não entra no meu propósito discutir as diversas medidas

propostas para aperfeiçoar a lei de 28 de setembro de 1871, como o plano de localizar a escravidão, o de transformar os escravos e *ingênuos* em servos da gleba, o aumento do Fundo de Emancipação. Tôdas essas medidas são engendradas por espíritos que não encaram a escravidão como fator social, como um impedimento levantado no caminho do país todo, ao desenvolvimento e bem-estar de tôdas as classes, à educação das novas gerações. Nenhum dêles compreende a significação, política, moral e econômica, para uma nação qualquer mergulhada na escravidão, de um testemunho como o seguinte, dado, em sua Mensagem de 1881 ao Congresso, pelo presidente James Garfield, sôbre os efeitos da emancipação nos Estados-Unidos:

A vontade da nação, falando com a voz da batalha por intermédio de uma Constituição emendada, cumpriu a grande promessa de 1767 ao proclamar a liberdade em todo o país para todos seus habitantes. A elevação da raça negra do cativeiro à plenitude dos direitos do cidadão é a mais importante mudança política que nós conhecemos desde que foi adotada a Constituição de 1787. Nenhum homem refletido deixará de reconhecer os benéficos efeitos daquele acontecimento sôbre as nossas instituições e o nosso povo. Êle livrou-nos do constante perigo de guerra e dissolução; aumentou imensamente as fôrças morais e industriais do nosso povo; libertou tanto o senhor como o escravo de uma relação que prejudicava e enfraquecia ambos; entregou à sua própria tutela a virilidade de mais de cinco milhões de pessoas, e abriu a cada uma delas uma carreira de liberdade e de utilidade; deu uma nova inspiração ao poder de *self-help* em ambas as raças, tornando o trabalho mais honroso para uma e mais necessário à outra. A influência dessa fôrça há de crescer cada vez mais, e dar melhores frutos com o andar dos tempos.

Nós, porém, que temos certeza de que essa mesma linguagem honrosa para todos, ex-escravos e ex-senhores, poderia ser usada poucos anos depois do ato que abolisse hoje a escravidão no Brasil, não podemos que-

rer que se sacrifiquem êsses grandes interêsses do país aos interêsses de uma classe retardatária, que nunca se apressou em acompanhar a marcha do século e da nação, apesar dos avisos da lei e das súplicas dos brasileiros patriotas — tanto mais quanto tal sacrifício seria em pura perda.

A nossa verdadeira política, dizia em 1854 um jornal do Sul da União americana, é olhar para o Brasil como a segunda grande potência escravocrata. Um tratado de comércio e aliança com o Brasil conferir-nos-á o domínio sôbre o Gôlfo do México e os Estados que êle banha, juntamente com as ilhas; e a conseqüência disto colocará a escravidão africana, fora do alcance do fanatismo no interior ou no exterior. Êsses dois grandes países de escravos devem proteger e fortificar os seus interêsses comuns.. Nós podemos não só preservar a escravidão doméstica, mas também desafiar o poder do mundo. (1)

Êsse sonho, de união e aliança escravagista, desfez-se nas sucessivas batalhas que impediram a formação de um grande e poderoso Estado americano, criado para perpetuar e estender pela América tôda o cativeiro das raças africanas. Mas o Brasil continua a ser, aos olhos do Continente, o tipo da nação de escravos, o representante de uma forma social rudimentar, opressiva e antiga. Até quando será êsse o nosso renome, e teremos em nossos portos êsse sinal de peste que afasta os imigrantes para os Estados que procuram competir conosco?

O nosso país foi visitado e estudado por homens de ciência. O maior de todos êles, Charles Darwin (mais de uma vez tenho feito uso dêsse exemplo) não achou outras palavras com que se despedir de uma terra cuja

---

(1) *The Southern Standard,* citado na conferência sôbre *A condição da América,* de Theodore Parker (1854).

admirável natureza devera ter exercido a maior atração possível sôbre o seu espírito criador, senão estas: «No dia 19 de agôsto deixamos por fim as praias do Brasil. Graças a Deus, nunca mais hei de visitar um país de escravos». O espetáculo da escravidão na América, em pleno reinado da Natureza, no meio das formas mais belas, variadas e pujantes que a vida assume em nosso planêta, não podia com efeito, inspirar outros sentimentos a sábios senão os que nos expressaram Darwin, Agassiz, e antes dêles Humboldt e José Bonifácio. Não é, porém, a mortificação, desinteressada e insuspeita, dos que amam e admiram a nossa Natureza, que nos causam o maior dano; é, sim, a reputação que temos em tôda a América do Sul, de *país de escravos,* isto é, de sermos uma Nação endurecida, àspera, insensível da lodo humano das coisas; é, mais ainda, essa reputação — injusta, porque o *povo* brasileiro não pratica a escravidão e é vítima dela — transmitida ao mundo inteiro e infiltrada no espírito da humanidade civilizada. Brasil e Escravidão tornaram-se assim sinônimos. Daí a ironia com que foi geralmente acolhida a legenda de que íamos fundar a liberdade no Paraguai; daí, o desvio das correntes de imigração para o Rio da Prata, que, se devesse ter uma política maquiavélica, invejosa e egoísta, deveria desejar ao Brasil os trinta anos mais de escravidão que os advogados dêsse interêsse reclamam (1).

---

(1) Eis um trecho da notícia em que um informante descreve no *Jornal do Comércio* a recepção feita ao dr. Avellaneda, ex-presidente da República Argentina, por um dos nossos principais fazendeiros, um *leader* da classe, e um dos homens mais esclarecidos que ela possui, o sr. barão do Rio Bonito: «Entrando-se, deparava-se com um verdadeiro bosque semeado de lanternas venezianas, escudos alegóricos, com dísticos onde se liam, por exemplo: *Aos promotores da indústria, salve!*

Se o Brasil só pudesse viver pela escravidão, seria melhor que êle não existisse; mas essa dúvida não é mais possível: ao lado de uma população, que, entre escravos e *ingênuos*, não passa de um milhão e quinhentos mil habitantes temos uma população livre seis vêzes maior. Se o resultado da emancipação fôsse — o que não seria — destruir a grande cultura atual de gêneros de exportação, e se o país atravessasse uma crise quanto ao rendimento nacional, mesmo isso não seria um mal relativamente ao estado presente, que se não é já a insolvabilidade encoberta ou adiada pelo crédito, está muito perto de o ser, e — se durar a escravidão — há de sê-lo. A escravidão tirou-nos o hábito de trabalhar para alimentar-nos; mas, não nos tirou o instinto nem a necessidade da conservação, e esta há de criar, novamente, a energia atrofiada.

Se, por outro lado, a escravidão devesse forçosamente ser prolongada por todo o seu prazo atual, os

---

A fraternidade dos povos é um sorriso de Deus, etc.... Formou-se então uma quadrilha dentro de um círculo gigantesco formado pelos 400 escravos da fazenda, os quais ergueram entusiásticos vivas aos seus carinhosos senhores». Com a lembrança recente dessa festa *brasileira* e dêsse contraste da *fraternidade* dos povos com a escravidão, o dr. Avellaneda terá lido com dobrado orgulho de argentino os seguintes trechos da última Mensagem do seu sucessor: « Em 1881 chegaram 32.817 imigrantes, e em 1882 entraram em nossos portos 51.503... Esta marcha progressiva da imigração é puramente espontânea. Uma vez votados fundos que se destinem a êsse objeto; realizados, como se-lo-ão em breve, os projetos de propaganda para que concorrestes no ano passado com a vossa sanção, e desde que formos assim melhor conhecidos nesses grandes viveiros de homens da Europa; oferecida a terra em condições vantajosas, e mantida, sobretudo, a situação de paz que nos rodeia, a imigração acudirá às nossas plagas em massas compactas, que, por mais numerosas que se apresentem, encontrarão amplo espaço e generosa compensação ao seu trabalho». — *Mensaje,* de maio de 1883, págs. 31 e 32. Guardando nós a escravidão, e tendo a República Argentina paz, esta será dentro de vinte anos uma nação mais forte, mais adiantada e mais próspera do que o Brasil, e o seu crescimento e a natureza do seu progresso e das suas instituições exercerá sôbre as nossas províncias do Sul o efeito de uma atração desagregante que talvez seja irresistível.

brasileiros educados nos princípios liberais do século deveriam logo resignar-se a mudar de pátria. Mas, e esta é a firme crença de todos nós que a combatemos, a escravidão em vez de impelir-nos, retém-nos: em vez de ser uma causa de progresso e expansão impede o crescimento natural do país. Deixá-la dissolver-se, e desaparecer, insensìvelmente, como ela pretende, é manter um foco de infecção moral permanente no meio da sociedade durante duas gerações mais, tornando, por longo tempo, endêmico o servilismo, e a exploração do homem pelo homem, em todo o nosso território.

O que êsse regímen representa, já o sabemos. Moralmente é a destruição de todos os princípios e fundamentos da moralidade religiosa ou positiva — a família, a propriedade, a solidariedade social, a aspiração humanitária: polìticamente, é o servilismo, a degradação do povo, a doença do funcionalismo, o enfraquecimento do amor da pátria, a divisão do interior em feudos, cada um com o seu regímen penal, o seu sistema de provas, a sua inviolabilidade perante a polícia e a justiça; econômica e socialmente, é o bem-estar transitório de uma classe única, e essa decadente e sempre renovada; a eliminação do capital produzido, pela compra de escravos; a paralisação de cada energia individual para o trabalho na população nacional; o fechamento dos nossos portos aos imigrantes que buscam a América do Sul; a importância social do dinheiro, seja como fôr adquirido; o desprêzo por todos os que por escrúpulos se inutilizam ou atrasam numa luta de ambições materiais; a venda dos títulos de nobreza; a desmoralização da autoridade desde a mais alta até à mais baixa; a impossibilidade de surgirem individualidades dignas de dirigir o país para melhores destinos,

porque o povo não sustenta os que o defendem, não é leal aos que se sacrificam por êle, e o país, no meio de todo êsse rebaixamento do caráter, do trabalho honrado, das virtudes obscuras, da pobreza que procura elevar-se honestamente, está, como se disse dos Estados do Sul, «apaixonado pela sua própria vergonha» (1).

Tudo, por certo, nesse triste negócio da escravidão, não é assim desanimador. Nós vemos hoje, felizmente, por tôda a parte sinais de que a manumissão de escravos se entranhou no patriotismo brasileiro, e forma a solenidade principal das festas de família e públicas. Desde 1873 até hoje foram inscritas em nossos registros oficiais 87.005 manumissões, e apesar de ser impossível calcular o capital que êsse número representa, não se conhecendo as idades, nem as condições individuais dos alforriados, aquêles algarismos são um elevado expoente da generosidade de caráter dos brasileiros. Tanto mais, assim, quanto são as cidades, onde a propriedade escrava se acha muito subdividida entre numerosas famílias pobres, que se destacam proeminentemente na lista, e não o campo onde há as grandes fábricas das fazendas. Na Côrte, por exemplo, com uma população escrava neste decênio de 54.167 indivíduos, ao passo que a morte eliminou 8.000, a liberalidade pública e particular manumitiu 10.000; enquanto que na província do Rio de Janeiro, com uma população escrava no mesmo período de 332.949 indivíduos, a morte deu baixa na matrícula a 51.269 escravos e foram alforriados 12.849. Em outros têrmos, na capital do país, a

(1) *Times* de 7 de janeiro de 1861.

generosidade nacional segue as pisadas da morte; na província esta ceifa quatro vêzes mais depressa.

Por mais que nos desvaneçamos de ter registrado em dez anos 87.005 manumissões, devemos não esquecer que no mesmo período, só na província do Rio de Janeiro, houve um movimento de importação e exportação entre os seus diversos municípios de 124.000 escravos. Isto quer dizer que o mercado de escravos, as transações de compra e venda sôbre a propriedade humana deixam na sombra o valor das alforrias concedidas. Também, em todo o país, ao passo que foram alforriados, de 1873 a 1882, 70.183 escravos, morreram em cativeiro 132.777, ou cêrca do dôbro. Mas, quando a morte, que é uma fôrça inerte e inconsciente, elimina dois, e a nação elimina um, esta faz dez ou vinte vêzes menos do que aquela, que não tem interêsse, nem dever de honra, no problema que está fatìdicamente resolvendo.

Pensem os brasileiros, antes de tudo, nessa imensa população escrava que excede de 1.200.000, e nos *senhores* dêsses homens; pensem nos que morrem, nos que nascem, ou para serem criados como escravos ou para serem educados como *senhores*; e vejam se êsses dois milhões de unidades nacionais devem ser ainda entregues à escravidão, para que ela torture umas até à morte, corrompa as outras desde a infância, e, se outros milhões de brasileiros restantes devem continuar a ser os clientes ou servos de um interêsse que lhes repugna e a viver sob o regímen universal e obrigatório da escravidão tornada um *Imperium in Imperio.*

Assim foi em tôda a parte. « Como os rios brilham com côres diferentes, mas a cloaca é sempre a mesma », escreve Mommsen estudando a invariável pintura da

escravidão antiga, «assim a Itália, da época ciceroniana, parece-se essencialmente com a Helas de Políbio e, mais ainda, com a Cartago do tempo de Aníbal, onde, exatamente do mesmo modo, o regímen onipotente do capital arruinou a classe média, elevou o negócio e a cultura da terra ao maior grau de florescimento, e por fim produziu a corrupção moral e política da nação». É essa mesmíssima instituição, carregada com as culpas da História tôda, que, eliminada da Ásia e da Europa, esmagada na América, proscrita pela consciência humana e em vésperas de ser tratada por ela como pirataria, se refugia no Brasil e nos suplica que a deixemos morrer naturalmente, isto é, devorando, para alimentar-se, o último milhão e meio de vítimas humanas que lhe restam no mundo civilizado.

Que devemos fazer? Que aconselham ao país — que até hoje tem sido a criatura daquele espírito infernal, mas que já começa a repudiar essa desonrosa tutela — os que adquiriram o direito de dar-lhe conselhos? Que lhe aconselha a Igreja, cujos bispos estão mudos vendo os mercados de escravos abertos; a Imprensa, as Academias, os homens de letras, os professôres de Direito, os educadores da mocidade, todos os depositários da direção moral do nosso povo? Que lhe dizem os poetas, a quem Castro Alves mostrou bem que num país de escravos a missão dos poetas é combater a escravidão? A mocidade, a quem Ferreira de Meneses e Manuel Pedro — para só falar dos mortos — podem ser apontados como exemplos do que é a frutificação do talento quando é a liberdade que fecunda? Que lhe aconselham, por fim, dois homens, que têm cada um a responsabilidade de guias do povo? Um, o sr. Saraiva, escreveu em 1868: «Com a escravidão do homem

e do voto, continuaremos a ser como somos hoje, menosprezados pelo mundo civilizado que não pode compreender se progrida tão pouco com uma natureza tão rica», e disse em 1873: «A grande injustiça da lei é não ter cuidado das gerações atuais». O outro é o herdeiro do nome e do sangue de José Bonifácio, a cujos ouvidos devem ecoar as últimas palavras da *Representação* à Constituinte, como um apêlo irresistível de além-túmulo, e cuja carreira política será julgada pela História como a de um sofista eloqüente, se êle não colocar ainda os sentimentos de justiça, liberdade e igualdade, que tratou de despertar em nós, acima dos interêsses dos proprietários de homens de São Paulo.

A minha firme convicção é que, se não fizermos todos os dias novos e maiores esforços para tornar o nosso solo perfeitamente livre, se não tivermos sempre presente a idéia de que a escravidão é causa principal de todos os nossos vícios, defeitos, perigos e fraquezas nacionais, o prazo que ainda ela tem de duração legal — calculadas tôdas as influências que lhe estão precipitando o desfecho — será assinalado por sintomas crescentes de dissolução social. Quem sabe mesmo se o historiador do futuro não terá que nos aplicar uma destas duas frases — ou a de Ewald sôbre Judá — «A destruição total do antigo reino era necessária antes que se pudesse pôr têrmo à escravidão que ninguém se aventurava a dar mais um passo sequer para banir» (1) ou, pior ainda esta de Goldwin Smith (2) sôbre a União Americana: «Os Estados cristãos da América do Norte associaram-se com a Escravidão por causa do Império

(1) *Antiguidade de Israel,* tradução H. S. Solly.

(2) *Does the Bible sanction American Slavery?*

e por orgulho de serem uma grande Confederação; e sofreram a penalidade disso, primeiro no veneno que o domínio do senhor de escravos espalhou por todo o seu sistema político e social, e, segundo, com esta guerra terrível e desastrosa»? Uma guerra em que o Brasil entrasse contra um povo livre, com a sua bandeira ainda tisnada pela escravidão, poria instintivamente as simpatias liberais do mundo do lado contrário ao nosso; e uma nação de grande inteligência nativa, livre da praga do militarismo político e das guerras sul-americanas, branda e suave de coração, pacífica e generosa, seria por causa dêsse mercado de escravos, que ninguém tem a coragem de fechar, considerada mais retrógrada e atrasada do que outros países que não gozam das mesmas liberdades individuais, não têm a mesma cultura intelectual, o mesmo desinterêsse, nem o mesmo espírito de democracia e igualdade que ela.

Escrevi êste volume pensando no Brasil, e sòmente no Brasil, sem ódio nem ressentimento, e sem descobrir em mim mesmo, contra quem quer fôsse, um átomo consciente dessa inveja que Antônio Carlos disse ser « o ingrediente principal de que são amassadas nossas almas». Ataquei abusos, vícios e práticas; denunciei um regímen todo, e por isso terei ofendido os que se identificam com êle; não se pode, porém, combater um interêsse da magnitude e da ordem da Escravidão sem dizer o que êle é. Os senhores são os primeiros a qualificar, como eu próprio, a instituição com cuja sorte se entrelaçaram as suas fortunas; a diferença está, sòmente, em que eu sustento que um regímen nacional, assim unânimemente condenado, não deve ser mantido, porque está arruinando, cada vez mais, o país, e êles querem que essa instituição continue a ser legalmente res-

peitada. Acabe-se com a escravidão, tenha-se a coragem de fazê-lo, e ver-se-á como os Abolicionistas estão lutando no interêsse mesmo da agricultura, e de todos os agricultores solváveis, sendo que a escravidão não há de salvar os que não o sejam, exceto à custa da alienação das suas terras e escravos, isto é, da sua qualidade de lavradores. Continue, porém, o atual sistema a enfraquecer e corromper o país, aproximando-o da decomposição social, em vez de ser suprimido heròicamente, patriòticamente, nobremente, com o apoio de grande número de proprietários esclarecidos, e que ousem renunciar «a sua propriedade pensante» (1), reconhecendo os direitos da natureza humana: o futuro há de, infelizmente, justificar o desespêro, o mêdo patriótico, a humilhação e a dor que o adiamento da Abolição nos inspira.

Analisei, detidamente, algumas das inúmeras influências contrárias ao desenvolvimento orgânico do país, exercidas pela escravidão. Nenhum espírito sincero contestará a filiação de um só dêsses efeitos, nem a importância vital do diagnóstico. A escravidão procurou, por todos os meios, confundir-se com o país, e, na imaginação de muita gente, o conseguiu. Atacar a bandeira negra, é ultrajar a nacional. Denunciar o regímen das senzalas, é infamar o Brasil todo. Por uma curiosa teoria, todos nós, brasileiros, somos responsáveis pela escravidão, e não há como lavarmos as mãos do sangue dos escravos. Não basta não possuir escravos, para não se ter parte no crime. Quem nasceu com êsse pecado original, não tem batismo que o purifique. Os brasileiros são todos responsáveis pela escravidão, se-

---

(1) Victor Schoelcher.

gundo aquela teoria, porque a consentem. Não se mostra como o brasileiro, que individualmente a repele, pode destruí-la; nem como as vítimas de um sistema, que as degrada para não reagirem, podem ser culpadas da paralisia moral que as tocou. Os napolitanos foram assim responsáveis pelo Bourbonismo, os romanos pelo Poder Temporal, os polacos pelo Czardo, e os cristãos-novos pela Inquisição. Mas, fundada ou não, essa é a crença de muitos. E a escravidão, atacada nos mais melindrosos recantos onde se refugiou, no seu entrelaçamento com tudo o que a pátria tem de mais caro a todos nós, ferida, por assim dizer, nos braços dela, levanta contra o Abolicionismo o grito de *Traição!*

«Não sei o que possa um escritor público fazer de melhor do que mostrar aos seus compatriotas os seus defeitos. Se fazer isso, é ser considerado antinacional, não desejo furtar-me à acusação». Eu, pela minha parte, ecoo estas palavras de Stuart Mill. O contrário é, talvez, um meio mais seguro de fazer caminho entre nós, devido à índole nacional, que precisa da indulgência e da simpatia alheia, como as nossas florestas virgens precisam de umidade; mas, nenhum escritor de consciência que deseje servir ao país, despertando os seus melhores instintos, tomará essa humilhante estrada da adulação. A superstição de que o povo não pode errar, a que a História tôda é um desmentido, não é necessária para fundar a lei da democracia, a qual vem a ser: que ninguém tem o direito de acertar por êle e de impor-lhe o seu critério.

Quanto à pátria, que somos acusados de mutilar, é difícil definir o que ela seja. A pátria varia em cada homem: para o alsaciano ela está no solo, no *montes patrios et incunabula nostra*; para o judeu é funda-

mentalmente a raça; para o muçulmano a religião; para o polaco a nacionalidade; para o emigrante o bem-estar e a liberdade, assim como para o soldado confederado foi o direito de ter instituições próprias. O *Brasil* não é a geração de hoje, nem ela pode querer deificar-se, e ser a Pátria para nós, que temos outro ideal. Antônio Carlos foi acusado de haver renegado o seu país, quando aconselhou à Inglaterra que cobrisse de navios as nossas águas para bloquear os ninhos dos piratas do Rio e da Bahia (1) mas quem desconhece hoje que êle, segundo a sua própria frase, passou *à posteridade como o vingador da honra e da dignidade do Brasil?*

Longe de injuriar eu o país, mostrando-lhe que tudo quanto há de vicioso, fraco, indeciso e rudimentar nêle provém da escravidão, parece que dessa forma quis converter a instituição segregada, que tudo absorveu, em bode emissário de Israel, carregá-lo com tôdas as faltas do povo, e fazê-lo desaparecer com elas no deserto. O orgulho nacional procura sempre ter à mão vítimas expiatórias dessas. É melhor que sejam indivíduos; mas a penitência afigura-se mais completa quando são famílias e classes, ou um regímen todo.

Não me acusa entretanto a consciência de haver prometido um *millenium* para o dia em que o Brasil celebrasse um Jubileu hebraico, libertando todos os servos. A escravidão é um mal que não precisa mais de ter as suas fontes renovadas para atuar em nossa circulação, e que, hoje, dispensa a relação de senhor e escravo, porque já se diluiu no sangue. Não é portanto a simples emancipação dos escravos e *ingênuos* que há de

---

(1) *Cartas do Solitário,* carta XI.

destruir êsses germens, para os quais o organismo adquiriu tal afinidade.

A meu ver, a emancipação dos escravos e dos *ingênuos*, posso repeti-lo porque esta é a idéia fundamental dêste livro, é o comêço apenas da nossa obra. Quando não houver mais escravos, a Escravidão poderá ser combatida por todos os que hoje nos achamos separados em dois campos, só porque há um interêsse material de permeio.

Sòmente depois de libertados os escravos e os *senhores* do jugo que os inutiliza, igualmente, para a vida livre, poderemos empreender êsse programa sério de reformas — das quais as que podem ser votadas por lei, apesar da sua imensa importância, são, todavia, insignificantes ao lado das que devem ser realizadas por nós mesmos, por meio da educação, da associação, da imprensa, da imigração espontânea, da religião purificada, de um novo ideal de Estado: reformas que não poderão ser realizadas de um jacto, aos aplausos da multidão, na praça pública, mas que terão de ser executadas, para que delas resulte um povo forte, inteligente, patriota e livre, dia por dia e noite por noite, obscuramente, anônimamente, no segrêdo das nossas vidas, na penumbra da família, sem outro aplauso, nem outra recompensa, senão os da consciência avigorada, moralizada e disciplinada, ao mesmo tempo viril e humana.

Essa reforma individual, de nós mesmos, do nosso caráter, do nosso patriotismo, no nosso sentimento de responsabilidade cívica, é o único meio de suprimir efetivamente a escravidão da constituição social. A emancipação dos escravos é portanto apenas o comêço de

um *Rinnovamento*, do qual o Brasil está carecendo de encontrar o Gioberti e, depois dêle, o Cavour.

Compare-se com o Brasil atual da escravidão o ideal de Pátria que nós, Abolicionistas, sustentamos: um país onde todos sejam livres; onde, atraída pela franqueza das nossas instituições e pela liberdade do nosso regímen, a imigração européia traga, sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásico vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo, em vez dessa onda chinesa, com que a grande propriedade aspira a viciar e corromper ainda mais a nossa raça; um país que de alguma forma trabalhe originalmente para a obra da humanidade e para o adiantamento da América do Sul.

Essa é a justificação do movimento Abolicionista. Entre os que têm contribuído para êle é cedo ainda para distribuir menções honrosas, e o desejo de todos deve ser que o número dos operários da undécima hora seja tal que se torne impossível, mais tarde, fazer distinções pessoais. Os nossos adversários precisam, para combater a idéia nova, de encarná-la em indivíduos, cujas qualidades nada têm que ver com o problema que êles discutem. Por isso mesmo, nós devemos combater em tôda a parte tendo princípios, e não nomes, inscritos em nossa bandeira. Nenhum de nós pode aspirar à glória pessoal, porque não há glória no fim do século XIX em homens educados nas idéias e na cultura intelectual de uma época tão adiantada como a nossa, pedirem a emancipação de escravos. Se alguns dentre nós tiverem o poder de tocar a imaginação e o sentimento do povo de forma a despertá-lo da sua letargia, êsses devem lembrar-se de que não subiram à posição notória que ocupam senão pela escada de simpatias da

mocidade, dos operários, dos escravos mesmos, e que foram impelidos pela vergonha nacional, a destacarem-se, ou como oradores, ou como jornalistas, ou como libertadores, sôbre o fundo negro do seu próprio país mergulhado na escravidão. Por isso êles devem desejar que essa distinção cesse de sê-lo quanto antes. O que nos torna hoje salientes é tão sòmente o luto da pátria: por mais talento, dedicação, entusiasmo e sacrifícios que os Abolicionistas estejam atualmente consumindo, o nosso mais ardente desejo deve ser que não fique sinal de tudo isso, e que a anistia do passado elimine até mesmo a recordação da luta em que estamos empenhados.

A anistia, o esquecimento da escravidão; a reconciliação de tôdas as classes; a moralização de todos os interêsses; a garantia da liberdade dos contratos; a ordem nascendo da cooperação voluntária de todos os membros da sociedade brasileira: essa é a base necessária para reformas que alteiam o terreno político em que esta existiu até hoje. O povo brasileiro necessita de outro ambiente, de desenvolver-se e crescer em meio inteiramente diverso.

Nenhuma das grandes causas nacionais que produziram, como seus advogados, os maiores espíritos da humanidade, teve nunca melhores fundamentos do que a nossa. Torne-se cada brasileiro de coração um instrumento dela; aceitem os moços, desde que entrarem na vida civil, o compromisso de não negociar em carne humana; prefiram uma carreira obscura de trabalho honesto a acumular riqueza fazendo ouro dos sofrimentos inexprimíveis de outros homens; eduquem os seus filhos, eduquem-se a si mesmos, no amor da liberdade alheia, único meio de não ser a sua própria liberdade

uma doação gratuita do Destino, e de adquirirem a consciência do que ela vale, e coragem para defendê-la. As posições entre nós desceram abaixo do nível do caráter; a maior utilidade que pode ter hoje o brasileiro, de valor intelectual e moral, é educar a opinião (feliz do que chega a poder guiá-la), dando um exemplo de indiferença diante de honras, distinções e títulos rebaixados, de cargos sem poder efetivo. Abandonem assim os que se sentem com fôrça, inteligência e honradez bastante para servir à pátria do modo mais útil, essa mesquinha vereda da ambição política; entreguem-se de corpo e alma à tarefa de vulgarizar, por meio do jornal, do livro, da associação, da palavra, da escola, os princípios que tornam as nações modernas fortes, felizes e respeitadas; espalhem as sementes novas da liberdade por todo o território coberto das *sementes do dragão* (1); e logo êsse passado, a cujo esboroamento assistimos, abrirá espaço a uma ordem de coisas fundada sôbre uma concepção completamente diversa dos deveres, quanto à vida, à propriedade, à pessoa, à família, à honra, aos direitos, dos seus semelhantes, do indivíduo para com a nação, quanto à liberdade individual, à civilização, à igual proteção a todos, ao adiantamento social realizado, para com a humanidade que lhe dá o interêsse e participação — e de fato o entrega tàcitamente à guarda de cada um — em todo êsse patrimônio da nossa espécie.

Abolicionistas são todos os que confiam num Brasil sem escravos; os que predizem os milagres do trabalho livre, os que sofrem a *escravidão* como uma vassalagem odiosa imposta por alguns, e no interêsse de alguns, à

---

(1) Mommsen.

nação tôda, os que já sufocam nesse ar mefítico, que escravos e senhores respiram livremente; os que não acreditam que o brasileiro, perdida a escravidão, se deite para morrer, como o romano do tempo dos Césares, porque perdera a liberdade.

Isso quer dizer que nós vamos ao encontro dos supremos interêsses da nossa pátria, da sua civilização, do futuro a que ela tem direito, da missão a que a chama o seu lugar na América; mas, entre nós e os que se acham atravessados no seu caminho, quem há de vencer? É êsse o próprio enigma do destino nacional do Brasil. A escravidão infiltrou-lhe o fanatismo nas veias, e, por isso, êle nada faz para arrancar a direção daquele destino às fôrças cegas e indiferentes que o estão, silenciosamente, encaminhando.

CONFERÊNCIAS E DISCURSOS ABOLICIONISTAS

CONFERÊNCIA (*)

Meus Senhores,

Há apenas um mês que estou de volta ao Brasil e nesse curto espaço de tempo já assisti a duas fases diversas do movimento abolicionista. Logo à minha chegada eu lia em certos jornais que a corrente emancipadora havia sido efetivamente represada pelo antemural do Sr. Sousa Carvalho (*hilaridade*); dizia-se que o partido abolicionista tinha deixado de existir, e alguns atos de deplorável fraqueza do ministério Lafayette, como as demissões do tenente-coronel Madureira e dos Srs. Sátiro Dias e Teodureto Souto, eram apontados como a prova de que o próprio govêrno se tornara o inimigo irreconciliável da agitação.

Hoje tudo parece ter mudado de repente com a subida do ministério Dantas e êste é pùblicamente acusado de ter levado a propaganda das ruas e dos jornais para o recinto do Parlamento e para o Paço de São Cristóvão! Se a essas duas fases de que fui testemunha eu juntar uma terceira, da qual tive notícia no estrangeiro, a da libertação do Ceará e do entusiasmo que êsse grande acontecimento nacional espalhou pelo país todo, temos em muito pouco tempo três fases do movimento abolicionista que podem ser caracterizadas nos têrmos em que um célebre publicista distinguiu três diferentes épocas da nossa história constitucional, como: Ação, Reação e Transação. A Ação assinalada pela proclamação do Ceará como província de solo livre e pela repercussão estrondosa dêsse grito em todo o país e sobretudo nesta capital; a Reação acentuada pelo jornal do Sr. Sousa Carvalho e pela organização dos Clubes da Lavoura; e a Transação representada pelos projetos, ainda mais, pela linguagem do ministério Dantas, pela renúncia motivada do Sr. Saraiva, e pela salutar agitação

(*) No Teatro Politeama.

que torna, como se vê nesta imponente reunião, a mover o espírito público.

Aponto essas fases para mostrar que a escravidão entrou em um período de flutuações de que não pode mais sair. Êsse *pântano,* como ela tem sido tantas vêzes chamada, deixou de ser terra firme e está sendo abalado por terríveis correntes subterrâneas. Não há homens nem instituições que lhe possam restituir a segurança e a firmeza que êle perdeu. (*Aplausos*). Os que reclamam do govêrno que abafe aqui e ali as explosões que se produzem, não sabem que chão estão pisando; desconhecem que o Brasil todo se tornou uma vasta cratera. (*Aplausos*). É do interêsse da própria escravidão sair dessa incerteza e dessas terríveis oscilações de fortuna. Nenhuma indústria, nenhum emprêgo de capital pode prosperar em tais condições de *provisório permanente.* Dizem que fomos nós que desencadeamos sôbre o país êsse espírito que nós mesmos hoje não podemos conter. Mas não, não fomos nós que criamos êsse espírito; foi êle que nos criou. O Sr. Andrade Figueira e outros escravagistas pedem ao govêrno medidas de repressão contra o abolicionismo; aconselham-lhe que entre em conflito com a Escola Politécnica e que inicie uma perseguição contra os funcionários suspeitos de sentimentos abolicionistas, contra a imprensa e as associações que juraram guerra de morte à escravidão. Êsses, que esperam acabar com o movimento inutilizando para a luta estas e aquelas pessoas, mostram que não conhecem o país em que vivem e que não têm a mínima intuição do que se está passando a esta hora na consciência e no senso moral da nação brasileira. Sim, senhores, a nossa fôrça é sermos um partido impessoal. Somos uma idéia, uma causa, uma época. (*Aplausos*). Para vencer-nos nesse combate seria preciso que o escravagismo pudesse repetir o milagre de Josué e fazer parar o sol! (*Aplausos*). No dia da ação, porém, os nossos inimigos ver-se-iam abandonados pela retaguarda tôda do seu exército — as suas próprias consciências. (*Aplausos prolongados*).

A ATUALIDADE POLÍTICA

Não devo encobrir a satisfação que nos causa a marcha política do atual ministério e a firmeza de linguagem do presidente do Conselho. Parece que voltamos a 1871 e que de novo na direção dos negócios se acha um estadista resolvido a dar, na medida das suas idéias e dos seus receios, está visto, satisfação à máxima aspiração do país.

Antes, porém, de encarregar o Sr. Dantas de organizar o gabinete, o Imperador ouviu nada menos de três oráculos.

Ouviu o Sr. Sinimbu, que eu posso deixar de parte dizendo que êle falou a Sua Majestade a linguagem de um notâmbulo político, ainda não acordado do sono pesado do Congresso Agrícola de 1878.

Ouviu o Sr. Afonso Celso, o qual lhe disse que para tratar-se da emancipação era preciso primeiro acabar com o *deficit*, o que equivale a adiar indefinidamente a reforma, porque não há possibilidade de têrmos saldo real e muito menos em orçamentos que êle organizasse.

Ao Sr. Saraiva a coroa fêz mais do que ouvi-lo, encarregou-o de organizar ministério. A recusa do Sr. Saraiva marca uma verdadeira época. S. Ex.ª recusou-se a organizar, por não lhe ser atualmente possível constituir um ministério capaz de resolver a questão do elemento servil.

Que maior triunfo para a nossa idéia do que essa afirmação solene do homem de maior prestígio no país — que o poder só é desejável hoje para a realização dessa grande reforma? Por trás dos acontecimentos, que se forem desdobrando dora em diante em nossa história, o país verá sempre o vulto daquele estadista apontando ao Parlamento e aos governos a estrada que êles devem seguir. É essa atitude do Sr. Saraiva, tão resoluta agora com a emancipação como foi em 1880 com a eleição direta, que dá o seu verdadeiro valor às declarações do Sr. Dantas.

Até hoje o procedimento dêste tem sido digno e leal. O projeto de lei para a libertação dos escravos maiores de 60

anos é uma concessão muito pequena; mas nós devemos aceitá-la, porque significa a emancipação dos africanos importados depois de 1831, os quais foram todos matriculados, em fraude da lei de 7 de novembro, com idade superior à que tinham. Diz-se-nos que o govêrno vai condenar êsses pobres velhos à miséria e à fome, e o Sr. Dantas é figurado como uma espécie de Calígula divertindo-se em entregar aos combates das feras gladiadores alquebrados pela idade e incapazes de defender-se. Os que assim falam caluniam o que possa haver de reconhecimento no coração dos senhores de escravos para com aquêles que deram origem às suas fortunas. (*Aplausos*). As medidas do govêrno representam muito pouco, mas ninguém pode calcular os efeitos mediatos e indiretos de uma lei qualquer, como foi a de 28 de setembro, que limite a escravidão, mesmo respeitando-a e parecendo deixá-la intata.

O que, porém, mais irrita os taciturnos automedontes do esclavagismo na Câmara não é a proposta do govêrno; é a linguagem franca do presidente do Conselho em relação à escravidão, linguagem que lhes parece um verdadeiro escândalo governamental.

Daí a tempestade a que estamos assistindo em tôrno dessa idéia. Deixemos porém o govêrno entregue à sua boa estrêla.

REGÍMEN ECONÔMICO DA ESCRAVIDÃO

Senhores, a tese de que eu desejo mais especialmente ocupar-me hoje vem a ser — a impossibilidade de têrmos boas finanças durante a escravidão. Quando emprego a palavra *escravidão,* sirvo-me de um têrmo compreensivo, — como é por exemplo em França a expressão Antigo Regímen, — dos resultados do nosso sistema social todo, o qual é baseado sôbre a escravidão. Diz-se e repete-se todos os dias que o Brasil é uma nação rica. A ser assim a escravidão teria, pelo menos, a vantagem de haver enriquecido o nosso povo e de deixar, quando acabasse, uma herança como a do Segundo Império

em França, cujos panegiristas alegam sempre contra a perda da Alsácia-Lorena o incremento da riqueza pública.

Entretanto a verdade é que a escravidão tem sido a ruína do nosso país: do território e do povo. A nossa intitulada riqueza são três ou quatro gêneros tropicais, e no que concerne à escravidão, pode dizer-se, é o café. É da cifra da exportação que nos gabamos; mas que representa como riqueza nacional — quando a riqueza nacional é uma relação entre a produção e a população — essa cifra, digamos, de duzentos mil contos para um país de dez milhões de habitantes e com uma área como a nossa? É preciso ir mais longe ainda. Se a nossa exportação representasse o interêsse de tôdas as classes, o trabalho de uma grande porção dos habitantes do país, essa relação inferior em que ela se acha para a população nacional não teria o triste alcance que tem como síntese dos maus efeitos econômicos da escravidão.

Mas essa indústria única é o monopólio de uma classe também única.

Se a lavoura se bastasse a si mesma, se de tempo imemorial ela não se tivesse constituído em dívida insolvável para com o capital, — que entretanto não é outra coisa entre nós senão a economia que outras classes fazem dos gastos da lavoura; — se o fazendeiro não fôsse, como realmente é, o empregado agrícola que o comissário ou o acionista de banco tem no interior para fazer o seu dinheiro render acima de 12%, nós assistiríamos a êste espetáculo: uma insignificante classe produtora opulenta, com uma pequena clientela mercenária e uma nação de proletários.

Com efeito, senhores, o Brasil é uma nação que importa tudo: a carne sêca e o milho do Rio da Prata, o arroz da Índia, o bacalhau da Noruega, o azeite de Portugal, o trigo de Baltimore, a manteiga de França, o pinho do Báltico, o sal do Cabo Verde, as velas da Alemanha, os tecidos de Manchester, e tudo o mais, exceto exclusivamente os gêneros de imediata deterioração. A importação representa assim as

necessidades materiais da população tôda, ao passo que a exportação representa, como já vimos, o trabalho apenas de uma classe. Para que todos paguemos as nossas dívidas de subsistência, vestuário, habitação, etc., com a produção de alguns, é preciso que os lucros da lavoura sejam repartidos entre uma porção considerável da população.

Isso é o que acontece, e da seguinte forma. O primeiro dos mecanismos pelos quais a agricultura sustenta uma classe importante da sociedade, é o crédito. O antigo fazendeiro trabalhava para o traficante que lhe fornecia escravos, como o atual trabalha para o correspondente ou para o banco que lhe adianta capitais. Uma boa parte da riqueza nacional é eliminada do país pelo comércio de exportação, cujos lucros ficam em parte no estrangeiro, mas uma boa porção dessa riqueza pertence de direito aos que fornecem a lavoura de capitais. Êstes alimentam nas cidades uma considerável clientela de tôdas as profissões.

A lavoura, porém, não sustenta sòmente os que lhe emprestam dinheiro a altos juros, sustenta diretamente a sua clientela, que a serve nas capitais. Isso não é tudo, e é normal. Mas o Estado tem um aparelho especial chamado *apólice,* do qual os bancos são as ventosas, para sugar o que reste à lavoura de lucro líquido. Essas sobras êle as distribui pelo seu exército de funcionários, os quais por sua vez sustentam uma numerosa dependência de tôdas as classes. Temos assim que a lavoura, pelo pagamento de juros, pelo pagamento de serviços e pelos empréstimos incessantes que faz ao Estado, sustenta todo êsse número imenso de famílias que absorvem a nossa importação e que pagam os impostos indiretos. Se o Estado, amanhã, fizesse ponto, ver-se-ia que êle tem estado a tomar os lucros da escravidão aos que produzem para distribuí-los entre os que ela impede de produzir. Não há assim incremento real da riqueza pública por acumulação e emprêgo do capital produzido. Há constante eliminação ou desperdício da riqueza. Isso é uma das conseqüências imedia-

tas da escravidão. Onde ela tem tempo de completar sua obra, o que ela deixa após si é um país como foi descrita a Índia — *uma fazenda de proprietário estrangeiro e ausente*, a miséria, o prostíbulo, o proletariado, uma população sem direitos nem garantias, a fome e a sêca.

LUCROS CESSANTES E PREJUÍZOS REAIS

Para fazer o balanço da escravidão como administração nacional, é preciso contrastar a vasta produção que ela obteve por meio de escravos com os lucros cessantes e os prejuízos reais que ela impôs ao país. Não falando nos milhares de contos gastos no Tráfico, muitos dos quais serviram para a construção de palácios em Lisboa e no Pôrto, calcule-se o valor de lucros cessantes da ordem dêstes: calcule-se o valor da imigração espontânea, que a escravidão afasta do Império para a grande República vizinha; calcule-se o valor dos braços ociosos que se contam por milhões e aos quais a escravidão, com o seu sistema de número fixo de trabalhadores, nega trabalho; calcule-se o valor das terras incultas que ela fecha à pequena propriedade; calcule-se o valor do mercado de trabalho ou de salário que falta em todo o país, e por fim, — ainda que os que nos chamam sentimentalistas desconheçam o valor em economia política da moralidade social — calcule quem puder os lucros cessantes da dignidade e do respeito próprio em tôda a massa do nosso povo. (*Grandes aplausos. Ovação geral*).

Mas a êsses lucros cessantes devemos juntar os prejuízos que a escravidão nos causa. Não falo dos prejuízos indiretos de uma política, tanto externa como interna, baseada até agora na ilusão alimentada pela escravidão de que somos uma nação rica e de recursos ilimitados: política externa de prestígio e afastamento, de que resultou a guerra do Paraguai; política interna de centralização, que está atrofiando as províncias tôdas. Falo dos prejuízos diretos. Vêde, por exemplo, o mau efeito do capital em mãos dos estrangeiros e pronto

sempre a ser retirado do país à mínima desconfiança e hoje apenas represado pela *baixa do câmbio*. Vêde o papel-moeda, auxiliar constante das finanças da escravidão, com as suas flutuações extraordinárias; e vêde o funcionalismo. O Sr. Martinho Campos sempre que quer rebaixar os abolicionistas chama-lhes: empregados públicos. A profissão de empregado público, entretanto, é pelo menos tão digna como a profissão de senhor de escravos (*aplausos*) e no Brasil, onde a escravidão possui o monopólio da terra, impede as indústrias, e torna o comércio dependente da sua proteção, o funcionalismo é quase que a carreira única aberta aos homens de independência. Mas isso mesmo é um efeito da escravidão, e êsse excesso de funcionalismo é um prejuízo em dois sentidos: afasta de outras profissões os homens de talento e dignidade, e obriga o Estado a absorver o saldo da produção nacional, o melhor da renda líquida do país — que devera ser aplicado ao desenvolvimento da nossa indústria — para derramá-lo entre os seus empregados.

Dêsse regímen, senhores, que o estado de minha saúde me força a descrever em traços gerais, resulta o orçamento a que chegamos e que hoje sobrecarrega o país. A cifra da despesa dêsse orçamento é já de 150.000:000$; e dêsses mais de metade são aplicados a despesas de guerra, cobrança de impostos e pagamento da dívida. Temos assim um desequilíbrio fatal entre a parte do orçamento que se refere às necessidades reais do país, ao seu futuro, e a parte morta que se refere ao passado, à vida que já vivemos. E como essa parte de obrigações não pode ser reduzida e a parte das necessidades morais e materiais vai crescendo sempre aceleradamente, chegamos a uma situação que só pode ser solvida por meios heróicos: ou por economias que signifiquem cortes profundos de despesas, ou por impostos que signifiquem aumento sensível de renda, ou por ambos êsses meios combinados. Mas nada disso é possível. A restrição da despesa não o é, porque depois de têrmos aumentado o nosso funcionalismo, como o aumenta-

mos, não há quem tenha fôrças para dispensá-lo em escala gigantesca como seria preciso para equilibrar o orçamento dessa forma. A expansão da renda também não é possível, porque não há dinheiro no país. A classe única produtora — a lavoura — está aos pés do Estado implorando socorros, e declara que não pode pagar mais impostos. Um dos escritores de finanças mais notáveis da Inglaterra, o Sr. Giffen, dizia-me que nos países onde há dinheiro qualquer impôsto fá-lo vir à tona, mas que nos países onde não há dinheiro nenhum impôsto o fará aparecer.

Êste é o nosso caso, senhores, não há novos impostos que possam saldar o nosso orçamento, porque os existentes já são um obstáculo à marcha do país e ao seu desenvolvimento. E vamos nós esperar até que haja saldo para dar satisfação à consciência humana que reclama o fim da escravidão no Brasil!

As nossas finanças são o resultado do regímen servil que pesa sôbre o país. É êle que depaupera o interior, as províncias, a população. Combine-se com a pintura que acabo de fazer o estado do câmbio, ameaçador como se acha, e o perigo de que, esgotado o crédito, estejamos com o papel-moeda à vista!

Sim, é certo que caminhamos em plena paz para a bancarrota, mas quando esta vier não será levada pela história à conta do abolicionismo e da agitação que êle determinou. A bancarrota será, entre nós, a liquidação forçada da escravidão, como foi em outros países a do despotismo e da guerra. (*Muitos aplausos*).

PRECONCEITOS E RESISTÊNCIAS

Mas os nossos adversários não são sòmente os que dizem que o estado financeiro do país é sério demais para pensarmos em emancipação. Êles são muito numerosos e de diversas classes, e não há preconceito de que não lancem mão.

Temos os pessimistas, que, nem mesmo indenizando-se a propriedade escrava, aceitariam a abolição. Entre os proprietários de escravos também há resistências de naturezas diversas: a do proprietário que quer o escravo como propriedade venal e a do proprietário que o considera como elemento de trabalho apenas, e só adere à escravidão por ser esta um regímen de trabalho certo e barato. Temos também contra nós os políticos ou oportunistas, à espera do momento psicológico para se manifestarem, os terroristas e os sociologistas. Eu não posso ocupar-me de tôdas essas espécies de adversários separadamente, direi apenas algumas palavras sôbre os argumentos de que alguns dêles se servem.

Senhores, não há história mais triste do que a dos preconceitos que em todos os tempos têm procurado deter o progresso humano em todos os sentidos. Não há descoberta, não há invenção, não há ponto novo de partida, que não encontre incrédulos e inimigos, que não assuste interêsses estabelecidos. Tomai a história da estrada de ferro, por exemplo, e admirar-vos-á o número de preconceitos com que a locomotiva e os trilhos tiveram que lutar antes de tomarem posse do terreno que invadiam.

Assim foi com o Tráfico entre nós. Dizia-se que a produção nacional ia cessar com a extinção dessa artéria; muito poucos fazendeiros confiavam em fazendas de criação e nos meios a que o Sr. Lacerda Werneck aludia em uma publicação da época para suprir-se com a *propagação dos escravos o vácuo medonho deixado pela colonização africana.* Ainda hoje foi publicado um documento justificativo da escravidão no passado e no presente, emanado da Associação Comercial da praça do Rio de Janeiro.

É sempre a mesma resistência. Eu estou certo que quando no século passado o marquês de Lavradio, horrorizado com o espetáculo do mercado de escravos nas ruas desta capital, ordenou que os vendedores não entrassem na cidade com mais de cinco escravos nus, a Associação Comercial de então (*aplausos*) representou contra essa restrição à liberdade de

comércio, em prejuízo dos interêsses conservadores. E de que ordem são os preconceitos que desta vez se opoem à proclamação do trabalho livre?

Vós os conheceis de há muito. Diz-se-nos que os libertos não trabalham e que não se deve derramar na sociedade um milhão de escravos sem primeiro educá-los.

OS LIBERTOS NÃO TRABALHAM, É PRECISO EDUCÁ-LOS

Senhores, eu compreenderia que os libertos não trabalhassem. O escravo tem uma aspiração única, herdada de seus pais, aspiração intensa desde que êle tem consciência da sua posição e da de sua mãe, e pela qual êle sacrificaria tudo neste mundo — a liberdade.

Que há de extraordinário em no dia em que depois de uma vida inteira de sofrimento, de dor, de ansiedade, de silêncio, e de terror, êle se sente, sem a princípio acreditá-lo, livre como os outros homens, êle pense que completou a sua missão nesta vida, e que já viveu? Porventura ensinaram-lhe a trabalhar voluntàriamente, a compreender a dignidade do trabalho? Que irrisão!

Mas a verdade é que o liberto não se abandona na ociosidade à satisfação de ter deixado de ser escravo. A representação da Associação Comercial diz ao Parlamento:

« A verdade é que no Brasil, como por tôda parte, o liberto é incompatível com um regímen qualquer de economia e de ordem, de trabalho e de moralidade ».

Por tôda parte! Essa afirmação dogmática, senhores, é um falso testemunho levantado contra os resultados da emancipação no mundo, e sobretudo naquele país, que, pelo número elevado da população emancipada, devera servir-nos de modêlo — os Estados-Unidos. É uma falsificação da verdade histórica e da estatística do último recenseamento norte-americano dizer-se que o liberto é incompatível com um regímen

qualquer de *economia e de ordem, de trabalho e de moralidade.*

Isso quanto a países estrangeiros. Quanto ao Brasil, onde estão as provas? Ninguém pretende que o escravo libertado continue a trabalhar como escravo no próprio lugar a que estão associadas tôdas as suas recordações da escravidão. Nem é a nossa tese que o trabalho voluntário do liberto seja possível *durante a escravidão.* O que nós dizemos é que uma vez extinta a escravidão, isto é, acabado o estigma revoltante, até agora impresso na fronte de todos os operários do país, (*aplausos*) os libertos hão de trabalhar por salário melhor do que trabalhavam como escravos.

Para isso, porém, é preciso acabar com a escravidão e tornar necessário o mercado de trabalho com as flutuações necessárias de oferta e procura. Antes de fazer-se essa experiência, ninguém tem o direito de dizer que está provado entre nós que o liberto não trabalha.

Quanto ao outro argumento: É preciso primeiro que os escravos sejam educados, eu perguntarei apenas: Educados! por quem? (*Aplausos e apartes*). Ou por outra: Quem há de educar o fazendeiro?

Com efeito quando se me fala da educação dêsses chamados *monstros humanos,* voluntàriamente guardados nas senzalas, eu penso que se quer dizer educação para liberdade, para o regímen do salário, e então tenho o direito de perguntar: Quem há de educar o fazendeiro para tratar os seus libertos como homens livres enquanto os seus escravos forem sendo educados para serem libertos? (*Aplausos repetidos*).

Mas a influência da escravidão não se desenraíza num dia, devo dizer não se elimina mais de quem foi profundamente afetado por ela, e assim devemos, para a nossa obra de reconstrução social, abandonar a esperança otimista de salvar o atual escravo como o atual senhor.

A êsses o novo regímen de respeito à dignidade humana como base da dignidade própria não aproveitará quase; é preciso, entretanto, firmá-lo desde já para que êle venha a

aproveitar à geração que está apenas agora caminhando para a escravidão, de cima e de baixo, como senhores e como escravos.

Mas, senhores, fiquemos certos de que dentro de pouco tempo, quando tiverem cessado todos os principais abusos, crueldades e mutilações da personalidade humana, que nós denunciamos na escravidão, os próprios que hoje nos acusam serão os primeiros a olhar para essas instituições e costumes do nosso país e do nosso tempo com o mesmo sentimento com que nós hoje penetramos num museu dos suplícios da antiga Tortura.

(*Sensação: grandes aplausos*).

O EXEMPLO DE GLADSTONE

Mas os terroristas vão mais longe. Êles dizem que a sociedade está em crise, que a honra das famílias está ameaçada, que a segurança individual é nenhuma, e que por isso é necessário não dar um passo na questão que a todos preocupa neste momento. Senhores, eu desconheço essa situação caracterizada por atentados contra a vida dos senhores, por ultrajes à honra das mulheres, e tudo isso me parece mera invenção do pânico de interêsses ameaçados. A estatística dos crimes agrários, dos sintomas de sublevações comprimidas e de vinganças mal sofreadas revelaria um estado de coisas muito diverso. Mas fôssem os crimes numerosos e resultado direto da agitação, isso seria uma razão, não para sobrestar na reforma, mas para apressá-la. Eu quero apenas citar um exemplo análogo de que fui testemunha dia por dia: o exemplo de Gladstone com a questão irlandesa.

Quando o ilustre estadista liberal, liberal não de nome sòmente, mas de coração e de gênio, achava-se a braços com essa grande reforma agrária irlandesa que afinal arrancou do Parlamento estupefato, os crimes de rendeiros contra proprietários na Irlanda, ou contra agentes de proprietários, — e crimes de tôda ordem, desde simples ameaças até ao assassi-

nato — multiplicavam-se de modo assustador. Qualquer outro homem teria desanimado. Mas Gladstone, quando se lhe dizia: « Não é êste o momento das concessões: o país está anarquizado, o terror está de posse da Irlanda, o dever do govêrno é restabelecer a ordem custe o que custar e não recompensar a anarquia », respondia com a mesma calma e sangue frio de que eu quisera que os nossos estadistas se mostrassem capazes: « Sim, é preciso reprimir a desordem e fazer triunfar a legalidade; mas êsses crimes são o resultado de um regímen injusto que a agitação está explorando; não basta portanto a repressão, é preciso a reparação; para que a autoridade restabeleça o domínio da lei de modo permanente é indispensável destruir a origem de tais perturbações. É preciso portanto que voteis a reforma para que a ordem pública dora em diante na Irlanda assente sôbre o interêsse dessas mesmas classes que hoje lhe são hostis ». Essa é que é a linguagem de um verdadeiro estadista encarregado de uma reforma social de futuro, destinada a transformar o caráter de um povo e portanto de sua história tôda, e êsse é o exemplo que eu aponto aos que assumirem a responsabilidade do govêrno do Brasil. E acreditai-me, senhores, o estado da Irlanda era muito sério e grave, infinitamente mais sério e grave do que o do nosso país, onde a estatística havia de mostrar, se fôsse feita, que a criminalidade não é, como foi na Irlanda, dos oprimidos contra os opressores, mas quase que tôda dos opressores contra os oprimidos!

O BRASIL PARA OS BRASILEIROS (*)

Quanto aos sociologistas, quanto a êsses que entendem que a raça negra não está preparada para a liberdade; que a nossa população, os 11 milhões de habitantes que temos,

(*) A frase — O Brasil para os brasileiros — tem dado lugar a imputações absurdas, como, por exemplo, a de que eu quis espoliar da sua legítima parte de interêsses, vantagens e influência na comunhão social ao elemento estrangeiro. O espírito abolicionista exatamente por ser o contrário do espírito da escravidão, fechado, exclusivo, intolerante, é o principal apoio dos direitos dos estrangeiros, e até hoje eu acredito ter dado provas de que não chego a fazer quase diferença entre brasi-

não são aptos para tomarem conta do próprio território, e querem a colonização estrangeira, o chim ou o europeu, como sucessor necessário dos elementos de trabalho nacional, responderei que, bem ou mal, quer isto agrade quer não agrade, o território do Brasil não está em leilão e pertence à raça que nêle existe. O dever dos bons patriotas, dos que amam a *sua terra e a sua gente,* é procurar modificar o estado de coisas que existe e destruir os motivos que afastam a nossa população do trabalho e as causas que a impedem de trabalhar. Bem ou mal o Brasil é dos brasileiros, e é dos brasileiros, — que êles tenham estímulos e facilidades para o trabalho e a propriedade, — que o estadista deve cuidar como do seu primeiro dever.

Mas o abolicionismo tem diversos motivos de ordem muito grave para continuar na propaganda que está fazendo.

Em primeiro lugar, no Brasil não há duas fôrças em contraste, em conflito, atuando sôbre a população escrava. Não há o conflito da escravidão e da lei. A lei de 28 de setembro não cogitou das gerações presentes, e mesmo quanto às futuras, quando parecia negar aos senhores o direito de propriedade, estabelecia uma indenização pelos nascituros superior ao que é hoje o valor do próprio escravo. Não há duas fôrças em conflito, a escravidão e a lei; há sòmente a escravidão e a

leiros e estrangeiros estabelecidos no Brasil. «O Brasil para os brasileiros» não quer dizer em minha bôca o Brasil para os brasileiros com exclusão dos estrangeiros residentes entre nós, mas, sim, que o Brasil pertence já aos onze milhões que o habitam e aos seus descendentes e não a uma classe privilegiada de proprietários, nem a um povo ainda por importar. Dêsse princípio decorre o dever de elevar socialmente o nível da população existente, para o que a imigração européia é um dos meios melhores e mais poderosos, e de destruir todos os obstáculos que se opõem à apropriação definitiva do nosso território à nação que nominalmente o possui. Para certa ordem de reformadores sociais é preciso dar por perdida para o trabalho, para a propriedade, para a transformação nacional, a massa da população brasileira. Quando se pensa na cifra dessa massa e na do seu aumento provável vê-se logo o absurdo de semelhante política de engrandecer o Brasil abstraindo do seu povo. O sentido da minha frase está claro bastante no texto acima; mas a deslealdade de certas interpretações que lhe foram dadas forçou-me a escrever esta nota.

J. N.

morte, e é preciso que detenhamos o braço da morte. (*Muito bem*).

Em segundo lugar, devemos lembrar-nos que se a propriedade tem direitos, também tem deveres; e que o proprietário de escravos não se acha habilitado hoje, nem por sua fortuna, nem por sua educação, nem por seus sentimentos, para cumprir os deveres, sérios para homens de consciência, dessa propriedade que recai sôbre criaturas humanas.

Em terceiro lugar: é contraproducente o argumento daqueles que dizem que nós queremos fazer tanto pela sorte dos escravos, imitando a Inglaterra, a Espanha e a França, sem nos lembrarmos de que êsses países legislavam para colônias e que nós legislamos para nós mesmos.

Sem dúvida; mas é por isso mesmo que a nossa lei deve ser mais radical, mais pensada, mais completa do que as da Inglaterra, da Espanha e da França, porque legislamos para o nosso próprio povo; porque a emancipação dos escravos entre nós quer dizer a integração de uma raça inteira na nossa população, nos elementos constitutivos da sociedade brasileira; quer dizer o levantamento do nível nacional por gerações sucessivas. (*Apoiados*).

Quarto, porque, senhores, nunca é possível conhecer a fôrça real de um país que assenta sôbre a escravidão. Não há em tais países nem contribuintes, nem soldados, nem cidadãos. Há proprietários e párias. E por isso que êsses grandes edifícios sociais desmoronam-se como outros da mesma construção, como o império dos incas no Peru, ou o império dos jesuítas no Paraguai à primeira pressão de fora ou à primeira convulsão de dentro.

Quinto, porque, infelizmente com o desenvolvimento da idéia abolicionista, está sendo apregoada no Sul a idéia sinistra e anti-brasileira de separação, e é preciso fazer a emancipação bastante rápida para que o Norte e o Sul não tenham tempo de dividir-se e não reste uma sombra entre êles. (*Apoiados*).

Sexto, porque é preciso restituir a todos aquêles que lutam pela vida neste país a dignidade que lhes falta e sobretudo é preciso restituí-la ao exército e à armada, porquanto hoje o oficial de terra e de mar, o soldado e o marinheiro, podem talvez sentir-se na obrigação de prestar o apoio de seu braço e o sacrifício de sua vida à defesa de uma instituição contrária a todos os sentimentos do coração humano. (*Aplausos prolongados. Muito bem*).

Uma voz: — Viva o Sr. Joaquim Nabuco!

Outra voz: — Estou certo de que os esclavagistas não terão êsse apoio.

O orador: — Sétimo, e o digo com perfeito conhecimento de causa, porque qualquer outro país onde a população se achasse nas condições do nosso, país exclusivamente agrícola, e com a terra nas mãos de uma só classe, diminuta, feudalmente constituída; e que não tivesse, como tem a Inglaterra, a indústria, o trabalho, o comércio, abertos à população; qualquer outro país, em tais condições, achar-se-ia nas vésperas de um dêsses desmoronamentos sociais que destroem todo o sistema territorial e político existente.

Finalmente: é porque não quero êsse abalo que penso que os abolicionistas devem procurar influenciar o govêrno e o Parlamento, convencê-los do que deve ser a missão do govêrno nesta crise de nossa história. Disraeli dizia no princípio da questão irlandesa: «A missão do govêrno é fazer por política o que a revolução faria pela fôrça».

Nós não podemos dizer: «o que a revolução faria pela fôrça», porque não queremos a revolução, nem os escravos podem fazer revolução; mas devemos dizer: A missão do govêrno é fazer pela lei o que a sociedade, o que êle mesmo proíbe aos escravos que façam pela fôrça.

O PARTIDO ABOLICIONISTA

Mas quem somos nós que pedimos tanto e que falamos neste tom aos poderes do Estado?

Senhores, com essa imbecilidade característica dos partidos reacionários, em tôda parte do mundo o esclavagismo está dando-nos todos os dias argumentos terríveis contra si próprio. Um dêstes argumentos é a exprobração que nos é tantas vêzes feita: «Vós outros nada tendes que perder». Outro argumento, que repetem a todo momento, é que o Imperador está à frente da propaganda.

Se o Imperador estivesse à frente da propaganda o esclavagismo não devia confessá-lo, isto é, se êle tem a peito os interêsses da propriedade escrava. Só quem os não tenha tratará de assoalhar que o único poder que tem fôrça real neste país, porque exatamente a escravidão acabou com os outros e só a êle não pôde derribar, está à frente da propaganda.

Mas não temos semelhante general; se o tivéssemos não se estaria, depois de 43 anos de reinado, tratando de emancipar os escravos de 60 anos! É o contrário. Ainda que muito honrosamente para o Imperador, êle tenha procurado por diversas vêzes limitar as expansões excessivas da escravidão, como as quis limitar durante o Tráfico, do que os contemporâneos, como por exemplo o Sr. Pereira da Silva, podem dar testemunho, e, mais tarde, durante a elaboração da lei de 28 de setembro de 1871; ainda que êle tenha querido limitar as expansões futuras da escravidão, o fato é que o Imperador como representante da monarquia tem sido involuntàriamente o principal baluarte da escravidão neste país. (*Aplausos*).

Com qualquer outra forma de govêrno menos conservadora, e menos dependente da grande propriedade existente, êsse princípio já teria, naturalmente, desaparecido.

Por isso a escravidão devia ser profundamente reconhecida ao soberano, que se presta a servi-la como seu principal feudatário, que nomeia magistrados para lavrarem as sentenças que ela requer; que lhe garante o auxílio da fôrça armada no caso de precisar ela dêsse recurso supremo. (*Aplausos*).

Mas não é esta a nossa fôrça; a nossa fôrça é de natureza muito diversa. Nós somos, como disse a princípio, uma idéia,

uma causa, uma época. Não somos um partido de pessoas; somos um partido impessoal, ou por outra, nada temos do que caracteriza os partidos oficiais, que dispõem do patronato para distribuição de empregos públicos.

Num país onde estão ainda em vigor as teorias: que a polícia deve ser política, e que os despojos devem ser repartidos entre os vencedores, não temos por certo a organização dos partidos pessoais. Temos o cérebro, mas não temos o estômago, e por isso não podemos competir com a ventriloquia (*aplausos*), que dá expressão às necessidades dos outros partidos do país. (*Muito bem*).

Somos os que nada têm que perder, dizem aquêles que nos acusam, porque realmente não temos outra coisa que perder senão isso que os adoradores supersticiosos do dinheiro não apreciam e a que não dão valor: o nosso próprio desinterêsse, a dignidade dos nossos sacrifícios, a altivez dos nossos sentimentos e do nosso caráter nessa luta em que estamos empenhados. (*Muito bem*).

O ESPÍRITO DE EMANCIPAÇÃO

Mas nós representamos o espírito novo, espírito hoje tão profundamente radicado na sociedade brasileira como estava antes da Independência o espírito de emancipação política, êsse espírito que, quando os Inconfidentes foram abatidos em Minas, levantou os revolucionários de 1817 em Pernambuco, e quando êstes subiram ao cadafalso inspirou triunfantemente os Andradas em São Paulo. Sim, senhores, o sentimento abolicionista está hoje tão enraizado no espírito e no caráter do nosso povo como estava então o espírito de independência nacional.

Pois bem, continuemos a nossa campanha, continuemos os nossos esforços. Assim como no mundo físico a matéria nem a fôrça se perdem nunca, e a energia que não é luz, é calor, eletricidade, ou movimento, assim também no mundo moral a firmeza das convicções, a energia dos entusiasmos

desinteressados perdura sempre. Tudo quanto fizerdes pela causa abolicionista há de ficar perpetuado na história do nosso país, reproduzindo-se os vossos esforços e as vossas idéias no trabalho e na dedicação de outros operários, e continuando sempre o movimento de que fazeis parte.

As feridas que hoje nos fazem são feridas que hão de ficar por muito tempo no corpo dêste país como cicatrizes da sua honra e do seu dever. (*Muito bem!*).

Há três séculos que se faz para a constituição de uma pátria pacífica, unida e homogênea, o imenso holocausto de milhares de escravos enterrados diàriamente nos cemitérios das fazendas. Diz uma tradição da nossa história que um dia essa raça esmagada quis retaliar e que o representante dessa retaliação foi Calabar. Eu não o creio, senhores. Creio pelo contrário que essa raça não retaliou nunca, e que fêz sempre a mais constante e a mais completa imolação de si mesma e de seus filhos à grandeza do Brasil futuro. Pois bem, façamos em humilde escala, nós abolicionistas, o que ela está fazendo, ela a vítima dessa bárbara teoria hebraica que faz a pena passar de pais a filhos, de geração em geração, através dos séculos. Continuemos sem receio a nossa obra. Há hoje em nosso país, pela primeira vez em nossa história, uma luz que nada poderá eclipsar, uma luz que desafiamos a escravidão que a apague — porque é a luz da dignidade humana; não fomos nós que a acendemos, e é ela que nos ilumina nessa estrada em que devemos resolutamente caminhar, ao encontro da nova geração, dos futuros cidadãos do Brasil livre. (*Bravos, palmas, aplausos prolongados, vivas!*)

PRIMEIRA CONFERÊNCIA (*)

MEUS SENHORES,

Eu seria completamente destituído de espírito público se uma manifestação como esta que me acabais de fazer em seguida ao generoso discurso do Dr. José Mariano não me compensasse, com grande saldo de reconhecimento, o que eu possa porventura ter sofrido por as prevenções há anos criadas contra mim nesta minha cidade natal, e as rivalidades pessoais e animosidades políticas de então. Êstes aplausos, antes de me ouvirdes; êste acolhimento tão espontâneo quanto cordial que encontro no meio de vós, mostram que, na opinião do povo do Recife pelo menos, não fui indigno portador do mandato pernambucano, e que êle compreende, aprovando-me, que a atitude por mim assumida no Parlamento de 1879 a 80 — de independência para com os grupos em que se dividia a vossa deputação — me foi imposta pela necessidade de ficar fiel às grandes tradições desta província.

Também, senhores, se na Câmara ou fora da Câmara prestei algum auxílio direto ou indireto ao movimento que nestes últimos anos tem absorvido a opinião e chegou a impor-se ao govêrno, os meus esforços me são tanto mais caros quanto, partindo de um pernambucano, representam uma parcela do ascendente e da influência que esta província sempre exerceu nos destinos do país. (*Muito bem*).

Eu disse que me faltaria espírito público, se esta demonstração não me fizesse esquecer quaisquer sofrimentos; mas devo acrescentar que me faltaria de todo coragem se não me sentisse animado para continuar na luta em que estou empenhado, quando tenho diante de mim espetáculos populares como o desta reunião, em que um mesmo fluido patriótico e pernambucano atravessa todos os corações e um mesmo espí-

(*) Teatro Santa Isabel, 12 de outubro de 1884.

rito de resistência e de combate parece dar como couraça a uma grande idéia que caminha o peito de um povo que se levanta. (*Aplausos*).

Há menos de um mês achei-me em São Paulo diante de um auditório como êste, no qual havia como entre vós o brilhante reflexo intelectual de uma Academia, e em que se sentia palpitar a mesma simpatia pela sorte do escravo, a mesma ansiedade pela sorte do país, que de alma em alma chega até mim neste momento como uma onda humana de compaixão; e agora o meu primeiro impulso, ao verificar nesta cidade a existência do mesmo entusiasmo, um fenômeno idêntico dessa maré vivificante e crescente do abolicionismo brasileiro, não pode ser outro senão o de proclamar essa unanimidade moral do nosso povo, essa alvorada simultânea de todos os seus instintos generosos, essa união de todos nós para a obra da expiação e da reparação que deve ser comum.

Sim, senhores, desafio a que se me conteste quando afirmo que A CONSCIÊNCIA NOVA DA PÁTRIA BRASILEIRA, que nós abolicionistas representamos, está tomando posse, e posse definitiva e perpétua, de todos os pontos do país até onde ela já conseguiu penetrar. Saúdo pois na capital do Norte, como saudei em São Paulo, êsse espírito novo que vai quebrando, argola por argola, a pesada cadeia da escravidão que há trezentos anos prende num mesmo suplício o escravo e o senhor, o escravo e a pátria! (*Muito bem*) Saúdo êsse espírito de liberdade nesta capital com tanto mais efusão quanto sou pernambucano!

Parece, senhores, que ofendo a suscetibilidade de algumas pessoas, que devem achar-se ou estar representadas neste recinto, cometendo a ousadia de confessar-me pernambucano, mas é que não lhes reconheço, nem a ninguém, o direito de proscrever-me moralmente. Podem, sim, negar-me os seus votos para deputado; dizer que no Parlamento não concorri para realçar o papel desta grande província; acusar-me por me ter isolado dos grupos inimigos da deputação pernambu-

cana, crime que confesso e que cometi para não cometer um maior: o de renegar os princípios fundamentais da consciência humana, os princípios de que nunca hei de apostatar, muito menos para servir estadistas onipotentes; podem forçar-me a ir bater à porta de outra província, empenhado como estou em solicitar um lugar na próxima Legislatura cuja existência vai ser tôda um combate sem descanso em tôrno da escravidão; isso podem, mas não rasgar o meu título de pernambucano, que ninguém me pode tirar porque ninguém me pode fazer filho de outra província, nem, sem nada saberem de minha vida íntima, pretender que eu renegasse ou pública ou tàcitamente, por *pensamentos, palavras* ou *obras*, as minhas origens, o meu berço, A MINHA PÁTRIA. (*Prolongados aplausos*).

Sim, senhores, não digo demais dizendo: A minha pátria. Nunca falei linguagem diversa desta. Neste ponto, como em tudo mais, tenho a coerência espontânea das afeições que são os alicerces da nossa vida moral. Há relações que me prendem a diversos pontos do país, tenho orgulho em confessá-lo e quisera multiplicá-las. Há por exemplo um laço intelectual que me prende a São Paulo, — hoje uma simples recordação; há um laço complexo de associações variadas cobrindo mais da metade da minha vida, que me prende ao Rio de Janeiro; há o laço abolicionista que me prende ao Ceará; mas nenhuma dessas relações se confunde nem sequer se compara com a identificação de alma e coração que me prende a Pernambuco tão intimamente como o filho com a mãe e de tal forma que, se por uma dessas terríveis fatalidades que eu daria a última gôta do meu sangue para evitar, êsse magnífico território fôsse quebrado ao meio ou em pedaços, eu pensaria tanto em não ser pernambucano como hoje penso em não ser brasileiro! (*Sensação*).

Sim, senhores, sinto-me tão pernambucano como quem melhor o seja. Ninguém, acreditai-me, faz mais sinceros nem mais ardentes votos do que eu para que Pernambuco reconquiste no futuro algum reflexo pelo menos da hegemonia na-

cional que, capitania ou província, exerceu no passado, do papel que representou neste Brasil em cuja alma insuflou o espírito de nacionalidade, o espírito de independência e o espírito de liberdade! (*Muito bem*).

Era preciso, senhores, que eu reivindicasse os meus foros de cidadão pernambucano para ter o direito de comparecer perante vós como candidato por êste primeiro distrito, por esta capital ciosa do nome dos seus filhos. Vós sabeis em que condições me apresento; disse-o o Dr. José Mariano, que não podia ter-se identificado com a minha eleição de modo mais franco nem mais leal. Eu nada posso dizer-vos sôbre êle que não esteja em vossa consciência. Direi, sòmente, do homem que vive no meio de vós: que nesta cidade êle é o mais popular dos pernambucanos vivos, e popular pelo muito que recebeu do povo e pelo muito que tem dado ao povo; do deputado que vi no Parlamento em duas Legislaturas: que sabe impor a vontade dos seus eleitores aos governos do dia e combater a peito descoberto pelos seus princípios. O que êle fêz nesta reunião é uma prova dessa franqueza, ou para usar da verdadeira expressão, dessa honestidade, dêsse decôro, dêsse respeito de si mesmo que lhe faz, como também a mim, preferir a derrota à vitória, quando a vitória só possa ser comprada a preço da dubiedade do caráter, ou do silêncio das convicções próprias. Vós sabeis que o meu nome figura com o do Dr. José Mariano numa combinação feita pelos dois chefes do partido Liberal. Dessa combinação direi sòmente que admiro a elasticidade da opinião do partido Liberal que, ainda hoje, vai do extremo dos nossos nomes ao extremo oposto do nome do sr. Sousa Carvalho, mas que não admiro, — o contrário seria um excesso de temeridade, — que êsse partido depois de acolher no seu seio o representante mais exaltado da reação escravista não cometa o suicídio de querer lançar fora dos seus arraiais tôda a grande massa de opinião abolicionista que nós representamos no seio dêle, e que forma a sua porção que tem verdadeiramente o direito de chamar-se — Liberal. (*Aplausos*).

Luto, senhores, nesta minha candidatura com duas grandes dificuldades: tenho o meu nome apagado na penumbra do intenso interêsse que desperta em vós a candidatura do meu ilustre amigo pelo segundo distrito, e substituo como candidato regular do partido um homem, como é o Dr. Epaminondas de Melo, que representa uma *injustiça tradicional* e que nesse caráter fala a todos os vossos sentimentos. A minha fôrça está nisto: que represento uma idéia que não pode deixar de ser acolhida pelo povo pernambucano, e que se impõe às vossas consciências.

Sabeis que o atual presidente do Conselho apelou para o eleitorado do voto de desconfiança da Câmara passada sôbre o projeto de emancipação. Nessa votação solene o Recife disse *Sim* pela voz do Dr. José Mariano e disse *Não* pela voz do Dr. Portela. (*Rumor*) O govêrno quer saber, o país quer saber como o Recife pensa, qual é a opinião do Recife: se *Sim*, se *Não*.. porque não pode, não deve ser por honra desta cidade — *Sim* e *Não*. (*Agitação prolongada*).

(Aqui o orador ouve de um dos camarotes uma contestação que não pôde bem distinguir).

Peço licença para continuar sem ser interrompido. Esta tribuna está franca para todos os que não pensarem como eu. (*Numerosos apoiados*) Sim, senhores, o Recife não pode estar ao mesmo tempo com o govêrno que quer cobrir com a bandeira de misericórdia da consciência nacional o túmulo dos escravos, como já se lhes cobriu o berço, e contra o govêrno que está assim salvando a honra do país. É preciso que esta capital pense de uma forma ou de outra: como o Dr. José Mariano ou como o Dr. Portela! Que ela forme um só todo, tenha uma só palavra, constitua uma unidade orgânica, e que as pontes do Capibaribe não dividam êste berço de tão grandes tradições em dois campos inimigos, um, em que flutua a bandeira da liberdade, e outro — feudo da escravidão! (*Sensação*).

Tendes, assim, que escolher entre duas políticas, a do gabinete Dantas e a da Câmara dissolvida; uma a política da

evolução, outra a da imobilidade; uma a política da dignidade nácional, outra a do aviltamento do nome brasileiro; uma a política do govêrno livre num Estado livre, outra a política do govêrno servil num Estado escravista; uma a política do salário, outra a do chicote.

(Aqui um novo aparte que parece ter sido do Dr. J. J. Seabra: « Queremos a emancipação imediata com indenização », e que o orador não pôde bem ouvir, deu lugar à interrupção da conferência por alguns minutos. Depois de restabelecida a ordem o orador continuou).

Meus senhores, não tenho responsabilidade alguma por êste incidente. À primeira interrupção que ouvi eu disse que a tribuna estava franca para quem me quisesse contestar. O estado de minha saúde não me permite deixar que esta Conferência degenere em diálogo. Os que me fizeram a honra de vir assistir a um discurso meu deviam estar preparados para ouvir as opiniões que estou manifestando. Disse e repito, se os meus adversários entendem que podem fazer o que nós, abolicionistas, estamos fazendo, se se julgam com fôrças para sustentar a candidatura do Dr. Portela em reuniões populares como esta, a tribuna não é monopólio nosso e lhes está tão franqueada como a nós mesmos. (*Dupla salva de aplausos*).

Sim, senhores, tendes que escolher entre duas políticas: uma, para resumir-me, que é a política do Terror Negro dos Clubes de Lavoura do Sul, e outra que é a política da execução da lei de 28 de setembro no interior das fazendas; uma, para inverter o contraste, a política da civilização, da humanidade e do direito — em uma palavra: do futuro; e outra, a política indu das castas, a política irlandesa dos *landlords* ausentes, a política colonial de três séculos de senzala, isto é, de perseguição doméstica e social de uma raça a que o Brasil deve a maioria dos seus habitantes e cujos filhos de hoje são os nossos cidadãos de amanhã! (*Novos aplausos*).

Entre essas duas políticas qual vai Pernambuco preferir? A dúvida só por si parece um ultraje ao vosso passado, porque

setenta anos depois da revolução de 1817 — essa primeira Independência do Brasil — é doloroso que ainda se duvide se Pernambuco vai colocar-se do lado da liberdade ou do lado da escravidão — e da escravidão intacta no seu barbarismo, ilimitada no seu arbítrio e cuja sustentação a esta hora envolve a maior das injustiças contra o estadista patriota que nos tem feito viver êstes cinco meses como que na aurora da redenção da nossa pátria (*adesão*), o homem que ressuscitou o partido Liberal do túmulo das suas apostasias e das suas capitulações, e teve a rara coragem de dizer aos senhores de escravos que treze anos depois da lei de 28 de setembro de 1871 a medida de reparação e justiça do partido Liberal para com as gerações escravas não podia ser a mesma que a do partido Conservador. (*Aplausos prolongados*).

E, senhores, se a batalha pudesse ser ganha, valeria talvez a pena feri-la, mas a escravidão não pode mais resistir aos efeitos da política do atual ministério que, divorciando dela o govêrno, condenou-a oficialmente, como ela já estava condenada socialmente. Que fôrça, dizei-me, pode dar vida a uma instituição contra a qual se insurge a consciência de uma nação? Com que meios, com que elementos podeis manter a escravidão como instituição do Estado? Até quando há de o Estado, por exemplo, exigir que a magistratura desconheça a lei de 7 de novembro de 1831, as origens ilegais da escravatura, proclame a existência de um Código Negro que nós não temos, trate os escravos como animais, condene-os a açoites, pactue com todo êsse regímen de senzala que um desembargador nomeado para a Relação do Recife (1) qualificava em São Paulo de *regímen de violência,* pelo que dava *habeas-corpus* contra êle? (*Sensação*).

Até quando há de o Estado exigir que a polícia se empregue no triste ofício de perseguir escravos fugidos, para entregá-los à tortura das sevícias domésticas, e de açoitar escravos displicentes? Até quando há de o Estado exigir da fôrça públi-

(1) O Desembargador Domingos Alves Ribeiro.

ca, do exército nacional, que esteja a postos nos quartéis para restabelecer, se preciso fôr, em pequenos feudos uma tirania que a lei não fiscaliza, isto é, para conservar *a nódoa de sangue* na bandeira que é para o soldado o símbolo da pátria? (*Muito bem*).

Até quando, finalmente, há de o Estado, violentando as nossas consciências, obrigar-nos a pagar impostos, como pagamos, para sustentar a escravidão que nos repugna? Até quando há de o país sofrer uma violação dessa ordem na sua consciência moral?

O grande argumento contra a Igreja do Estado é que se não deve forçar cidadãos que não acreditam nela a contribuir para a sua conservação. Entretanto, senhores, nesse caso trata-se de uma fé, trata-se de um princípio religioso, de uma divergência de dogmas e não de moral. Não será portanto muito mais grave impor-nos o Estado que contribuamos para a manutenção — não de uma fé que julguemos errônea — mas de uma instituição que a humanidade, o consenso unânime do mundo declara criminosa? Com que direito se nos faz solidários de uma opressão, cúmplices de um atentado? Num caso viola-se a nossa consciência religiosa; no outro viola-se a nossa consciência moral. Qual delas é a mais respeitável?! (*Movimento prolongado*).

Infelizmente, senhores, nós lutamos contra a indiferença que a nossa causa encontra entre essas mesmas classes que deveram ser nossas aliadas e que a escravidão reduz ao mais infeliz estado de miséria e dependência. É triste dizê-lo, mas é a verdade. Por acaso os homens de côr, filhos e netos de escravos, que trazem no rosto a história do martírio da sua raça, têm aderido ao nosso movimento com a dedicação e a lealdade que era de esperar dos herdeiros de tantos sofrimentos? Não! Êles não se atrevem a fazer causa comum com os abolicionistas e muitos são encontrados do lado contrário! (*Sensação*).

Tomemos uma grande classe, os moradores do campo, os que vivem espalhados pelo interior em pobres cabanas, os homens livres que trabalham em terras alheias. Dão êles sinal

algum de compreender o alcance desta propaganda, de saber que estamos lutando para dar-lhes uma independência honesta, algumas braças de terra que êles possam cultivar como próprias, protegidos por leis executadas por uma magistratura independente, e dentro das quais tenham um reduto tão inexpugnável para a honra das suas filhas e a dignidade do seu caráter como qualquer senhor de engenho? (*Profunda sensação*). Não, senhores, êles não compreendem que o abolicionismo é o comêço da propriedade do lavrador. Quem viu nos Estados Unidos o simples trabalhador do campo, depois de deixar o arado, tomar o jornal e interessar-se pela questão do papel-moeda cujas relações com o bem-estar do seu lar doméstico êle perfeitamente compreendia; ou quem viu a tremenda revolução agrária da Irlanda, não pode deixar de lamentar o grau de inconsciência da população livre do interior, que parece nem sentir a sua triste condição e nesse ponto pelo menos estar ainda abaixo do nível de consciência do escravo. Não é conosco, os que levantamos o grito de — abolição — que se unem essas vitímas impassíveis do monopólio territorial; é com os outros que levantam o grito de — escravidão — da escravidão que as esmaga sem que elas o saibam porque as comprime desde o berço. (*Aplausos*).

E no entanto, senhores, que amor têm a êste pobre povo do interior os que falam em nome dêle — porque êle não tem voz? Vou mostrá-lo com um simples fato. Vós ouvis e sabeis que os sustentadores da escravidão não contam com a população nacional para coisa alguma fora da própria escravidão. A teoria dêles é que o brasileiro não trabalha e portanto que é preciso importar elementos de trabalho, quanto mais servil melhor. (*Aplausos*) A solução para êles do mal incurável do nosso povo é o imigrante! Ninguém mais do que eu deseja a imigração estrangeira, mas a minha teoria quanto à imigração é esta: quero-a espontânea, por isso repilo a subsidiada; quero-a homogênea, por isso repilo a chinesa (*novos aplausos*); mas para atrairmos imigração natural e vivificante

só temos um meio: fazermos do Brasil um país que os imigrantes queiram para sua pátria e isso tornando-o antes de tudo uma pátria para os seus próprios filhos. (*Aplausos prolongados*).

Vêde bem, senhores, nós temos hoje de dez a doze milhões de habitantes, população que vai sempre em aumento e cujos descendentes, entregue ela a si mesma, serão um dia cem milhões. Pretende-se que essa população tem certos vícios, acusam-na de indolência, de incapacidade para o trabalho contínuo, de indiferença pela propriedade, e não sei que mais, e disso concluem que a salvação do Brasil está na importação em larga escala de uma raça que trabalhe sem intermitência. Mas eu pergunto: Que Brasil se trata de salvar assim? É o território, ou é a população? (*Aprovação*). Dizei-me como se salvaria quer um quer outro, abandonando a essa ociosidade invencível, a êsse desamor pelo trabalho e pela propriedade, uma população de dez milhões e sua descendência, deixando-a viver na pobreza e multiplicar-se na miséria, abstraindo dela, e pensando tão sòmente em importar pouco a pouco em carregações sucessivas um povo diverso que fôsse capaz de possuir e cultivar êste magnífico torrão do globo? Quem já viu o problema dos defeitos de uma raça ser solvido pela importação de outra? Uma nação declarando-se imprópria para o trabalho e importando outra para dominá-la, porque quem trabalha é quem domina! (*Muito bem*) Não, senhores, o recurso da imigração é muito importante, mas é secundário a perder de vista comparativamente a êsse outro: o de vincular ao trabalho, o de transformar pelo trabalho, a nossa população tôda. Se ela não trabalha é porque *não pode* ou porque *não quer*, e a nossa tarefa é fazer que ela queira e que ela possa, criando a emulação que lhe falta, se é porque ela não quer, destruindo os obstáculos — *quaisquer que sejam* — que se lhe opõem, se é porque ela não pode. (*Prolongados aplausos*).

Num e noutro caso, senhores, o primeiro passo a dar é abolir a escravidão, essa maldição do trabalho, porque com

ela não é possível nem fazer brotar do solo o trabalho nacional nem atrair o estrangeiro.

Por isso mesmo, senhores, tudo depende dos operários, da compreensão que êles possam ter de que da abolição da escravidão em tôdas as suas criações legais e sociais, depende o futuro do trabalho nacional e por conseqüência da civilização brasileira.

Confio que da parte dos operários e artistas pernambucanos não faltará auxílio à nossa obra e que nas eleições de 1.º de dezembro isso ficará bem patente. Licurgo dizia do povo de uma parte da Grécia que não era de admirar que êle tivesse juízo um dia em cinco anos. Senhores, é de esperar que o povo do Recife saiba escolher uma vez em quatro anos. (*Riso aprobativo*). Nesse voto que dais todos os quatro anos resume-se a parte que vos pertence na direção do país; mas conforme a escolha que fizerdes então, vereis êsse voto único, essa cédula isolada multiplicar-se durante uma Legislatura em tôdas as votações do Parlamento, e talvez fazer pender para o lado da escravidão a balança dos destinos nacionais. Compreendeis, pois, a gravidade da situação em que estais hoje colocados. (*Muito bem*).

Nas diversas reuniões eleitorais em que pretendo tomar parte terei ocasião de desenvolver as minhas idéias políticas. Posso, porém, desde já mostrar-vos em que sentido elas correm. Partidário do govêrno parlamentar, entendo que êle pode robustecer-se entre nós por uma tríplice reforma, não da lei, mas da nossa educação constitucional. A primeira é que os ministérios representem os partidos e não como até hoje as ambições que esfacelam os partidos, e assim o nosso govêrno seja de gabinete e não de presidente do Conselho. A segunda é que os grandes negócios do Estado, e com maior razão os menores, sejam em regra decididos em conferência de ministros e não em despacho imperial, isto é, que a responsabilidade ministerial seja respeitada. A terceira é que o eixo parlamentar passe pela Câmara responsável e não pelo Senado vitalício.

Entendo que a maior de tôdas as reformas políticas, aquela a que pretendo dedicar-me, como hoje à emancipação, quando esta se achar concluída, é uma descentralização quase federal das províncias, que as torne senhoras da sua sorte e dê satisfação ao legítimo desejo que elas têm de governar-se por si mesmas em tudo que não afete a integridade nacional. Inclino-me a uma lei eleitoral que seja o sufrágio dos que souberem ler e escrever, ao mesmo tempo que sou contrário a qualquer reforma que tenha por fim estabelecer a eleição das províncias sem dar representação própria e elevada às grandes cidades. Com efeito, senhores, penso que a deputação das cidades deve ser aumentada em tais proporções que a parte esclarecida do país predomine sôbre a que está privada, pelo monopólio escravista, de instrução, de propriedade, de independência. Sou pela honestidade nas transações do tesouro e portanto contra o *deficit* permanente que nos constitui em falência adiada de exercício em exercício, e que impõe sacrifícios cada vez maiores à nação extenuada. Em matéria de política exterior sou resolutamente pelo arbitramento internacional e faço votos por uma aproximação para êsse fim entre as nações dêste continente, o que é neste momento uma das inscrições dos dois partidos norte-americanos na luta presidencial. Penso, entretanto, senhores, que nenhuma reforma *política* produzirá o efeito desejado enquanto não tivermos extinguido de todo a escravidão, isto é, a escravidão e as suas instituições auxiliares, antes de têrmos purificado o nosso ambiente do vapor pestífero que mata nêle tudo que é espontâneo e livre, tudo que aspira a subir e ousa levantar a cabeça. (*Na exibição destas idéias o orador foi constantemente aplaudido*).

Sim, senhores, é diante do movimento abolicionista que vos achais colocados. Para qualquer lado que me volte, vejo o horizonte coberto pelas águas dessa inundação enorme. Vi essa grande corrente, que hoje alaga o país como um rio equatorial nas suas cheias, quando ela descia como um fio de água cristalina dos cimos de algumas inteligências e das fontes de

alguns corações iluminados tanto umas como outros pelos raios do nosso futuro. (*Aplausos*) Eu o vi, êsse rio já formado, abrir o seu caminho como o Niágara pelo coração da rocha, pelo granito de resistências seculares. (*Muito bem*) Vi-o quando, depois das cataratas, êle ganhou as planícies descobertas da opinião (*continuam os aplausos*), e desdobrou-se em tôda a sua largura, alimentado por inúmeros afluentes vindos de todos os pontos da inteligência, da honra e do sentimento nacional; mudando de nome no seu curso, como o Solimões, — chamando-se primeiro Ceará, depois Amazonas, depois Rio Grande do Sul (*os aplausos cobrem a voz do orador*) e hoje o vejo prestes a despejar-se no grande oceano da igualdade humana, dividido em tantos braços quantas são as províncias, levando em suas ondas os despojos de cinco ministérios e a reprêsa de uma legislatura (*aclamações*) e vos digo, senhores: não tenhais mêdo da fôrça dessa enchente, do volume dessas águas, dos prejuízos dessa inundação, porque assim como o Nilo deposita sôbre o solo árido do Egito o lôdo de que saem as grandes colheitas, por forma que se disse que o Egito é um presente do Nilo: assim também a corrente abolicionista leva suspensos em suas águas os depósitos de trabalho livre e de dignidade humana, o solo físico e moral do Brasil futuro, do qual se há de um dia dizer que êle na sua prosperidade e na sua grandeza foi um presente do abolicionismo. (*Entusiásticos aplausos*).

Ah! Pernambuco tem um grande passado, mas parece que os seus filhos não querem que êle tenha um grande futuro! Êle exerceu a hegemonia nacional; acendeu no século dezessete dois grandes faróis que alumiaram os mares dêste continente — a liberdade de consciência e a liberdade de comércio, e, desajudado, só por si, entre as convulsões da monarquia portuguêsa e os esforços supremos da Holanda, êle, nos campos de Guararapes, hasteou há mais de duzentos anos essa bandeira da nacionalidade brasileira, em cujo centro desenhou mais tarde com o sangue dos seus mártires os grandes símbolos

americanos da Independência e da República. (*Salva de palmas*).

Mas hoje aquêles grandes faróis apagaram-se; o movimento já não se irradia dêste centro de tanta atividade generosa; o sangue não parte mais dêste coração viril do Brasil colonial; a cidade de Maurício de Nassau perdeu a iniciativa das resoluções heróicas, e no meio de tal abatimento o Leão do Norte desaparece entre os rios da Veneza americana como o grande Leão de São Marcos, o símbolo da poderosa República do Adriático, entre os canais das suas lagunas. (*Novos aplausos*).

Pois bem, pernambucanos, ressuscitemos o nosso patriotismo e para levantar esta província à altura do seu passado comecemos por inscrevê-la entre as províncias livres, na porção luminosa e não na porção escura do país. Lembrai-vos que foi em Pernambuco que pela primeira vez em nossa história houve um govêrno — de sonhadores e de mártires! — que teve a coragem, numa hora de revolução e já no caminho do cadafalso, de prometer a liberdade aos escravos, sentindo que êles suspiravam também pela independência desejada, e não desprezeis êsse testamento dos heróis de 1817 sòmente porque o govêrno dêles foi uma explosão espontânea da alma pernambucana e não uma tirania imposta de fora. Comecemos por aí, e façamos um pacto nós todos que choramos de dor ao ver a decadência política da nossa província, façamos um pacto para efetuar uma segunda restauração pernambucana, para restaurar Pernambuco em seu papel histórico, e para isso, antes de procurarmos a solução ainda duvidosa do problema federal, completemos, realizemos a solução conhecida do problema maior — o da igualdade social de todos os brasileiros — solução que para ser fecunda deve ser dupla e que se resume nesta fórmula: «Liberdade e Trabalho» — o Trabalho que dá dignidade, a Liberdade que dá valor à vida. (*Muito bem, muito bem. Vivas e aclamações. Reproduzem-se as salvas de palmas. O orador é vitoriado*).

DISCURSO (*)

MEUS SENHORES,

Eu vos tomo por testemunhas de que vós mesmos me chamastes a esta tribuna depois do discurso do Sr. Dr. José Mariano, sabendo que eu seria o meio de repercutir, e não de amortecer, o eco de suas palavras. Elas estão gravadas em vossa alma e ficarão em vossa memória.

Subindo à tribuna depois dêle, não posso ter outro fim senão tornar mais vivas as vibrações que elas produziram em vossos corações, e ecoar pela minha vez os sentimentos do povo pernambucano, a esperança de que o Sr. Dr. José Mariano que, hoje, desta tribuna se apresentou candidato pelo segundo distrito, seja no dia 1.º o deputado aclamado do Recife.

(*Bravos muito bem*).

Como presidente honorário da Comissão Central Emancipadora, devo, ao mesmo tempo, já que se me oferece ocasião, agradecer ao povo pernambucano a prova que êle nos dá de vitalidade com a sua presença aos milhares neste recinto, e o modo pelo qual volta sempre aqui, quase sem renovar-se, para sustentar com a sua animação e energia os que combatem pela sua causa!

Senhores, não preciso de dizer nada em favor do Dr. José Mariano. Eu disse, noutro dia, desta tribuna, que êle era o mais popular dos pernambucanos vivos, quando êle me fêz a honra de sustentar a minha candidatura em palavras repletas de adesão liberal e solidariedade abolicionista. Hoje mesmo vós vistes que êle fêz um discurso que reverte mais a favor de minha candidatura do que em favor da sua.

Êsses que exploram contra mim o exclusivismo e preconceito provinciais, podem continuar que nesse terreno o Dr. José Mariano abriu a sepultura do candidato conservador do

(*) Teatro Santa Isabel, 26 de outubro de 1884.

primeiro distrito, e não falta outra coisa senão escrever-lhe o epitáfio. (*Muito bem*).

Senhores, de que é que acusam o Dr. José Mariano? Acusam-no de ser um instrumento potente e eficaz do pensamento, da vontade dêste eleitorado; acusam-no de não ser uma dessas máquinas pneumáticas que fazem o vácuo nas assembléias onde funcionam, mas pelo contrário de ser uma palavra poderosa, uma vontade resoluta, um organismo cheio de ascendente.

E que mais queriam que êle fizesse?

Queriam que depois de ter conquistado o govêrno êle submetesse à sua vontade uma Câmara e um Senado na metade conservadores!

Isso ninguém pôde fazê-lo até hoje em nosso país, nem o govêrno, quanto mais um simples cidadão!

Mas êle aí está no meio de vós, sem se ter outra coisa que lhe lançar em rosto senão, e por ignóbil baixeza, êsse palacete que o comércio lhe ofereceu em reconhecimento de um grande serviço prestado, favor que uma vez efetuado ninguém tinha o direito de exprobrar-lho e que passou como um caso julgado da opinião contemporânea. (*Aplausos*). Sim, é indecoroso lançar-se em rosto ao Dr. José Mariano o presente que espontâneamente lhe fizeram! Era como se o comércio inglês censurasse a Cobden por ter aceito os diversos subsídios pecuniários que os seus partidários lhe ofereceram na grande campanha pela liberdade do comércio!

Não preciso acrescentar nada mais, porque o Dr. José Mariano vive no meio de vós, envolvido desde que deixou a Academia, desde que vestiu a toga viril de cidadão, na luta política em que outros só se envolvem depois de feita a sua fortuna! (*Aplausos*).

Sim, senhores, é preciso dizer tanto menos em favor dêle quanto, para êle, o ganhar e o merecer a vossa estima e consideração não é, — como é infelizmente ainda para mim — uma conquista a fazer, mas uma conquista a guardar, e que

êle, como acaba de o mostrar, jamais deixará fugir de suas mãos. (*Vozes*: V. Ex. é também uma conquista feita).

Obrigado. Não devo descer desta tribuna, à qual sòmente vós me chamastes e na qual sois os únicos responsáveis pela minha demora sem cumprir dois deveres, um dêles como presidente honorário desta Comissão.

O primeiro vem a ser o anunciar-vos que terei a honra de fazer neste teatro sucessivamente nos domingos do mês de novembro três conferências mais, e o segundo explicar, de passagem também, algumas censuras feitas ao meu último discurso.

Esta é uma tribuna aberta a todos. O povo acha-se aqui representado na minha pessoa, como na do Dr. José Mariano, e não temos mais direito de falar do que qualquer outro cidadão que queira a ela subir, de *motu proprio* ou chamado pelas aclamações dêste auditório.

Não faço referência à calúnia, porque estou habituado a desprezar as calúnias vibradas contra mim. Quando Perseu cortou a cabeça de Medusa e voou com ela pelos ares, as gotas de sangue que caíam sôbre o solo ardente da Líbia convertiam-se em serpentes. Senhores, nós cortamos a cabeça da Medusa da escravidão (*aplausos*), e é natural que o sangue que ela verte se transforme ao tocar o solo aquecido por tantas lágrimas em víboras estéreis. (*Novos aplausos*).

Uma destas calúnias esmaguei há dias, quando afirmei que tinha as mãos limpas de qualquer transação sôbre entes humanos, e que, em tempo algum de minha vida, nunca exerci um minuto ou segundo de poder jurídico sôbre um escravo!

Mas refiro-me a uma intriga, a uma especulação que corre nos jornais — de que eu disse que o partido Conservador era o partido do chicote.

Creio que grande parte dos que estão presentes neste recinto assistiram à minha conferência passada, e portanto possovos tomar por testemunhas de que não estou recuando neste momento. Não devo explicação alguma ao partido Conserva-

dor organizado; mas há na massa do partido Conservador, dêsses que de pertencerem a um partido só têm tido até hoje os inconvenientes e os desgostos, há no seio dêsse partido *leaders* eminentes, — como Gusmão Lôbo, o maior espírito da moderna geração pernambucana — há operários distintos da idéia abolicionista, e não quero que êles tenham de mim o menor ressentimento.

Não falei do partido Conservador; eu disse que tínheis a escolher entre duas políticas, — a do govêrno e a da oposição: uma, a política positiva que se resolve com a inflexibilidade de uma equação; a outra, uma política que só se pode formular por uma adição heterogênea, por o X do Sr. João Alfredo mais o *zero* do Sr. Paulino (*riso*); uma, a política da emancipação, outra, a do cativeiro; e, portanto, desde que é a política da escravidão, a política de tudo que se contém na escravidão, de todos os seus atentados, dos quais os castigos corporais são o mais insignificante. Eu tinha o direito de dizer que a política da oposição era assim a política do chicote.

Mas, foi-me dito: Não devíeis esquecer que o partido Conservador acabou o tráfico com Eusébio de Queirós, e emancipou o ventre com Rio Branco.

Senhores, confesso e reconheço a glória dêsses dois homens, e a amizade fraternal que me prende ao filho do segundo, assim como o grande respeito que eu lhe votava a êle e a benévola consideração que me manifestou sempre, bastariam para fazer que eu não procurasse de forma alguma diminuir a grandeza daquele vulto histórico.

Mas eu quisera que o partido Conservador não se lembrasse nesta questão da emancipação de invocar tanto aquêles dois exemplos.

É verdade que em 1850 êle acabou o tráfico pela mão forte de Eusébio, mas, antes que Eusébio tivesse coragem bastante para deportar os traficantes, o partido Conservador, desde 1840, movera guerra aos Andradas e aos Liberais pelo ódio que êles tinham ao tráfico (*muito bem*), condenara a

ser letra morta a lei regencial de 7 de outubro de 1831, e, por fim, só extinguiu a pirataria humana quando, em execução do Ato *Aberdeen,* a Inglaterra deu ordem para que seus navios fizessem prêsas mesmo nos mares territoriais do Brasil, ao alcance das baterias das nossas fortalezas. (*Sensação*).

Em 1866, senhores, quando um gabinete Liberal inscrevia na *Fala do Trono* a idéia da emancipação dos escravos, o partido Conservador, unido como um só homem, levantou os mesmos brados, de expoliação, de desordem, de anarquia, que hoje ergue contra nós.

De 1866 até 1871 os abolicionistas eram todos Liberais; não havia calúnia nem difamação que não forjassem contra êles. E lembrai-vos que, ainda em 1871, para se fazer a emancipação do ventre, foi preciso que o partido Conservador se dividisse em dois pedaços, dos quais um verdadeiramente Conservador, o depositário das tradições conservadoras, estava do lado da escravidão e tinha por chefe o Sr. Paulino de Sousa.

Senhores, estou longe de condenar absolutamente o partido Conservador, mas vejo que êsse partido não tem representado papel próprio na história do nosso país, que êle não é capaz de, em oposição, ter idéias suas, não tem alma quando está debaixo para compreender o alcance das grandes reformas, e limita-se ao papel inglório de incubar no poder os ovos, que são as reformas, depositados em seu ninho pelo partido Liberal.. (*Aplausos*).

Senhores, o que desejo é que o partido Conservador não se ache sempre no caminho de Damasco, não se esteja convertendo todos os dias, mas se mostre capaz de iniciativa. O que nós queremos é que chegados a êste ponto da questão da emancipação dos escravos, êle se não ponha em nosso caminho, pretendendo ser a corrente que há de vencer a fôrça dos nossos braços! (*Aplausos*).

(O orador anuncia a data e o assunto das suas próximas conferências, em uma das quais explicará tôda a sua carreira política).

Espero que essas páginas de minha vida pública, postas diante de vós e documentadas com o testemunho dos homens mais insuspeitos, desde o Sr. Saraiva até o Sr. José do Patrocínio; — espero que a abundância de provas que tenho em meu favor e a narração do que fiz na Europa, sobretudo a destruição dessa calúnia de que fui difamar o meu país, — como se grandes homens ante quem falei, homens de coração, pudessem aplaudir aquêle que vinha denunciar de sua Pátria; — a fidelidade provada com que sirvo à causa com que me identifiquei, vos hão de garantir que, se me fizerdes mais uma vez a honra de eleger-me deputado de Pernambuco, de habilitar-me a, no próximo Parlamento, falar com a autoridade — outrora tão grande e hoje tão deslustrada — de representante desta província, tereis entregue a vossa bandeira a um veterano do abolicionismo que nunca a há de trair! (*Aplausos*).

A última conferência, senhores, que terei a honra de fazer diante de vós será no dia 30 de novembro, na véspera das eleições gerais, e terá por objeto a importância, o alcance da grande batalha do dia seguinte, — que podemos contar será uma vitória (*aclamações*), — e a honra que advirá a Pernambuco de ter dois representantes abolicionistas no Parlamento de 1885-1889, isto é, no Parlamento que há de prender como uma cadeia o fim do presente movimento abolicionista à comemoração gloriosa e universal do centenário da Revolução Francesa. (*Adesão geral*).

Tenho concluído, meus senhores, e só acrescentarei uma palavra. Observai e estudai um fato, cuja significação depois se há de aprofundar, a saber, o fato de nós candidatos liberais, que somos também os candidatos de todos os matizes abolicionistas — liberal, conservador e republicano, — disputarmos a nossa eleição na praça pública, diante de vós, não no crepúsculo das intrigas nem nas sombras da cabala, mas à luz dos princípios, prestando a maior homenagem que se possa render à soberania do povo, isto é, a de sustentar que vós eleitores não dispondes irresponsàvelmente dos vossos vo-

tos, mas sois também responsáveis perante o povo desta cidade do qual sois uma fração. Ao passo que fazemos isso, os nossos adversários desaparecem e escondem-se aos olhos da opinião que os procura, à ansiedade do eleitorado que os interroga: pois bem, eu os desafio a que façam como nós, a que venham a esta tribuna dizer o que prometem fazer do mandato que pretendem alcançar, a que falem ao eleitorado como a um júri de honra do povo brasileiro, reunido ao apêlo de um grande Ministro, para decidir no processo entre partes — a Pátria e a Escravidão! (*Calorosos aplausos. Vivas*).

SEGUNDA CONFERÊNCIA (*)

MEUS SENHORES,

Devo começar agradecendo uma vez mais ao povo pernambucano a maneira por que tem afluído às reuniões convocadas para êste teatro pelos candidatos abolicionistas. Tão imponentes manifestações populares mostram, qualquer que seja o resultado da eleição do dia 1.º de dezembro, que a vitória moral já é nossa. (*Aplausos, aclamações*).

Com efeito, onde estão os nossos adversários? (*Uma voz*: Andam de porta em porta. *Outra voz*: Só saem de noite). É por que não podem ou por que não querem, que não sobem a esta tribuna? Em tôrno de nós tudo é animação, tudo é interêsse e entusiasmo; é a idéia que nos agita, e a pátria que nos move; em tôrno dêles tudo é segrêdo e mistério, dir-se-ia que não estamos na mesma cidade, ou que o Recife apresenta hoje o contraste das Repúblicas italianas da Idade Média: na mesma praça cheia do tumulto das grandes agitações populares os monges praticando no segrêdo do claustro a disciplina do silêncio, em plena morte civil. (*Aplausos*).

O que explica, porém, êsse retraimento, essa deserção dos nossos adversários? Que visão, que revelação teve o Zacarias conservador, à porta do Templo, para perder de repente a voz? (*Aplausos*).

Não é difícil investigar as razões dessa afasia simulada. Elas estão na consciência de todo o eleitorado. Mas para melhor apreciá-las é preciso não esquecer que o partido que disputa a vitória pela palavra, dizendo o que quer, provocando o julgamento da opinião, é o partido que está no govêrno (*aprovação geral*), e que pelo contrário o partido que se cala, que foge do povo, que não se atreve a comparecer numa re-

---

(*) Teatro Santa Isabel, 1.º de novembro de 1884.

união pública, é o partido que quer o poder! (*Grandes aplausos*).

Dir-se-á que êles desdenham desta tribuna por ser popular, sendo êles conservadores? Mas na Inglaterra, por exemplo, os descendentes *Tories* da nobreza dos Tudors e dos Stuarts não acham que esteja abaixo da sua posição política o lutar com os adversários na mesma tribuna que êles levantam e disputar diante do povo um mandato que é do povo. (*Aplausos*). E o que faz um marquês de Salisbury na Inglaterra aristocrática, por que não o fariam no Brasil democrático os chefes e candidatos do partido Conservador, que não têm o mais insignificante pretexto para pretenderem ter melhor sangue do que o de nós todos?

Acreditai que não lhes falta nem inteligência nem percepção política para ver que demonstrações como esta, reuniões de caráter tão representativo de milhares de pessoas de tôdas as classes do nosso povo, e nas quais se sente bater o coração pernambucano, não são fatos a que êles se possam julgar estranhos e muitos menos sobranceiros. Acreditai que êles acompanham estas manifestações com ansiedade e que têm os olhos no manômetro que marca a pressão das atmosferas populares. Se êles não aparecem, se deixam correr à revelia o seu processo diante da opinião, é que sentem todo o odioso da posição que assumiram, opondo-se ao movimento emancipador e comprando o apoio dos engenhos de açúcar a preço da liberdade humana. (*Grandes aplausos*).

Mas, parece que me estou queixando do que devera antes regozijar-me, a saber de que os nossos adversários mostrem e demonstrem que não são um partido que se apoia na opinião, ao passo que nós, abolicionistas, mostramos sermos a opinião prestes a tornar-se um partido. (*Aplausos*). Não devo queixar-me por três razões.

Em primeiro lugar, porque sois vós e não eu os ofendidos, porquanto sois vós que tendes o direito de exigir que compareçam a explicar-se perante vós aquêles que aspiram a honra

de representar-vos. Êsse é o direito do eleitorado que o deve reivindicar, porque nesse direito está a fôrça das democracias modernas. (*Adesões*).

Em segundo lugar, porque, como já o disse, vejo nesse abandono do campo de batalha da opinião a prova de que temos desde já a vitória moral, e portanto, se no dia 1.º de dezembro, por um triunfo inesperado da cabala ou pela vitória de meios subterrâneos, indignos de nós, formos sacrificados nas urnas, teremos o direito de dizer, lembrando-nos de manifestações como estas que se repetem e apelando para o vosso testemunho, que nós — e não os eleitores — representamos a opinião, as esperanças do povo do Recife. (*Prolongados aplausos*).

Viesse hoje de qualquer parte do mundo um estadista estrangeiro estudar as nossas eleições: fôsse êle dos Estados Unidos, onde neste momento continua nos *meetings* populares a grande campanha da eleição presidencial; fôsse da Inglaterra, onde ùltimamente o povo se aglomerava às centenas de milhar para pedir a capitulação da velha Câmara dos *lords*; fôsse da Bélgica, onde essa inesperada ascensão dos elericais produziu logo uma tremenda reação e abalou a monarquia nos seus alicerces; e êsse juiz imparcial, assistindo ao desenvolvimento da campanha abolicionista no Recife, havia de dizer que mesmo antes de irmos às urnas nós estávamos senhores da opinião quase unânime desta cidade. (*Muito bem. Adesão*).

Em terceiro lugar, senhores, não tenho direito de queixarme de uma abstenção, que é uma homenagem eloqüente à justiça da nossa causa e à fôrça do direito que advogamos. Com efeito, o que se passa no Recife hoje é o que se passou há pouco tempo na Câmara dos Deputados, quando a maioria heterogênea dos adversários do atual gabinete hesitava em manifestar-se, recuava do combate, não por causa do ministério, que êles sabiam estar à mercê dos seus votos, mas por causa da idéia que êsse ministério representava e que êles sabiam que era invencível. (*Aplausos*).

Mas, como quer que seja, tomo o povo de Pernambuco por testemunha de que os candidatos abolicionistas não escondem a sua bandeira, como faria algum navio negreiro carregado de vidas humanas (*aplausos*), mas levantam-na tão alto que ela é vista do Brasil inteiro. (*Aplausos*).

Sim, senhores, todo o Brasil sabe que no dia 1.º de dezembro há de se ferir na capital de Pernambuco uma batalha em tôrno dos túmulos dos escravos, tão imponente como a que se travou a 28 de setembro de 1871 em tôrno dos seus berços (*muito bem*), assim como todos sabeis que os vossos candidatos preferem a derrota no terreno dos princípios a pedir votos com duas linguagens diversas, enganando os livres e os escravos, e escondendo o seu título de abolicionista que é hoje o único título de honra para o cidadão brasileiro. (*Calorosos aplausos*).

Se por acaso formos derrotados nas urnas, não será porque a opinião desta capital não anseie pelo nosso triunfo, mas sim por causa dos vícios profundos em política do caráter e do temperamento nacional, vícios que todos resultam ainda da escravidão. De qualquer lado que se encare a escravidão, que é o centro de todo o nosso organismo social, ela é a enfermidade moral de que todos sofremos; e por isso quando vos digo que é preciso, antes de tudo e acima de tudo, eliminá-la do nosso sistema não estou expressando a magnitude dos efeitos que ela produziu e das influências que ela exerce sôbre todos nós.

Vós me ouvistes na passada conferência mostrar que a escravidão estava moralmente morta, e que nada podia ressuscitar uma instituição sepultada na consciência de um povo.

Eu vos disse então que o espírito público tinha-se levantado em revolta contra ela e que, quando o espírito público assim se levanta contra uma ordem de coisas, não há fôrça material que a possa manter. Mostrei-vos a marcha da idéia abolicionista, que comparei a uma grande corrente equatorial, formada dos afluentes do caráter e da inteligência nacional;

disse-vos que não tivésseis mêdo dessa inundação, porque assim como o Nilo deposita sôbre o solo árido do Egito camadas fecundas, assim também da corrente abolicionista havia de brotar o solo físico e moral da Pátria futura! (*Aplausos*).

Pois bem, se a escravidão está morta, se não há nada que a possa ressuscitar e se por outro lado o que vem atrás dela é a abundância e a fertilidade, é preciso abreviar o mais possível o terrível interregno que estamos atravessando da escravidão para a liberdade. (*Aplausos*).

Senhores, há uma palavra da qual compreendeis tôda a importância e todo o alcance e que para mim pode resumir a influência da escravidão entre nós. A escravidão é o meio social do nosso povo.

Muitos supõem que ela não tem as ramificações que já deitou pelo solo, abaixo da superfície do nosso país. Êsses pensam na escravidão que se vê, mas a escravidão que se não vê tem muito maior extensão e profundidade. (*Muito bem*).

Vai longe o tempo em que um grande filósofo inglês, Charles Darwin, ao atravessar as ruas do Recife, ouvindo os gemidos dos escravos, escrevia no seu livro, nesse grande livro que encerra a maior das concepções da natureza, uma frase que tenho por vêzes citado: — «Graças a Deus, não tornarei mais a visitar um país de escravos».

Êsse tempo já passou, e a escravidão assim escandalosa não é mais encontrada em tôrno de nós na cidade e é preciso penetrar no interior para ver êsse melancólico grupo de escravas no serviço da enxada como uma tradição que nunca se extingue.

Mas a escravidão não é uma opressão ou constrangimento que se limite aos pontos em que ela é visível; ela espraia-se por tôda parte; ela está onde vós estais; em nossas ruas, em nossas casas, no ar que respiramos, na criança que nasce, na planta que brota do chão.

Ela começou por ser um regímen de trabalho agrícola. O europeu, transportado para êste mundo virgem, procurou o

braço do africano para tomar posse do território. Mas êsse regímen de trabalho agrícola, só podendo ser mantido por a supressão da natureza humana, precisava de cercar-se de proteções especiais e de viver num meio à parte, fechado e todo seu, e daí resultou um sistema territorial caracterizado pelo monopólio da terra e pela clausura dos trabalhadores. Tal sistema deu origem, nos seus interstícios e nas suas fendas apenas, à aparição e gradualmente ao crescimento de uma população livre, que nada tem que possa chamar seu, sem um palmo de terra que possa cultivar por sua conta, miserável e dependente no mesmo grau que o escravo.

Eis aí a escravidão agrícola e territorial.

Mas como se vê, com uma instituição que possui o solo, o trabalho agrícola e a população livre, o mal não podia circunscrever-se: a escravidão, de sistema agrícola e territorial, tornou-se um regímen social e estendeu o seu domínio por tôda parte. Com efeito, senhores, havendo uma só classe que produz neste país, tôdas as outras são tributárias dela e daí um sistema social que se expressa desta forma: — um país de algumas famílias transitòriamente ricas e de dez milhões de proletários. (*Adesões. Movimento*).

Dêsse regímen social, nasceu fatalmente a política negativa que nos abate, porque ficamos sem povo. (*Sensação*). A escravidão não consentiu que nos organizássemos e sem povo as instituições não têm raízes, a opinião não tem apoio, a sociedade não tem alicerces. Sim, senhores, os poderes políticos dêste país nunca exprimiram, nem podem exprimir, a vontade nacional, porque esta não existe. (*Aplausos*). Não podem exprimir a consciência da nação brasileira, porque essa consciência está ainda com muito poucos e a nação não está formada; êles exprimem tão sòmente a perpetuidade e a tradição do único poder independente que há entre nós, a monarquia, por forma que pude dizer no *Abolicionismo,* subindo e descendo tôda a nossa escala social, vendo a dependência em que a vida inteira do país está para com a vontade de um só ho-

mem, que essa degradação política era a vindita da Nemesis africana que visitava por fim o túmulo de tantas gerações! (*Aplausos*).

Em tal regímen, o que conseguem reformas políticas? Muitas têm sido tentadas, algumas feitas; mas com que resultado?

As reformas políticas exprimem em nosso país cinqüenta anos de esperanças populares atraiçoadas.

Fêz-se por exemplo uma reforma eleitoral, elevando-se o censo, no intuito de obter uma manifestação mais sincera e mais verídica da vontade nacional (*muito bem*); e o resultado foi que o Parlamento converteu-se num verdadeiro Congresso agrícola; foi que, por alguns lugares dados às cidades que representam a inteligência e a intuição nacional, cem foram dados em penhor à escravidão, entregues ao monopólio territorial. (*Adesões*). Como poderia haver eleições livres no interior, onde a lei não é respeitada nem cumprida, onde não há justiça, onde um júri de analfabetos funciona sob a pressão da lei de Lynch, onde a população livre está na mais absoluta dependência daqueles que só lhe permitem viver, sem o mais leve traço de dignidade e independência pessoal, nos feudos que possuem?

Fêz-se a abolição do recrutamento; queria-se libertar a população da ameaça de servir no exército, de seguir a mais honrosa das carreiras, a das armas, mas êsses mesmos que pediram a extinção do recrutamento por ser uma perseguição contra a população livre do interior, são os que estão pedindo uma nova espécie de recrutamento — o serviço obrigatório da enxada! (*Aplausos*).

Pela reforma eleitoral se quis afastar da política a magistratura, e ela tornou-se mais política do que nunca.

Tudo isto mostra que entre nós as reformas políticas não têm base e portanto não têm ainda razão de precedência, e que as reformas de que imediatamente necessitamos são reformas sociais que levantem o nível do nosso povo, que o forcem ao trabalho, e dêem em resultado o bem-estar e a independên-

cia que absolutamente não existem e de que nenhum govêrno ainda cogitou para a nação brasileira. (*Assentimento geral*).

Não é por certo o funcionalismo, o emprêgo público que há de resolver o terrível dilema: a fome ou a infâmia, que ali está pôsto diante de grande número de concidadãos nossos. (*Sensação*).

A escravidão produziu, como sistema financeiro, um orçamento colossal, muito superior às nossas fôrças, e que se apoia sôbre quatro pilares, cada qual mais carcomido: a apólice que nunca se amortiza, a dívida externa que se agrava com o câmbio, o papel-moeda que sempre se deprecia, e um *deficit* colossal e crescente que nada pode encher. (*Aplausos*).

Vêde, senhores, — em outros países, na Inglaterra e na Alemanha, por exemplo, as reformas sociais estão tomando o passo às reformas políticas.

O que é que Bismarck está fazendo na Alemanha para chamar a si a democracia? Está se ocupando da sorte dos operários, está promovendo leis que estabeleçam o regímen da justiça nas relações das diversas classes. E o que está fazendo Gladstone na Inglaterra? Depois dessa lei agrária, que vinculou ao solo da Irlanda os antigos rendeiros, está se ocupando de melhorar a sorte dos operários, de proporcionar-lhes bem-estar, de dar à pobreza habitações dignas de entes humanos, de desenvolver enfim uma legislação humana e humanitária que dê alguma satisfação real a isso que se chama por ironia a soberania do povo! (*Aprovação*).

Não é só porque importa um verdadeiro epigrama essa Constituição, dita livre, em um país em que existem mais de um milhão de escravos; não é só porque a escravidão é contrária a todos os princípios de humanidade, que convém antes de tudo efetuar a abolição dêsse estado legal violento; é porque enquanto não o fizerdes não tereis formado para vós e para vossos filhos uma *pátria*, não tereis aberto campo à atividade da população livre do interior, a qual vive num verdadeiro subterrâneo moral. (*Aplausos*).

Sim, senhores, precisamos, muito mais do que de reformas políticas, de reformas sociais, sobretudo de duas grandes reformas: a abolição completa, civil e territorial, da escravidão, que é o meio da integração da nossa Pátria, e o derramamento universal da instrução. (*Aplausos*).

Eis a razão pela qual abandonei no parlamento a atitude pròpriamente política para tomar a atitude do reformador social. Foi porque também eu desenganei-me das reformas políticas.

Essa mesma reforma eleitoral feita pelo Sr. Saraiva (apesar de ser deputado da maioria, três vêzes votei em questão de confiança contra o gabinete que não queria ampliar a lei) passou contra meu voto não tanto porque ela alterava fundamentalmente a Constituição, suprimindo o votante e começando do eleitor, não tanto por isso como por ser uma tentativa para fazer retroceder o curso da democracia entre nós e proclamar a política de desconfiança contra o povo, que eu quero ver de todos os modos elevado na sua própria estima e aos nossos olhos e educado na escola de todos os direitos e da mais completa igualdade. (*Longos aplausos*).

Mas para isso é preciso que comecemos pelo princípio, e o princípio não é outro senão a abolição dêsse mal que se ramifica por todo o corpo nacional, é o ponto causador de tôdas as nossas fraquezas e que, enquanto existir, anulará todos os esforços que possamos tentar, em qualquer sentido que seja, para melhorar a sorte do nosso país.

Mas, dizem-me, a escravidão está abolida; a lei de 28 de setembro encarregou-se de obter o resultado que vós quereis conseguir.

Senhores, o referendário da lei 28 de setembro está entre nós e é candidato por um dos distritos desta capital. Se estais contentes com a lei de 28 de setembro, votai por êle; mas deixai-me dizer que a lei de 28 de setembro, vista do futuro, há de parecer um ato muito mesquinho de reparação nacional. Nela podiam caber talvez as aspirações dos escravos, esque-

cidos de si para só pensarem em seus filhos, mas não cabem por certo as aspirações de um grande povo. (*Aclamações*). Ela é um grande poema truncado: dir-se-ia a *Divina Comédia,* com o seu Inferno em que se debatem todos aquêles que uma vez entraram na escravidão, e deixaram à porta tenebrosa o último alento de esperança (*aplausos*); com o seu Purgatório por o qual devem passar os futuros cidadãos que ela criou, escravos até aos vinte e um anos (*aplausos*); mas sem o Paraíso, sem essa recompensa ideal para êsses a quem todavia foi prometida a bem-aventurança quando se disse: — « Bem-aventurados são os que choram ». (*Grandes aplausos*).

Senhores, uma vez tive ocasião de dizer a um chefe conservador que reprovava o projeto Dantas: — « Vós que fizestes a lei de 28 de setembro tendes obrigação de fazer alguma coisa mais ». Sim, porque, quando em 1871 se lhes ofereceu, como alternativa, o prazo de vinte anos para a abolição da escravidão, êles responderam: « Vinte anos! É demais! » E, entretanto, os vinte anos estão se aproximando com uma terrível celeridade; na sepultura dos vinte anos vão caindo todos os dias novas e mais infelizes criaturas, e a escravidão está sendo resolvida, de que modo? Pela morte. (*Sensação e aplausos*).

Há mais do que isto. Há um argumento que sai das entranhas da lei de 28 de setembro, e é êste. A lei de 28 de setembro, no art. 4.º, autoriza o escravo a fazer contratos de serviço para obter a sua liberdade, contanto que êsse tempo de serviço não exceda a sete anos.

A lei toma o escravo — é um escravo moço e que apenas entrou na maioridade — e diz-lhe: « Podes fazer um contrato de serviços, mas que não se prolongue por mais de sete anos ». E por que? Pois a êste escravo que está condenado à perpetuidade da escravidão, por que há de ser vedado o fazer um contrato para sua liberdade por mais de sete anos?

Senhores, é que a lei reconheceu e proclamou que sete anos de serviços pagavam, com imensa usura, o valor do es-

cravo (*aplausos*); pagavam com imensa usura o capital empregado no escravo (*novos aplausos*), e portanto que um contrato de serviços por mais de sete anos era um escândalo contra a humanidade. O que dizer então da escravidão? Não será pior a escravidão do que a locação?!

E dizer-se, senhores, que a lei de 28 de setembro já tem dado aos proprietários não sete, mas catorze anos de serviços dos seus escravos!

Na Judéia o escravo era livre no fim de seis anos de cativeiro; a nossa lei entendeu que, com sete anos de serviços, o escravo tinha demasiadamente pago o seu preço; e vós, entretanto, ao completarem-se os catorze anos da lei, o duplo do tempo marcado pela lei para a indenização do escravo, não quereis aceitar nenhuma medida legal que o confirme nessa liberdade a que êle assim tem o mais pleno direito! (*Aplausos repetidos*).

E o que se me diz, senhores? Não sei se vos tem acontecido cotejar o que diz um defensor da escravidão com o que pensa outro. Sabeis o que êles querem? Êles querem. Nada. (*Aplausos*). Não há nada absolutamente que êles aceitem. Êles não aceitam nem a liberdade dos escravos de sessenta anos, nem o impôsto sôbre a propriedade escrava; êles aceitam sòmente um plano que tenho ouvido mais de uma vez formular assim: — Emancipação imediata com indenização.

Um notável escritor francês, — ao citá-lo devo dizer que a República em França tem desmentido a sua definição que se tornou célebre, — o Sr. Weiss definiu a república conservadora da seguinte forma: « A república conservadora é uma tolice ».

Senhores, a emancipação imediata com indenização é uma tolice. (*Aplausos*).

Não temos meios para preencher o nosso *deficit* anual: onde é que iremos buscar 300 ou 600 mil contos para resgatar os escravos?

Eu disse uma vez ao Sr. Saraiva: « Não me oponho a que vós, se fôrdes Govêrno, indenizeis a cada senhor de escravo com uma apólice de conto de réis, mas acho que isso seria iludir a boa fé dos proprietários. Tais apólices não seriam pagas ».

Como lançar semelhante pêso sôbre os ombros da sociedade brasileira?

Entretanto proclamado o direito de indenização, os escravos, para serem livres, teriam que esperar que as finanças do Brasil se consertassem? Êles podem viver muito tempo; mas não viverão tanto que vejam as finanças da escravidão restauradas. (*Aplausos*).

As finanças, que estão em bancarrota na província e no Império, são as finanças da escravidão (*aplausos*), e essas durante a escravidão nunca se hão de restaurar. (*Novos aplausos*).

Admitido o princípio de que o Estado deva uma indenização pelo escravo, o que se deve seguir? Que o Estado, não tendo com que pagá-la, fique em dívida ou obrigação para com o senhor e não que deixe o escravo nas mãos dêle como penhor de um devedor falido ao credor inexorável. (*Muito bem*).

Não há nada que nos obrigue a continuar uma prática reputada criminosa pelo mundo inteiro, sòmente porque não temos dinheiro para desapropriá-la.

« A França, disse-se uma vez, é bastante rica para pagar a sua glória ». Senhores, o Brasil não é bastante rico para pagar o seu crime! (*Aplausos repetidos*).

É, penso eu, dever dos eleitores do Recife revelarem do modo o mais público a sua convicção de que não há interêsse algum em prolongar o estado atual de coisas.

O projeto Dantas espalhou imensa esperança sôbre êste país e esta esperança terá fôrças para impedir que a queiram resolver por uma decepção tremenda. Não, não está no poder de quarenta ou cinqüenta mil eleitores deter o curso de uma

onda de dez milhões de homens que clamam pela liberdade do trabalho. (*Aplausos*). O censo pode ser alto, mas não será alto bastante para impedir que passe por cima dêle a torrente, que vai tudo nivelando, da consciência nacional. (*Aplausos*).

O que pode acontecer é que com a emancipação siga também o sufrágio universal, ou que um grave abalo social venha realizar aquilo que podeis fazer por vossa livre vontade. (*Aplausos*).

O partido Liberal chamou afinal a si essa grave tarefa.

Reconhecendo-o, senhores, rendo homenagem ao partido que assumiu o nome de liberal, por ter assim justificado o seu nome (*aplausos*), e devo render-lhe homenagem, porque combati cinco anos os chefes dêsse partido para fazê-los abraçar a reforma, que eu julgava dever ser o ponto de partida de qualquer movimento liberal — a igualdade social do nosso povo. (*Aplausos*).

Peço, portanto, a todos vós, meus comprovincianos e correligionários políticos, que empregueis os vossos esforços para que no dia 1.º de dezembro seja proclamada a vitória abolicionista. Não há classe cujo voto eu não tenha o dever e o direito de pedir. Peço os votos do comércio, porque estou convencido de que comércio e escravidão são têrmos incompatíveis (*aplausos*), de que o comércio deve ter no Brasil o papel que tem tido em tôda parte, isto é, o de explorador, de *pioneer* da civilização. (*Aplausos*). Peço o voto da lavoura, porque não compreendo por lavoura sòmente os senhores de escravos, mas também, e sobretudo, os trabalhadores agrícolas, todos os homens da enxada, todos quantos a escravidão reduz a simples substitutos de escravos. (*Aplausos*). Peço o voto dos militares de mar e terra, porque o exército deve lembrar-se de que, se a honra nacional foi salva nos campos do Paraguai, o foi pelos descendentes e filhos de escravos (*aplausos*); devem lembrar-se de que as classes proprietárias entenderam que não valia a pena fazer o sacrifício das suas preciosas vidas para defender a integridade do território (*sensação*), sem esque-

cerem que enquanto os libertos, resgatados pelo Estado, derramavam o seu sangue nos campos de batalha, os títulos de nobreza eram dados aos senhores. (*Novos aplausos*). Peço os votos do clero, porque não é compatível essa monstruosa tolerância em nosso país, êsse *contubernium,* da Igreja que desceu do Calvário envolta na mortalha do grande Redentor, com uma instituição que é fundamentalmente contrária a tôdas as aspirações do Cristo, a tôda a obra do Cristianismo. (*Aplausos*). Peço os votos de todos os descendentes de escravos, de todos os homens de côr, porque estou trabalhando pela sua causa (*apoiados*), e porque, apesar de não haver entre nós o preconceito que desonrou a democracia norte-americana, com o que lhe damos um grande exemplo de liberalismo e fraternidade, é preciso que a raça negra se convença de que ela ainda tem no futuro de nosso país grandes transes por que passar, grandes dificuldades, desigualdades e opróbrios que vencer, e de que a justiça que ela terá de receber no futuro será medida pelo interêsse e pelo amor que nesta geração houver mostrado pelos seus irmãos de cativeiro. (*Longos aplausos*). Peço o voto dos operários, porque represento a liberdade, a dignidade do trabalho, e êles sabem que ainda mesmo quando a escravidão tiver morrido em nosso país, quando não houver mais escravos nem senhores, o espírito maldito que degradou e aviltou o trabalho, e que hoje atrofia o nosso país, tendo perdido as senzalas, há de continuar a esvoaçar como uma ave de rapina sôbre os trabalhadores livres. (*Aplausos*). Sim, êles devem saber que o poder insaciável de sangue humano que, julgando certa a perda do tributo africano, já lança olhos cobiçosos para o imenso manancial de homens que se chama China, vendo-se sem outros recursos, há de procurar — ou por meio do capital acumulado ou por outro qualquer meio de domínio — escravizar os homens livres, e que teremos que assistir a esforços para criar uma escravidão talvez pior que a verdadeira escravidão: a da pobreza, a da miséria, a da falta de trabalho, a da fome! (*Prolongados aplausos*).

Chamam-nos de Comunistas, a nós que proclamamos o princípio da inviolabilidade da propriedade humana. (*Aplausos*). Chamam-nos de Niilistas, — a nós que queremos destruir o pior dos niilismos — o niilismo da nossa personalidade, a escravidão! (*Aplausos*). Dizem que somos os que não têm o que perder. Pois bem, senhores, essa qualificação não nos ofende mais do que ofendia os livres, os indomáveis holandeses quando êles sacudiam o jugo estrangeiro e combatiam pela independência da sua pátria e pela liberdade das suas consciências, o serem chamados de *Gueux* pelos espanhóis orgulhosos, deslumbrados com as riquezas do Novo-Mundo. (*Muito bem*). Sabeis por que isso não nos ofende? Porque como êles somos a idéia nova, a redenção da pátria! Porque somos dez milhões de brasileiros, a nação inteira, « Os que nada têm que perder ». (*Aplausos calorosos*).

Sinto, meus senhores, não ter fôrças para prosseguir, e não ter podido senão indicar sumàriamente, sem as desenvolver, as relações profundas da escravidão com todos os vícios, fraquezas e atrasos nacionais. Receio entretanto haver esboçado um quadro demasiadamente sombrio, de sorte que a muitos pareça que nada podemos fazer para modificar uma situação tão desesperada; mas é preciso que tudo façamos, é nosso dever não desesperar. Chegamos, eu confesso, a um tempo difícil, cuja literatura única em harmonia com as calamidades nacionais parece ser a dos antigos profetas chorando lamentações sôbre as ruínas e o cativeiro de Jerusalém, mas por isso mesmo é chegado o tempo da luta e do combate. Lembremo-nos que as nações, como os indivíduos, que « cessam de lutar, começam a morrer ». O vosso futuro está nas vossas mãos.

Há na história dos Hebreus uma passagem célebre que parece simbolizar o período de ansiedade, de privação, de desespêro que os povos atravessam quando saem do cativeiro para a liberdade. É a peregrinação dos quarenta anos no Deserto. Moisés não tira o seu povo da terra do Egito para levá-lo logo à Terra da Promissão. Entre uma e outra me-

deia êsse longo intervalo de mais de uma geração, em que o caráter nacional é sujeito às provações do Deserto e educado na escola da obediência, da fome, da resignação, da disciplina, e durante o qual os que viveram no cativeiro morrem sem chegar à terra prometida. Não vos parece que essa grandiosa legislação do Sinai torna-se maior e mais sublime entendida assim — como a fundição da alma de um povo criado no cativeiro para as lutas, a orfandade e os esforços do homem entregue a si mesmo? (*Longos aplausos*).

Pois bem, senhores, lembremo-nos dessa epopéia hebraica que pode simbolizar a aprendizagem difícil da vontade e dos hábitos de independência nos povos que a escravidão reduziu à triste condição de criaturas alheias, possuidores ou possuídos: entre o Brasil do cativeiro e o Brasil de homens livres, cujos pulmões possam respirar a atmosfera dêste continente, cujo organismo possa suportar as privações da honestidade e da altivez moral, cujos nervos resistam às grandes emoções da luta, e cuja vida seja um contínuo esfôrço de resistência para com os que nos querem esmagar e de proteção para os que dependem de nós, entre o passado e o futuro desdobra-se, acreditai-me, um longo e penoso Deserto moral, como o dos Hebreus, em que a nossa alma tem que educar-se a si própria, em que a grande, a maior de tôdas as reformas sociais — a reforma de nós mesmos — terá que ser efetuada no meio de amargos sofrimentos e à custa de grandes sacrifícios. (*Longos aplausos*).

Mas isso não nos deve desanimar. O caráter das nações não se forma de repente como êsses cômoros de areia que o vento reúne no Saara. Tal formação seria logo destruída na primeira tempestade. É nas profundidades de nós mesmos, nos abismos insondáveis do inconsciente, sôbre o que os nossos instintos têm de mais sólido, aproveitando para o presente e para o futuro os alicerces da hereditariedade que temos em nós, que dia por dia, gradualmente, havemos de levantar essa muralha do caráter nacional, único amparo e defesa possível da liberdade e da honra da nossa pátria. (*Aplausos*).

É êsse o supremo dever da nossa geração, à qual nós abolicionistas podemos apenas mostrar a estrada real que leva à transformação segura e à consolidação do futuro nacional. Não venho aqui defender o meu interêsse individual, mas sòmente a causa com a qual me identifiquei. (*Aplausos*).

Acreditai-me, senhores, quanto mais tardarmos em começá-la, mais difícil se há de tornar a realização dessa grande obra da transfiguração do Brasil, que para ser consumada exige, como os jardins suspensos de Babilônia, o trabalho de milhões de braços, e como as grandes catedrais góticas a fé e o amor de gerações sucessivas. (*Longos aplausos*). Não é da nossa sorte individual que se trata, é da vossa, porque quanto a nós, abolicionistas, como eu disse há anos no princípio desta agitação que nada tem podido enfraquecer, enquanto houver um escravo no Brasil nós devemos saber esperar! (*Aplausos prolongados. Vivas e aclamações*).

DISCURSO NUM «MEETING» POPULAR *

ELEITORES DE S. JOSÉ,

A minha presença nesta reunião é uma homenagem ao eleitorado desta freguesia como entendo que se lhe deve render homenagem, isto é, considerando-o, primeiro, não uma série de átomos dispersos, mas um todo consciente, que tem uma só vontade e por isso quer que se lhe fale uma só linguagem; e segundo, uma parte distinta do eleitorado desta capital, ciosa da sua reputação liberal, resolvida a que a sua voz não seja abafada pela das outras freguesias no grande dia do pronunciamento do Recife. Também, senhores, compareço perante vós certo de que estais resolvidos a que a batalha de 1.º de dezembro, se fôr uma vitória para a causa da civilização, não seja ganha sem os votos, e muito menos contra os votos de S. José, firmemente dispostos a não consentir que êste baluarte histórico do liberalismo pernambucano se converta de repente em trincheira da escravidão. (*Aplausos*).

Candidato liberal, sustentado por tôdas as fôrças do partido Liberal, posso ufanar-me de ter igualmente do meu lado todos os elementos progressistas da opinião, qualquer que seja o seu nome. Se não digo que sou abolicionista antes de ser liberal, é porque penso que o liberal deve começar por ser abolicionista, e não compreendo uma só hipótese em que, favorecendo o interêsse do abolicionismo, eu prejudicasse os interêsses do partido Liberal. Mas, candidato, como sou, dêsse partido, represento acima de tudo uma idéia, a saber, que a escravidão, palavra que os brasileiros não deviam mais pronunciar porque queima como ferro em brasa a consciência humana, deve ser banida para sempre das nossas leis.

(*) Praça de São José de Riba-Mar, 5 de novembro de 1884.

É triste, senhores, que até hoje, quando apenas cinco anos nos separam do centenário glorioso dos direitos do homem, nesta América que parecia dever ser o refúgio de todos os perseguidos, o asilo de tôdas as consciências, a praça inexpugnável de todos os direitos, a escravidão ainda manche a face do continente, e um grande país, como o Brasil, seja aos olhos do mundo nada mais, nada menos, do que um mercado de escravos. (*Grandes aplausos*).

Pois bem, é contra êsse escândalo vergonhoso que nos levantamos e procuramos levantar-vos, e o que se passa aqui neste momento, esta insurreição da consciência pública, é um espetáculo que deve encher-nos de contentamento a nós abolicionistas, a nós que entramos nesta longa, áspera e difícil campanha contra alguns detentores da riqueza nacional só com êste interêsse: o de podermos confessar que somos brasileiros sem que se nos lance em rosto o sermos os últimos representantes na América, e quase que no mundo, da instituição homicida e inumana que foi o verdadeiro Inferno da história. (*Aplausos*).

Vêde também que fôrças nós criamos! Vêde o entusiasmo, a dedicação, o desinterêsse que nos acompanham; vêde que ressuscitamos o espírito público, e que o país inteiro estremece de esperança como que nas vésperas de uma segunda Independência! Vêde tudo isto, eleitores de S. José, e dizei-me se fôrças tais são a criação da cabala, do empenho, da compressão, da venalidade. Se o govêrno podia unir esperanças e aspirações patrióticas, que nada pretendem do govêrno, que nada aceitariam dêle. Se a miséria de alguns empregos ou um punhado de ouro das verbas secretas poderia criar assim a alma, a consciência de um povo.

O povo de S. José sabe que não tem escolha hoje senão entre dois nomes. *A trégua de Deus* assinada entre todos os partidos adiantados da opinião, para que a hora presente seja do abolicionismo, habilita-me a dizer-vos que não haveria candidato mais adiantado do que eu. A vossa escolha está, pois,

limitada a dois homens: um que representa o movimento que já libertou três províncias, outro que assentou praça de soldado raso nas fileiras do Sr. Paulino.. Porventura os vossos sentimentos serão conservadores? Conservar o que? O que é que neste país não carece de reforma radical?

Para que os conservadores voltem ao poder é preciso que nós, homens da reforma e do movimento, lhes deixemos a êles, os homens da conservação, alguma coisa que mereça ser conservada! (*Aprovação geral*). O período atual, porém, não é de conservação, é de reforma, tão extensa, tão larga e tão profunda que se possa chamar Revolução; de uma reforma que tire êste povo do subterrâneo escuro da escravidão onde êle viveu sempre, e lhe faça ver a luz do século XIX. Sabeis que reforma é essa? É preciso dizê-lo com a maior franqueza: é uma lei de abolição que seja também uma lei agrária.

Não sei se todos me compreendeis e se avaliais até onde avanço neste momento levantando pela primeira vez a bandeira de uma lei agrária, a bandeira da constituição da democracia rural, êsse sonho de um grande coração, como não o tem maior o Abolicionismo, êsse profético sonho de André Rebouças.

Pois bem, senhores, não há outra solução possível para o mal crônico e profundo do povo senão uma lei agrária que estabeleça a pequena propriedade, e que vos abra um futuro, a vós e vossos filhos, pela posse e pelo cultivo da terra. Esta congestão de famílias pobres, esta extensão de miséria — porque o povo de certos bairros desta capital não vive na pobreza, vive na miséria — êstes abismos de sofrimento não têm outro remédio senão a organização da propriedade da pequena lavoura. É preciso que os brasileiros possam ser proprietários de terra e que o Estado os ajude a sê-lo. Não há empregos públicos que bastem às necessidades de uma população inteira. É desmoralizar o operário acenar-lhe com uma existência de empregado público, porque é prometer-lhe o que não se lhe pode dar e desabituá-lo do trabalho que é a lei da vida.

O que pode salvar a nossa pobreza não é o emprêgo público, é o cultivo da terra, é a posse da terra que o Estado deve facilitar aos que quiserem adquiri-la, por meio de um impôsto — o impôsto territorial. É dêsse impôsto que nós precisamos principalmente, e não de impostos de consumo que vos condenam à fome, que recaem sôbre as necessidades da vida e sôbre o lar doméstico da pobreza. A Constituição diz: « Ninguém será isento de contribuir para as despesas do Estado em proporção dos seus haveres ». Pois bem, senhores, ninguém neste país contribui para as despesas do Estado em proporção dos seus haveres. O pobre carregado de filhos paga mais impostos ao Estado do que o rico sem família. É tempo de cessar êsse duplo escândalo de um país nas mãos de alguns proprietários que nem cultivam suas terras, nem consentem que outros as cultivem, que esterilizam e inutilizam a extensão e a fertilidade do nosso território; e de uma população inteira reduzida à falta de independência que vemos. Se eu não estivesse convencido de que uma lei agrária prudente e sábia podia criar um futuro aos brasileiros privados de trabalho, teria que aconselhar-lhes que emigrassem, porque a existência que levam não é digna de homens que se sentem válidos e querem dar a seus filhos uma educação que os torne independentes e lhes prepare uma condição melhor do que a da presente geração. (*Adesão*).

Senhores, A PROPRIEDADE NÃO TEM SÒMENTE DIREITOS, TEM TAMBÉM DEVERES, e o estado da pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra à propriedade, como não faz honra aos poderes do Estado. Eu, pois, se fôr eleito, não separarei mais as duas questões, — a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. (*Longos aplausos*). Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão, não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão. Compreende-se que em países velhos, de população excessiva, a miséria acompanhe a civilização como a sua sombra, mas em países novos,

onde a terra não está senão nominalmente ocupada, não é justo que um sistema de leis concebidas pelo monopólio da escravidão produza a miséria no seio da abundância, a paralisação das fôrças diante de um mundo novo que só reclama trabalho.

Sei que falando assim serei acusado de ser um nivelador. Mas não tenho mêdo de qualificativos. Sim, eu quisera nivelar a sociedade, mas para cima, fazendo-a chegar ao nível do art. 179 da Constituição que nos declara todos iguais diante da lei. (*Aplausos*). Vós não calculais quanto perde o nosso país por haver um abismo entre senhores e escravos, por não existir o nivelamento social.

Sei que nos chamam anarquistas, demolidores, petroleiros, não sei que mais, como chamam aos homens do trabalho e do salário *Os que nada têm que perder.* Todos aquêles que de qualquer modo adquiriram fortuna entre nós, bem ou mal ganha, entendem que são êles, êles os que têm que perder, quem deve governar e dirigir êste país!

Não preciso dizer-vos quanto essa pretensão tem de absurda. Êles são uma insignificante minoria, e vós, do outro lado, sois a nação inteira. Êles representam a riqueza acumulada, vós representais o trabalho, e as sociedades não vivem pela riqueza acumulada, vivem pelo trabalho. (*Aplausos*). Êles têm, por certo, interêsse na ordem pública, mas vós tanto como êles, porque para êles mesmo grandes abalos sociais resultariam na privação de alguns prazeres da vida, de alguma satisfação de vaidade, de algum luxo dispendioso tão prejudicial à saúde do corpo como à do caráter — e vós, perdendo o trabalho, vos achais diante da dívida que é uma escravidão também, diante da necessidade, em cuja noite sombria murmuram os demônios das tentações mercenárias, os filhos sem pão, a família sem roupa, o mandado de despejo nas mãos do oficial de justiça, o raio da penhora trazendo sôbre a casa todos os horrores da miséria! Quem tem à vista dêsse quadro mais interêsse em que a marcha da sociedade

seja tão regular e contínua como a de um relógio ou a das estações — o capitalista ou o operário? (*Aplausos*).

Quanto a mim, tenho tanto mêdo de abalar a propriedade destruindo a escravidão quanto teria de destruir o comércio acabando com qualquer forma de pirataria. Por outro lado, não tenho receio de destruir a propriedade fazendo que ela não seja um monopólio e generalizando-a, porque onde há grande número de pequenos proprietários a propriedade está muito mais firme e sòlidamente fundada do que onde por leis injustas ela é o privilégio de muito poucos.

Eleitores de S. José, não é a minha causa que está em vossas mãos neste momento. Eu vos repito o que disse aos eleitores de Santo Antônio: já cheguei em nossa pátria à posição que, sem ousar aspirar a ela, me pareceu sempre a maior das medidas de uma ambição verdadeiramente patriótica, a de ser ouvido pela nação como um conselheiro leal e desinteressado.

Essa função de dizer o que me parece ser a verdade ao meu país, posso exercê-la onde quer que me ache. Se eu pudesse fazer uma distinção dentro de mim mesmo entre o particular e o homem público, eu diria que a derrota dêste seria a vitória daquele, mas não posso porque o indivíduo desapareceu no abolicionista, fêz dos entusiasmos, das esperanças, das tristezas dêste os seus entusiasmos, as suas esperanças e tristezas próprias, desde que entrou em campanha contra a escravidão. (*Adesão*).

Liberais, Conservadores, Republicanos, Abolicionistas, vós tendes hoje duas únicas bandeiras diante de vós. A inscrição de uma é êste brado da civilização: « — Abaixo a escravidão! » A inscrição da outra é um sofisma: « Respeitemos o direito de propriedade », quando o objeto possuído é um homem como nós. Entre essas duas bandeiras a vossa consciência não deve hesitar — ela não há de sancionar por mais tempo os abusos e os horrores da escravidão que mancha a história da América; ela não há de ter compaixão de um

regímen que degrada com uma das mãos o escravo na senzala e com a outra esmaga o operário nas cidades; ela não prolongará por um dia o prazo fatal dessa instituição que forma um Império no Império; para a qual vós, artistas e operários, não sois mais do que os substitutos dos escravos, e que se atreve a querer avassalar o eleitorado desta capital, juntando a tôdas as suas opressões mais esta: a opressão da consciência de homens livres, e a todos os seus tráficos da dignidade humana mais êste: o tráfico do voto. (*Ruidosos aplausos*). Sim, senhores, vós mostrareis que a escravidão não há de produzir neste país depois do mercado de escravos o mercado de eleitores. Ela pode ter por si todos os votos de partido, e além dêsses todos os votos venais e todos os votos que possam ser obtidos pela compressão, mas os votos livres, os votos independentes, hão de salvar na hora suprema o nome pernambucano.

Senhores, um antagonista meu, o qual só poderia prejudicar-me inutilizando o grande esfôrço que está fazendo o partido Liberal unido e dando ganho de causa ao partido Conservador, alegou para merecer a vossa escolha o muito que tem sido preterido e o muito que tem esperado em vão.. Mas há neste país quem tenha sido mais preterido, quem tenha esperado em vão, mais, infinitamente mais do que êle.. São os escravos que esperam há três séculos (*longos aplausos*), é o povo brasileiro preterido desde a Independência (*continuam os aplausos*), e é como representante dessa enorme massa de vítimas da escravidão que eu vos peço que me mandeis ao Parlamento.. Votando por mim não votais por um indivíduo, não votais sòmente por um partido.. votais pela libertação do nosso território e pelo engrandecimento do nosso povo, votais por vós mesmos, e vos elevais neste país de tôda a altura da liberdade e da dignidade humana. (*Prolongadas aclamações e vivas*).

DISCURSO*

MEUS SENHORES,

A Comissão Central Emancipadora mandou-nos reunidos felicitar-vos pelo vosso novo aniversário e pela alta significação que lhe destes concedendo uma carta de liberdade. Mostrastes assim que tôdas as sociedades de caridade que prosperam como a vossa sentem-se interessadas na obra do resgate nacional, porque é da abolição que depende neste país a permanência e o florescimento dessas instituições, quer públicas quer privadas, por meio da propagação dos hábitos e dos sentimentos de justiça e solidariedade. Não há lar doméstico por mais humilde, não há profissão por mais obscura, não há associação por mais pobre, que não tenha imediato interêsse em que se complete quanto antes a obra do abolicionismo. (*Muito bem*).

É que a escravidão é um ar envenenado e êsse é o ar que respiramos e que absorvemos, todos e tudo, neste país; o chão e a planta; o reino inorgânico e o reino orgânico; o indivíduo e a sociedade, desde a célula primordial da família até ao organismo final do Estado, sem excluir nenhuma associação por mais insignificante e afastada que pareça dos fins e dos interêsses da escravidão. (*Aplausos*).

Eu iria muito longe, senhores, se quisesse mostrar-vos como em instituições de proteção e de beneficência, cujas operações se entranham pelo futuro, que dependem para viver do sentimento de família, da disciplina do caráter, do espírito de desinterêsse, a influência da escravidão é fatal e asfixiante porque ela é o contrário de tudo isso: é o egoísmo levado ao homicídio; a imprevidência absoluta; a degradação da família; a exploração do nosso semelhante.

(*) Na Sessão Magna do Monte-Pio Pernambucano, a 9 de novembro de 1884.

O vosso espírito não precisa ser esclarecido a êsse respeito. Vós vos mostrais homens de coração procedendo como procedeis, e o coração educado compreende essa triste afinidade eletiva que faz que a escravidão decomponha tôdas as boas instituições para se combinar com alguns dos seus elementos e inutilizar os restantes. (*Muito bem*).

Em nome da Comissão Central Emancipadora eu me limitarei, pois, a transmitir-vos os votos que todos fazemos por vossa longa prosperidade. Que essa prosperidade sirva de exemplo, de estímulo, à fundação de instituições semelhantes, as quais deixam o homem do salário morrer em paz por ter garantida a honestidade das suas filhas e a existência da sua companheira de lutas e sacrifícios. Tais instituições são uma das mais belas criações do espírito de solidariedade, que faz com que a humanidade não viva tanto no presente como vive no futuro. Da escravidão à organização poderosa do trabalho como eu a vi nas ligas e associações de operários e artistas em tôda a Europa, vai a distância que separa os organismos rudimentares do comêço da escala animal dos organismos inteligentes e livres que a terminam.. É sòmente pela educação do espírito como do caráter, da inteligência como da vontade, que o operário, o artista brasileiro pode perder de vista a sua condição atual para chegar à altiva posição do artista e do operário de outros países onde o trabalho tem consciência da sua fôrça. Instituições como esta são um ensaio de educação, um comêço de independência, um rudimento de associação e um gérmen fecundo de liberdade. (*Aplausos*).

O abolicionismo, senhores, não é simplesmente a emancipação dos escravos, é a eliminação fisiológica, se me faço compreender assim, da escravidão. No Ceará, no Amazonas não há mais escravos, mas a escravidão ainda não desapareceu dessas províncias. Acabar com a escravidão é obra de tempo e perseverança. Os que temos em nós tendências de senhor, os que temos fraquezas de escravos, — e a massa da

população brasileira composta de descendentes ou de senhores ou de escravos, e em grande parte de escravos que foram senhores, têm os vícios combinados dos dois tipos, o senhor e o escravo, tipos que aliás formam um só porque em geral o escravo é um senhor a quem só falta o escravo e o senhor é um escravo a quem só falta o dono, (*longos aplausos*) — os que temos, dizia eu, um dêsses vícios ou todos êles, devemos pelo exame da nossa consciência e pelo uso da nossa firmeza esclarecida vencer e dominar qualquer dêsses tristes legados da escravidão. Êste é um dos meios, senhores, para tal fim, e como abolicionista não posso deixar de aplaudir os esforços que fazeis para vos unirdes, vos associardes e criardes um exemplo para o nosso povo. A liberdade sem o trabalho não pode salvar êste país da bancarrota social da escravidão, nem tão pouco merece o nome de liberdade: é a escravidão da miséria. (*Aplausos*). O trabalho sem a instrução técnica e sem a educação moral do operário não pode abrir um horizonte à nação brasileira. Ora, dessa educação nada faz parte mais essencial do que o que nós vemos hoje nesta reunião: o culto da família, o respeito e a proteção à velhice, por fim a previdência. É um belo espetáculo êste; o velho pai que se finou continuando a ser o chefe invisível da sua família, para a qual, à fôrça de constância, de sobriedade e de abnegação, êle constituiu um pequeno pecúlio, que o faz ainda na morte viver entre os seus, adorado como um dos antigos deuses do lar, e apontando à sua descendência a estrada da honra e do desinterêsse. (*Muito bem, muito bem*).

Eu vos felicito uma vez mais, senhores: que sejais um desmentido ao grave defeito de que tantas vêzes somos acusados, de não mantermos as boas instituições que criamos; de têrmos nobres impulsos, as melhores intenções, mas pouca perseverança; e que êste Monte-Pio Popular possa sobreviver-vos e aos vossos filhos, é o meu ardente voto de brasileiro e de pernambucano. (*Aplausos repetidos*).

TERCEIRA CONFERÊNCIA (*)

Meus Senhores,

Prometi fazer-vos uma exposição completa de minha vida pública desde que em 1879 tomei assento no Parlamento como deputado desta província, e venho neste momento cumprir a minha promessa ou antes desempenhar-me daquele dever.

É com efeito um dever. A eleição para o Parlamento imprime em quantos têm a honra de merecê-la o caráter indelével de homens públicos, e sendo ela, como é, um mandato, quem o recebeu está obrigado a dizer que uso fêz dêle.

Os homens novos podem entrar na carreira política pedindo ao povo que lhes abra generosamente um crédito de confiança e trabalhando depois para pagarem a dívida assim contraída; mas os que uma vez mereceram tal liberalidade só devem solicitar novamente os votos dos seus concidadãos apresentando um saldo a seu favor, mostrando o que fizeram em honra e benefício da nação que representaram. (*Muito bem*).

Senhores, vós mandais ao Parlamento não representantes de Pernambuco sòmente, mas representantes pernambucanos da nação brasileira. O mandato que conferis é duplo. O vosso deputado deve ser fiel aos interêsses da província, mas a sua missão na Câmara é representar a nação tôda. Cada um dêles é membro de um partido, e todavia tendes o direito de exigir que êle coloque a província acima do seu partido; cada um dêles é representante de Pernambuco, e tendes o direito de exigir que êle não sirva sòmente a província, que sirva também a pátria sem separar uma da outra.

Estabelecidos êstes princípios vou procurar mostrar-vos que só me isolei dos homens do partido Liberal para ficar

(*) Teatro Santa Isabel, 16 de novembro de 1884.

fiel às idéias dêsse mesmo partido, e que sempre procedi de acôrdo com esta convicção: que o melhor meio, e o mais certo, de promover a prosperidade e o florescimento de Pernambuco era criar o império da igualdade social em todo o país e solicitar medidas que fôssem para todos os brasileiros os artigos de uma Segunda Constituição, mas desta vez um verdadeiro pacto de aliança entre a Lei Orgânica e o povo que ela se propusesse converter em democracia justa, livre e esclarecida. (*Aplausos*).

Não me cabe neste momento justificar a minha eleição de 1878 que foi tôda devida à influência pessoal e ao prestígio do chefe do partido Liberal naquela época o barão de Vila Bela. Êle havia tomado um compromisso com meu pai, a quem os seus serviços ao partido Liberal davam esperança de encontrar no Parlamento um filho em quem êle via um prolongamento intelectual e moral de si mesmo. Em 1878 eu tinha quase trinta anos, e não carecia pois de dizer como o herói romano ao disputar uma dignidade acima dos seus anos: « O povo me escolha e terei idade! » Não sou dos que acreditam no direito divino da velhice. Mas dizia-se que eu tomava na lista o lugar de quantos veteranos ilustres havia então nesta província. Eu só podia ocupar um lugar, mas êsse era o de todos! Ninguém fazia esta simples reflexão: que na deputação havia sete homens tão novos como eu. Mas apesar da oposição levantada especialmente contra mim consegui sempre entrar para a Câmara ainda que no último lugar da lista pernambucana.

Eu entrava para o Parlamento com plena liberdade de ação, desde que não tomara nenhum compromisso, nem meu pai por mim, mas uma gravíssima doença que me levou até muito perto da morte fêz que eu não pudesse comparecer às sessões no tempo em que o barão de Vila Bela fazia parte do ministério. Na primeira sessão a que assisti o meu ilustre e saudoso amigo dava à Câmara as explicações da sua retirada do gabinete. Êle e Silveira Martins tinham deixado o gabinete por causa da elegibilidade dos acatólicos!

Por mais que eu viva, senhores, nunca hei de esquecer a impressão que produziu em meu espírito essa primeira sessão do Parlamento em que tomei parte como deputado. Eu voltava dos Estados Unidos e da Inglaterra, com cujos partidos liberais me havia identificado, e o fato de dois ministros liberais serem obrigados a deixar o gabinete de que eram membros por causa de um princípio tão fundamental como êste — o direito do povo de se fazer representar por qualquer homem da sua confiança sem indagar da religião dêle — pareceu-me mais próprio do govêrno de um Francia ou de um Garcia Moreno do que do govêrno do Brasil. Desde êsse dia vi e senti que na Câmara não podia estar senão do lado dos meus princípios, senão do lado da minha consciência, quaisquer que fôssem as circunstâncias, a pressão da disciplina, o interêsse momentâneo do partido! (*Muito bem*). Compreendi então que para a vida política havia em mim uma inferioridade invencível, desde que vivemos em um país onde a opinião, se aplaude, todavia não sustenta a coerência.

Para fazer carreira entre nós não é preciso, como tantos dizem, ter baixeza de caráter, falta de escrúpulos, amor da adulação, ou servilismo à coroa. Muitos dos homens que nos têm governado são tão nobres de caráter, tão puros de vida, tão inacessíveis à lisonja, e tão incapazes de humilhar-se diante da coroa como qualquer grande estadista estrangeiro. Tome-se o Sr. Saraiva por exemplo. Mas para fazer carreira entre nós é preciso tratar os princípios e o direito como entidades metafísicas, desterrá-los da política, e não consentir que adquiram autoridade alguma sôbre nós; é preciso ter a êsse respeito o vácuo mais perfeito no cérebro e no coração, e ser prático antes de tudo, isto é, não tolerar que idéias modifiquem fatos e muito menos prejudiquem interêsses. (*Assentimento*).

Desde a primeira vez que assisti a uma sessão como deputado compreendi que a vida política entre nós exigia um desprendimento dos princípios, ainda os mais vitais, como eu

não tinha fôrças para impor à minha organização moral. Acreditai-me, senhores, é um momento que se não esquece mais êsse em que o homem sente pràticamente que há dentro de si uma fôrça que o impele para certas causas nobres, e adquire a certeza de que por maiores que sejam as tentações, quando mesmo a ambição se deixe inebriar por elas, sempre que êle ouvir uma certa voz há de acudir ao chamado.. Pois bem, tal certeza eu adquiri-a desde a primeira vez que entrei na Câmara. Vós deveis lembrar-vos na obra-prima de Vítor Hugo da buzina que Hernani deu ao velho Ruy Gomes que lhe salvara a vida, e a deixara em penhor nas mãos dêle, Hernani. Ao primeiro som que ouvisse do instrumento fatal Hernani devia morrer, entregar essa vida que não era mais sua, mas um penhor de honra. Pois bem, eu senti que havia uma buzina que tinha êsse mesmo poder sôbre mim, cujas notas, quem quer que as vibrasse, fôsse o meu maior inimigo, teriam sempre o dom misterioso de fazer-me preferir até a morte a não responder-lhes ao apêlo. (*Muito bem*). Eu literalmente tinha dado minha vida em penhor aos grandes princípios de liberdade!

Desde o primeiro discurso que pronunciei sôbre a elegibilidade dos acatólicos deixei bem acentuado o meu modo de encarar a posição do partido Liberal no comêço desta situação.

« Senhores, disse eu à Câmara, o partido Liberal parece hoje colocado em uma posição que teve sempre as mesmas dificuldades e que a imaginação grega representou bem na fábula de Hércules encontrando-se entre dois caminhos com duas figuras, uma a do prazer, outra a do dever; uma, oferecendo-lhe uma vida feliz e fácil, outra uma vida áspera e de sacrifícios. (— O Sr. Galdino das Neves: — A primeira é a do *primo vivere*) Não direi como o nobre deputado: A primeira é a do *primo vivere;* direi: A primeira é a do — *Propter vitam vivendi perdere causas.* É perder a razão de existir por amor da existência. Senhores, o partido Liberal

parece colocado entre dois caminhos: um é suave, fácil, outro é cheio de longos trabalhos; é o caminho da religião dos compromissos ».

Foi por escolher o segundo dêsses caminhos que me declarei em oposição franca ao ministério Sinimbu. Não vou neste momento estudar a vida daquela ministério; deixo de lado as suas fraquezas e os seus infortúnios, o muito que êle comprometeu com a sua administração os interêsses do nosso partido, mas como preciso dizer quanto baste para justificar a atitude que assumi diante daquele gabinete do qual me ufano de ter sido o mais constante, o mais intransigente e o mais convencido adversário, direi sòmente que não se pode imaginar outro ministério mais oposto a tudo que constitui o liberalismo e o espírito democrático moderno. Como adversário eu multiplicava-me na tribuna do Parlamento e em tôdas as questões — e foram muitas que se agitaram naquele ano de 1879 — tive sempre a honra de falar em nome da oposição, eu que apenas entrava para o Parlamento, e de uma oposição que continha em seu seio os três maiores vultos da moderna tribuna da Câmara: José Bonifácio, Silveira Martins e Martinho Campos. Era, senhores, uma oposição intelectualmente falando formidável, essa que além dêsses grandes nomes contava homens como Saldanha Marinho, Pedro Luís, Eduardo de Andrade, Tavares Belfort, Manuel Pedro, Afonso Pena, Costa Azevedo, mais tarde Leôncio de Carvalho e outros.

Eu poderia reproduzir dos anais do Parlamento as numerosas manifestações de aprêço que recebi dos meus colegas da Câmara dos Deputados. Partindo de ambos os lados tais manifestações mostram que soube cumprir o meu dever sem criar animosidades entre as duas frações liberais, e pelo contrário fortalecendo o laço partidário, porquanto colocava-me sempre para ferir o ministério no terreno dos princípios do partido. Mas neste momento em que cumpro um dever, empregando todos os esforços para conseguir a vossa confiança

e dando-vos conta do modo pelo qual exerci o meu mandato, devo ler algumas notas da minha fé de ofício. Sim, meus senhores, fiz da minha vida pública uma coluna votiva levantada à liberdade e à pátria, e se leio algumas das inscrições que nela abriram homens generosos é para mostrar-vos que ela não merece ser derribada sob o ódio público.

« Creia o nobre deputado, dizia-me uma vez em sessão um homem que sempre respeitei apesar das suas idéias, porque é um homem que tem a coragem das suas convicções, coragem sem a qual as mais nobres idéias não abrem caminho porque o caráter é o braço do talento, creia o nobre deputado, dizia-me o Sr. Martinho Campos, que nesta Câmara e fora dela todos têm ouvido com a maior satisfação uma voz que recorda uma autoridade que nós liberais nunca esqueceremos. Está no espírito e no conceito de todo o mundo. Todo o mundo tem visto com ufania para nós brasileiros a estréia do nobre deputado por Pernambuco ». Outra vez, meus senhores, qual não foi a minha surprêsa quando interrompendo um seu discurso o Sr. Silveira Martins, o grande orador rio-grandense, voltou-se para mim e proferiu perante a Câmara estas palavras que não vos cito sòmente para mostrar-vos como nêle a generosidade iguala o talento, mas como prova de que na oposição não deixei Pernambuco arrastar-se na retaguarda das deputações: « Posso repetir ao nobre deputado, disse êle, as palavras que Tito Lívio dirigiu ao jovem Cipião por haver salvado a vida ao pai na batalha do Tecino: « Eis aquêle a quem a fortuna prepara para salvar a honra da pátria! ». (*Longos aplausos*).

Vós compreendeis, senhores, com a admiração e o culto que tenho pela memória de meu pai quanto as palavras de animação que confundiam os nossos dois nomes e faziam cair sôbre mim um reflexo da glória dêle deviam encher de saudade e de orgulho o coração do filho. As manifestações dessa natureza foram tão repetidas durante tôda a Sessão de 1879 que me julguei obrigado para o fim a agradecê-las conjunta-

mente. Foi para mim uma ocasião solene aquela em que me desempenhei dêsse dever: «O general norte-americano Robert Lee, disse eu então, êsse mesmo em cuja alma travou-se um dia o combate de duas pátrias: uma a Virgínia com tôdas as associações de família, com tôdas as recordações do passado, com o amor que se tem ao lugar onde se nasceu; a outra a União, os Estados Unidos da América, falando-lhe à inteligência com a promessa da vitória, mostrando-lhe a bandeira estrelada a que êle havia prestado o seu juramento de soldado; o general Lee, dizia eu, refere que uma vez passeando com o filho à beira do mar viu que a criança tratava de pisar sôbre os passos que êle ia deixando impressos na areia. Desde êsse dia êle jurou a si mesmo que não daria um passo na vida em que seu filho o não pudesse acompanhar. Por mais movediças que sejam as areias da política há nelas para mim pisadas indeléveis, e se não tenho outras qualidades tenho no meu espírito a isenção e no meu caráter o desinterêsse, precisos para não afastar-me do caminho que me está traçado». (*Muito bem*).

Se lerdes a coleção dos discursos que proferi no Parlamento vereis que eu procurava elevar tôdas as questões que se discutiam à altura dos princípios cardeais do direito da justiça e da solidariedade humana. Pertenço, meus senhores, a uma classe de homens políticos, dos quais o mais notável que jamais existiu neste ou em qualquer outro século é o homem imortal que hoje governa a Inglaterra com uma ditadura moral para a qual só tereis um paralelo no govêrno de Péricles, pertenço a uma classe de homens políticos para os quais a humanidade não é uma expressão sem alcance prático, mas o ideal mais elevado que o estadista possa ter no pensamento para iluminar como a luz meridiana a imagem da pátria.

Para compreenderdes o modo pelo qual eu transportava qualquer questão ao terreno dos princípios, dar-vos-ei alguns exemplos tirados dos maiores debates da legislatura de que

fiz parte. Começo, senhores, pela questão da Constituinte que o govêrno de então propunha-se convocar com poderes limitados e com um mandato imperativo, isto é, uma Constituinte, como foi chamada por José Bonifácio, constituída, ou melhor escravizada à legislatura anterior, reprodução do pensamento dela, que assim promulgava uma lei constitucional póstuma. Pronunciei sôbre a reforma constitucional dois discursos e vou mostrar-vos em que espírito.

Vêde antes de tudo o meu modo de compreender a Constituição que faz com que mesmo a República possa um dia entrar nela pelos votos dos eleitores. « A Constituição não é o que se figura a alguns dos nobres deputados, a fortaleza do seio da qual o govêrno pode sem prejuízo e sem incômodo resistir ao país que o bloqueia. Ela não é a imagem dessas catedrais góticas edificadas a muito custo e que representam no meio da nossa civilização adiantada, no meio da atividade febril do nosso tempo, épocas de passividade e de inação. A nossa Constituição é pelo contrário de formação natural, é uma dessas formações como a do solo onde camadas sucessivas se depositam, onde a vida penetra por tôda parte, sujeita ao eterno movimento, e onde os erros que passam ficam sepultados sob as verdades que nascem. A Constituição não é uma barreira levantada em nosso caminho, não são Tábuas da Lei recebidas de um legislador divino e nas quais não se possa tocar por estarem protegidas pelos raios e trovões. Não, senhores. ela é um grande mecanismo liberal, um maquinismo dotado de todos os órgãos de locomoção e de progresso, um organismo vivo que caminha e se adapta às funções diversas que em cada época tem necessàriamente que produzir ». (*Muito bem*).

« Todos vós, disse eu em outro discurso procurando destruir a tutela governamental, tendes uma idéia do que eram êsses jardins simétricos que o gênio de Lenôtre desenhava nos terrenos que lhe eram concedidos. As árvores em vez do seu natural desenvolvimento, em vez dos galhos estenderem-se em

tôdas as direções, das fôlhas voltarem-se naturalmente para o sol, e dessa espontaneidade da vida vegetal, tão admirável na sua confusão, eram sujeitas a certos cortes regulares e estudados, serviam de ornato, de decoração à paisagem. Pirâmides, colunas, cilindros, arcos, as diversas formas da geometria ou da arquitetura figuram nos jardins, onde a vegetação era, por assim dizer, a matéria plástica duma arte decorativa.

« Pois bem, parece que no nosso país querem fazer com as idéias como se fazia com as árvores, querem aparar-lhes as expansões, cortar-lhes os galhos que se desenvolvam fora da linha e reduzir tudo à imponente e fria simetria de Versalhes, à harmonia palaciana dos jardins de Luís XIV

« Mas devo dizer que, assim como prefiro a essa espécie de ajardinamento, — que não realiza para mim a verdadeira beleza no desenvolvimento da vegetação, — as nossas florestas em que árvores de todos os tamanhos entrelaçam-se e amparam-se na expansão geral da natureza, assim também prefiro que se deixe aos partidos a exuberância de sua seiva, que se experimente sem receio a liberdade humana, e que se não desfigure a vegetação irregular mas espontânea da nossa democracia ».

Ainda uma e muitas vêzes acentuei essa convicção de que o povo não deve ser matéria plástica nas mãos do govêrno.

« O partido liberal, disse eu um dia, já que o nobre deputado por S. Paulo falou nas pedras do edifício que estamos levantando, das quais S. Ex.ª disse que não queria abalar uma só, não deve ter por ideal a ambição ascética de um conde de Chambord, de um dêsses políticos que entendem que se pode criar um povo conforme um desenho, e vazar o desenvolvimento humano em certas fôrmas, tornando o govêrno uma espécie de arte religiosa, impedindo a evolução natural da humanidade, e fazendo de todos os homens as pedras de um edifício uniforme.

« Senhores, essa espécie de arquitetura política, essa edificação da qual o coração, o pensamento, os impulsos do ho-

mem são os materiais de que o estadista se serve para levantar na história o monumento da sua própria grandeza; essa obstinação em fazer dos homens, não o que êles querem ser, mas o que nos convém que êles sejam, tudo isso pertence ao passado, são restos do direito divino, são estratificações dum tempo em que a política e a religião tinham as mesmas vistas. As nossas idéias são outras; vós tendes confiança no censo, nas restrições, nas capacidades, nas classes superiores, em vós mesmos, em suma; nós só temos esperança no povo entregue à liberdade e a si mesmo».

Mais de uma vez mostrei à Câmara que era desonroso para o partido Liberal viver sem idéias e pior ainda à custa das suas próprias idéias.

« Sei perfeitamente, dizia eu em 1879, que pela influência social, pela independência, pela inteligência acumuladas no seio da Câmara, estão aqui representadas as fôrças vivas da nação; mas pergunto: onde estão as idéias liberais em tôda esta situação? Lessing no seu *Laocoonte* dizia: Se Deus tivesse em uma das mãos a verdade e na outra a aspiração pela verdade, eu escolheria esta última. Assim deve dizer o partido Liberal com relação à liberdade. A liberdade realizada pode ser um benefício e envolver a felicidade de um país, mas o que torna um povo livre é sòmente a aspiração pela liberdade, é o instinto, o sentimento que faz com que êle se esforce e tudo sacrifique para adquiri-la e conquistá-la. Um partido Liberal que perde essa aspiração sente fugir-lhe a vida, é um organismo que sobrevive às suas funções, e então os seus elementos ativos, como se viu com os que foram engrossar as fileiras do partido Republicano, entram em outras combinações, porque os homens morrem, os partidos desaparecem, mas a idéia, o movimento, a aspiração são eternos». (*Aplausos*).

Quero tão sòmente que conheçais a linguagem que eu falava na Câmara, para bem avaliardes a significação da

vossa escolha. Terminando o meu primeiro discurso contra a Constituinte mutilada eu disse à Câmara:

« Senhores, a bandeira liberal é a mesma em todos os países com a divergência natural que há entre o grau de civilização de cada um. Guardadas as proporções de adiantamento social de cada povo, todos os liberais sentem aspirações comuns, todos êles, batendo-se por motivos diversos, têm o mesmo sentimento: nacionalidade, liberdade, ou direito, se a idéia muda, é sempre o mesmo instinto que os impele. A bandeira liberal tem tido na história grandes transformações, tem encontrado imensas dificuldades, mas ela é ainda a mesma bandeira que Péricles arvorou no Pnyx, a mesma que os Gracos levantaram no Forum; é a bandeira da Reforma; é a bandeira do Édito de Nantes; é a bandeira dos Direitos do Homem. Em um país que luta pela sua independência, é a bandeira da nacionalidade; em um país que já chegou a grande desenvolvimento, é a bandeira das liberdades políticas; mas em tôda parte ela representa o mesmo impulso, de todos os lados saúdam-na todos os corações liberais, quer ela cubra o berço dos povos que nascem, como a Itália, quer cubra o túmulo dos povos que sucumbem, como a Polônia. É a bandeira, senhores, da emancipação dos servos da Rússia, assim como é a bandeira de Washington defronte dos muros de Richmond. Em nosso país foi a bandeira da Inconfidência, a bandeira de 1817, a bandeira do Ipiranga, a bandeira do Ato Adicional, até que hoje volta a ser de novo a bandeira da Constituição.

« Nós a temos visto algumas vêzes triunfar, temo-la visto, mesmo, mutilada mas ainda gloriosa, por entre o fumo que a cerca, além das trincheiras que a detém, galgar as alturas do poder, ocupadas pelos nossos adversários, como quando Eusébio varreu o tráfico da face dos mares e Rio Branco decretou a emancipação dos escravos! Mas essa bandeira liberal em que nos dez últimos anos estêve escrito o dístico — Reforma ou Revolução; em que nós escrevemos: Eleição direta,

Liberdade religiosa, Emancipação dos escravos, não é a que tremula nas mãos do sr. Presidente do Conselho, peço-lhe perdão de dizê-lo. A que S. Ex.ª pede privilégio para carregar, assim como a ilustre casa de Medina Celi reclamava nas festas do Santo Ofício o privilégio de levar a bandeira da Inquisição, é outra, é a bandeira de escrúpulos respeitáveis, de concessões tardias, de reformas sofismadas, mas não é a bandeira do partido, e S. Ex.ª que governa em nosso nome, para completar sua ilustre vida, deve restituí-la aos Conservadores a quem ela pertence, à coroa que lha confiou, para que essa reforma censitária, essa restrição odiosa do direito de voto, não seja conhecida na história como a apostasia do partido Liberal». (*Longos aplausos*).

Agora, Senhores, vêde como eu impugnava um dos atos que ficaram célebres do gabinete, a doação a alguns particulares do vale do Xingu e de tudo quanto fôsse encontrado naquele vastíssimo território.

« Nesta questão, disse eu ao terminar o meu discurso, não vejo os pequenos interêsses individuais, só vejo os grandes interêsses do direito e da justiça comprometidos, e por isso falo com êste calor. Em nome de tudo quanto de mais generoso e elevado pode existir no coração humano, peço o respeito ao direito de propriedade, que é tão sagrado quando se trata dos cafezais plantados nas margens do Paraíba, como quando se trata da flecha ou do arco, da caça ou da pesca do índio. Eu que espero o dia da emancipação do escravo não posso concordar na formação de companhias que ameacem os direitos ou que explorem, sem garantia alguma, o serviço e a liberdade dos indígenas.

« Digo-o com tôda a franqueza, espero que a região abençoada do Amazonas que pode ser o berço dum grande povo seja um dia governada não por leis de monopólios, de concessões, mas pelos largos princípios de liberdade industrial, a que um homem tão estreitamente associado ao progresso daquele Império, à abertura daquele grande rio, Tavares

Bastos, prestou nesta Câmara e fora dela a forte iniciativa da sua palavra e do seu talento.

« Os índios que vivem nos descampados do Xingu, em cujas aldeias o nosso colega por Mato Grosso (o Sr. Couto de Magalhães) viu, do alto da montanha do Paredão, levantar-se a fumaça longínqua, podem não ter-se adiantado muito, guardando a sua língua, a sua religião, os seus costumes, comparativamente ao tempo em que o Brasil foi descoberto, há três séculos, por outra raça. É certo que êles continuam na imobilidade da vida livre do deserto; mas é também certo que nós não podemos lisonjear-nos de têrmos progredido, relativamente aos primeiros descobridores dêste país, porque os princípios que hoje vejo adotados na política do nobre presidente do conselho, com relação aos índios e com relação aos escravos, são menos generosos do que os princípios dos Jesuítas, e a política que êle segue é menos humana que a do marquês de Pombal ». (*Aplausos*).

Quando se tratou da colonização chinesa em que idéias inspirei-me para opor-lhe a mais decidida resistência? Vós ides vê-lo:

« Por mais duro, disse eu, que me seja fazer êste protesto entendo que é de meu dever não evitá-lo, porque eu não me chamaria brasileiro se me ocupasse ùnicamente com o dia de hoje, com as necessidades do momento; se não tivesse um pensamento para o futuro desta pátria, que devemos deixar aos nossos sucessores mais próspera e mais livre do que a herdamos dos nossos antepassados. Pois bem, direi ao nobre presidente do conselho: — É o pensamento do futuro, é a vista longa do futuro, que distingue o estadista. O estadista que trata ùnicamente de afastar os embaraços do presente. que não se importa nem com a degeneração da raça, nem com a degradação do trabalho, nem com a condição das classes operárias, nem com os perigos inevitáveis de ficarem sem solução, no momento em que deviam tê-la, os grandes problemas sociais, em uma palavra que se torna o cúmplice dos preconceitos, dos interêsses, das ambições de classes privilegiadas, no

gôzo imemorial de opressões clamorosas, em vez de considerar os direitos fundados na humanidade, na eqüidade, na justiça, de tôdas as classes que compõem a sociedade, de todos os homens que têm direito à mesma pátria. êsse estadista pode ser um político, pode ter a satisfação de ter vencido todos os obstáculos, dar conta da missão limitada que se impôs, contentar-se com as honras que recebe e com o respeito de que vive cercado, mas não comparecerá perante a história entre os grandes ministros que honraram os grandes países, porque para isso não basta ter conhecimento prático, empírico das necessidades do presente, quando elas se manifestam, é preciso mais: é preciso o sentimento dum Richelieu, de um Cavour, de um Bismarck, de um Thiers; a preocupação pelo futuro da pátria, que é entre nós a ambição de apagar moral e socialmente o último dos vestígios da escravidão». (*Pausa*).

Preciso ir agradecendo a bondade e atenção com que me escutais. Tendes que percorrer ainda uma longa estrada, mas eu vos afianço que será tôda uma romaria aos santuários das grandes crenças morais do nosso século. (*Muito bem! Aplausos*).

A oposição que eu fazia ao ministério Sinimbu era assim inspirada sòmente nos altos motivos que governam a minha vida pública, e que, por me parecerem os melhores, eu quisera ver governarem também o partido a que pertenço. Não fiz uma oposição de ódio nem de prevenção, mas tôda de consciência. O ministério não podia resistir à sua própria política; era-lhe preciso, moralmente enfraquecido como se achava, dissolver nada menos de três Câmaras, além da que já tinha dissolvido, para obter uma simples lei eleitoral. O Senado compreendeu a fraqueza da situação dos ministros.

Eu mesmo havia feito êste apêlo ao Senado para que rejeitasse a superstição da reforma constitucional, e se pusesse do lado da reforma por lei ordinária: «No Senado, disse eu, ainda deve estar bem viva a impressão das aclamações que saudaram o voto que êle deu a favor da lei de 28 de setembro e das flores com que foram cobertas as suas cadeiras. O

Senado não deve esquecer que o povo às suas portas lhe pede a eleição direta, mas feita pelos meios por que o partido Liberal a pediu sempre, e sem tirar a ninguém o voto, mas garantindo-o a todos. Tome o Senado essa nobre iniciativa, e como em tôda parte se abria espaço para os estandartes orgulhosos que levavam a célebre inscrição *Senatus Populus Que Romanus* não haverá nesta casa quem não abra alas para deixar passar essa bandeira da eleição direta e do govêrno livre que trouxer inscrito nas suas dobras: O Senado e o Povo Brasileiro».

O Senado rejeitou com desdém o projeto. O gabinete, em vez de pedir logo a dissolução como faria um govêrno forte, quis ganhar tempo. Nesse intervalo deu-se no Rio um acontecimento lamentável: a cobrança de um impôsto impopular foi impugnada por um motim e êsse fato decidiu da sorte de um ministério que parecia desafiar amigos e adversários!

Diante do ministério Sinimbu a minha atitude não fôra pròpriamente de abolicionista antes de tudo, mas sim de liberal oposicionista. Vós vistes que a questão dos escravos figurava em todos os meus discursos; que eu me apoiava na emancipação para guerrear o gabinete, e que devia assim ser chamado abolicionista porque o era, e abolicionista que já colocava a emancipação acima do partido. Mas em 1879 o principal dever de um abolicionista era derribar o gabinete que se propunha como programa seu garantir a escravidão, restaurar a grande propriedade e deixar estabelecida a corrente chinesa, isto é, a mongolização do nosso país. Era um êrro tão grande como o dos que o tinham africanizado.

Com a subida do ministério Saraiva a situação política mudou completamente. Eu pela minha parte me via em frente de um ministério composto de alguns dos meus melhores amigos da Câmara, como eram Pedro Luís, Homem de Melo, Buarque de Macedo, e presidido pelo estadista de maior prestígio pessoal do país. Numa sessão da Câmara o Sr. Sa-

raiva fê-me a honra e a surprêsa de declarar que não me tinha ido buscar para seu colega por fazer eu parte da minoria da deputação pernambucana no ministério Sinimbu. Eu não fazia parte da minoria, essa minoria compunha-se de mim sòmente. Mas semelhante declaração mostra a relação em que eu me achava para com o ilustre presidente do Conselho. S. Ex.ª fêz-me logo a honra de ouvir-me sôbre o seu projeto de reforma, ao qual pude sugerir um ou outro melhoramento, como por exemplo a divisão das paróquias em seções, que faz a eleição concluir-se no mesmo dia. Eu tinha todos os motivos pessoais para aproximar-me do novo gabinete; mas desde que me levantei para apoiá-lo estabeleci francamente os limites da minha adesão.

« Consinta-me o nobre presidente do Conselho, disse-lhe eu, que acompanhando-o nessa reforma eleitoral que há de ser vencedora, e dando-lhe todo o meu apoio para a realização da sua nobre emprêsa, eu lhe diga: Lembrai-vos de que uma grande desigualdade existe na nossa sociedade. Vós que ides apagar as últimas diferenças entre os cidadãos brasileiros quer provenham da religião, quer da origem, quer da casta, deveis reconhecer que nesse sol há uma grande mancha que o tolda, pois ainda há escravos no Brasil quando o século XIX aproxima-se do seu têrmo.

« Senhores, êste século nasceu com a liberdade, saiu das faixas ensangüentadas da Revolução Francesa, e durante êle que grandes resultados obtidos pelas nações que se emancipam! A Itália, dividida em pequenas nações despóticas, forma hoje uma só e grande comunhão progressiva. A Rússia onde 40.000.000 de homens viviam na servidão da gleba, viu de repente pela vontade de um homem o seu solo ficar livre. Nos Estados Unidos, nesses mesmos Estados das margens do Mississipi onde o algodão crescia pelo trabalho escravo, a emancipação produziu dentro de pouco tempo maiores colheitas, e o trabalho livre cicatrizou as feridas da maior das guerras civis.

« Pois bem, não desejo que quando se fizer a chamada das nações que nestes cem anos têm rompido com a escravidão e se têm civilizado pelo trabalho livre, só o Brasil não possa responder: Presente.

« Eu devia neste momento solene fazer esta reserva importante que me deixa tôda a minha liberdade de ação quanto ao compromisso que tenho. Não posso forçar o govêrno a adotar o meu pensamento, a fazer seu o meu projeto; mas peço-lhe que não ponha estorvos diante dêle, que não se declare como o ministério passado resolutamente disposto a não consentir que o prazo da emancipação seja encurtado de um dia, que não arvore como êle a bandeira da escravidão, mas que, sem colaborar, se não quiser, em nossa obra, não embarace, não desengane, não desespere os que querem fazer alguma coisa para abreviar o cativeiro e melhorar a sorte dos infelizes escravos! »

Foi essa a primeira vez que no Parlamento Brasileiro a questão da emancipação foi elevada a tal altura, a saber, acima dos partidos, e apresentada como a condição *sine qua non* de apoio a um gabinete.

O abolicionismo deixava assim de ser uma aspiração humanitária platônica, um ornamento dos debates, como fôra para alguns em 1879, uma arma de guerra, ou orientação política como fôra para outros; êle entrava no domínio da política prática, das fôrças que se impõem, das minorias que contam com o futuro e que se sentem crescer ràpidamente. Havia abolicionistas, como eu, na Câmara, mas que não faziam depender dessa questão o seu apoio ao govêrno, não estabeleciam nesse terreno a sua questão de confiança política; em três ou quatro meses, porém, nós éramos um grupo unido para o combate, e onde se achava um achavam-se todos.

No último Parlamento de 1882-1884 não houve na Câmara uma minoria abolicionista tão resoluta e firme como a que se formou no fim da legislatura de 1879 e 1880. Em tô-

das as questões relativas à liberdade nós podíamos contar com êstes dez votos, a começar do Amazonas: Saldanha Marinho, Costa Azevedo, Joaquim Serra, Costa Ribeiro, José Mariano, Joaquim Nabuco, Barros Pimentel, Jerônimo Sodré, Marcolino Moura e Correia Rabelo.

Foi nesse ano de 1880 que tive a honra de pedir urgência para fundamentar um projeto de emancipação. A Câmara concedeu a urgência para uma sexta-feira. O efeito dêsse voto foi tremendo: dir-se-ia que as fazendas do Rio e S. Paulo iam marchar sôbre a capital. O Sr. Martinho Campos fêz-me a honra de procurar-me para dizer-me que ia propor que a sessão fôsse secreta. Respondi-lhe que em sessão secreta não tomaria a palavra e que estando em minoria na Câmara o que eu queria era falar para o país. (*Aplausos*). Era estranho que em 1880 se quisesse discutir em secreto um assunto que em 1871 fôra discutido do modo mais público! Era isso proclamar um novo dogma: o dogma da escravidão. No dia marcado a Câmara não se reuniu; a idéia de fazer *greve* prevaleceu sôbre a de converter a sessão em conciliábulo. Quando pedi nova urgência o govêrno fêz questão de gabinete, a urgência caiu por votação nominal a 30 de agôsto de 1880, mas não sem grande pesar da parte adiantada da Câmara que se via obrigada a passar pelas fôrcas caudinas — o silêncio e a compressão — do esclavagismo, e não sem que o país visse um grupo de homens, movidos tão sòmente por uma idéia, inscreverem-se do lado da liberdade de discussão no Parlamento e da liberdade pessoal no país com o sacrifício das suas adesões públicas e particulares.

Eu iria muito longe, meus senhores, se quisesse fazer o histórico da sessão de 1880, mas foi durante ela que se formou o atual movimento abolicionista.

Foi então que fundámos a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, cujo Manifesto tive a honra de redigir e que traduzido em duas línguas foi a carta de apresentação dos Abolicionistas Brasileiros ao mundo. Então, senhores, ser aboli-

cionista era mais difícil do que hoje. Hoje diz-se tudo que se quer da escravidão, naquele tempo ela ainda gozava de certo prestígio social e dispunha de imenso poder de perseguição. A linguagem do Manifesto pareceu a alguns ousada e perigosa. Ides ver por algumas frases:

« Há trezentos anos celebrou-se o primeiro contrato para introdução de africanos no Brasil e há trezentos anos que estamos existindo em virtude dêsse contrato ».

« O fato de ter sido o partido, que é em tôda parte o representante natural da grande propriedade privilegiada, do monopólio da terra e do feudalismo agrícola, o autor do grande ato legislativo que paralisou a escravidão, mostra por si só que, no momento em que o país puder de todo aboli-la, ela não achará até mesmo entre seus melhores aliados senão desertores ».

« A situação liberal torna-se depositária da escravidão, e promete entregar o depósito, intacto, com as mesmas lágrimas e os mesmos sofrimentos que fazem a sua riqueza ».

« Não se enganem os nossos inimigos: nós representamos o direito moderno. A cada vitória nossa o mundo estremecerá de alegria; a cada vitória dêles, o país sofrerá uma nova humilhação. O Brasil seria o último dos países do mundo se, tendo a escravidão, não tivesse também um partido abolicionista; seria a prova de que a consciência moral não havia ainda despontado nêle. O que fazemos hoje é no interêsse do seu progresso, do seu crédito, da sua unidade moral e nacional ».

« Levantando um grito de guerra contra a escravidão; apelando para o trabalho livre; condenando a fábrica levantada a tanto custo sôbre a supressão da dignidade, do estímulo, da liberdade nas classes operárias; proclamando que nenhum homem pode ser propriedade de outro, e que nenhuma nação pode elevar-se impunemente sôbre as lágrimas e os sofrimentos da raça que a sustentou com o melhor do seu sangue e das suas fôrças, mostramos sòmente sermos di-

gnos de pertencer ao país livre que quiséramos ver fundado. Há muitos anos que foi colocada a primeira pedra do grande edifício, mas chegamos ainda a tempo de lançar os nossos obscuros nomes nos alicerces de uma nova pátria». (*Aplausos*).

Além do mais eu tinha que bater-me com homens de talento que não sentiam ainda a fôrça da corrente que os arrastava para nós. Um dêles o Sr. Taunay escreveu-me uma carta que teve o caráter de Manifesto dos conservadores moderados e à qual respondi imediatamente. Eu vos lerei um trecho da minha resposta em que pela primeira vez servi-me, falando do Paraíba do Sul, da imagem bíblica — rio da escravidão — que tanto tem figurado na polêmica das fazendas.

« Em vez porém, disse eu ao Sr. Taunay que impugnara o prazo de dez anos, de colocar-se imaginàriamente em uma fazenda das margens do Paraíba, que se tornou o verdadeiro rio da escravidão, tendo diante dos olhos como objeto do seu interêsse, da sua ansiedade e do seu estremecimento, a família do rico fazendeiro, esperando a data do 1.º de janeiro de 1890 com terror e espanto, e, nas senzalas mefíticas, sem religião, sem família, sem consolação, como objeto de seu estudo quase extra-humano, centenas de escravos acumulados, africanos ou filhos e netos de africanos, contando em silêncio e em segrêdo os dias que faltam, e esperando aquela mesma data com o alvorôço, com as lágrimas, com a loucura da esperança — quando esta não é só do indivíduo, mas da raça; coloque-se por um instante na posição que eu ocupo, e há de ver como a pátria parece maior, livre e sem castas; como a compaixão se alarga, quando se confunde com a justiça; como a humanidade deixa de ser uma palavra, quando nela se incluem os escravos ». (*Longos aplausos*).

Em 1880 nós os Abolicionistas tivemos a dor de ver sucumbir o visconde do Rio Branco. Tem-se dito que fui e sou um detrator da memória do glorioso autor da lei de 28 de setembro. É falso. Eu já o disse, a amizade íntima que me prende ao ilustre e benemérito filho daquele grande homem

me impediria de expressar sôbre êle qualquer pensamento que pudesse diminuir-lhe o renome. Julgando com severidade a lei de 28 de setembro de 1871 não a julgo na época em que foi feita, como lei de 1871, mas como lei de hoje, de dez ou catorze anos depois. A Espanha promulgou também em 1870 uma lei do ventre livre e dez anos depois em 1880 completaram-na por outra que converteu desde logo a escravidão em um *patronato* por 8 anos, e nós ainda estamos na lei do ventre livre. Não faz parte da nossa missão elogiarmos hoje a lei de 28 de setembro: essa é a missão dos nossos adversários. Mas com relação ao visconde do Rio Branco eu direi isto: Quando êle foi demitido de diretor da Escola Politécnica dirigi uma interpelação ao govêrno em homenagem ao homem, e quando êle morreu paguei-lhe da tribuna da Câmara o tributo da mais alta admiração.

« O homem que nós lamentamos, disse eu então, não fêz uma obra incompleta. Há uma parte definitiva nesta grande obra: há dez anos, ninguém nasce escravo; e quando mesmo não fôssemos além da lei de 28 de setembro de 1871, se esquecêssemos o dever da nossa geração e do nosso tempo, ainda assim ela bastaria para deixar desassombrado o futuro, para assegurar que um dia a escravidão não existirá mais no nosso país.

« É por isso também, senhores, que Rio Branco estêve em sua vida na posse do melhor dos sentimentos que os escravos tinham para oferecer aos seus benfeitores — a gratidão das mães. Na verdade que título de glória teve jamais alguém maior do que êsse que lhe foi concedido, quando nas fazendas os ingênuos eram chamados pelo seu nome — como se fizessem parte da sua família? Que recompensa já teve homem algum maior do que essa, por uma obra tôda de desinterêsse? Tomei a mim trazer para a tribuna desta Câmara a gratidão, o pesar, as lágrimas dos escravos. Ainda que o benefício não se estendesse diretamente a êles, ainda que sob o regímen da lei de 28 de setembro êles só possam esperar a sua liberdade

na morte benfazeja que demasiado os poupa, êles não recusam um ceitil da sua dedicação e do seu amor ao homem que lhes libertou os filhos. É assim que ontem no fundo do quadro, quando víamos descer ao túmulo o grande libertador, estavam as Mães Escravas como as Testemunhas Mudas da Posteridade. Foi esta a sua glória, e eu venho afirmá-lo do alto desta tribuna, porque essa glória é patrimônio da nossa idéia; é a riqueza da nossa causa; é a grande herança que êle apontou à ambição dos nossos homens de Estado, mas que, como Alexandre, só deixou — ao mais digno». (*Muito bem*).

Nesse mesmo ano explorou-se muito contra nós o sentimento nacional, dizendo-se que éramos instrumentos do estrangeiro, como hoje se explora o sentimento contrário, dizendo que somos inimigos dos estrangeiros, por entendermos que estrangeiros, por honra do seu estatuto pessoal, isto é, da sua nacionalidade, não devem possuir escravos. Mas desde essa época, para voltar ao meu assunto que sou eu próprio, comecei a viver para a emancipação. Os debates da Câmara tinham muito pouco interêsse para mim. Eu havia votado contra a lei eleitoral que partia do eleitor, e não do votante da Constituição. A Câmara sentia-se condenada e não se reunia quase. O presidente criava os maiores embaraços ao uso da palavra para fins abolicionistas. Depois de um ou dois conflitos dessa natureza, pensei em renunciar um mandato que se não me permitia exercer com liberdade; mas o fim da sessão estava próximo e o meu procedimento podia ser mal interpretado. Foi então que resolvi passar quatro meses à Europa para descansar do muito trabalho que tive desde que entrei para a Câmara. Durante a minha ausência a Câmara reuniu-se muito poucas vêzes e sòmente para aprovar emendas do Senado. No dia 15 de dezembro parti para a Europa com destino a Bordéus. Aqui peço licença para deter-vos um instante.

Eu sabia que a Câmara ia ser dissolvida e portanto que minha carreira parlamentar tinha findado. Olhando para o tempo que servi no Parlamento sentia-me satisfeito comigo

mesmo. Em 1879 quando tomei assento eu era apenas conhecido pelo meu nome e pelos meus escritos; ninguém sabia se eu reunia ou não as qualidades precisas para a vida parlamentar; eu tinha contra mim nesta província prevenções injustas e fora dela lutava com o pêso da grande tradição que era chamado a continuar no Parlamento. Um ano depois, senhores, eu podia ter orgulho disto: os homens mais eminentes dêste país entendiam sem distinção de partido que eu tinha merecido ser eleito, as prevenções converteram-se em adesão, o meu nome deixou de despertar a idéia de um indivíduo para despertar a de uma grande causa, os meus inimigos chamavam-se legião mas eram todos inimigos do propagandista, não do homem, e em compensação vi formar-se em tôrno de mim um núcleo de amigos que pela inteligência, pelo caráter, pela falta de inveja e sobra de desinterêsse, representam uma das mais belas comunhões que uma idéia social já conseguiu produzir em nosso país. Eu tinha durante dois anos feito ouvir a voz da consciência humana no Parlamento Brasileiro, e tinha sido ali o primeiro advogado da raça negra, o primeiro que ousou pedir justiça para ela, dizer que ela tinha queixas e *direitos,* e lembrar aos brasileiros que esta pátria que nos jactamos de ter edificado é obra dos que estão fora dela, abaixo dela. (*Longos aplausos*).

Também nenhuma satisfação foi maior para mim do que ver-me pùblicamente honrado na imprensa por me ter pôsto do lado dos que me não podiam recompensar. « A sua palavra, disse o *Globo* quando parti, fêz-se sempre ouvir em defesa do fraco, do oprimido, do infeliz que não tinham para captar defensores senão a própria miséria ». Testemunhos como êsse eu podia produzi-los sem número. Sim, senhores, essa consolação me restava. Eu tinha visto capitulações de consciência de tôdas as espécies; tinha estudado nos outros a triste psicologia moral da política; visto ao meu lado a medida estreita dos móveis pessoais, e sentia-me diverso de tudo isso, em posse de outro ideal, ou se quiserem de outra ambição.

Uma vez disse na Câmara a um dos ministros:

« Não quero medir as nossas duas carreiras. A do nobre ministro principiou, como a minha, no Parlamento. E S. Ex.ª chegou depressa a uma das posições mais responsáveis, a uma das posições mais difíceis e elevadas que êste país possa dar. Eu não tenho desejo de lá chegar, não tenho também esperanças de ser reeleito; mas quis simplesmente na minha passagem efêmera por esta Câmara pôr-me ao lado da liberdade, da justiça, do progresso, da humanidade, que são para mim os maiores interêsses do país, de maneira que qualquer homem verdadeiramente liberal e de sentimentos generosos me pudesse sempre dar um apêrto de mão ».

Êsse programa que me impus, eu o cumpri à risca e espontâneamente. Era isto não ter outra coisa em vista senão a glória? « Teria eu pensado, escrevi eu em 1881, em sacrificar as minhas mais legítimas aspirações à honra de ter um dia a minha ação pessoal ligada ao triunfo inevitável de uma causa que uma vez vencedora há de ter os aplausos até dos próprios vencidos? Reconheço que a ambição de assumir no presente uma atitude que seja aprovada pelo futuro é uma das mais elevadas inspirações que o homem político possa ter; até certo ponto ela caracteriza mesmo o estadista. Não foi porém essa a causa determinante do meu procedimento. O serviço da idéia abolicionista é hoje para quem lhe queira ser leal todo de sacrifício, sem compensação alguma, não só de carreira, mas também de nome; é a renúncia do presente e do futuro ».

Mas havia uma glória que me seduziu sempre... Sabeis qual é? « Eu não quero levar da minha passagem pelo Parlamento, disse uma vez na Câmara o atual presidente desta província, o grande pesar de não ter ao menos manifestado a minha adesão à causa aqui tão brilhantemente defendida pelos nobres deputados pela Bahia e por Pernambuco, sobretudo pelo último ao qual a maior glória que eu desejo é a de que, no futuro ao abrir a história parlamentar dêste país, possa

alguém lendo o seu nome sentir alguma coisa dessa impressão de simpatia, de admiração e de reconhecimento que muito inglês livre hoje há de sentir sempre que vir traçado, em uma das páginas de honra de sua história, o nome puro de Wilberforce ». Sim, senhores, essa glória que o nome de Wilberforce sugere está ao alcance de todos — não é a glória do gênio, do poder e da fortuna, os três elementos da glória pessoal, que coroa, se me posso fazer compreender assim, não pròpriamente a vida, mas o destino dos grandes vultos humanos e que é um presente dos Deuses antes que uma criação de nós mesmos. A glória de Wilberforce é outra e está ao alcance de todos os homens de coração, de sentimento e de princípios: é aquela que consiste em ter fé na justiça, em ter amor aos oprimidos, em ter esperança na liberdade. Mas a glória assim merece antes o nome de religião, de ideal, de dever. Não é outra coisa senão uma consolação que ajuda a viver, uma alegria que derrama sôbre a alma um clarão perpétuo; é a glória dos obscuros, dos humildes, dos anônimos: do homem de bem que confessa os seus princípios; do soldado que combate pela sua bandeira. é a glória de ser homem! (*Ruidosos aplausos*).

Agora sou forçado a pedir-vos permissão para interromper a minha conferência por alguns minutos. sinto-me muito fatigado.

(Depois de alguns minutos de interrupção o orador volta à tribuna, e é recebido com longas salvas de aplausos).

Acusou-se-me de ter ido à Europa detrair do meu país; vejamos. Visitei quatro capitais apenas, Lisboa, Madrid, Londres, e Paris. Tende a paciência de fazer de novo essa viagem comigo.

Eu não pensava demorar-me em Portugal; o meu destino era Londres, onde me esperava um amigo. Foi uma circunstância fortuita que me fêz parar em Lisboa para seguir viagem por terra. Em Lisboa, senhores, tudo era novo para mim e eu tinha portanto verdadeira ansiedade de ver tudo, e de

conhecer os homens notáveis de que Portugal se ufana e que dão à literatura portuguêsa um brilho tão grande. No meio de uma vida ocupada cada momento por uma impressão nova deu-se o acontecimento que todos vós sabeis, e que tanta repercussão teve dêste lado do Atlântico, a manifestação da Câmara dos Deputados admitindo-me a tomar assento no recinto.

Nada estava mais longe do meu pensamento do que esperar semelhante demonstração. Eu assistia à sessão de uma das tribunas da Câmara, quando logo depois de tomar a palavra o notável orador o Sr. Antônio Cândido, que eu tinha grande curiosidade de ouvir, notei que todos os olhares se voltavam para mim e compreendi que era eu o objeto da moção do ilustre deputado. Senhores, não posso esquecer essa honra que se me fêz em Lisboa, honra excepcional em tôda a história das Côrtes. Nunca tive maior emoção em minha vida do que quando penetrei naquela assembléia ilustre que se levantou tôda para receber-me, e fui sentar-me entre os seus membros.

O partido regenerador emulou com o progressista em tornar a manifestação unânime. O Sr. Júlio Vilhena, outro vulto da tribuna portuguêsa, fundamentou então, « para honrar-me a hospedagem », disse êle, uma proposta convidando o govêrno a acabar com o castigo das varadas nas praças de pré e indivíduos a elas equiparados. Êsse acontecimento inesperado deu à minha viagem o caráter que ela depois teve. O telégrafo comunicou para Madrid e Londres o que se havia passado na Câmara Portuguêsa e os abolicionistas dessas duas capitais viram nessa recepção um motivo para honrarem-me em minha passagem.

Também, senhores, não havia razão para eu esconder-me, nem fugir, nem calar-me. Eu não era um criminoso sob a ameaça de extradição; não tinha feito mal algum à minha pátria, não estava envolvido em uma emprêsa que fôsse vergonhosa confessar.. pelo contrário. Estava lutando pela liberdade e pelo direito, estava promovendo uma grande me-

dida humanitária, e era prestar um serviço assinalado ao nosso país mostrar ao mundo que se havia nêle a escravidão, o que todos sabiam, havia também um partido abolicionista, o que quase todos ignoravam. (*Aplausos*).

Ter a escravidão e não ter um partido abolicionista — é que seria uma vergonha. Senhores, acreditai-me. O Brasil tinha há cinco anos no mundo a reputação de país retrógrado e fechado, sem elementos de agitação e de movimento, gozando de um feliz despotismo, como se supõe ser o nosso govêrno, e tendo por sua principal instituição a escravidão dos africanos. Essa reputação nós Abolicionistas a temos modificado e estamos modificando do modo mais favorável. Há poucos dias líamos tanto no *Times* como no *Journal des Débats* artigos editoriais sôbre o nosso país como por certo não seriam escritos se não tivesse havido o movimento Abolicionista. Não faz mal que nos ataquem, a nós abolicionistas, uma vez que se reconheça que a nação está fazendo grandes esforços para se libertar do jugo servil que a oprime. Vós todos sabeis que há entre nações muçulmanas o despotismo, a poligamia, a intolerância, a escravidão; se amanhã viesse ao Brasil um maometano qualquer mostrar-vos que há no seu país um forte partido o qual quer extinguir todos os vestígios de opressão e tirania e que o Corão é tão compatível com a liberdade em tôdas as suas aplicações como o Evangelho, diríeis vós que êsse homem estava detraindo do seu povo ou que pelo contrário êle estava procurando levantá-lo aos olhos do mundo? (*Muito bem*).

Quanto a mim, posso dizer-vos, tudo o que disse ou escrevi na Europa teve sempre por fim produzir entre o Brasil e o mundo uma aproximação moral que com a escravidão não é possível, e que há de começar exatamente quando no estrangeiro se tiver conhecimento dos esforços que estamos fazendo para suprimi-la de todo. Quando pois se me acusa de falta de patriotismo por ter usado da linguagem que usei tenho direito de estranhar a má fé ou a ignorância dos que me fazem tal acusação.. Somos nós os abolicionistas que

estamos revelando o Brasil à Europa e à América, isto é, que estamos destruindo a idéia que o mundo tem de nós por causa da escravidão. (*Aplausos*).

Sim, senhores, é a escravidão que nos dá essa reputação de retardatários, e não a monarquia nem o Catolicismo. A Inglaterra, a Bélgica, a Itália têm a monarquia, a França é católica, e são reputadas nações livres; mas a escravidão só a têm hoje a Turquia e os povos bárbaros.

Mas ouvi a linguagem tanto minha como dos oradores e da imprensa que me acolhiam e dizei-me se tais sentimentos não são de natureza a elevar o Brasil na estima dos outros povos.

É-me impossível quase citar um trecho qualquer do que disse a meu respeito o grande orador português, tão excessiva foi a generosidade dêle para comigo, mas quero e devo dar-vos uma idéia do caráter da manifestação. « A Câmara conhece, disse Antônio Cândido, e, o que é mais, sente as íntimas relações que nos prendem ao Império, onde se fala a nossa formosa língua, onde se comemora a nossa heróica história, onde a nossa grandeza tem o mais fervoroso culto, onde mais simpàticamente ecoam as nossas desgraças, onde muitos dos nossos concidadãos datam o período de sua felicidade pela inteligência e trabalho, onde o nosso espírito refloresce a cada momento como o de um pai nas glórias e nas fortunas de um filho muito amado. . » Eis aí a linguagem de um inimigo do Brasil!! (*Aplausos*).

Agora esta magnífica página em que êle descreve a grandeza da missão de qualquer abolicionista convencido:

« Não há causa mais justa, não há pensamento mais elevado, não há missão mais nobre nem mais benemérita do que a causa, o pensamento, a missão, que exaltam a vida do parlamentar que nos honra com sua visita. Restituir a milhares de consciências a soberania do seu pensamento; restituir a milhares de corações a dignidade de seus afetos; garantir a milhões de braços a propriedade de seu trabalho; libertar uma

raça inteira que tem direito a viver, a progredir, a experimentar a luta da existência, como a experimentam homens e não como a provam as espécies inferiores; acabar de uma vez para sempre com o degradante espetáculo do interêsse sôbre a justiça, da fôrça sôbre o direito, de uma educação perversíssima, atrofiando cérebros para que não pensem; de uma opressão brutal, esmagando consciências para que não protestem; do azorrague infame retalhando as carnes de desgraçados cuja vida é uma maldição sem têrmos, um martírio sem piedade; fazer isto é fazer uma grande obra, é realizar um altíssimo destino, é subir pelo caminho das virtudes às eminências da glória, é ter reunido os melhores títulos à mais profunda admiração e ao mais justo respeito humano». (*Longos aplausos*).

E o Sr. Júlio de Vilhena, para gravar ainda melhor em minha memória a sessão a que assisti, propunha a abolição das varadas num improviso eloqüente, do qual vos citarei alguns trechos, suprimindo dêles apenas os excessivos louvores que me fazia.

« O orador brasileiro, disse êle, pode dizer ao voltar ao seu país que foi recebido de braços abertos nesta Câmara, e que lhe honrámos a hospedagem apresentando uma proposta convidando o govêrno a acabar o castigo das varadas. As questões de escravos na África nunca foram entre nós questões de partido. Todos têm cooperado nelas e a todos pertence a glória da resolução. O marquês de Sá da Bandeira não representava apenas um partido, representava o país na grande obra que empreendera e em que foi por todos acompanhado.

«Aproveitemos o dia em que entrou nesta casa o orador; mostremos-lhe que compreendemos a causa nobre que defende, aprovando esta moção, para que êle vá referir à sua pátria que a Câmara dos deputados encerrou a sessão de 8 de janeiro de 1881 proclamando a abolição dos últimos vestígios da escravidão nas nossas possessões ultramarinas ».

Eis aí o que foi a sessão de 8 de janeiro de 1881! Impedido de falar no recinto das Côrtes escrevi uma carta de agra-

decimento ao Presidente da Câmara, carta que foi tornada pública por todos os jornais de Lisboa. Em outra agradeci as unânimes manifestações da imprensa. Nesses documentos não escondo o único título pelo qual julgo ter direito à estima dos meus concidadãos, confesso-me francamente abolicionista, denuncio a escravidão como se estivesse diante dela.

E por que não procederia eu assim? A história não está cheia de exemplos que me justificam? Por que ter contemplações com uma instituição que não se sacia de lágrimas humanas, que não tem horror ao sangue, que precisa para existir da ignorância e da degradação! Que povo jamais sofreu despotismo igual ao da escravidão doméstica, ao martírio da raça negra, à Perseguição dos Escravos! O que queríamos, era fazer a escravidão envergonhar-se de si mesma, e essa vergonha já apareceu; era que a escravidão não se confundisse com a pátria, não se identificasse com ela e que pelo contrário o brasileiro tivesse o direito de denunciá-la à Europa e à América como o inimigo mortal do seu país! (*Longos aplausos*).

O que se deu durante a minha curta passagem por Lisboa foi assim uma aproximação entre os espíritos liberais dos dois povos portuguêses. Eu havia dito no discurso que proferi como orador oficial da colônia portuguêsa do Rio no terceiro centenário de Camões: « O Brasil e *Os Lusíadas* são as duas maiores obras de Portugal ». Isto definia o nosso sentimento para com a pequena nação européia que pôde gerar êste colosso sul-americano. Por outro lado o sentimento português para conosco era da mesma natureza. O português tem hoje duas pátrias: Portugal e o Brasil. Dessa afinidade de sentimentos nasceu a manifestação que me foi feita nas Côrtes; ela não foi senão um brado tão eloqüente quanto desinteressado e fraternal da antiga Metrópole para que a nação em que ela se revê através do oceano e na qual adivinha um futuro glorioso para a sua língua e a sua raça, completasse a obra da Independência pelo resgate dos seus filhos escravizados,

isto é, ganhasse sôbre si mesma uma vitória igual à que em 1822 ganhou contra a mãe-pátria.

Passemos agora à Espanha. Em Madrid, senhores, eu encontrava um núcleo de abolicionistas intransigentes, em cuja consciência a imagem da escravidão multiplicava as suas proporções reais como se atravessasse os vidros de aumento de um telescópio. Notai que em 1881, quando passei por Madrid, já estava promulgada a lei que aboliu nominalmente a escravidão em Cuba e a convertera em patronato, a curto prazo. A escravidão estava pois a acabar nos domínios da Espanha, mas isso não diminuía de um grau a febre do abolicionismo espanhol. A Espanha, senhores, tem em certa classe de homens uma vida política intensa, apaixonada, capaz de tôdas as explosões, e de que no estrangeiro não se faz idéia. Ela é uma nação que espera alguma coisa, supersticiosa de si mesma, que acredita na superioridade da sua raça, se orgulha do seu passado, e não se consola do mal que o fanatismo e o despotismo dos seus reis lhe causaram desde o fim da conquista árabe. Ela ainda não se refez da terrível sangria, de sangue, de gênio e de arte, que a Inquisição lhe fêz com a perseguição e expulsão dos mouros. Mas dessa grande epopéia medieval assim como da época deslumbrante da descoberta da América e da fundação do Império onde o sol não se deitava, a Espanha guardou uma alma em que as paixões e os sentimentos não se contraíram ainda sob a ação constante da conveniência e do interêsse, como em outros povos, mas conservam a mesma fôrça explosiva e destruidora de si mesmas, o mesmo brilho incandescente com os mesmos reflexos sanguíneos que caracterizam as paixões humanas no seu período de liberdade, no seu período trágico, em que nada as pode conter nem mesmo a vista das Menades precipitando-se sôbre a sua prêsa para dilacerá-la. Num povo assim, cuja alma tem as notas de um côro de tragédia antiga, a escravidão produz um efeito muito mais intenso e uma indignação muito maior do que entre nós, que temos outro coração e que sentimos com muito mais calma e indiferença. Em Madrid

o abolicionismo se me revelou como um ódio profundo contra a escravidão, como um grito de vingança contra os opressores. Mas a honra que me fizeram os abolicionistas de Madrid, tanto na Sociedade Abolicionista Espanhola, que celebrou uma sessão para receber-me como seu sócio benemérito, como no banquete que me ofereceram os membros daquela sociedade e os senadores e deputados cubanos, teve todo o caráter de uma aproximação entre o Brasil e Cuba, entre a raça portuguêsa e a espanhola, entre Portugal e Espanha, entre o Velho e o Novo Mundo.

Eis o que me dizia, falando em nome da imprensa democrática de Madrid, o Sr. Arnau. Suprimo na leitura os altíssimos epítetos com que êle me honra.

« Permiti-me que em minha qualidade de jornalista levante aqui a minha voz saudando calorosamente o deputado brasileiro e abolicionista Sr. Nabuco. Permiti-me também, e não achareis seguramente excesso de representação estas palavras, que me considere neste instante tôda a imprensa liberal da Espanha, intérprete fidelíssimo como creio ser de seus ardentes sentimentos de simpatia pela causa que personifica o nosso distinto hóspede na América Latina.

« De fato, sem ofensa a ninguém, longe de meu pensamento e ainda mais distante de meu ânimo a idéia e o propósito de quebrar no mínimo o lema generoso e compreensivo desta Sociedade, devo reivindicar, sem embargo, para a democracia espanhola as honras da solenidade presente. Nós outros, os democratas, fomos os primeiros a saudar o Sr. Nabuco, apenas êle pôs o pé em terra ibérica. E quando há poucos dias dispensava-se-lhe a honra singular de um recebimento entusiasta na câmara eletiva de Portugal, nós também nos sentíamos lisonjeados como se a sua satisfação fôra nossa própria, como se fôramos nós quem tributasse essa homenagem de consideração e respeito ao tribuno cujas palavras de fogo, que acabais de ouvir entusiasmados, fazem tremer essa horrível instituição da escravidão, ali donde, como em seu país e em nosso território, se levanta ainda com sua negrura

espantosa, eclipsando a dignidade humana, qual nuvem de maldição e ignomínia. Sinto neste momento o nobre orgulho de raça, sim, eu o declaro. Recordo com que indivisível entusiasmo dispensava recentemente a ilustre capital portuguêsa as suas melhores alegrias ao Sr. Nabuco. Queiram ou não, nós temos que fazer-nos solidários dessas satisfações íntimas ».

E o Sr. Arnau continuava a falar da solidariedade das nações da Península e das herdeiras do seu gênio e de sua língua na América. Está aí a aproximação entre duas nacionalidades e dois mundos! (*Aplausos*).

Ouçamos agora o Sr. Portuondo, representante de Cuba nas Côrtes:

« O Sr. Nabuco, disse êle, não é sòmente nosso irmão como filho da nossa grande e nobre raça latina, que ocupa tão alto lugar na história do antigo e do novo mundo, nem por pertencer como nós outros à grande família liberal, cuja união e cujo amor se consolidam por laços cada dia mais estreitos e apertados em tôda a extensão da terra; somos, além disso, e sobretudo, irmãos como protetores ardentes e decididos das desgraçadas vítimas da opressão e da tirania, como defensores incansáveis dos direitos sagrados da personalidade humana.

« Nós, os cubanos, em cujo nome falo agora, vemos ainda no nobre campeão da liberdade dos negros mais um título ao nosso fraternal carinho. Somos americanos; somos filhos daquela terra esplendorosa e admirável, que nossos ilustres antepassados, os portuguêses e os espanhóis, surpreenderam em dias para sempre memoráveis, lá entre os nebulosos e escuros horizontes que envolviam os confins do planêta; daquela terra que com esfôrço poderoso arrancaram do seio profundo dos mares e mostraram ao mundo atônito como aparição imensa de belezas não igualadas e de incomparáveis esplendores; daquela terra cuja vida, ao nascer entre pesares e alegrias, dores e prazeres, foi esmaltada pelos fatos mais grandiosos e sublimes de todos os tempos e de todos os lugares.

Quando nós os americanos latinos nos encontramos em qualquer parte dêste velho mundo. as nossas almas experimentam iguais impressões e nossos corações comovem-se ao impulso dos mesmos nobres e generosos sentimentos. E depois quando às recordações do passado glorioso e às realidades do presente sucedem as aspirações pelo futuro, então, ah! então também encontramo-nos unidos em uma esperança comum cuja realização poderá ser mais ou menos próxima, mas nem por isso menos evidente e incontrastável: a de ver um dia triunfantes os grandes ideais da democracia, baseados no respeito à liberdade e dignidade humanas, no reconhecimento e exercício dos direitos naturais do homem e na soberania dos povos». (*Aplausos*).

E como pela minha parte me exprimia eu? Ides ouvir-me, aqui está o final de meu discurso de Madrid:

« É pela generalidade do mal, que não pode existir num ponto do mundo civilizado sem o contaminar em tôda sua extensão, que se explica a universalidade do sentimento abolicionista de sociedades, como esta, cuja esfera abrange o mundo inteiro, a escravidão tôda. Hoje só há *escravos* no Brasil; pois bem, estou certo muito breve não os haverá mais no mundo. Nas manifestações que acabais de fazer-me, nos aplausos com que tendes recebido minhas palavras, vós me dais a prova de que a causa da emancipação não é de um povo só, mas de todos os povos, e ainda mais, de que o sentimento liberal não se detém nas fronteiras de cada país, mas associa-se a tôdas as lutas que se travam pela liberdade humana, em qualquer parte do planêta.

« Essa certeza de que primeiro Portugal, depois a Espanha, e em seguida os outros povos viram a bandeira em tôrno da qual nós combatemos, há de inspirar ao mesmo tempo que terror aos nossos adversários, ânimo e coragem ao partido abolicionista brasileiro. Não há, senhores, no mundo inteiro atualmente um ponto onde se esteja realizando uma obra maior, mais universal, mais cheia de interêsse para a humanidade do que a que empreendemos no Brasil em favor da

liberdade de um milhão e quinhentos mil escravos ». (*Aplausos repetidos*).

Está aí, senhores, outra dessas reuniões em que eu desacreditava o Brasil e o fazia descer na estima do mundo! Singular resultado o que eu obtinha, êsse de arrancar tais expansões aos homens de coração que me ouviam, de fazê-los identificarem-se comigo, de aliarem a sua pátria com a minha num mesmo sonho de liberdade e de engrandecimento para ambas. (*Sensação e aplausos*).

Agora passemos à Inglaterra, com a qual principalmente se me associa, no que se me faz grande honra, porque a admiração que sinto pela raça anglo-saxônia, pelo que ela tem feito pela liberdade humana, pela parte com que ela entra para a civilização moderna, é o que eu só vos posso expressar dizendo que ela aumenta em mim o sentimento da minha dignidade pessoal e do meu respeito próprio. Sim, senhores, é na Inglaterra que se compreende que majestade, é a expressão própria, pode encerrar-se neste simples título que em outros países não vale nada — de cidadão. Só o inglês sente renovado em si o orgulho com que nos grandes dias de Roma ainda o plebeu da Urbs exclamava: « *Civis Romanus Sum!* » Em todos os outros países parece que falta alguma coisa à dignidade dêsse título! (*Muito bem*).

Diz-se, senhores, que para tornar o meu nome popular entre a *Anti-Slavery Society,* a célebre sociedade abolicionista de Londres, não duvidei difamar o Brasil. É sempre a mesma história, mas a verdade é muito diversa. Antes de partir para Londres eu já era muito conhecido da *Anti-Slavery Society,* já tinha recebido dela uma honrosíssima mensagem de agradecimento por um dos atos da minha carreira de que mais me prezo. Seria por ter denunciado algum crime da escravidão cometido por brasileiros? Não, senhores, foi por ter denunciado a maior conspiração que jamais houve neste país para privar escravos da sua liberdade legalmente adquirida. Digo a maior conspiração porque como atentado público seria impossível descobrir-se coisa comparável à violação da lei de

7 de novembro de 1831 e à redução ao cativeiro de um milhão de africanos livres. Mas conspiração contra a liberdade, nunca houve em nosso país nada igual à que eu denunciei em 1880 da tribuna da Câmara. Quem eram os conspiradores? Seriam brasileiros? Não, senhores, foram inglêses. (*Aplausos*).

Uma Companhia inglêsa de mineração no Brasil, a de S. João d'El-Rei, comprou, em 1845, todos os bens de outra companhia também inglêsa, chamada de Catta-Branca, e entre êsses bens estavam 384 escravos que ela se comprometeu a alforriar catorze anos depois, isto é, em 1859. Pois bem de 1859 a 1879, quando tomei a palavra na Câmara, êsses homens legalmente livres ficaram todos, exceto os que morreram no cativeiro e êstes em número de 262, mantidos em estado de escravidão pela Companhia inglêsa.

Não há fato semelhante em nossa história! Eu denunciei-o com tôdas as fôrças como um ultraje tanto ao nosso país como à Inglaterra, e foi essa denúncia, coroada pela liberdade dos que restavam daquele grande número de vítimas de uma conspiração sinistra, que a *Anti-Slavery Society* me agradeceu como um serviço à humanidade. (*Aplausos*). Longe, pois, de captar-lhe as simpatias detraindo do meu país foi por uma acusação vigorosa e sem atenuação do procedimento de súditos inglêses (*adesão geral*), que mereci a estima daquela sociedade ilustre e desinteressada que trabalha pela causa da humanidade em todos os países e que tendo conseguido a liberdade dos escravos inglêses não descansou ainda, e continua a lutar para conseguir a dos escravos cubanos, brasileiros, egípcios e muçulmanos. (*Aplausos*). Eu penso e sinto como ela; sou inimigo da escravidão em tôdas as partes do mundo, e muito mais do que em qualquer outra no meu próprio país. Não reconheço pátria à escravidão, fique isto bem claro, eu que peço que todos os escravos tenham uma pátria! (*Longos aplausos*).

Em Londres, meus senhores, a *Anti-Slavery Society* fêz-me uma manifestação pública, que o seu presidente, um filho do

grande Buxton, comparou à que tinha sido feita ao imortal abolicionista americano, William Lloyd Garrison. Sim, se eu denunciei a escravidão brasileira em Londres, Garrison, Frederick Douglass, Beecher e a autora benemérita da *Cabana do Pai Tomás,* também foram à Inglaterra denunciar a escravidão norte-americana! (*Adesão*). Mas eis como eu terminava o meu discurso no Charing Cross Hotel:

« Nós combatemos como outrora combateram Sharp e Clarkson, Wilberforce e Buxton, pelo renome da nossa pátria e pelo seu progresso moral; estamos fazendo todos os esforços para realizar a obra para a qual apontam tôdas as aspirações nacionais. Qualquer que seja a opinião do presente nós conhecemos a do futuro. Nossos humildes nomes serão esquecidos; mas a obra será perpétua, porque ela é o complemento dos esforços do século XIX, que declarou a escravidão a mais flagrante violação de todos os deveres do homem para com qualquer dos seus grandes ideais, quer se denominem Deus, Pátria, ou Humanidade, e dessa obra posso falar com orgulho perante vós e o mundo inteiro, porque não é a conquista de um só homem ou de um só partido, mas da nação inteira, senhores e escravos, contentes por verem a aurora de uma nova vida encerrar o longo período da escravidão — de modo que o Brasil, depois de três séculos de cativeiro, possa dizer à raça infeliz, à qual êle tanto deve, nas palavras do vosso poeta:

« Começa o dia a romper e a noite fugiu! » (*Aplausos*).

Aí em Londres a minha passagem só tinha um efeito: aproximar ainda mais os abolicionistas de todos os países. Guardo dessa viagem as mais gratas recordações, tantos foram os testemunhos de simpatia pela nossa causa e pelo progresso do Brasil que eu recebi; nenhum dêles, porém, me foi mais honroso do que uma carta do veterano da cruzada abolicionista inglêsa, o Sr. Joseph Cooper, que me escrevia de seu leito de morte: « O meu tempo neste mundo está se aproximando do seu têrmo e eu olho para o país onde o homem da terra não há de mais oprimir. Não vos surpreendereis disso

quando eu vos disser que fui na mocidade um humilde, mas ardente auxiliar de Clarkson, de Wilberforce e dos seus colaboradores, os que abriram caminho à liberdade e à justiça. Que a bênção do Altíssimo e d'Aquele que veio proclamar a liberdade dos cativos esteja convosco e com os vossos trabalhos, é o meu voto e a minha oração».

Terminada a minha visita à Inglaterra, eu tinha que voltar ao Brasil. Para mim a dissolução era certa, mas não tendo sido decretada desde logo, a reunião da Assembléia Geral devia ter lugar em maio. Foi sòmente em Pernambuco que tive a notícia da dissolução. Querendo estar no Rio para a sessão de 1881 não pude demorar-me em Paris. Senti muito, senhores, porque dentro de poucos dias teria lugar o banquete comemorativo da abolição nas Colônias Francesas e o veterano e glorioso abolicionista a quem é principalmente devido aquêle ato, o senador Victor Schœlcher, instava para que eu estivesse presente. Mas a minha passagem não foi sem efeito. Eu dei informações ao Sr. Schœcher sôbre os nossos esforços e o banquete de 5 de maio de 1881 foi todo uma animação à nossa obra. O Sr. Schœlcher apresentou um voto de simpatia aos abolicionistas do Brasil e Gambetta saudou a abolição no mundo. « Eu vim aqui, disse o estadista da Terceira República, associar-me com todos os meus amigos em favor de uma causa já ganha, ao menos pela França; de uma causa abraçada por todos os espíritos generosos tanto em Espanha como na Inglaterra, na América do Norte como na do Sul e que há de em breve ter unanimidade em todo o globo habitado ». (*Aplausos*).

Está aí, senhores, longamente contada a história da minha viagem à Europa. Vós a vistes em suas linhas principais: uma viagem de descanso convertida em uma peregrinação abolicionista, as simpatias do mundo chamadas a nós; em Portugal a aproximação de dois povos, em Madrid a das duas Américas, na Inglaterra a de dois mundos, para a abolição da escravidão na Terra, e no meio de tudo nem uma palavra contra o Brasil, pelo contrário em tôda parte votos ardentes

pelo nosso triunfo proclamado como a vitória nacional por excelência.

Eu sei que há muito quem se acredite mais patriota do que eu porque enquanto dissipam em Paris fortunas representadas por escravos ou calam-se sôbre as nossas instituições ou descrevem o Brasil como o paraíso dos escravos e a escravidão como um estado melhor do que o proletariado europeu. Há, porém, diversos modos de ser patriota, e eu represento um estado de consciência moral diverso do de quantos se habituaram à escravidão ao ponto de não senti-la mais, desde o último dos seus protegidos até ao mais alto! (*Aplausos*).

Voltando ao Rio, meus senhores, em maio de 1881, eu tinha que preparar-me para a campanha eleitoral. Eu sabia que não seria eleito por parte alguma, mas era do meu dever dar batalha. Na Câmara eu renunciara o apoio dos meus amigos de Pernambuco. O Barão de Vila Bela pediu-me uma vez quando o ministério Sinimbu reorganizou-se com a entrada dos Srs. Sodré e Moreira de Barros que, se eu achasse compatível com a minha dignidade, cessasse a oposição que fazia ao gabinete para não criar dificuldades na província ao grupo que êle dirigia e que era então o perseguido. Respondi ao meu ilustre amigo que não se tratava da minha dignidade, mas que minhas convicções me obrigavam a aumentar até a fôrça de meu ataque ao ministério, como ia fazê-lo naquela mesma sessão; que êle, portanto, não me considerasse em seus cálculos políticos e dissesse aos ministros que nenhum poder tinha sôbre mim e não devia portanto sofrer por minha causa. Eu tinha em vista essa conversa, essa renúncia do presente pelo futuro, quando à noite, numa sessão majestosa em que ministros e maioria abandonaram os seus postos e a minoria e o povo encheram literalmente o recinto da Câmara, dirigindo-me ao Sr. Leôncio de Carvalho, ministro demitido, disse-lhe: « Nós que somos moços tenhamos sempre diante dos olhos o exemplo de Alexandre ao partir para as suas remotas conquistas da Ásia, dividindo as suas províncias, cidades

e riquezas, entre os seus amigos e respondendo a um dêles que lhe perguntava: — Mas o que reservas para ti? — A esperança! A vez das nossas idéias há de chegar! » Essa esperança era longínqua entretanto! Tendo renunciado o apoio do grupo Vila Bela e sendo visto com frieza pelo outro grupo que era nesse tempo ardentemente ministerial e se preparava para destruir o contrário, apenas dissolvida a Câmara, eu, que nenhum interêsse tinha em assistir a tais proscrições no seio do partido nem em pertencer a uma das duas facções inimigas, desisti desde logo de pedir nas futuras eleições o apoio de qualquer delas. Sob o ministério Saraiva a divisão continuou chegando ao auge nesse lamentável acontecimento da Vitória, e, portanto, ainda sob aquêle ministério que fêz a eleição vi-me impossibilitado de ser candidato por esta província, não querendo sê-lo de um grupo. Também eu só podia apresentar-me pela capital e nesta não podia pensar em tornar-me adversário do Dr. José Mariano e não devia, por muitos motivos, impugnar a eleição do Dr. Costa Ribeiro. Foi em tais condições que me apresentei pela Côrte, que por ser o município neutro não pertence a província alguma e por ser a capital do Império e o centro da nossa vida nacional daria à batalha abolicionista a maior repercussão. Mas eu não podia então ser eleito pela Côrte; depois dir-vos-ei por que não podia tão pouco ser eleito agora. A idéia abolicionista representava naquela época uma simples agressão; não tinha chegado a ser aceita pela consciência nacional. O partido Liberal não a levava em conta, e portanto apresentando-me em nome dessa idéia eu apresentava-me fora do partido, com os recursos apenas dos votos abolicionistas. Mas mesmo entre êstes a educação não estava feita. A intuição nova que leva hoje os republicanos a sustentarem o abolicionismo, não havia ainda aparecido, e os republicanos iam votar por um candidato próprio. A isso era preciso acrescentar a minha atitude. Na minha circular declarei que não pediria votos por favor. Citei essa frase de Macaulay: « Espero ainda ver o dia em que o inglês considere uma afronta tão

grande ser cortejado e adulado na sua qualidade de eleitor como considera o ser na sua qualidade de jurado ».

Nessa ocasião o Sr. F. Otaviano, movido por um nobre impulso qual o de salvar a eleição do filho de um seu antigo companheiro de oposição do perigo em que estava por se ter colocado no terreno da emancipação, entrou em campo a meu favor com uma circular da qual destaco êste trecho para meditação de alguns liberais que vêem inconveniente na eleição de uma minoria francamente abolicionista. « Combate-se a sua candidatura alegando-se o ardor com que se dedica à solução de um grande problema social e às idéias que a sua consciência lhe impõe. Mas êsse ardor é prova da energia de seu caráter e da sinceridade com que procede. Arredar tais caracteres do teatro natural das lutas da razão e da ciência política, não é promover o bem público, nem desejar que triunfem essa razão e essa ciência. É pelo contrário converter a Câmara dos Deputados em claustro de resignação, silêncio e frieza. É levantar de encontro à Câmara dos Deputados outros centros mais poderosos de ação sôbre a sociedade, porque terão o prestígio e a garantia da liberdade de controvérsia no exame e discussão dos assuntos vitais para o Brasil ». (*Muito bem, muito bem!*)

Tendo colocado francamente a minha candidatura no terreno da abolição, terminei assim a minha circular:

« Não tenho ambição política: sei que não houve um só homem dos que serviram lealmente ao país, desde os Andradas, para quem deixasse a vida pública de ser uma série contínua de amarguras e tristezas. Compreendo, porém, que tenho atualmente no Parlamento, onde o nome que represento apareceu sempre desde as Assembléias do primeiro reinado, um papel que desempenhar na causa com a qual me acho identificado, e só por isso cumpro um dever de honra sujeitando-me aos vossos sufrágios. Se os merecer, senhor Eleitor, terei nisso uma grande satisfação pelo benefício que a vossa escolha traria para uma população inteira de enjeitados sociais,

que deviam ter de direito uma voz no parlamento, como os acusados têm um defensor *ex-ofício* perante a Justiça. Se, porém, não fôr eleito, deixarei sem pesar a vida política, porque, se durante o domínio liberal não achei meio de continuar nela, foi tão sòmente para não confundir a pátria com a escravidão e por ter procurado a todo custo separar uma da outra ».

A minha frase — deixarei a vida política, foi mal interpretada; eu quis dizer sòmente — deixarei a *carreira* política.

Perdida a eleição, cumprido o dever de dar batalha, eu tinha que pensar em viver. Eu havia passado um ano inteiro sem poder ocupar-me de mim mesmo, absorvido, de dezembro a maio pela viagem de que vos falei, e de maio a dezembro nos trabalhos da minha candidatura. Êsse ano representava, pois, para mim um grande sacrifício como êste de 1884 também representa, porque desde abril deixei de vencer qualquer dos meus ordenados, tendo vindo ao Brasil para auxiliar num momento que me pareceu oportuno, e não podia sê-lo mais, o movimento abolicionista e tendo ficado para tratar da minha eleição. Mas, dizia eu, era chegado o momento de pensar em mim, de aceitar uma ocupação qualquer, de dar uma direção à minha vida.

Foi então que se me ofereceu o lugar de correspondente do *Jornal do Comércio* em Londres. No mesmo dia em que fui derrotado, recebi um telegrama da Europa que me dizia: « Venha ». No dia 15 de dezembro de 1881 parti para meu pôsto e a 9 de janeiro do ano seguinte mandei a primeira dessas Correspondências de Londres que continuei a escrever durante dois anos.

Aqui, senhores, permiti que eu me ocupe dessa magna questão da minha ausência em país estrangeiro, ou do que se tem chamado e se deve chamar o meu exílio. A êste respeito só devo explicações aos meus amigos, ao meu partido, e o modo pelo qual êle me acolheu prova que essas explicações lhe parecem desnecessárias, tão justificado me acho eu pelos próprios acontecimentos.

A certas acusações que me foram feitas, um dos abolicionistas a quem o movimento mais deve e que pela sua inteligência e eloqüência estêve sempre à frente dêle, o Sr. José do Patrocínio, respondia desta forma:

« A retirada do Dr. Joaquim Nabuco para a Europa é, no meu modo de entender, uma das provas da sua grande inteligência e tino político. — Vencido nas urnas, o Dr. Joaquim Nabuco só poderia viver no Brasil com inteira independência. — Todo o mundo sabe que S. Ex.ª não é rico. Devia, portanto, trabalhar, mas de modo a manter a mesma posição, que tinha anteriormente. — A sua profissão é advocacia. — Ora, nesta profissão o Dr. Joaquim Nabuco tinha logo como obstáculo a animosidade dos homens de fortuna. — Êstes com certeza não lhe entregariam causas, porque seria tanto como hospedar um inimigo que não podia deixar de feri-los.

« Restava-lhe a imprensa.

« Podia êle servir-se dêsse instrumento para subsistir? Quem o contrataria?

« Qual dos jornais ricos teria a coragem de assumir a responsabilidade do seu nome na redação?

« Falo com experiência de quem muitas vêzes viu fazer a conta dos assinantes perdidos..

« O que ficaria aqui fazendo Joaquim Nabuco?

« O *Jornal do Comércio* tinha uma vaga de correspondente em Londres — Joaquim Nabuco se propôs a preenchê-la.

« Fora do Brasil, quando nenhum serviço prestasse à atividade da propaganda abolicionista, prestaria à sua pátria o grande serviço de conservar imaculado o seu caráter.

« Optou, portanto, pelo exílio ».

Os que me atacam por ter partido fazem-me a honra de considerar-me uma fôrça em política. De outro modo a acusação não teria procedência. O que êles não queriam é que essa fôrça se destruísse a si mesma, nem se diminuísse. Pois bem, eu depois da minha derrota convenci-me de que o meio de

manter isso que êles chamam fôrça era retirar-me por algum tempo do país. Senhores, eu não me considerava chefe do partido abolicionista, mas apenas um homem que tivera a fortuna, por falar do Parlamento, de chamar a atenção do país para o mais sério dos seus males. Êsse homem não tinha soldados às suas ordens, tinha companheiros tão livres de ação como êle mesmo.

O que êle podia fazer de melhor e mais útil pela sua causa era nada dever à escravidão, nada aceitar da escravidão. O meu dever era guardar a minha liberdade de ação, estar sempre em posição de externar o meu pensamento e de dizer a verdade ao govêrno. Isto me impedia de ser funcionário público, mas por isso mesmo eu não podia viver sem dignidade e sem independência. Pelo contrário. A minha obrigação era outra: era fazer de minha vida um protesto contínuo contra a escravidão, como para tomar um exemplo ilustre e que teria sido em vão se não determinasse procedimentos como o meu, Vítor Hugo fêz da sua contra o Império. Na Europa eu não ia ficar inativo. O meu meio de ação era a palavra e a pena. Não podendo falar, — e quem falou no Parlamento sente sempre um vácuo relativo em tôrno das outras tribunas, porque nas outras não pode ser ouvido da nação inteira, — eu escreveria, e aí está o meu livro *O Abolicionismo,* o serviço maior que eu pessoalmente podia prestar à nossa propaganda. Não é só isto; de Londres eu não ia perder de vista a escravidão, pelo contrário, ia ter olhos tão sòmente para ela, e aí está a prova nesse grito de alarma que dei antes de todos contra a venda de ingênuos em hasta pública, grito que pôs têrmo a êsse novo mercado de escravos livres. Ainda mais, senhores, no estrangeiro eu mantinha o ardor dos nossos companheiros de luta dando aos seus esforços a notoriedade européia e associando a opinião do mundo aos elementos de ação com que êles contavam. Não se me pode acusar por isso. O visconde do Rio Branco mesmo o disse: « Hoje, são as palavras dêle, os povos estão em comunicação mais freqüente entre si do que há anos estavam as diferentes frações de uma mesma nacio-

nalidade. Não podemos encerrar-nos dentro de uma muralha da China e dizer: *Não nos importa a opinião estrangeira; prevaleçam por tôda parte a moral, a religião, as verdades da ciência política e da economia; os exemplos do mundo civilizado não podem influir sôbre nós; não nos devemos importar com êles!* »

Sim, posso dizer que o movimento abolicionista nada perdeu com a minha ausência, que eu adquiri para servi-lo no momento oportuno fôrças que não teria se me não houvesse expatriado, e que só me expatriei para manter-me independente da escravidão (*Muito bem*). Quanto ao meu pôsto, no combate das idéias, não é preciso estar no meio da ação para prejudicar o inimigo. Os espelhos concêntricos de Arquimedes queimavam de muito longe os navios romanos. (*Bravos!*). O livro, a animação, o golpe inteletual e moral atua de qualquer distância! Além disso, senhores, o papel dum chefe abolicionista, se nós tivéssemos um, e precisássemos de um, quando pelo contrário precisamos não ter nenhum, não podia ser sempre na Côrte; não é lá que se está fazendo a verdadeira abolição; é nas províncias. (*Apoiados*). A Côrte é refratária e lá não se tenta coisa alguma. Em compensação, as províncias estão se queimando para purificar-se, uma a uma, na chama sagrada que as atrai. O chefe abolicionista devera estar não no Rio sòmente, mas no Ceará, no Amazonas, no Rio Grande do Sul e assim por diante. A descentralização do movimento abolicionista que eu tinha previsto justificou-me assim completamente. (*Adesões*).

A fôrça centrífuga multiplicou a velocidade da nossa carreira para o futuro. Eu era um homem político, e a vez tinha chegado dos homens de ação. Eram êstes que podiam tornar a abolição um fato consumado no país antes de o ser na lei. A minha ausência favoreceu antes do que prejudicou o movimento, dando-lhe maior liberdade do que êle teria se se limitasse acompanhar-me. Nós não precisamos de chefes, nem de táticas, nem de consistórios.. temos uma opinião que cresce, somos um partido livre e aberto a todos. (*Aplausos*).

Eis aí as razões pelas quais parti. No exílio, meus senhores, a minha história é muito simples. Eu escrevia as correspondências do *Jornal do Comércio,* correspondências em que procurava fazer uso de todos os fatos do progresso material, moral e econômico do mundo para esclarecimento dos nossos estadistas; escrevia para *La Razon,* jornal de Montevidéu, estudos políticos, e respondia a consultas sôbre questões de direito brasileiro. Mesmo na advocacia proibi-me do modo o mais severo, pelo que mais de uma vez rejeitei comissões que teriam tentado outros, tudo o que se relacionasse com dinheiros públicos ou favores da administração, desejoso de nunca receber um ceitil que importe em agravo das responsabilidades do tesouro. (*Apoiados*). Apesar dessa vida, da qual tenho numerosas testemunhas, do mais requintado escrúpulo que já teve homem público em qualquer país ou qualquer tempo, a calúnia ousou ferir-me na minha reputação.

O Sr. Andrade Figueira atreveu-se a dizer que eu recebia uma subvenção do govêrno. O *Jornal do Comércio* desmentiu logo essa calúnia. Eu entendi que bastava referir-me a ela com o desprêzo que merecia da parte de um homem, cuja consciência, se tivesse preço, o teria pelo menos tão alto quanto a do Sr. Andrade Figueira. (*Sensação*).

« O que me interessa agora é o destino que terá tido essa gratificação, escrevi eu. Tais gratificações, para produzirem o seu efeito e serem apreciadas pelos donatários, devem ser levadas ao conhecimento dêles sob uma forma tangível, e estou ainda sem notícia da soma e do fim dessa generosidade a mim feita. (*Riso*). Não sei mesmo se foi no ministério do Sr. Saraiva, ou no do Sr. Martinho Campos, ou no do Sr. Paranaguá, ou no do Sr. Lafayette que foi votada. É da natureza dessas transações serem secretas, mas o segrêdo não deve ir ao ponto de não serem reveladas ao indivíduo que faz objeto delas. Dê-se, pois, o Sr. Andrade Figueira ao trabalho de verificar a quanto sobem os atrasados que me são devidos, e eu terei ocasião de oferecer essa quantia e as que lhe acresçam, em nome do ministro que me tiver feito tão grande honra,

para aumentar a recompensa nacional ao Sr. Dr. Lacerda, descobridor do antídoto do veneno ofídico». (*Hilaridade. Aplausos gerais*).

Dizem que no meu exílio ainda difamei o Brasil. Só me ocupei da escravidão nas seguintes vêzes:

Quando fui a Milão, ao Congresso Jurídico Internacional de 1883, propor uma série de artigos condenatórios da escravidão perante o direito das gentes. Êsses artigos foram unânimemente aclamados pelo congresso, não é dizer pouco, senhores, em favor dêles, porque figuravam no congresso alguns dos maiores propagandistas da unificação e do progresso moral do direito.

Estavam ali, além de outros, o Sr. Henry Richard, o apóstolo da paz e do arbitramento, o eminente professor Gabba da Universidade de Pisa, o deputado italiano Pierantoni, professor de Direito Internacional da Universidade de Roma, o professor Olive, de Modena, o presidente do Tribunal da Relação de Hamburgo, o Sr. F. Sierweking, o Sr. Fioria-Goria, o notável jurisconsulto de Turim, Sir Travers Twiss, uma das autoridades inglêsas de lei internacional. Vós ides ouvir as proposições votadas e que por ordem do Congresso foram comunicadas aos embaixadores e ministros de tôdas as potências da Europa, América e Ásia. As proposições foram estas:

1.º A Assembléia declara que segundo o direito internacional o tráfico dos negros equivale à pirataria.

2.º Sendo a escravidão contrária ao direito natural, qualquer nação pode segundo o direito internacional recusar-se a reconhecer aquela instituição, quer nas pessoas dos estrangeiros, que habitam no seu território, quer nas pessoas de seus próprios súditos, que a estabeleçam em país estrangeiro.

3.º Tôda cláusula, em qualquer tratado internacional, em virtude da qual um Estado se obrigue a restituir os escravos refugiados no seu território, não é válida perante o direito internacional.

4.º Todos os Estados devem proibir a seus súditos possuir, comprar ou vender escravos em país estrangeiro e ter parte em qualquer negócio ou emprêsa de tal gênero ou em contratos tendo por objeto os escravos.

5.º O ex-escravo, cuja extradição fôr pedida, não deve ser entregue senão nos casos e nas condições em que se reclama um homem livre. A extradição não se realizará se o escravo tiver de ser julgado por outros juíses, ou condenado a outra pena, a que não estiver sujeito um homem livre.

Isto mostra que eu advogava a causa da humanidade, e a causa do Brasil não pode ser contrária a essa. (*Aplausos*).

No banquete da Municipalidade, se tomei a palavra, foi chamado pela imprensa milanesa e o meu brinde à Itália foi uma aclamação ao Brasil. Mostrei que nós estávamos como a Lombardia, em cuja capital eu falava, nas vésperas da unificação do país. Mas na Itália tratava-se de expulsar o estrangeiro e de reunir os fragmentos da grande nação apenas unidos pela língua do Dante — êsse eterno juramento de fidelidade à pátria Italiana. No Brasil a unificação era outra: os opressores e os oprimidos formavam um mesmo povo, só havia entre êles um crime. (*Sensação*).

A segunda vez que me ocupei da escravidão foi escrevendo ao *Times*.

Dirigi-me duas vêzes ao *Times*, comunicando, uma, a libertação da Fortaleza e, outra, a do Ceará.

Eis o que eu dizia ao *Times*, quanto à libertação da Fortaleza: « Estou certo que o efeito dêsse acontecimento que nos promete a nós, brasileiros, antes de muitos meses uma província de solo livre, será apressar o dia em que o nosso país venha a livrar-se da atmosfera tórpida que pesa sôbre êle. Consenti pois que eu saúde no *Times* o advento à liberdade de uma grande área e população do Brasil (referia-me ao Ceará), destinada a ser o centro de formação de uma nova pátria, que podemos ver desde já deixando a forma rudimentar e atrasada

da escravidão pela estrutura altiva e sempre em crescimento da liberdade ».

Eis agora como eu anunciava a liberdade da província: « Estou certo que muitas pessoas na Inglaterra ouviram com alegria a grande nova que hoje enche o coração de cada brasileiro. A escravidão ainda existe entre nós em sua forma menos disfarçada e mais repulsiva. Não careço dizer-vos quanto nos envergonhamos de ser uma tal exceção no mundo civilizado, mas tenho orgulho de poder acrescentar: o acontecimento do Ceará mostra — e outros fatos que já estão projetando a sua sombra diante de si hão de completar a prova — que nunca em tôda a história de países de escravos, povo algum mostrou, dentro da própria área da escravidão, um sentimento nacional tão forte contra êsse regímen como o Brasil nestes cinco anos». (*Prolongados aplausos*).

Fora da má fé ou da ignorância, não há dois modos de julgar essa linguagem. (*Novos aplausos*).

Mas, senhores, eu não posso dizer-vos o entusiasmo que despertou em mim o telegrama que com esta simples palavra *Triunfo* me anunciou a libertação do Ceará! Pelo que sentistes no dia 24 de maio imaginai o que eu não devia ter sentido no estrangeiro. À libertação da Fortaleza nós brasileiros residentes ou de passagem em Londres demos um banquete comemorativo. Ides ver que a nossa festa, de brasileira que era, tornou-se sul-americana.

« Antes de concluir, dissera eu no meu brinde ao Ceará, não deixarei de externar um pensamento que me ocorre por estarmos aqui tão perto, quase à sombra da Abadia de Westminster. Fui talvez o único estrangeiro de raça latina que teve a honra de acompanhar o cortejo mortuário de Charles Darwin. Não posso esquecer que há quase meio século deixando o Brasil êle escreveu estas palavras: « Deixo agora as praias do Brasil. Agradeço a Deus, e nunca mais hei de tornar a visitar um país de escravos ». O naturalista sentia-se fortemente atraído pelo país, mas o homem era repelido pela escravidão!

« Se êle pudesse ter conhecimento desta nossa reunião e soubesse o que ela representa, veria que, pela mesma evolução da qual êle descobriu as leis, o Brasil transformou-se desde então de um povo de senhores e escravos em um povo de dez milhões de homens livres. A escravidão ainda existe, mas a nação divorciou-se dela. O que era o interêsse de todos, tornou-se o monopólio de poucos, e fatos como o do Ceará hão de apressar-lhe a queda. O que falta ao Brasil para consegui-lo é confiança no trabalho livre e no poder orgânico da Liberdade: porque, desde que essa resolução aparecer e êle queimar os navios apodrecidos em que a escravidão veio da África, há de achar-se, como Cortez, na posse de um Novo-Mundo de incomensurável grandeza e inesgotável opulência ».

O ministro argentino em Londres, D. Manuel Garcia, trouxe para o nosso festim a nota da simpatia argentina lembrando a fraternidade da Aliança. Êle podia acrescentar que a guerra do Paraguai, como o confessou Rio Branco, foi um dos fatôres da lei de 28 de setembro.

« Como argentino, aplaudo os esforços generosos de quantos têm cooperado, disse êle, para extirpar do Brasil essa mancha de sua bandeira. Esta tremulou unida à argentina defendendo causas nobres e generosas, e me honro em expressar aqui no meio de brasileiros meu voto pela amizade de ambos os povos, chamados a grandes destinos, cultivando a paz, explorando seus inesgotáveis recursos, aumentando a instrução, o comércio e a indústria pelo trabalho livre, pelo comércio livre, e pelas instituições liberais ». (*Aplausos*).

Também o representante do Chile não deixou de fazer ouvir a voz da forte e viril República do Pacífico, a mais rija, a mais compacta e a mais perfeita de tôdas as organizações sociais da América do Sul:

« Não, senhores, disse êle proclamando a hegemonia do Brasil, não pode ser um país de escravos aquêle que pela sua posição geográfica, pela extensão do seu território, pela riqueza do seu solo, pelo nobre e generoso caráter de seus habitan-

tes, está chamado a ser o paladino da América Latina em presença da Europa civilizada». (*Aplausos*).

Levantando o último brinde não pude deixar de acentuar a espontaneidade com que a festa abolicionista brasileira se convertera numa demonstração, na Inglaterra, de solidariedade americana.

« A emancipação dos escravos, disse eu, é o princípio apenas de um programa, que compreende o desenvolvimento das relações pacíficas e cordiais sobretudo com a América, a educação moral e intelectual do povo, a criação de fôrças sociais de progresso, e tudo isso quer dizer a mais estreita união da América com o Brasil.

« Nós temos pressa de acabar com a escravidão, porque temos pressa de adaptar o organismo nacional à liberdade, que deve ser a atmosfera de todo o Novo Mundo.

« A emancipação dos escravos entre nós quer dizer um progresso para tôda essa região, e, por isso, estou certo de propor um brinde, que interessa imediatamente a todos os presentes, brindando à emancipação total dos escravos no Brasil, ao fim da escravidão na América». (*Calorosos e continuados aplausos*).

Está aí, senhores, mais uma dessas festas, não sei por que não as chamam de orgias e bacanais — haveria a mesma plausibilidade — em que eu procurava rebaixar a minha pátria no estrangeiro!

Em abril dêste ano, de 1884, voltei para o Brasil, chegando ao Rio a 18 de maio. Ao pisar a terra da pátria, gravemente doente, vi que o meu nome não havia sido esquecido. A Assembléia Provincial das Alagoas, fazendo-me uma honra de que não havia precedente nos anais das Assembléias Provinciais, chamou-me a tomar assento à sua Mesa e permitiu-me agradecer-lhe essa demonstração inolvidável. Na Bahia os abolicionistas festejaram a minha passagem por meio de numerosas cartas de liberdade. No Rio, apenas desembarcado, e muito sem fôrças, entrei logo em campanha. A situação era

má, mas eu pressentia que em breves dias tudo estaria mudado. Logo depois o ministério Dantas havia subido e eu estava a postos para sustentar êsse ministério, que é nossa conquista e nossa criação e que representa a idéia abolicionista no poder. Sustentei-o na imprensa em numerosos artigos assinados *Garrison,* que estou certo foram de algum proveito para o Gabinete; sustentei-o na tribuna popular em mais de um discurso, e em mais de um lugar, no Teatro Politeama do Rio, como no Teatro S. José de S. Paulo, como no Teatro Santa Isabel do Recife, e agora sustento-o ainda defendendo a minha eleição que será antes de tudo a vitória do gabinete 7 de junho, isto é, da nova situação que êle criou e que está sendo chamada por todos pelo seu verdadeiro nome — de situação abolicionista. (*Repetidos aplausos*). Pensei apresentar-me pela Côrte onde amigos influentes ofereciam-me sustentar a minha candidatura em mais de um distrito, mas o poder da escravidão no Rio é muito grande, e eu não tratava mais, como em 1881, de dar uma batalha perdida de antemão, sòmente para afirmar um princípio, mas, sim, de ter um lugar de combate no Parlamento. Em vez de pensar em aceitar uma das diversas candidaturas que me eram generosamente oferecidas, não pelo govêrno, mas pelos próprios candidatos, pensei então em vir a Pernambuco. Animava-me a esperança de que poderia localizar a minha eleição neste primeiro distrito, continuando no Parlamento a representar a minha província, e não outra, e da província, a capital que é o seu cérebro, o seu coração, a sua vontade. As circunstâncias me favoreceram, o meu nome foi aceito e estou hoje pleiteando a minha eleição conforme todos os meus precedentes, à luz da mais clara publicidade, com as mesmas idéias que defendi no Parlamento, sem iludir ninguém, para não atraiçoar ninguém. (*Adesão geral*).

Eis aí a minha história, senhores, a história de seis anos determinada, dia por dia, em cada um dos seus acontecimentos pelo mandato que me conferistes em 1879 Foi êsse man-

dato que deu à minha vida a direção que ela tem tido, por forma que eu posso dizer que, mesmo no estrangeiro, era ainda o representante de Pernambuco. (*Prolongados aplausos*).

Apresento-me aos vossos sufrágios, com a minha carreira tôda diante dos vossos olhos. Acreditai-me que me sinto altamente recompensado. Eu cheguei à única posição que podia tentar-me: a de um simples particular que é escutado por todo o país. Na Câmara ou fora da Câmara, no Brasil ou na Europa, julgo pertencer hoje a um Parlamento maior e mais alto do que a Assembléia Geral, o Parlamento da opinião. (*Aplausos*). Enquanto eu proceder como tenho procedido, estou certo que terei votos bastantes da parte inteligente, desinteressada e livre do país para ocupar um lugar naquela Assembléia. (*Novos aplausos*). Não viso nesta questão da emancipação glória pessoal. Permiti que eu vos repita o que disse a tal respeito em S. Paulo: « Há na Odisséia, disse eu, um episódio que pode servir-nos de parábola, a nós abolicionistas. É Ulisses dizendo a Polifemo que se chamava Ninguém, e depois o Ciclope com a *pupila abrasada,* atroando os ares com os gritos da sua cegueira e respondendo aos gigantes que lhe perguntavam quem lhe causara tais sofrimentos e lhe arrancava tais clamores no sossêgo da *noite divina*: « Foi Ninguém ». « Se não é ninguém, respondiam os ciclopes, se estás só, não te podemos valer contra o golpe com que Júpiter te fere! » Senhores, não é nenhum de nós que mata a escravidão, é o espírito do nosso tempo, e por isso o nome do verdadeiro Abolicionista é Ninguém; e eu não quero outro para mim nesta causa ». (*Sensação, salva de palmas*). Sim, senhores, o que eu desejo é que depois da luta terrível entre abolicionistas e escravocratas a emancipação seja realizada entre as alegrias da nação unida, e que nós todos, como os atenienses para conciliar as divindades inimigas, levantemos no lugar da discórdia o altar do Esquecimento. (*Prolongados aplausos*). Mas nós abolicionistas, dando uma pátria ao escravo, damo-la a nós mesmos, e é por isso que esta luta não se nos afigura menos

sagrada do que uma guerra em defesa do nosso próprio território. (*Novos aplausos*).

Tenho concluído, meus senhores. Não tenho expressões para agradecer-vos a paciência e atenção com que me ouvistes. Tive que falar-vos todo o tempo de mim mesmo, mas espero que levareis a certeza de que não tive em vista uma glorificação, mas só as necessidades da defesa. Sinto-me altamente recompensado de ter vindo a esta província neste ano que representa uma crise nacional. Não volto a ela como um filho pródigo, mas como o soldado firme de uma idéia que estêve sempre no seu pôsto e que ainda aqui está nêle, combatendo. Esta terra querida, como eu a chamei em 1879, restituiu-me, como verdadeira mãe, a saúde, e deu-me por cima a estima, a adesão, a confiança dos meus comprovincianos com uma generosidade e largueza que eu não podia esperar. (*Aplausos*). O meu adversário tem sôbre mim esta grande superioridade: vive na província. Se êle me vencesse, por tal motivo sòmente, notai bem, eu teria na minha derrota a satisfação de atribuí-la a êsse amor entranhado da terra pernambucana, que é a única base sôbre a qual Pernambuco pode reconstruir a sua grandeza e o seu futuro. (*Prolongada sensação*). Mas viver em Pernambuco é apenas um dos meios de demonstrar-lhe amor e dedicação. Há outros, senhores, e um dêles, eu tenho esperança, vos parecerá digno de algum reconhecimento: é o do pernambucano que recebendo uma vez o vosso mandato escolheu dentre tôdas as iniciativas e dentre tôdas as causas nacionais aquela que poderia conquistar para a sua província maior gratidão do futuro, identificou-se com essa idéia e essa causa na boa e na má fortuna, como deputado e como particular, no país como no estrangeiro, e só depôs as armas depois de resgatado o território nacional do poder da opressão e depois de proclamado ao mundo inteiro que no Brasil não havia mais escravos!. (*Tempestuosos aplausos*). Sim, foi êsse o meio que adotei para, como pernambucano, desempenhar-me dos deveres de filho desta província. A vitória do meu con-

tendor, colocando a questão puramente neste terreno do provincialismo, seria a vitória do sentimento provincial; a minha, a vitória da iniciativa nacional e do renome liberal de Pernambuco. Votando por êle preferis Pernambuco à liberdade e ao Brasil; votando por mim fazeis de Pernambuco, da liberdade e do Brasil, uma trindade una e indissolúvel! (*Viva e prolongada sensação. O auditório de pé aclama o orador. Por alguns minutos, depois de haver o orador deixado a tribuna, continuam os aplausos e os vivas*).

DISCURSO NUM «MEETING» POPULAR (*)

Meus Senhores,

Suponho que grande parte dos que me ouvem nesta praça estiveram presentes à conferência que, há poucas horas, tive a honra de fazer no teatro Santa Isabel (1) Êsses podem avaliar a fadiga que sinto neste momento. Eu não devia entretanto adiar para o próximo domingo a reunião convocada para hoje. Já que não vos cansais de escutar-me, espero não cansar de vos falar, agradecendo aos milhares de pessoas que vieram ouvir-me tão longe, e depois que acabavam de ouvir-me longamente, a adesão de que me cercam em tôda parte. Felizmente estou convencido de que o povo pernambucano não precisa mais explicações minhas. Pode haver curiosidade de saber como eu procederei no caso de ser eleito deputado, mas não pode haver a mesma curiosidade em saber o que prometo fazer porque a tenho plenamente satisfeito. (*Adesões*).

Falo, hoje, no bairro da riqueza do Recife, como domingo passado falei no bairro da miséria. Seja-me permitido dizer que essa riqueza não parece digna de entusiasmo ou admiração a quem contemplou a riqueza dos povos livres (*aplausos*), a quem descobre o contraste das duas e sabe que êste simulacro de opulência, com que nos querem deslumbrar, não exprime senão a miséria e o aviltamento da nação brasileira (*muito bem*), não é senão uma forma ainda dessa pobreza a que estão fatalmente condenadas as nações que não trabalham, mas que fazem trabalhar! (*Aplausos*).

Sim, senhores, os que têm visto a riqueza dos povos livres, de nações antigas, em que todos trabalham, em que não recai sôbre o trabalho a mesma maldição que aqui parece pesar

(*) Passagem da Madalena, 16 de novembro de 1884.
(1) A terceira conferência, pág. 293.

sôbre a côr, não podem comparar esta simulação, êste fantasma de riqueza que vemos nas nossas grandes cidades, com a verdadeira riqueza, tal como existe nos países que se libertaram do cativeiro e dos monopólios, e onde as fôrças nacionais são tôdas aproveitadas para o bem-estar da comunhão, e não paralisadas e desperdiçadas como nos países de escravos. (*Aplausos*).

Mas, desde que fiz referência ao bairro aristocrático do Recife, devo dizer que são os homens ricos do país os que mais deveriam auxiliar o movimento abolicionista, porque são os que mais interêsse têm, interêsse material está visto, em dirigir — e para dirigi-lo é preciso estar disposto a acelerá-lo — aquêle movimento. Se não o fazem é porque nêles a riqueza não substitui a inteligência e não corrige a ignorância. (*Aplausos*).

Não é falta simplesmente de patriotismo, porque, se o interêsse fôsse claro, êles o satisfariam, sendo, como são muitas vêzes os homens do interêsse; mas é que êsse interêsse não se lhes mostra de modo claro e terminante; é que êles não lêem nem estudam, não conhecem o valor das leis sociais de liberdade e igualdade, e por outro lado acreditam que a escravidão está viva, que ela ainda pode produzir benefícios, que ainda pode servir de base à fortuna pública e particular, quando a escravidão está morta tanto como exploração de riqueza quanto como regímen social e a sua manutenção importa a ruína e a bancarrota de todos e de tudo. (*Aplausos*).

Não é de admirar que os homens de capital e de fortuna não vejam senão desastres e perdição fora do navio apodrecido da escravidão em que navegam, quando uma sociedade, que pretende dirigir a lavoura e pôr-se à frente dela, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura, não acha como qualificar o projeto Dantas senão de comunista. Não creio que dessa forma a associação pernambucana, a que me refiro, auxilie a lavoura, como não creio que a lavoura sustente a tal sociedade. (*Hilaridade*). Sob a escravidão nem uma nem outra poderiam prestar-se o menor auxílio. Não está no espírito da lavoura

escravista auxiliar coisa alguma, e não está ao alcance dos seus diretores espirituais auxiliá-la de qualquer forma. Vêde por exemplo o Centro da Lavoura e Comércio do Rio. Os lavradores e comissários do sul gabavam-se de ter feito na Europa esplêndidas Exposições de Café. Todos acreditávamos que era à custa dêles, mas no Rio de Janeiro tive ocasião de descobrir o segrêdo dêsse primeiro cometimento de uma classe entorpecida pela escravidão e incapaz de esfôrço mesmo em proveito próprio. As célebres Exposições de Café do Centro da Lavoura e Comércio eram feitas pelo Ministério da Agricultura sem que o Parlamento tivesse votado fundos para êsse fim. Eram pretextos para títulos e condecorações, custosamente elaborados à custa da subvenção secreta. (*Sensação*). Assim, sim; mas fora dos dinheiros públicos a agricultura como classe não realizou ainda coisa alguma, nem em benefício dos seus produtos, nem em benefício do território que possui ou da comunhão a que pertence. É por isso que eu não creio na prosperidade de sociedades fundadas para auxiliarem a agricultura e dependentes da agricultura. a menos que recebam doações do Estado.

Mas, dizia eu, num Manifesto recente da Sociedade Auxiliadora, o qual está sendo diàriamente publicado nos jornais, mas que, eu creio, não poderá deslocar um único voto mesmo de agricultor em tôda a província (*hilaridade*), se diz que o projeto Dantas é um projeto comunista. Pois bem, eu pergunto: O que quer dizer esta linguagem na bôca de homens responsáveis, de homens que deviam medir o alcance de suas palavras? Comunista, por que? De que forma o projeto introduz neste país a menor sombra de comunismo? Será porque no art. 10 trata de libertar os escravos de 60 anos?

Mas, senhores, em que se contém aí a idéia do comunismo? O Estado não vai tomar êsses escravos para reparti-los entre nós, mas para dar-lhes a liberdade a que êles têm direito. (*Aplausos*).

Qual é o princípio do comunismo? É a negação da propriedade individual. O que é a escravidão? É a negação da

propriedade a mais individual que exista no mundo — a propriedade de si mesmo. (*Ruidosos aplausos*).

Ora, se alguma coisa se assemelha ao comunismo não vos parece que é a escravidão, comunismo da pior espécie — porque é comunismo em proveito de uma só classe? (*Aplausos*).

Sim, pernambucanos, se há homens que sejam interessados — acreditai bem na sinceridade com que falo — diretamente interessados na abolição pelo interêsse material, como o devemos ser todos pelo interêsse da dignidade humana, são os que representam a riqueza acumulada, quer seja a propriedade da terra, quer seja o capital. Êsses é que são mais diretamente interessados na abolição, e, se não o compreendem, é que são tão ignorantes, sinto dizê-lo, na generalidade, quanto se supõem ricos. (*Aplausos*). Entre tantas instituições úteis imagináveis nenhuma entre nós seria mais proveitosa ao Estado do que uma escola em que se ensinasse aos nossos homens de fortuna os deveres da propriedade e as relações da riqueza particular com as idéias de justiça e de solidariedade e o nível moral da população tôda. (*Aplausos*).

Com efeito, seria um grande serviço o de educar para a comunhão e o patriotismo a êsses que representam a propriedade, e que assim representam, na sua maior parte, uma geração que desapareceu, porquanto a propriedade honestamente adquirida no Brasil, hoje é adquirida a muito custo, e a que existe é quase tôda resto do trabalho de outra época, de outra geração diversamente educada e muito menos agitada e inconstante do que a nossa. Educar a nossa enfezada e raquítica plutocracia, a qual já não suporta a armadura de qualidades viris dos que lhe edificaram a fortuna (*muito bem*), quer dizer antes de tudo fazer-lhe compreender um dos dogmas sociais do nosso tempo: que ela não tem sòmente direitos, mas tem também deveres (*aplausos*) e deveres para com o território que ela possui, para com a população que dela depende, para com a sociedade que a protege e garante, e a comunhão de que ela faz parte, e ao abrigo de leis imemoriais e de favo-

res imprescritíveis, parte preponderante e absorvente. (*Longos aplausos*).

A minha convicção, senhores, é que formado perante a história o processo das nossas classes proprietárias, havia-se de reconhecer que elas, quer na posse da terra, quer no gôzo do capital, haviam durante gerações consecutivas faltado completamente aos seus deveres sociais e usado com usura dos seus direitos. (*Sensação prolongada*).

Pois, meus senhores, haverá indiferença mais criminosa do que a indiferença com que a classe única, que dirige os destinos dêste país desde que êle se fundou, tem assistido ao crescimento desamparado da nossa população, à promiscuidade no nosso povo, à miséria que se espalha por todo o país, à degradação dos nossos costumes, só se preocupando dos seus interêsses de classe, de manter o jugo férreo dos seus monopólios desumanos e atentatórios da civilização universal, aumentando ao mesmo tempo no seu interêsse exclusivo e para seus fins particulares as responsabilidades do Estado, levando-nos ao orçamento que hoje temos, isto é, hipotecando o futuro do país, que não lhe pertence, aos seus credores e aos seus parasitas? (*Aplausos ruidosos*).

Acredito ter estudado com a maior atenção e a máxima profundeza que a minha inteligência me permite o orçamento do Império, e penso que temos chegado a uma situação financeira sem remédio. É triste ser forçado a admitir tal conclusão, mas seria falta de lealdade não confessá-lo, tendo chegado a ela. Vós vos queixais da situação da província! Mas essa situação não é mais do que o resultado da situação geral do Império, que absorveu tôdas as economias e todos os recursos do povo e não deixou às províncias uma só fonte de rendimento, porquanto o próprio manancial está esgotado. (*Muito bem*).

O país chegou ao extremo da sua fôrça taxativa; os impostos não podem ser aumentados. O nosso orçamento tomou proporções colossais, que assentam, como eu já disse, sôbre

êstes quatro pilares carcomidos: a apólice, a dívida externa, o papel-moeda, o *deficit*. (*Aplausos*).

Como podeis remediar semelhante situação? Os impostos não podem ser elevados, a dívida não pode ser reduzida; as províncias vão caindo em bancarrota, umas após outras; o nosso crédito, essa fonte de confiança que parecia inesgotável no estrangeiro está começando a ser afetado, e já se descobriu que, há muito tempo, nós pagamos as nossas dívidas com os empréstimos que fazemos!

Nestas condições, pergunto se as finanças da escravidão (porque são as finanças da escravidão), as finanças de uma classe única, exclusiva detentora da riqueza nacional e senhora do Parlamento; duma classe que entendia que êste país era rico bastante para realizar os sonhos de todos os especuladores, não chegaram a um estado de bancarrota adiada dia a dia com expedientes de empréstimo, e se todos não sentem que uma catástrofe pende sôbre o crédito público, catástrofe que só poderia talvez ser obviada por um sacrifício colossal de todos nós — mas sacrifício que o regímen atual, que a presente direção e organização da sociedade não nos levaria por certo a fazer, porque seria em pura perda, e os abusos, crimes e excessos recomeçariam no dia seguinte. (*Aplausos repetidos*).

A que meio recorrer? Ao papel-moeda? Seria depreciar ainda mais o crédito, a firma, a moeda do Estado. A apólice? — Já se começou a desconfiar de que a apólice não é tão seguro emprêgo de capital como parecia, além de que se compreende que o Estado não pode continuar nesse papel de sugar, por meio das apólices, tôdas as economias da produção para desperdiçá-las, em vez de deixar que elas sejam aplicadas a melhorar as condições do nosso solo, a beneficiar o interior e a desenvolver as nossas indústrias.

O que resta a um país nessas condições é uma política ousada, mas severa, e sobretudo consciente, dirigida por uma bússola invariável através de tôdas as correntes. Sim, senhores, as nossas finanças há muitos anos que são governadas mais

do que pela ignorância, pela inconsciência. O general dela tem sido êsse general que Turenne tanto admirava — (Acaso. (*Aplausos*). O que nos pode salvar, mas que me parece um remédio impraticável, seria uma política firme e perseverante, que consistisse em restringir as despesas pública primeiro, exceto a da amortização da dívida, e depois em aplicar ao aumento de produção as sobras da produção, em criai indústrias, em variar os nossos produtos coloniais e sobretudo em empregar no trabalho rural tôda essa população inativa privada do trabalho e para gôzo da qual nós devêramos reconquistar a terra de que a escravidão fêz um monopólio, poi meio de um novo impôsto que é uma necessidade da situação, — o impôsto territorial. (*Muito bem*).

Mas essa, senhores, é uma política financeira que não depende só do govêrno, mas da nação; que o Parlamento não pode decretar, porque sois vós mesmos que a podeis pôr em prática, e para a qual o Estado teria que concorrer menos com uma boa lei de orçamento do que com grandes reformas sociais. (*Aplausos*). Nessa política há imenso interêsse para o proletariado — porque êle só precisa de ter trabalho — mas há também imenso interêsse para o rico, para o capitalista, porque a continuar êste estado de coisas, em breve as apólices em que êles depositam tanta confiança não valerão mais do que o escravo, essa outra ilusão fatal, êsse outro abismo em que desapareceram tantas fortunas. (*Muito bem*).

Longe, portanto, de serem comunistas, são os abolicionistas os que querem salvar da riqueza pública aquilo que ainda pode ser salvo, os que querem manter o crédito do Estado, e evitar uma bancarrota, que será inevitável se não houver uma reação em nossos costumes e em nossa política, se o Estado não abandonar completamente o caminho de aventuras e de indiferença em que entrou por causa da escravidão!

Falando hoje neste bairro da Madalena, que se ufana de ser a porção rica do Recife, era do meu dever chamar a atenção do capital e da riqueza para o interêsse vital que a meu ver êles têm na transformação segura e pacífica do atual re-

gímen. Não é só aos «que nada têm a perder», como nos chamam, que o abolicionismo se dirige. Não há uma classe social que não tenha nêle o máximo interêsse e que não venha a tirar vantagem da sua pronta e completa vitória, mas nenhuma dessas classes tanto como a que representa a propriedade existente, quando mais não fôsse, e nada procedesse do que tenho dito, porque com a escravidão tôda a fortuna e prosperidade têm caráter provisório, é social e moralmente instável. (*Aplausos*).

Agora direi algumas palavras sôbre um manifesto do meu adversário publicado esta manhã. Depois de acusar-me de « virulência e acrimônia de frase e falta de urbanidade », o Dr. Portela acrescenta: « Por essa conferência, impressa depois de revista e corrigida na calma do gabinete, avalio o que êle terá dito nos sucessivos discursos que tem feito ao *ar livre*, não destinados à imprensa! »

Pois bem: eu tenho o direito de retorquir que, depois de ter lido o que o Dr. Portela escreveu nos jornais, ao *ar livre* da imprensa, eu avalio o que êle terá dito de mim a portas fechadas, no segrêdo das suas confidências com os eleitores. (*Sensação. Aplausos*).

Sim, senhores, tenho direito de queixar-me dessa frase do meu antagonista, porque falo sempre perante milhares de pessoas, muitas das quais Conservadores, que podem, por assim dizer, taquigrafar, na memória, as minhas palavras, e portanto falo sempre para os que não me ouvem tanto como para o auditório que me cerca.. Em todo caso se mudo de linguagem na praça pública, faço-o exatamente quando é maior o número das testemunhas, e ninguém deixará de reconhecer que êsse procedimento é mais nobre do que o de procurar aluir o crédito pessoal do adversário nas entrevistas sem eco e sem testemunhas da cabala de porta em porta. (*Muito bem*).

Mas antes disso devo observar que um candidato, pessoalmente, não precisa de dizer nada contra o seu adversário,

quando encontra tanta gente, como a que me agride pela imprensa, que se encarrega de dizer tudo por êle.

Quanto a mim gabo-me de ter tratado sempre, tanto o candidato do 1.º distrito, como o do 2.º, com tôda a deferência pessoal; ainda não impugnei o caráter ou a capacidade de nenhum dêles. O que digo e repito é que êles não merecem os votos dos abolicionistas hoje, nem os merecerão enquanto não tiverem a coragem de dizer o que querem e mostrar os títulos com que os disputam a abolicionistas dedicados. (*Adesões*).

Sim, senhores, não se trata de uma questão de pessoas; eu não tenho nada que ganhar, tenho tudo que perder em tornar a luta política travada entre mim e o candidato conservador uma questão pessoal, quando ela é por sua natureza uma questão de princípios.

Espero que ambos sobreviveremos à batalha do dia 1.º de dezembro com as nossas reputações perfeitamente intactas, assim como espero que naquele dia os eleitores não escolherão entre dois indivíduos, mas entre duas opiniões, duas políticas, dois interêsses de ordem social como ainda outros não. (*Os aplausos cobrem a voz do orador*).

Vejo, e aplaudo, que o meu contendor esforça-se por mostrar que êle também é um inimigo da escravidão. Senhores, há duas sortes de inimigos da escravidão: uns que são inimigos da escravidão em palavras, e que ficam sendo amigos e aliados dos amigos da escravidão e recebem os votos dela; e outros que são inimigos de fato e são distinguidos dos primeiros pelo ódio que despertam em todo o campo escravista. Mas o que digo é isto. Qualquer que seja o nome dos partidários da escravidão, quer se chamem *Escravocratas da gema,* como o Sr. Martinho Campos, quer se chamem *Emancipadores,* como os escravocratas do Norte, êles têm todos a mesma responsabilidade, porquanto o voto, por exemplo, do Dr. Portela contra o projeto Dantas pesou tanto onça por onça, na balança da Câmara passada, como o voto do Sr. Andrade Figueira. (*Aplausos*).

Acusam-me de ter falado com dureza do partido conservador chamando-o — *partido do chicote*.

Não falei do partido, falei da política, mas quando falasse do partido tê-lo-ia caluniado?

Suponde que eu me levantava para propor, da tribuna da Câmara, a abolição dos castigos corporais. Acreditais por acaso que os Emancipadores do Norte votariam por ela? Julgais que o partido Conservador aceitaria a minha proposta?. (*Vozes*: — Não! Não). Por certo que não, e portanto até êles declararem solene e pùblicamente que são contrários aos castigos corporais, enquanto considerarem o código penal das fazendas e dos engenhos parte integrante e viva da nossa lei consuetudinária, temos todos o direito de dizer que êles são, porque o querem ser — o partido do chicote! (*Aplausos prolongados*).

Não é sòmente isto; vêde até onde vai a responsabilidade dos chamados Emancipadores. Vós sabeis que, no mês de agôsto, o conselheiro Dantas fêz questão de gabinete de um projeto sôbre a emancipação dos escravos de 60 anos. Êsses escravos, se a lei tivesse passado, estariam hoje livres. (*Sensação*). Muitos dêles morreram na escravidão e outros estão talvez no momento em que vos falo chorando sob o azorrague do feitor. Pois bem, eu vos pergunto: quem é o responsável pelos açoites, pelas torturas que possam ainda ser infligidas a êsses homens? (*Sensação*). Não serão todos aquêles que impediram que, neste ano de 1884, êles ficassem livres por uma lei de emancipação semelhante à lei de 28 de setembro? (*Aplausos*).

Se, quando o ministério Dantas apresentou o seu projeto, a oposição conservadora tivesse, como lhe cumpria, se ela queria alguma coisa — o que eu nego — apresentado um contra-projeto; se ela tivesse dito: « Vós quereis isto, nós queremos esta alternativa », então não se lhe poderia fazer uma acusação tão grave. Mas o partido Conservador não propôs nada. (*Muito bem*).

É lamentável que o partido Conservador do Norte nã
tivesse acentuado pùblicamente as divergências e dissensõ
latentes, sem causa todavia nos altos princípios morais, qu
existem entre êle e o partido Conservador do Sul; mas, já qu
falta resolução a êsse partido para pôr-se do lado da idéi
emancipadora, êle não tem direito a recompensa alguma, nã
tem direito aos votos de um eleitorado esclarecido, não pod
vir pedi-los debaixo da mesma bandeira que nos cobre
(*Muito bem*). Faltou-lhe a coragem no momento preciso. S
há ainda no Brasil escravos de 60 anos, se ainda a nação nã
começou a usufruir uma lei, cujo resultado seria extinguir
escravidão dentro dum prazo muito menor do que o atual
que é o da morte, deve-se isso aos votos conservadores, à uniã
dêsse partido sob a bandeira da resistência.

Pois bem, sendo assim entre emancipadores e escravocra
tas não há quem possa fazer diferença, e acredito que o elei
torado do Recife não a fará. (*Aplausos*).

Eu vejo que o meu contendor coloca-se sob a alta prote
ção do conselheiro Saraiva. mas o conselheiro Saraiva re
cusando o poder, porque não podia com a Câmara passad
resolver o problema servil, mostrou terminantemente que nã
quer ficar na « fiel execução da lei de 28 de setembro ». C
ilustre chefe liberal felizmente nunca se prendeu àquela lei
cuja tremenda injustiça — a de não ter cuidado das geraçõe
de escravos existentes — êle denunciou desde logo no Senado
Não, não é com o prestígio do Sr. Saraiva que a resistênci
escravista se há de cobrir impunemente nesta crise da noss
história. (*Muito bem*). Êle tem a sua responsabilidade pró-
pria que de forma alguma se confunde com a do partido Con-
servador, com a da Câmara dissolvida. (*Aplausos*). (1)

---

(1) O orador leu o seguinte trecho de uma carta que o senado
Saraiva lhe fêz a honra de dirigir *em 1883* para mostrar que o eminent
chefe liberal não se contentava com a lei de 28 de setembro: « É essa
razão por que o Gabinete 28 de março não podia ser o reformador d
lei de 28 de setembro. Queria uma reforma eficaz, e só poderia faze
uma reforma ilusória. Não sejamos impacientes. A reforma virá mai
cedo do que V. Exa. mesmo cogita, e será apressada não tanto pelo

É o voto dessa Câmara rejeitando o projeto que tendes de julgar e estou certo que o eleitorado, do alto da sua consciência e do seu patriotismo, pronunciará contra os que por simples interêsse partidário prolongaram os dias da escravidão em nosso país uma sentença que será a gloriosa justificação do govêrno que se atreveu a consultar a nação brasileira sem mêdo dos que há séculos a oprimem e, o que pior é, a possuem. (*Aplausos*).

Sim, senhores, êste grande eleitorado não será convertido numa feira política, em que se vejam os postes infamantes de inscrições como estas: «Aqui compram-se votos!» «Aqui prometem-se empregos! » « Aqui falsificam-se cédulas! » « Aqui se coagem eleitores! » Não! A opinião do Recife há de pairar acima do monstruoso mercado de consciências com que querem desonrar esta cidade, e, franca e altamente enunciada, ela será uma glorificação da idéia que nós abolicionistas representamos. (*Aplausos prolongados*).

É com essa esperança que me despeço de vós, eleitores do 2.º distrito de Afogados, agradecendo-vos o terdes concorrido a mais esta reunião, a qual pelo número e pelo entusiasmo parece um prenúncio de vitória para a liberdade e o direito no dia 1.º de dezembro. (*Prolongados aplausos. Vivas. O orador é ruidosamente aclamado*).

---

propagandistas radicais, como e principalmente pelos que tudo esperam e tudo querem obter da lei 28 de setembro com um fundo ridículo de emancipação e sem providências auxiliares e enérgicas que estimulem a emancipação por tôdas as formas regulares. »

DISCURSO NUM « MEETING » POPULAR (*)

Meus Senhores,

Sinto que a Associação Comercial me tenha recusado sob o fundamento de que não é associação política o privilégio que eu reclamava de fazer esta conferência nos seus salões, isto é, de dizer o que tinha que dizer aos eleitores dêste bairro comercial do Recife na sede oficial do comércio pernambucano. É estranho que os representantes delegados do comércio nesta cidade suponham ainda que podem separar o comércio da política, que pode haver prosperidade comercial sem boas instituições sociais, e não se atrevam, êles que acolheram nas salas da Associação o recente Congresso Agrícola, simples demonstração do esclavagismo, a acolher da mesma forma o movimento abolicionista! (*Aplausos*).

Pois, senhores, terá sido tão demorada a evolução do comércio pernambucano que no fim do século XIX os negociantes do Recife não vejam que comércio e escravidão são têrmos incompatíveis? (*Aplausos*). Será possível que êles ignorem que a escravidão quer dizer monopólio, e que a missão do comércio em tôda parte é destruir os monopólios? (*Aplausos*). Há nos arquivos da história pernambucana um documento que serve para mostrar quanto semelhante compreensão por parte do comércio provaria o vagar da sua marcha. É uma carta dirigida aos Administradores da Companhia, no domínio holandês, pela câmara da vila de Olinda. « Será patente engano, dizia a câmara, cuidar que tôda grossura e riqueza que o povo pode adquirir por meio do comércio livre, podem restringindo-se vir a cair na bôlsa da Companhia porque nunca houve coisa particular que pudesse equivaler o que é geral que tem vêzes de infinito; donde não só se segue

(*) Largo do Corpo Santo, 28 de novembro de 1884.

que ficará êste povo pobre e miserável reduzido a esta estreiteza e privado da esperança de poder engrossar em cabedal e riqueza, senão ainda fraco e indefensável, e o que mais é, que estas riquezas que êle havia de lograr, não poderá alcançá-las a Companhia por ser seu cabedal (suposto que grande) limitado e o de livre comércio (por ser geral) como infinito». Já no século XVII os comerciantes de Pernambuco compreendiam que o que é limitado ainda que grande, não pode competir com o que é geral, que é infinito, e por isso opunham-se às restrições feitas ao comércio. Seriam precisos dois séculos, senhores, para estender-se essa noção tão simples à escravidão e dizer que o capital da escravidão, que é limitado, não se pode comparar ao do trabalho livre que é geral? (*Aplausos*).

Com efeito, não é mais preciso mostrar como a escravidão entorpece, limita, paralisa e arruína o comércio. Se o que o comércio do Recife tem em vista é o interêsse destas e daquelas firmas em relações com êstes e aquêles senhores de engenho, a questão é muito diversa, mas nenhuma classe tem o direito de impedir o progresso do país em nome das transações que fêz e dos seus lucros pendentes. Não se tem o direito de alegar um interêsse particular de ordem pecuniária contra o interêsse público de ordem moral. Mas se o comércio tem em vista o desenvolvimento do próprio comércio, a estabilidade das transações, a consolidação do crédito, a prosperidade e a riqueza da comunhão de que êle é por assim dizer o aparelho circulatório, seria quase perder tempo insistir que a escravidão é o seu maior inimigo, a causa da sua decadência e da sua apatia. (*Aplausos*).

Tomai qualquer dos grandes ramos da profissão mercantil. De que é que precisa o que chamarei o grande comércio açucareiro, o que mais se identifica com a escravidão? Precisa antes de tudo de uma regularidade inflexível de pagamento; que os adiantamentos que faz lhe voltem logo em açúcar, que a safra se preste a grandes transações. Pois bem, senhores, não quererá essa parte do comércio compreender que à escravidão é devido o estado ansioso da agricultura, que o crédito

pessoal da lavoura está quase destruído pelos hábitos e pela educação do regímen de trabalho que ela adotou, que o seu crédito real oferece uma base muito restrita ao capital que podia fecundar o solo, porque a incerteza do valor do homem anulou o valor da terra, e que dêsse estado de coisas agravado pelo preço baixo do açúcar, para a lavoura, e pela baixa do câmbio, para o comércio, resulta uma taxa alta de juro que é a ruína mesmo do agricultor, que êle não tem possibilidade de pagar, — o que tudo produz êsse desamor pela sua profissão, essa indiferença pela população circunvizinha, êsse provisório sem fim, condições em que a agricultura se torna uma calamidade para o país, para os que vivem nela, os senhores de engenho, e os que vivem dela, os capitalistas da praça? (*Muito bem, muito bem!*)

É isso porventura o que quer o grande comércio de açúcar do Recife? Não vê êle, não sente êle que a emancipação traria pelo menos o resultado de destruir essa incerteza e de criar uma situação estável quando não trouxesse, o que afirmamos trará, um aumento do valor da terra, o que dará desde logo base mais segura à dívida hipotecária, e uma vez adquirindo valor a terra arável, o parcelamento se faria ràpidamente, aparecendo a pequena propriedade do lavrador — forma natural da cultura da cana hoje que a iniciativa dos grandes engenhos centrais está determinando a divisão do plantio e do fabrico?.. É um êrro, é um grande êrro, supor que tolerada a escravidão por mais tempo a crise atual da lavoura e do comércio resolver-se-ia de modo fácil.. A escravidão, eu o tenho dito por vêzes, mas devo repeti-lo, não pode salvar nada do que já está comprometido, só pode comprometer muita coisa que, talvez, se pudesse ainda salvar. Ela é literalmente a ruína de classes inteiras, e enquanto se não fechar êsse falso caminho da fortuna que conduz disfarçadamente ao precipício, a desgraça da comunhão tôda será de dia em dia maior. (*Aplausos*).

Vêde outro ramo do comércio, o de consumo, e para simplificar tomemos indistintamente o de importação e o de re-

talho. Do que é que precisa todo o comércio que vive de vender para o país e não de comprar para o estrangeiro? Precisa, está visto, de aumentar as suas transações, de vender em larga escala e com as maiores facilidades possíveis. A tudo isso a escravidão se opõe, porque ela é inimiga do comércio, não o quer dentro das suas porteiras, vê nos únicos agentes dêle que entram em contato com as suas *fábricas*, o mascate e, mais recentemente, o vendeiro, um aliciador de escravos, um cúmplice de furtos. Além disso a escravidão restringe o dinheiro a poucas mãos que o vêm derramar na cidade, é certo, e isso impede a formação de pequenos centros de comércio no interior, outros tantos meios de desenvolver e multiplicar as relações comerciais; ao passo que pelo caráter mesmo do sistema escravista grande parte do capital produzido pelo escravo está condenado a ser exportado, ou como lucros de estrangeiros, ou como despesa de brasileiros ricos na Europa. Tudo isso, senhores, diminui as oportunidades e impede o crescimento do comércio, que precisa sobretudo de que todos os brasileiros sejam seus consumidores, e consumidores diretos, e que veria pela emancipação multiplicar-se o número dêstes por tôda a população que pudesse viver do seu trabalho. (*Aplausos*).

Eu iria muito longe se quisesse neste momento estudar convosco o efeito que tem sôbre o comércio a tarifa da escravidão. Sim, se como eu disse, as finanças hoje arruinadas do Brasil são as finanças da escravidão, a tarifa de importação, base principal dessas finanças, deve também ser chamada a tarifa da escravidão. Mas todos vós conheceis o mecanismo, que por vêzes eu mesmo vos tenho exposto, graças ao qual chegamos a arrecadar anualmente a cifra colossal do nosso orçamento. Nenhum financeiro nosso parou um momento diante desta simples questão: se nós podemos gastar o que gastamos. Um dos axiomas dêles em matéria de finanças é êste: O país pode gastar quanto se puder arrecadar. Êsse axioma êles o completam com outro: — Deve-se gastar (além do que se arrecada) quanto se puder tomar emprestado. Graças a êsses axiomas nós comprometemos já, não sòmente a vida

das gerações atuais, condenadas *in perpetuum* ao jugo pesado do impôsto máximo, mas as gerações futuras que não nos hão de esquecer. Pois bem, essa tarifa que eleva extraordinàriamente pelas suas flutuações, juntas às flutuações do câmbio, assim como pelos seus altos preços, o valor de todos os artigos de que precisamos, causa muitos estorvos ao comércio e diminui, quanto mais cresce, o desenvolvimento natural das transações. E até onde subirá ela? O que há além dêsses preços? Não tenhais dúvida alguma — êles hão de subir ainda muito. O Brasil é um território vastíssimo, tem necessidades de tôda ordem, a sua despesa não pode ficar estacionária, por mais que se a restrinja, ao passo que o recurso único admitido está nos impostos indiretos, já esgotados. Deixai continuar o sistema da escravidão que é um só todo, do qual o papel-moeda depreciado, a apólice sugadora, o *deficit* permanente são partes tão essenciais como a hipoteca, a usura, a bancarrota, e estas como o tronco e o chicote, e assim por diante, — tudo prêso, ligado, inseparável, — e vereis a que fica reduzido o comércio e que expansão êle terá sobretudo em províncias como esta em que a escravidão já está falida. (*Aplausos*).

Não, senhores, é preciso pensar virilmente, afoitamente, e não querer sacrificar a algumas pessoas comprometidas um interêsse nacional como é o comércio, que precisa da liberdade, como do ar, da liberdade em tôdas as relações sociais. (*Aplausos*).

Eu não farei à inteligência do comércio brasileiro a injúria de supor que êle não compreende o valor mercantil da liberdade, da dignidade e do direito. (*Aplausos*). Com efeito, o passivo nacional da escravidão reduz a nada o ativo de que ela se jacta. fazei a conta de lucros e perdas, calculai o valor do homem livre, o valor do imigrante, o valor do trabalhador, o do pequeno proprietário, o do consumidor, o do aluno da escola primária, o do artista, e vêde que fração dêsse valor é o valor do escravo! Não, não há que comparar, e ver isso e não se decidir; ter uma idéia disso e não fazer dessa

idéia o centro da nossa vontade e da nossa iniciativa, é lançar o futuro todo do país na herança jacente da escravidão!

Mas, senhores, quando eu não tivesse outro argumento que empregar, bastar-me-ia êste para convencer uma classe como o comércio, ao mesmo tempo ciosa do seu patriotismo e cônscia da vaidade de resistências inúteis. Pode alguém, pode o capital disponível todo desta praça e dêste país, deter a velocidade da avalanche abolicionista? Não sentis que a escravidão está morta e que mesmo com o Imperador, o Parlamento, o exército, a marinha, a magistratura, o concurso dos cidadãos — fôrças que já perdestes ou que ides perdendo uma a uma — junto do seu túmulo não a poderíeis ressuscitar? Para que então, dizei-me, obstinarde-vos a manter um provisório que não pode ser remediado, uma situação anômala de incerteza quando tendes, como nós, uma grande e única certeza? A inteligência do comércio está em reconhecer as situações e adaptar-se a elas, em não consumir-se, como os partidos do passado, em lutas desesperadas, em não sacrificar o que pode ser salvo para salvar o que está irremissìvelmente perdido. (*Aplausos*).

E quanto ao vosso patriotismo a que aludi, sabeis que quando o Sr. Dantas propôs ao Imperador a dissolução da Câmara, o chefe do Estado teve que estudar o conflito entre o parlamento e o govêrno e perguntar a si mesmo se a nação estaria com os ministros ou com os deputados, com o projeto emancipador ou com a escravidão. Foi por pensar que o país desejava ir além da lei de 28 de setembro treze anos depois dela, que estava com o movimento emancipador e não com a imobilidade escravista, que o Imperador decidiu-se a assinar o decreto de dissolução. Se não foi por isso, foi, então, por entender que era preciso forçar a nação a caminhar, mostrando-lhe, com a iniciativa e a decisão do poder que ela, na sua má educação política, se tem costumado a seguir, que o caminho da emancipação gradual estava livre e desembaraçado.

Pois bem, senhores, quereis hoje que o mundo inteiro diga num caso que o Imperador fêz crédito à nação de sentimentos generosos que ela não tinha; em outro que o Imperador é mais liberal do que a nação! (*Longos aplausos*).

Acreditai-me, e com estas palavras vou concluir, tão fatigado me sinto, é um espetáculo triste êsse que damos de ter mêdo da liberdade e de aderir como um povo sem vontade e sem confiança em si mesmo à escravidão, que se lhe prova todos os dias ser uma causa de inferioridade, de enervação, e de atraso. Temos mêdo do trabalho livre! Temos mêdo da liberdade de contrato! Não podemos desprender-nos do que sabemos ser um vício que nos degrada, um crime que nos desonra, uma inépcia que nos arruína! No entanto, senhores, defronte de nós fechados no círculo estreito a que a escravidão limitou a atividade e a energia da nação brasileira, está encoberto um Mundo Novo, virgem como a América quando Colombo apenas a sonhava. Lembrai-vos dessa expedição heróica; da fé e do gênio de um só homem planejando essa invasão do infinito à busca de uma terra que só existia no mapa do seu cérebro; as léguas e léguas de mar percorrido, e para o fim, depois do prazo marcado para a descoberta, o desânimo, a revolta da tripulação, a resolução de voltarem ainda que fôsse preciso sepultar no oceano o louco que os havia levado tão longe dentro do naufrágio e da perdição, e de repente os primeiros sinais de vida, galhos flutuantes, aves que aparecem, o perfume longínquo das florestas até que dos mastros do navio soa o grito sublime de *Terra!* o maior transporte que o coração humano sentiu através dos séculos.

Ah, senhores, possamos nós brasileiros, que temos fé no futuro, que acreditamos na existência além dos limites da escravidão de um mundo desconhecido, ouvir também na manhã do 1.º de dezembro êsse grito de *Terra!* levantar-se dos mastros dos nossos navios e encher os corações dos escravos e dos livres ao despontar da nova pátria! (*Longos e repetidos aplausos*).

DISCURSO AOS ARTISTAS DO RECIFE (*)

Artistas pernambucanos,

Eu não podia deixar encerrar-se a campanha eleitoral neste distrito sem dirigir-me especialmente a vós, que, não pelo que sois, mas pelo que devíeis ser e estais destinados a ser, representais a principal fôrça política moderna, a soberania do trabalho. (*Aplausos*). Digo — não pelo que sois — porque infelizmente o desenvolvimento das classes operárias tem sido retardado entre nós pela escravidão de modo a não serdes ainda hoje senão uma fração pequena, quase insignificante, do eleitorado das cidades, no Recife como na Bahia e no Rio. Eu vejo que os candidatos contrários recomendam-se quase sempre ao comércio e à lavoura, como se neste país quem não tem negócio ou não possui terras não merecesse em eleições a honra de ser mesmo lembrado. Vós sabeis que, para êles, o comércio, são os grandes negociantes de açúcar, e a lavoura não compreende os cultivadores, mas sòmente os proprietários do solo. Mesmo nas capitais não há recomendação igual à de candidato dessa aristocracia do comércio e da lavoura, dois aliados que em tempo de paz se detestam e não cessam de mostrar a má opinião que um tem do outro. Pois bem, eu se pudesse, do eleitorado todo, invocar o auxílio de uma só classe e identificar-me com ela, não o faria nem com o comércio e a lavoura, poderosos pela sua riqueza e sua clientela, nem com os funcionários públicos, formidáveis pelo número, nem com os proprietários e os profissionais, fa-lo-ia com a mais insignificante de tôdas as parcelas do eleitorado — com os operários que vivem do seu trabalho de cada dia. (*Aplausos*).

Eu sei bem que vós não pesais pelo número, e não influís pela fortuna, e além disso estais desarmados por falta de or-

(*) Campo das Princesas, 29 de novembro de 1884.

ganização; mas, como na frase revolucionária de Sieyès, podeis desde já dizer: « O que é o operário? Nada. O que virá êle a ser? Tudo ». (*Aplausos*). É que o futuro, a expansão, o crescimento do Brasil está em vós, depende de vós, e enquanto não fôrdes um elemento ativo, enérgico, preponderante, vós que sois a democracia nacional, (*aplausos*) enquanto grandes correntes de idéias não vos moverem e não tiverdes consciência da vossa fôrça, não teremos chegado ainda ao nível das nações emancipadas.

Comparado convosco é imenso o número dos funcionários eleitores. O funcionalismo afogaria o trabalho, mas quem não prefere estar identificado com os artistas a representar os funcionários? Entre nós o funcionalismo é uma doença e doença mortal. Todos querem ser empregados públicos; artistas de talento estão prontos a deixar a oficina pela repartição. A êsse respeito circulam as noções mais extravagantes e promessas escandalosas. Como tive ocasião de dizer em Afogados, onde essas promessas, *para quando o partido Conservador subir,* são oferecidas em maior escala ao aceite de eleitores necessitados e crédulos, se todo o mundo fôsse empregado público cada qual teria que pagar a si mesmo o seu próprio ordenado.. Vós compreendeis que quem sustenta os empregados públicos são os produtores, os contribuintes: se o funcionalismo chegasse para quantos o procuram, o ordenado de cada empregado teria que sair da sua própria algibeira. (*Riso aprobativo*). Mas nós temos um tão pequeno número de empregos disponíveis que é duro ver o jôgo que se faz com êles para desmoralizar e corromper os que deviam viver do seu trabalho manual, os que deviam ser forçados às artes. Vós tendes interêsse na barateza de todos os artigos e cômodos necessários à vida, e portanto em que os impostos sejam brandos e não elevem os preços acima das vossas posses. O funcionalismo, pelo contrário, ou melhor a empregomania só pode viver com um grande orçamento, grandes impostos e grandes *deficits.* No entanto, senhores, a representação dos artistas é

quase nenhuma, e a dos funcionários públicos é enorme. Não serei eu, porém, quem se preste a desmoralizar as artes e as profissões mecânicas, prometendo empregos públicos e estimulando assim uma propensão nacional, que é uma forma da incapacidade moral para o trabalho e da inferioridade em que êle é tido, ambas efeitos da escravidão. e que efeitos! de que tristes, duradouras e multiformes conseqüências! que terrível causa de atraso e de retrocesso!

É por isso que vos repito, se eu tivesse que escolher uma classe com a qual devesse identificar a minha candidatura, não procuraria nem os proprietários do solo a quem chamam — a lavoura; nem os descontadores de safras, a quem chamam — o comércio; nem os empregados públicos, que representam a enfermidade nacional por excelência; nem as profissões científicas, que formam uma aristocracia intelectual, grande demais para um povo tão deprimido como o nosso; escolheria, sim, o insignificante, o obscuro, o desprezado elemento operário, porque está nêle o gérmen do futuro da nossa pátria; porque o trabalho manual, sòmente o trabalho manual, dá fôrça, vida, dignidade a um povo, e a escravidão inspirou ao nosso um horror invencível por tôda e qualquer espécie de trabalho em que ela algum dia empregou escravos. (*Aplausos*).

Mais de uma vez tenho mostrado, nesta campanha, a simpatia que sinto pela principal classe de nossa comunhão, a que cultiva a terra, ou sem salário, como os escravos, ou sem garantia de ordem alguma como os *moradores* livres do interior. Por uma série de circunstâncias serão precisos talvez trinta anos para se fazer compreender a essa classe, a qual é uma população, que ela também tem direitos. Vós, porém, artistas das cidades, não levareis todo êsse tempo a adquirir a noção da vossa dignidade e dos vossos direitos, e em minha opinião não há neste momento medida mais urgente do que a de educar-vos para a posição que ocupais — não sòmente de cidadãos a cujo alcance a Constituição pôs todos os cargos

públicos, mas também de classe chamada nada menos do que a salvar o país pela reabilitação do trabalho. (*Aplausos*).

Para isso o primeiro passo é abolir a escravidão. Escravidão e trabalho repelem-se tanto como escravidão e liberdade. O que é a escravidão senão o roubo do trabalho e a degradação, desde o berço, do trabalhador? O que é o senhor de escravos senão um patrão que reduziu a coisas, e possui como coisas, os seus operários? Vêde bem, vós homens do trabalho, que a escravidão é um atentado contra vós mesmos! Além disso o trabalho manual que existe em nosso país é quase todo de descendentes de escravos, de homens em cujo sangue cristalizou algum sofrimento de escravo. Ora, vós sabeis que a escravidão passa de geração em geração: que ela força os músculos da primeira, paralisa os movimentos voluntários da segunda, enerva o coração ou deprime o cérebro da terceira, e assim por diante. (*Aplausos*).

A escravidão, a história natural o mostra, não é uma instituição exclusivamente humana. Há outra espécie animal que a adotou nas suas repúblicas subterrâneas: é a formiga. (*Riso*). Pois bem, entre as formigas, como entre os homens, ela produz os mesmos efeitos. Os observadores das formigas descobriram que as espécies dentre elas que empregam escravos não podem sequer alimentar-se por si mesmas.. Nesses pequenos animais, que são entretanto o símbolo da atividade incessante, a qual nada desanima, a escravidão produziu durante séculos êsse mesmo efeito infalível: o de inabilitar os que se costumaram a ela para viver sem socorro estranho... É assim, nas sociedades humanas: os povos que vivem da escravidão não sabem, não podem trabalhar, e os povos que não trabalham, vivem por favor alheio.. (*Aplausos*).

Eu sei bem, que em tais condições, abolida a escravidão no Brasil, o organismo paralisado não adquiriria de repente a energia que levou gerações a consumir; mas, já que a salvação única possível está no trabalho, quanto antes começar a reação e quanto menos adiantada estiver a decomposição

da vontade e da fôrça, mais esperança haverá de que os efeitos da doença não sejam mortais...

Mas não é sòmente essa enervação que prejudica o desenvolvimento do trabalho já emancipado. É o estigma lançado sôbre êle. Êsse estigma precisa, não de anos, mas de séculos para apagar-se. Ainda hoje na Europa, em países mesmo onde a escravidão acabou na Idade Média, a causa de certos desprezos e inferioridades, de preconceitos e desigualdades, entre ramos diversos do trabalho, é um resto da escravidão, sepultada entretanto sob profundas camadas sociais... Por muitas gerações ainda a nódoa infamante que a escravidão lançou sôbre o trabalho em tôda a América e principalmente no Brasil há de continuar a ser a maldição da nossa pátria, mas, por isso mesmo, quanto antes revogarmos a condenação do trabalho manual, quanto antes ferirmos de morte o poder que a fulmina, mais cedo teremos libertado as classes operárias da inferioridade em que estão colocadas. (*Aplausos*).

Vêde, senhores, que passos agigantados vai dando essa repulsão pelo trabalho, conseqüência da escravidão! Já entre nós muitos preferem mendigar a trabalhar. A mendicidade, chaga dos governos despóticos e dos países congestos, começa a aparecer em nossas capitais. Em parte na aparência a mendicidade é de emprêgo, breve se-lo-á exclusivamente de dinheiro. Nessa mendicidade têm caído descendentes de antigas famílias, netos de morgados. Para a aristocracia, educada na escravidão quando não hoje, gerações atrás, pedir é menos humilhante do que trabalhar! (*Aplausos*).

Vós sabeis como as artes nasceram entre nós e que vida difícil elas têm tido. O seu nível pouco tem subido do que era no tempo colonial, a sua organização é ainda rudimentar. As altas tarifas, necessárias para sustentar a fantasmagoria das nossas finanças, não bastam para dar-lhes impulso, para habilitá-las a lutar com a indústria estrangeira. Os altos preços da vida, a falta de economia, a frouxidão dos princípios sociais, tudo opera para elevar o custo da mão de obra, e isto, junto

à nenhuma educação mecânica do operário, impossibilita o que todos devêramos tanto desejar — a nacionalização das indústrias essenciais à vida.

Pensou-se muito tempo entre os artistas, mesmo do Recife, que a nacionalização do comércio a retalho produziria o milagre de espalhar entre êles a abundância. Não há maior êrro. Qualquer restrição à liberdade de comércio só teria o efeito de arruinar êste país. Seria uma desonra e uma calamidade, ainda que não fôsse mais do que uma restrição ilusória. Afastar o estrangeiro estabelecido, repelir o capital, criar um privilégio para alguns brasileiros à custa da comunhão tôda, quem pensaria hoje em cometer tal suicídio? Mas a nacionalização do comércio não deixa de ser um ideal patriótico uma vez que seja realizada naturalmente, por meio da livre concorrência, pela vitória da atividade, do espírito mercantil, da solidez do crédito, do comércio nacional. Assim também com as artes, nada mais patriótico do que todos concorrermos para que os artigos produzidos em nossas oficinas possam substituir e dispensar a importação estrangeira. Para êste fim, senhores, estou pronto a promover todos os meios de proteção às artes, que eu julgar legítimos e equitativos.

Começarei por dizer-vos francamente que não acredito na proteção das tarifas. Pelo nosso sistema tributário, apoiando-se sôbre as fraquezas psicológicas do nosso povo, sôbre a ignorância e a covardia do contribuinte, o qual só paga impostos não sabendo quanto paga, os impostos do Brasil são na sua maior parte indiretos. Em tal sistema a tarifa é sempre protecionista, e a nossa está caminhando para ser proibitiva. Não creio que se pudesse mudar de repente a incidência geral da nossa taxação e recorrer a outros impostos, e por isso não pedirei que se tire às artes e indústrias nacionais a proteção de que já gozam, mas também não concorrerei para constituir monopólio e criar indústrias de falsificação tornando a tarifa proibitiva. Essa espécie de proteção é o roubo do pobre e num país agrícola, é um contra-senso. Não, senho-

res, não será elevando o preço de todos os produtos, tornando a vida mais cara, obrigando a população a pagar impostos exagerados a cada fabricante, que eu me hei de prestar a proteger as artes.. A proteção que prometo reclamar é outra, e quase que tôda indireta. As indústrias a que devemos entregar-nos são as indústrias naturais do país, aquelas em que o estrangeiro não possa competir conosco, as que deixem ao produtor lucro razoável saído do produto mesmo e não da equivalência aos direitos da tarifa que obrigam o consumidor a pagar-lhe. Mas, senhores, criado o mercado de salário no país, aberta a terra ao pequeno cultivador, nascendo os centros locais, começando-se a destruir o estigma lançado sôbre o trabalho, o progresso das artes acompanhará a transformação do país e elas crescerão com êle. (*Aplausos*).

Do que vós precisais é principalmente de educação técnica e se eu entrar para a Câmara tratarei de mostrar que os sacrifícios que temos feito para formar bacharéis e doutores devem agora cessar um pouco enquanto formamos artistas de todos os ofícios. (*Aplausos repetidos*). É tempo de pensarmos na educação do operário de preferência à educação do bacharel. (*Riso*). É tempo de cuidarmos do nosso povo, e pela minha parte pelo menos não pouparei esforços para que o Estado atenda a êsse imenso interêsse do qual êle parece nem ter consciência! (*Aplausos*).

É essa a dupla proteção que vos prometo promover; a primeira, leis sociais que modifiquem as condições do trabalho, como êle se manifesta sob a escravidão, e façam da indústria nacional a concorrente vitoriosa da estrangeira em tudo que fôr seu legítimo domínio, e a segunda, o que o Estado vos deve e tem tardado demais a vos dar: a educação de cidadãos e de artífices. (*Aplausos*).

Mas vós também, pelo vosso lado, podeis ajudar-vos muito, unindo-vos, associando-vos. Não sois muitos, é certo, mas ligados um ao outro pelo espírito de classe e pelo orgulho de serdes os homens do trabalho num país onde o trabalho ainda

é mal visto, sereis mais fortes do que classes numerosas que não tiverem o mesmo sentimento da sua dignidade. Vós sois a grande fôrça do futuro, é preciso que tenhais consciência disso, e também de que o meio de desenvolver a vossa fôrça é sòmente a associação. Para aprender, para deliberar, para subir, é preciso que vos associeis. Fora da associação não tendes que ter esperança.

Amanhã, meus senhores, falarei ainda uma vez antes da eleição sôbre a minha candidatura. Vós sabeis o alcance imenso que teria vosso pronunciamento a favor dela. Homens do trabalho, mostrai que a escravidão se ainda possui as senzalas, já não possui as oficinas (*aplausos*); protestai contra êsse poder implacável que tendo feito ouro com o sofrimento e a vida de trabalhadores, como vós, quer hoje empregar êsse ouro manchado de sangue em corromper o voto de homens livres. (*Aplausos*). Há entre vós homens de côr, mas nêles não haverá um só dêsses Judas que por trinta dinheiros vendem a sua raça, sua mãe. (*Aplausos*). Êsse último ultraje da escravidão à dignidade humana não partirá de vós, artistas pernambucanos. Identificados com a causa da liberdade, o vosso voto será no dia 1.º de dezembro ao mesmo tempo uma petição e uma ordem ao Parlamento convocado, para que liberte, levante e proteja o trabalho em tôda a extensão do país, sem diferença de raças nem de ofícios.. a escravidão retardou de dois séculos a emancipação do proletariado nacional, mas hoje, que êle começa a pensar e a querer, é preciso que a sua primeira intimação aos poderes delegados seja a favor dos escravos, de cuja classe em sua maior parte êle saiu... (*Aplausos*). Sim, senhores, é preciso que as primeiras palavras dêsse proletariado, que hoje surge em nossa política, sejam de liberdade, de justiça e de igualdade, porque nenhum povo pode ser grande sem ser livre, feliz sem ser justo, unido sem ser igual. (*Aplausos unânimes e repetidas aclamações*).

QUARTA CONFERÊNCIA (*)

SENHORES,

Amanhã a cidade do Recife terá que pronunciar-se sôbre a única questão nacional que até hoje foi sujeita ao exame e deliberação do povo brasileiro. (*Aplausos*). Estamos assim na véspera da maior batalha política da geração atual, e devemos preparar-nos para entrar nesse grande combate com a fôrça de ânimo que transforma a coragem de qualidade animal na primeira das qualidades viris, — calma e dignidade. (*Muito bem*).

Se vencermos como contamos vencer, como tudo nos garante que venceremos, não nos esqueçamos de que a nossa vitória é parcial e que não é definitiva. Não é o Recife, não é Pernambuco, só por si que há de decidir do apêlo feito à nação, ao passo que a escolha dos nossos nomes significa apenas uma investidura solene, o direito que adquiristes, vós abolicionistas pernambucanos, de fazerdes ouvir a vossa voz no Parlamento.

Mas não é só isso. Se a nossa vitória fôsse completa e decisiva, ainda assim o melhor uso que poderíamos fazer dela seria oferecê-la como um penhor de reconciliação aos nossos adversários, porque a pátria que queremos ver fundada não há de ser nossa sòmente, há de ser também dêles e dos seus filhos (*longos aplausos*), e por isso o que se figura hoje como uma vitória dos abolicionistas seria logo no dia seguinte reconhecido como patrimônio da nação inteira, escravos e senhores, (*aplausos*), como a conquista de todos nós que neste momento parecemos inimigos implacáveis! Sim, mais ainda dos nossos antagonistas do que nossa, porque a parte dêles seria infinitamente maior sendo êles os que maiores interêsses têm na propriedade estabelecida, na riqueza nacional acumu-

(*) Teatro Santa Isabel, 30 de novembro de 1884.

lada pela escravidão, propriedade e riqueza que desde então ficariam assentados sôbre a justiça e a moral. (*Aplausos*).

E que motivo teríamos nós amanhã para entregar-nos a uma dessas explosões de alegria popular que acompanham a reivindicação de grandes direitos, a destruição de opressões seculares? Quando estivéssemos festejando o nosso triunfo, quantos escravos não estariam passando pelas torturas da escravidão? Sim, senhores, enquanto houver um escravo no Brasil nós abolicionistas devemos trazer em nossos corações o luto da pátria.. (*Muito bem, muito bem!*)

Mas se tôda a nossa esperança fôr iludida, se em vez de vencedores, formos amanhã os vencidos, que importa que haja no Parlamento um ou dois abolicionistas de menos hoje que a nossa causa está triunfante na consciência nacional? (*Aplausos repetidos*).

Preparemo-nos, pois, para a batalha no recolhimento das nossas almas de brasileiros e patriotas.. Como os soldados cristãos que entravam em combate rezando e com a fé posta num instrumento de suplício convertido em símbolo de redenção, levemos no coração a fé na virtude misteriosa das lágrimas dos escravos, que não podem hoje como desde três séculos, infiltrar-se no solo dêste país senão para abençoá-lo como pátria dos seus filhos.. (*Aplausos*)

Sabemos todos onde está o inimigo. Deixai de lado as vossas superstições e preconceitos.. Como Cambises ao invadir o Egito (1) punha na primeira linha de batalha os animais sagrados dos egípcios, sabendo que êles não ousariam atacar os seus próprios deuses, os nossos adversários combatem por trás dos sentimentos que sabem ser-nos sagrados e invioláveis. Mas não tenhais mêdo de ferir êsses princípios com que êles se protegem dos nossos golpes... Nem o direito de propriedade, nem a vida e a segurança das famílias, nem o

---

(1) Duas ou três vêzes há nestes discursos lembrança de uma série de artigos do orador publicados no *Jornal do Comércio* (1884) com a assinatura de *Garrison.*

crédito do Estado, nem a união dos brasileiros, nem a integridade da Pátria, sofrerão a mais leve ferida. Êsses interêsses, êsses princípios nada têm que ver com a escravidão, que é o inimigo de nós todos e de todos êles. (*Aplausos*). Os vossos ídolos ficarão intactos; ainda mais, no ardor do combate vós os vereis sustentando a boa causa que é a nossa. (*Aplausos*).

Senhores, quando a majestade desta reunião, como creio que ainda não houve igual no Recife, não bastasse para tornar imperecível em mim a lembrança da campanha eleitoral que deve terminar amanhã, estou certo de que a todo tempo os que me escutastes daríeis testemunho de que empreguei todos os esforços da palavra e da persuasão ao meu alcance para conquistar o voto, a opinião, da capital de Pernambuco, em favor da idéia abolicionista. Quanto a mim estou satisfeito com ter proclamado os princípios cardeais da nova propaganda e por ter começado a vê-los germinar Essas grandes verdades que tratei de passar para os vossos espíritos, com a mesma fôrça e evidência com que elas se impuseram ao meu, hão de ficar profundamente gravadas no patriotismo e na consciência de todos vós. A primeira foi que há brasileiros ainda sem pátria, e que a nação brasileira, com o regímen servil, está posta fora da lei no interior, abaixo da lei nas cidades... (*Aplausos*). A segunda foi que a propriedade não tem só direitos, tem também deveres, e que ela tem faltado a todos os seus deveres, dos quais não chegou ainda a ter sequer consciência. (*Aplausos*). A terceira foi que a solução do problema da miséria nas cidades, da ociosidade e da indiferença no interior, só pode ser produzida por uma lei agrária, que, por meio do impôsto territorial ou da desapropriação, faça voltar para o domínio público tôda a imensa extensão de terras que o monopólio escravista não cultiva nem deixa cultivar. (*Aplausos*). A quarta foi que nós precisamos de reformas sociais que tenham por centro êsse *único* interêsse nacional — o trabalho — (*aplausos*): liberdade do trabalho, amor ao trabalho, instrução técnica e cívica do trabalhador,

voto do operário, proteção ao trabalho, criação de indústrias, etc., e que precisamos dêsse grupo de reformas sociais de preferência a mudanças e reformas políticas que não afetam o nosso povo, mas tão sòmente a oligarquia criada pela escravidão. (*Aplausos*).

Essas verdades podem parecer novas, arriscadas e injustas.. mas, assim como a pedra da Kaaba que de branca tornou-se preta pelo toque de gerações sucessivas de crentes, elas hão de ser cada vez mais reverenciadas pelo povo brasileiro, a cujas necessidades mais palpitantes e vitais correspondem, hão de ser os dogmas de uma crença política diversa daquela em que fomos educados no período de superstição e de ignorância, em que a nação se resume na classe governante e deixa-se o povo crescer na degradação, no cativeiro e na miséria. (*Longos aplausos*).

Pitt dizia ao duque de Devonshire: « Estou certo de que eu posso salvar a Inglaterra e de que ninguém mais o pode ». Não posso falar como o grande estadista, porque só depois de arrancadas as raízes da escravidão é que se poderá avaliar a extensão do mal que ela nos fêz e o que ela não solapou... mas posso dizer com a mesma fé e segurança: « Se não estou certo de que a abolição possa salvar o Brasil, estou certo de que nada mais o pode ». (*Aplausos*). Falo do presente, porque quanto ao futuro, a abolição o pode e o há de salvar. (*Novos aplausos*).

Sim, senhores, essa prosperidade, essa fertilidade de que a escravidão se ufana, é apenas a ironia da esterilidade nacional. (*Muito bem*). A escravidão só existe, só produz porque nós não produzimos (*aplausos*), porquanto se houvesse trabalho livre não havia escravidão. (*aplausos*), e nós só não produzimos, porque ela existe e produz, porquanto se não houvesse escravidão haveria o trabalho livre, o trabalho nacional. A fertilidade dela é assim, como eu disse, a nossa esterilidade. É como no Gênesis, quando a espôsa estéril julgava-se fecunda, julgava-se mãe, se uma de suas escravas

concebia do patriarca e, na frase da Bíblia, paria sôbre os joelhos dela... Sim, senhores, é a escravidão que páre há três séculos sôbre os joelhos da nossa pátria! (*Longos aplausos*).

Como é triste êsse espetáculo de um país novo reduzido à decrepitude por um sistema que deixa sem trabalho, que impede de trabalhar, à massa válida da população nacional. Eu tive ocasião de ver o reflexo triste que êle projeta, até mesmo no coração das nossas cidades, nas minhas visitas ao eleitorado. Em que condições de pobreza, de dependência, de abandono, encontrei parte do povo que entrou no eleitorado.

Que admirável coragem, a dêsses homens que criam uma família, contribuem para o aumento da população nacional, nas condições de vida a que estão sujeitos! Quantas vêzes, à porta dessas casas, hesitei em entrar, pensando que era um sarcasmo ir pedir o voto a êsse povo que nenhum interêsse tem na política desde que a política nenhum interêsse tem por êle! Parecia-me na posição em que me acho que era aumentar a aflição ao aflito pedir que tomasse parte na eleição a homens carregados de filhos e que não têm em parte alguma trabalho, cuja vida é uma lamentação perpétua e hereditária, e aos quais a sociedade não mostra a mínima simpatia e não dá a mínima proteção! Sim, senhores, parecia-me um sarcasmo essa visita, e mais de uma vez só tive coragem para atravessar o limiar da porta além da qual eu ia encontrar sempre o mesmo triste espetáculo, ver o mesmo horizonte, o mesmo futuro de uma de nossas famílias pobres, o mesmo abandono de nosso povo à necessidade que o oprime, a angústia da fome adiada de hora em hora pela caridade alheia, — além da qual eu via a mendicidade, doença das nações decrépitas e das populações congestas, despontando como uma nódoa na face dêste país novo e ainda não povoado, a fisionomia, enfim, de uma raça que vai perdendo a esperança, tendo tanto esperado em vão!... (*Sensação*).

Mais de uma vez, dizia eu, só tive coragem para entrar como candidato no lar de famílias que via reduzidas à con-

dição de nada ter e de nada poder esperar, porque entrava ali em nome de uma classe ainda mais infeliz do que a dos nossos proletários, a dos escravos, porque eu representava por indicação nacional desgraças ainda maiores, sofrimentos, talvez de outra natureza, porém ainda mais cruciantes. (*Sensação prolongada. Pausa*).

Hoje que temos chegado ao têrmo dessa campanha é direito nosso proclamar o modo pelo qual a dirigimos. Foi como vistes uma luta travada com um adversário que fugia à publicidade e manobrava sòmente no segrêdo e no silêncio da cabala. (*Aplausos repetidos*). Nessa luta tudo o que dissemos e fizemos foi perante vós, diante de milhares de testemunhas. Também por isso não travámos o combate no terreno pessoal, discutindo indivíduos, mas no terreno impessoal, discutindo idéias. (*Aplausos*). Preferi à cabala a propaganda; preferi conquistar a opinião a mendigar votos. (*Aplausos*). Neste mês de novembro falei quase dia por dia. Os meus discursos foram ouvidos por milhares de pessoas. Elas que digam se falei duas linguagens, se encobri o meu pensamento, se prometi alguma coisa que não estivesse de acôrdo com as promessas, ou melhor, com os compromissos do movimento abolicionista. Vêde pelo contrário a atitude falsa e coacta dos nossos adversários, a desconfiança que têm do povo, o mêdo que têm das idéias, e o silêncio profundo em que atravessam como sombras o cenário das lutas eleitorais! (*Aplausos*).

Na véspera da batalha é preciso calcular as contingências tôdas da ação, e isso nos coloca, aos abolicionistas, diante de diversas hipóteses parlamentares. A primeira é constituirmos maioria abolicionista, o que importa a votação do projeto Dantas. A segunda é sermos minoria abolicionista numa Câmara liberal; a terceira é sermos minoria abolicionista numa Câmara conservadora. Devo dizer que essas duas hipóteses se resumem numa só: a necessidade de uma dissolução. Nem a maioria conservadora há de ser tão grande que os conservadores possam governar com a próxima Câmara, nem o par-

tido Liberal há de consentir em ter a sua política frustrada e muito menos dirigida por qualquer pequeno grupo que se queira ligar à oposição. Nos dois casos o Imperador terá novamente que escolher entre os liberais e os conservadores e eu acredito que o chefe do Estado não há de divorciar a monarquia do movimento abolicionista.. (*Aplausos*).

Os conservadores intimam já ao Imperador a alternativa célebre de Gambetta a Mac-Mahon: « Submeter-se ou demitir-se ». Em uma das sessões mais agitadas da última Câmara eu observei um deputado conservador, vendo o relêvo que êles davam nas suas censuras à influência da coroa, que o partido Conservador parecia estar abrindo mão da monarquia e fazendo oferecimentos à República. « E quem lhe diz, foi a resposta, que já não temos pensado nela? » Mas, no meu entender pelo menos, se a monarquia tivesse que consultar o seu interêsse sòmente e não os seus deveres para com a pátria, — que o é também da dinastia e que continuará a sê-lo quando mesmo ela deixe de reinar, — ainda assim o verdadeiro caminho a seguir seria o de estar ao lado dos inimigos da escravidão até à destruição completa dêsse regímen... (*Aplausos*).

Ao estudar o caráter e o alcance das novas eleições para à vista delas tomar uma deliberação sua, se preciso fôr, o Imperador não se deve cingir ao exame único dos algarismos e aos resultados finais do escrutínio. Se o partido Conservador triunfasse de modo à poder governar com a sua maioria sem o recurso da dissolução, a hipótese seria outra, mas como essa é impossível, é inútil descutir os deveres da coroa para com a nação em tal caso. Do que eu trato neste momento é de cada um dos dois partidos precisar do decreto de dissolução para governar, isto é, de apelar para a prerrogativa. Em tal caso é que eu digo, o Imperador não deveria olhar para o resultado puro do voto, mas ter em vista diversos fatôres importantes que concorreram para êle. O dever da coroa seria procurar conhecer antes de tudo a vontade da nação para não contrariá-la. As eleições de amanhã vão mostrar em que mi-

noria a opinião conservadora está no país. o segundo escrutínio é a coalizão dos ódios intestinos e pessoais com as divisões políticas, e não poderia servir de base sólida a uma restauração conservadora. (*Muito bem, muito bem*).

Mas o Imperador, além de atender à maioria numérica das opiniões liberais, em estado de liberdade como se acham no primeiro escrutínio, se quisesse realmente conhecer o sentimento e as tendências do país, deveria ter em vista: primeiro, o censo alto do eleitorado; segundo, o monopólio da escravidão; terceiro, o estado de divisão do partido Conservador; quarto, a iniciativa e os sacrifícios do partido Liberal, e quinto o momento atual.

O censo alto, senhores, quer dizer que a nação está fora do eleitorado, que êste não a representa suficientemente, e que, portanto, se numa questão que interessa o que se chama pròpriamente povo como é a da emancipação, êsse eleitorado censitário desse com exclusão do povo a maioria, a metade, ou a quase metade, do Parlamento ao partido da reforma, não podia haver dúvida que a nação estava com êsse partido nessa reforma (*grandes aplausos*), e seria ir de encontro à evolução nacional chamar os seus adversários ao poder por um golpe de Estado. (*Novos aplausos*).

O monopólio da escravidão significa que esmagado o país pela posse exclusiva da terra e pela dependência em que está dos proprietários tôda a população do interior, e dividido êste em feudos impenetráveis à agitação e ao movimento das idéias livres, se a escravidão não conseguiu triunfar, não pôde pelo terror e pela perseguição apossar-se do Parlamento, a nação, livre dessa pressão odiosa e aviltante, ter-se-ia pronunciado de modo muito mais franco e decidido pela liberdade e pelo direito. (*Aplausos*).

O estado de divisão do partido Conservador tem êste alcance — que, se fôsse chamado ao poder depois de uma vitória duvidosa, ou, pior ainda, depois de uma derrota manifesta, a oposição subiria para dividir-se e dividir-se-ia para cair.

(*Longos aplausos*). Sim, senhores, a emancipação seria, como eu já disse, a inevitável Farsália dos duúnviros do Norte e do Sul. Eu faço desta tribuna ao Sr. João Alfredo a mais grave de tôdas as acusações: a de ter entrado na grande e histórica eleição de 1884, escondendo dos eleitores e da nação a idéia de que os seus turiferários o fazem adepto e com a qual o recomendam ao chefe do Estado, e de escondê-la para poder subir ao poder em certas contingências por uma surprêsa praticada contra os seus próprios amigos. Eu o acuso de não ter consentido que a deputação conservadora pernambucana manifestasse de forma alguma em oposição a divergência em que estava da deputação conservadora do Rio, S. Paulo e Minas, explorando assim uma grande reforma nacional para fins de partido, êle que sabe como em 1871 o partido Liberal apoiou o ministério Rio Branco e desinteressadamente concorreu para que os seus adversários realizassem uma medida da qual tinham antes feito arma de destruição contra êle. (*Aplausos*). Mas, senhores, o que seria do partido Conservador dividido? Não estamos mais no tempo das Câmaras unânimes como a de 1871. Por melhor escolhidos que fôssem, os procônsules conservadores não fariam qualquer das metades do seu partido levar de vencida a outra e mais o partido Liberal e o Republicano.. Imaginai o Sr. João Alfredo apelando como o Sr. Dantas para o país e tendo que lutar contra todos os seus inimigos externos e a dissidência do seu partido! Que eleições faria êle? (*Aplausos*).

Por isso também mencionei em quarto lugar a iniciativa e os sacrifícios do partido Liberal. Quando se tratou da eleição direta o Imperador disse que, a fazer-se, a reforma devia ser realizada pelo partido do qual ela era programa. O que dizer hoje da emancipação depois que os conservadores uniram-se como um só homem para derrotá-la nas urnas?

Notai bem, senhores. Os conservadores resistem a tôdas as reformas pela mania de resistir, que é uma verdadeira enfermidade nêles desde que resistem aos seus próprios interêsses.

A eleição direta, muito mais sendo censitária, era do interêsse dêles e êles resistiram até à última. A emancipação é do interêsse dêles e êles resistem ainda. Em tais condições haverá igualdade de circunstâncias? Não deve o Imperador ao dar a sua confiança para realizar as grandes reformas liberais preferir o partido que as inicia e se sacrifica por elas ao partido que especula com elas e as explora? (*Ruidosos aplausos*).

Por último, e em quinto lugar, falei do momento atual. Seria êste o momento da resistência e da reação hoje que o movimento já libertou três províncias, que o entusiasmo abolicionista comunicou-se ao exército e à armada, que o nome do Brasil está comprometido perante o mundo a uma reforma séria, que a ansiedade pública irrompe de todos os lados e todos sentimos estar na véspera da redenção do nosso país? (*Aplausos*).

Assim, senhores, não tenhais mêdo de que o partido Conservador se recomende mais à confiança do Imperador do que o Liberal, a cujo programa de reformas, à realização de cujas idéias parece-me dora em diante ligada a sorte da monarquia no Brasil. O Imperador imitará o rei Humberto e não a Afonso XII, certo de que sustentar o partido Liberal no poder é fortificar a monarquia, e derribá-lo é lançá-lo num caminho de aventuras que só pode levar à revolução, desde que a alternativa — o despotismo — é impossível no Brasil e contrário a tôdas as tendências históricas da nossa raça e da própria dinastia brasileira. (*Aplausos*).

Eu sei que os nossos adversários procuram deter-nos o passo invocando contra nós um homem que hoje estaria conosco a menos que êle quisesse destruir a sua própria legenda, o visconde do Rio Branco. Senhores, o visconde do Rio Branco, Paranhos, viveu e morreu no serviço do Estado, deixou o seu nome inscrito em inúmeros atos legislativos e administrativos do reinado, foi ministro repetidas vêzes, com a exceção notável da missão Saraiva escreveu por assim dizer a história da nossa diplomacia no Rio da Prata durante tôda a sua vida

política, e no entanto o que é que o povo sabe, o que é que o mundo sabe do visconde do Rio Branco? Que êle fêz a lei de 28 de setembro. (*Aplausos*). Isso quer dizer que não foi o nome de Paranhos que fêz grande a emancipação dos escravos, mas que foi a emancipação que fêz grande o nome de Paranhos. (*Grandes aplausos*).

Mas, senhores, esqueço-me que estamos na véspera do combate e que vós e eu devemos reservar as nossas fôrças para o dia de amanhã. Amanhã com efeito a cidade do Recife vai ser chamada a pronunciar-se num julgamento solene, entre duas idéias irreconciliáveis, entre dois espíritos que, como o do bem e do mal nas teogonias do Oriente, estão em perpétuo conflito na marcha do mundo. (*Aplausos*). Vêde o sombrio préstito com que a escravidão pretende disputar os vossos votos, o cortejo com que se apresenta em vossos comícios. Olhai para essa multidão que desfila atrás do carro triunfal do Moloc americano, que há três séculos se alimenta entre nós de vítimas da África, sacrificadas à sua sêde de sangue! (*Aplausos*). São os velhos de sessenta anos carregados de velhice e de trabalho, que não deram sòmente ao seu senhor inexorável grandes safras de açúcar e de café, mas lhe deram filhos e netos, essa outra colheita que o enriqueceu; os galés de uma vida cuja história tôda é a tragédia da senzala, sem uma consolação, sem um apoio fora de si mesmos e do seu próprio coração torturado, da sua consciência esmagada, sem nenhum dêsses apoios estranhos que nós todos temos na vida, nem a família, nem os amigos, nem o magistrado, nem a religião, nem a lei; portadores de uma vida assim roubada tôda a si mesmos, ao seu corpo e à sua alma, vida cujos dias um por um caíram fundidos em moedas de cobre nas mãos do proprietário... e vós imaginais que sofrimentos devem ser os do homem cujos dias são assim vazados um por um, sem respeito às necessidades físicas e morais do ser pensante, que nós somos, em moedas de cobre.. Vêde todo êsse cortejo de inválidos, seguidos dos seus filhos e netos escravos

como êles, primícias do seu próprio sangue que êles ofereceram à cupidez de seu senhor sem por elas todavia resgatar-se da escravidão (*aplausos*), — porquanto a escravidão é isso mesmo: é o tráfico do que há mais santo, mais misterioso, mais inexplicável na natureza: a maternidade! (*sensação*); é essa lei bárbara e atroz que diz à mulher que concebe: « Teu filho vai ser um escravo como tu, tu vais enriquecer o teu opressor com o produto do teu seio».. Não se diga que entre nós está abolido êsse monstruoso princípio, porque não está; é em virtude dêle tão sòmente que existe a escravidão em nosso país, e aboli-lo, sèriamente, seria decretar a emancipação de todos os escravos, presente gratuito e involuntário, às vêzes filho do crime e da violência, que as escravas fizeram aos seus senhores! (*Prolongada emoção*). Ah, senhores, por que não aconteceu para honra da natureza humana em nosso país que, como se diz de certas espécies animais, a espécie humana também não se reproduzisse no cativeiro! (*Nova emoção*). Parece que não poderei chegar ao fim das minhas frases, tanto sou arrebatado pela torrente das impressões que me causa êsse regímen que quando não foi pirataria tornou-se em lei de Herodes... Mas não são sòmente os velhos de sessenta anos que apelam para vós: são tôdas as gerações escravas, a contar do *ingênuo* — escravo até aos vinte e um anos! De que massa humana sois feitos, pernambucanos, se tão grande injustiça não vos revolta e tão grande sofrimento não vos comove! Vós, homens pobres, como quereis que os poderosos se compadeçam de vós, se não tendes compaixão para entes ainda mais infelizes e desamparados do que vós mesmos! Não... isso não é possível. Não será com os vossos votos que se manterá por mais tempo uma instituição desumana e cruel, violação perpétua de tôdas as verdades fundamentais da ciência como da religião, da jurisprudência como da moral, causa de atrofia que pesa durante séculos sôbre o desenvolvimento das nações, instituição que destrói e avilta tudo o que as instituições sociais têm por fim edificar e engrandecer! (*Aplausos prolongados*).

Não, senhores, a cidade do Recife acordou do sono profundo de tantos anos de indiferença e de insensibilidade e neste lugar donde falo, do centro de tantas tradições e de tanto heroísmo, que se não fôra a escravidão seria hoje uma República forte e respeitada e que com a escravidão começa a esquecer o passado e a descrer do futuro, dir-se-ia que nós ouvimos uma voz que nos brada: « Basta de perseguição, basta de sofrimento! » É a voz que sobe do solo das vossas batalhas nacionalistas, das vossas revoluções liberais, e é, escutando-a e articulando-a, que eu denuncio neste momento solene a escravidão ao povo pernambucano com tôdas as fôrças de minha alma. (*Aplausos*). Sim, em nome do passado e do futuro, denuncio ao povo do Recife reunido nos seus comícios aquela instituição que para ser condenada pela consciência humana basta ser chamada pelo seu nome — de escravidão (*aplausos*); eu a denuncio como incursa em todos os crimes do código penal, em todos os mandamentos da lei de Deus. (*Longos aplausos*). A vós, artistas, eu a denuncio como o roubo do trabalho; a vós, sacerdotes, como o roubo da alma; a vós, capitalistas, como o roubo da propriedade; a vós, magistrados, como o roubo da lei; a vós, senhoras, como o roubo da maternidade; a vós, pais, filhos, irmãos, como o roubo da família; a vós, homens livres, como o roubo da liberdade; a vós, militares, como o roubo da honra; a vós, homens de côr, como o roubo de irmãos; a vós, brasileiros, como o roubo da pátria. sim a todos eu a denuncio essa escravidão maldita como o fratricídio de uma raça, como o parricídio de uma nação!

(Longos e estrepitosos aplausos. Durante muitos minutos o auditório aclama o orador).

QUINTA CONFERÊNCIA (*)

MEUS SENHORES,

Ao ver-me hoje de novo diante de vós parece-me que não o curto intervalo de quatro semanas, mas um espaço de tempo muito maior, nos separa do dia em que pela última vez tive a honra de dirigir-vos a palavra neste recinto. O número em que afluís a esta reunião e o acolhimento que me dispensais basta para mostrar que não está quebrado nenhum dos laços de confiança e solidariedade que nos prendiam antes da eleição; mas os acontecimentos que intervieram desde o dia 1.º de dezembro produziram em nossos espíritos uma impressão tão profunda que os fatos de há um mês parecem distanciados de nós um ano e é difícil voltarmos ao estado de espírito em que nos achávamos antes do primeiro escrutínio.

Sim, senhores, nada é mais nobre do que o sentimento que nos faz pensar assim. Houve sangue derramado na presente eleição, e o nosso respeito à inviolabilidade da vida humana é tal que o sangue derramado, ainda mesmo quando nenhuma gôta dêle possa ser lançada sôbre nossas cabeças, tem o poder de paralisar-nos completamente na reivindicação dos mais legítimos direitos.

Pela minha parte devo confessar que os fatos de S. José produziram em mim um abalo profundo. A primeira impressão que eu tive foi tôda de ansiedade pelo perigo que correu no dia da sua vitória o meu ilustre amigo, o deputado pelo 2.º distrito, mas a segunda foi de luto pela sorte dos que sucumbiram nessa luta improvisada, e de todo imprevista que um momento pareceu dever estender-se a tôda esta capital.

(*) Teatro Santa Isabel, 6 de janeiro de 1885.

Não posso expressar-vos o pesar que me causa o ter que ficar associada à lembrança da minha eleição no Recife a cena selvagem de S. José, porque tenho o direito de dizer que êsse não devia ser o desfêcho de uma campanha eleitoral como foi a minha, feita tôda diante do povo, sem nenhum meio subterrâneo, sem cabala e sem fraudes, e na qual pode-se dizer que o candidato esqueceu-se no abolicionista.

Entretanto, senhores, tal é a crueldade e o cinismo dos que, em falta de bandeira de partido, levantam hoje como estandarte as roupas ensangüentadas de seus infelizes correligionários, o que é que diz e repete a imprensa conservadora? Que as mortes de S. José foram o resultado das minhas conferências! Como se êsses tantos discursos em que não ataquei pessoas, e sòmente defendi idéias, em que apregoei as principais aspirações sociais e políticas da nossa época, ou não tivessem tido auditórios numerosos capazes de desmentir a calúnia, ou tivessem produzido efeito contrário ao que nobres pensamentos expressos em linguagem elevada deviam produzir sôbre uma população civilizada, em uma cidade como o Recife!

Vim a esta cidade em serviço da idéia abolicionista. Apresentando-me candidato procurei fazer da minha eleição uma campanha política de repercussão nacional. Para isso desprezei a cabala, a intriga de porta em porta, e entreguei-me todo à propaganda. Na sustentação das reformas que advogava falei mais de vinte vêzes ao povo; os meus discursos ou foram taquigrafados ou foram em suas partes essenciais retidos de memória por centenas de pessoas. Pois bem, eu desafio a que se produza de todo êsse imenso cabedal que entreguei, sem preparo quase, à análise microscópica dos meus adversários, uma frase sequer que eu não possa repetir e pela qual não me confesse responsável.

É certo que os que me responsabilizam pelo grau de entusiasmo, de excitação e de ansiedade popular no dia 1.º de dezembro, não dizem que eu direta ou indiretamente con-

corresse para os acontecimentos de S. José, de outra forma senão por meio destas conferências que, segundo êles, levaram o povo desta cidade a identificar-se de tal modo com a minha eleição que a idéia de que eu fôra derrotado, tomando-o de surprêsa, seria como uma faísca lançada sôbre o imenso material de paixões explosivas que uma longa tradição histórica depositou entre as diversas camadas do povo de Pernambuco.

Mas, senhores, que novo crime é êsse de se fazer estimar pelos seus comprovincianos? De lançar raízes no coração do povo? De provocar o interêsse geral, a ansiedade mesma da população, para a eleição que se disputa? (*Aplausos*).

Eu argumento na hipótese dos nossos adversários, porque a teoria dêles sôbre os fatos de S. José não é a minha. A minha é muito diversa e logo eu terei que expô-la. A dêles é que o povo do Recife, — porque foi o povo indistintamente; não eram, como com êles, capangas armados e assalariados para o dia; era o povo mesmo, homens de tôdas as idades, de tôdas as posições e de todos os partidos, — a idéia dêles é que o povo do Recife foi a S. José cometer assassinatos como um bando de assassinos, movido pela sobreexcitação em que estava por causa desta campanha. Êles pretendem assim responsabilizar-me por ter concorrido para o derramamento de sangue com a agitação produzida no ânimo público pelos meus discursos.

Senhores, eu sei bem que todo homem político que promove grandes reformas sociais, e que para isso tem de expor as extorsões e os abusos dos privilégios que ataca, e, por outro lado, de estabelecer a relação direta, causal, entre as injustiças denunciadas e o sofrimento, a miséria, a triste condição dos oprimidos, arrisca-se sempre a acusações de provocar o derramamento de sangue e explosão de cóleras populares.. Durante o longo processo de tôda e qualquer reforma social, o sangue, o crime, digamos logo, resultado de impaciências que se não podem conter ou de paixões momentâneas que se

não podem suprimir, intervém como elemento perturbador da luta, como que para ainda mais envenená-la. A história está cheia de situações dessas, em que os homens de reforma, os mais humanos e até mesmo os mais tímidos, viram-se de repente paralisados pelo crime que, pretendendo auxiliá-los, os obrigava a parar e perguntarem a si mesmos se estavam seguindo o verdadeiro caminho; mas em caso nenhum faltou a êsses homens a acusação dos adversários de terem provocado o derramamento de sangue.

A essa acusação, senhores, deve sentir-se superior todo aquêle que pode no decurso de uma longa agitação de seis anos apontar para tudo que tem feito, dito, ou escrito, e pedir que se lhe mostre um ato ou uma frase que pudesse atuar no espírito de um homem sensato para movê-lo a um atentado contra a vida ou a pessoa de quem quer que fôsse.

É estranho, senhores, que os conservadores me contestem o direito da palavra na quadra eleitoral. Eu cheguei no fim de setembro ao Recife, desconhecido de quase tôda a população. Era amigo íntimo, é certo, do presidente da província, mas sabia, não só que êle não se prestava a fazer reação alguma, como que êle não poderia auxiliar-me, no estado a que chegaram as finanças provinciais, quando, por mais necessário que fôsse, nenhum candidato podia conseguir dêle o pagamento dos ordenados atrasados dos funcionários. Em tais condições, ser reputado candidato oficial era carregar com a responsabilidade de uma situação odiosa para a qual eu não havia de forma alguma concorrido, e isso sem a mínima compensação, porquanto, vós sabeis, as grandes repartições do Estado e da província no Recife estão sob as ordens de conservadores, e o empregado — que tem meios no escrutínio secreto de encobrir o voto — prefere marchar de acôrdo com o seu chefe permanente a, quando muito, agradar a um presidente provisório, que apenas acabada a eleição deixará a cadeira. Além disso, tão fundo se entranhou a convicção de que os liberais não reagem, que a

ameaça de um conservador *para quando o partido subir* produz em tôda parte maior pressão sôbre o funcionário eleitor do que mesmo a intimação do mais autorizado liberal.

Sem elementos oficiais, portanto, eu via-me, numa cidade empobrecida e necessitada, em frente de todo o capital, de tôda a plutocracia açucareira, de tôda a clientela nacional e estrangeira, leiga e eclesiástica, comercial e operária, mercenária e ociosa da escravidão. Tinha além disso contra mim a campanha da difamação e do insulto feita no *Tempo* e no *Diário de Pernambuco,* onde até a memória de meu pai era vilipendiada por dinheiro. Sem recursos e com demasiado espírito público para entrar no mercado de votos, para o qual os nossos adversários tinham criado um como *fundo dos reptis;* sem empregos que prometer; incapaz de desrespeitar no mínimo dos funcionários a liberdade do seu voto; em luta com as poderosas famílias comerciais e proprietárias de quem tanta gente depende, e por fim sem residência nesta província para responder ao argumento máximo de que tanto se abusou — que eu não era mais pernambucano, o que podia eu fazer senão recorrer a esta tribuna, entender-me diretamente com o povo, procurar nêle a base precisa à minha candidatura, que — essencialmente do povo por ser abolicionista — eu tinha obrigação de empregar os últimos esforços para tornar popular? (*Longos aplausos*).

O que resultou dêsse esfôrço em que me prodigalizei dia por dia, sempre acompanhado por milhares de pessoas, vós sabeis. O partido Liberal em massa nesta cidade tornou-se abolicionista, e o abolicionismo que era a opinião de alguns tornou-se o partido popular. O Recife nunca viu semelhante espetáculo, novo também no Brasil: o de uma eleição disputada, como nos Estados Unidos ou na Inglaterra, na praça pública, em grandes *meetings*, com esta diferença sòmente: que naqueles países ambos os partidos comparecem perante o povo e batem-se diante dêle na mais transparente publicidade possível, ao passo que em Pernambuco éramos nós

abolicionistas os únicos a dirigir-nos ao povo, a falar ao povo, e tínhamos assim, da publicidade, da luz meridiana, sem tramas e sem mistério, que disputar as eleições a um partido cujos movimentos eram todos secretos, cujos meios eram todos desconhecidos, que maquinava, comprava, falsificava e se armava nas trevas! (*Aplausos*).

Por isso mesmo, senhores, tenho o direito de lamentar que à lembrança da campanha eleitoral mais legìtimamente conduzida, a mais pura, mais patriótica e mais extreme de qualquer idéia de fraude, corrupção ou violência, como foi a campanha dos abolicionistas no Recife, fique associada a nódoa de sangue de S. José.

Mas já que falo dêsse modo no sangue derramado devo dizer todo o meu pensamento a respeito. Pelo muito que tenho ouvido sôbre êsses acontecimentos não me resta a mínima dúvida de que a responsabilidade dos fatos de S. José não pertence ao partido Liberal, que todo êsse conflito, em que mais uma vez se demonstrou a crueldade do mêdo, foi um pânico, e, como todos os pânicos, surprêsa de um momento.

A teoria conservadora é, como vos disse, que o povo foi a S. José anular uma eleição que me fôra contrária e disposto a matar e a morrer para chegar aos seus fins. Deixemos por enquanto de parte a intenção com que o povo foi a S. José, mas a disposição em que êle estava não era nem de matar nem de morrer. Ninguém tinha idéia na multidão de conflito, de sangue derramado. A surprêsa em todo o Recife quando se soube que uma eleição do 1.º distrito, que, tôdas, se esperava passassem na maior calma, não podia ter sido mais geral, e essa surprêsa é a melhor prova da disposição dos ânimos. Exceto entre os organizadores da vitória conservadora, que tinham homens armados em S. José, em Afogados e na Madalena, ninguém tinha pensado na possibilidade de luta a mão armada no 1.º distrito. O que aconteceu em S. José não podia ser mais imprevisto, nem mais casual.

Os fatos passaram-se tão ràpidamente, houve tanta imprudência dos dois lados, o material acumulado era tão explosivo, que nenhum partido tem direito de imputar ao outro o que chamarei pròpriamente a *cena de sangue*. Segundo o que me parece ser a verdade, pelo depoimento das testemunhas e pela verossimilhança, os fatos passaram-se desta forma.

O Sr. José Mariano, deputado eleito, chegou com três ou quatro companheiros à Matriz de S. José no momento em que se começava a lavrar a ata da eleição. Quando examinava um protesto apresentado por um mesário liberal (os conservadores dizem que êsse protesto foi apresentado com a idéia de ganhar tempo para deixar chegar os *invasores*, o que mostra como tudo se explica uniformemente quando se tem uma idéia preconcebida e uma teoria que justificar), ouvem-se vivas do povo que se aproxima. O Sr. José Mariano tranqüiliza os mesários dizendo que vai ver o que é, e afirmando que não há intenção hostil da multidão. A mesa porém sem confiar em José Mariano fecha a grande porta que a isolava da galeria e estabelece assim precipitadamente, num momento de terror, a clandestinidade da eleição.

Fechada a porta, espalha-se entre o povo a idéia de que se estava falsificando a ata. Na história dos movimentos populares muitas vêzes o sinal da luta tem sido uma porta ou uma grade que se fecha diante do povo. Na excitação dos ânimos ocorreu logo, e impôs-se a muitos, a idéia de forçar a porta atrás da qual se suspeitava haver uma fraude em execução. Forçada a porta, o fiscal do Dr. Portela, o falecido major Estêves, apareceu armado e protegido por seu irmão e um seu sobrinho em frente do povo. Êsse povo estava tão pouco disposto a matar e a morrer que recuou em uma distância igual ao comprimento desta sala, até precipitar-se pela escada abaixo, diante da pistola do major Estêves! Êsse homem, só, fêz recuar a multidão! Que ânimo tinha ela de fazer uma carnificina em S. José! Foi sòmente depois, quando tendo José Mariano gritado a Estêves: «Senhor major, não

assassine assim seus irmãos! », êle sem saber o que fazia disparou sôbre José Mariano, que o grito fatal: — José Mariano está ferido! produziu uma revolução no ânimo do povo, a multidão de novo precipitou-se para cima e travou-se então corpo a corpo a luta terrível em que morreram Estêves e seu sobrinho.

Tudo isso passou-se tão ràpidamente, de modo tão inesperado, no meio de um tão grande pânico, que sòmente o ódio partidário, ou antes a especulação partidária, pode querer lançar sôbre o partido Liberal essa nódoa de sangue.

Notai que em parte alguma, nós, abolicionistas ou liberais, tivemos um único homem armado, e que, em diversas seções, os nossos mesários, como um dêles me dizia, funcionaram entre assassinos. Na Paz, por exemplo, os conservadores estavam preparados para uma batalha, êles, o partido da ordem! Se se sentiam ameaçados por nós liberais, que fomos a tôdas as seções sem cogitar da possibilidade de disparar um tiro, era à autoridade que deviam pedir proteção. Parece incrível que nos conselhos de um partido conservador prevaleçam idéias tão sinistras, como essa de levar gente armada para as paróquias, legado da antiga eleição. Imagine-se que realmente era de temer, — não de planos premeditados porquanto todos reconhecem que nós liberais estávamos certos de ganhar a eleição no 1.º distrito por grande maioria, mas sim do desapontamento do povo ao julgar-se traído, — um movimento popular, espontâneo, confuso, desordenado, contra qualquer das seções conservadoras, deviam os nossos adversários preparar-se para resistir-lhe armando braços irresponsáveis? A fatalidade da eleição em S. José foi haver gente armada na Mesa. Não há, absolutamente, o mais leve, o mais insignificante indício, para provar que a ordem pública seria alterada em S. José se os conservadores não houvessem, primeiro, fechado a porta criando a suspeita de clandestinidade, depois aparecido em armas contra o povo a fazer fogo de dentro para fora, e se, por último, o major Es-

têves não houvesse atirado contra José Mariano, desarmado e sem defesa, no dia mesmo do seu triunfo. Não há a mais tênue, a mais frágil indicação de que as represálias do pânico — como foram as mortes de S. José — tivessem sido atos intencionais, sem provocação alguma, contra homens em legítima defesa. A repulsa do povo, em grande distância, é um fato de que todos foram testemunhas e em que são acordes, assim como a volta de parte dêsse mesmo povo repelido quando soou o grito de « José Mariano ferido! »

Tenho dito bastante sôbre uma desgraça que ninguém lamentou mais do que eu; por certo, não os que fazem dela uma bandeira de rancor, e cuja responsabilidade pertence infelizmente ao homem destemido e partidário que, sòzinho, fêz face à multidão desprevenida e entusiasta que penetrou na Matriz, e morreu vítima da sua coragem e dos seus ódios políticos. Se em vez dêle, tivesse morrido José Mariano, contra quem êle atirou, eu teria o direito de dizer-lhe, no seu processo, que êle não tinha qualidade para repelir o povo do Recife da Matriz de S. José, e que na sua conhecida exaltação chegou a esquecer o perigo em que colocou a população do Recife: de assistir a uma noite de S. Bartolomeu política, a uma explosão horrível da vindita popular, atirando sôbre José Mariano.

Mas o grande argumento é êste: « Para que foi José Mariano a S. José? O que tinha o povo que fazer em S. José? » Senhores, é preciso não esquecer que tudo isso foi questão de minutos, que ninguém tinha calma, assim como ninguém sabia ao certo do resultado da eleição, e muito pouco do modo por que ela tinha corrido nas seções. A ida de José Mariano a S. José era a coisa mais natural do mundo, sobretudo constando que havia um protesto liberal. Se se planejasse uma fraude, não teria sido mais fácil e mais pronto realizá-la na Câmara Municipal donde o povo saía? Mas foi exatamente porque o povo viu com seus olhos que na Câmara Municipal, no nosso baluarte, houve uma fraude, que

êle pensou que podia ter havido fraudes semelhantes em outros lugares, e o que todos queriam saber naquele momento era quem tinha ganho, ou para melhor dizer, se eu tinha realmente perdido a eleição.

Êsse povo levava n'alma uma grande ferida: êle tinha descoberto a traição em nossos arraiais, visto que o inimigo tinha entre os nossos pessoas encarregadas de trocar o meu nome pelo do Dr. Portela, e foi ao grito de Traição que êle acompanhou o homem da sua confiança ao primeiro ponto a que êste foi buscar esclarecimentos.

Ninguém entretanto tem competência para instaurar processos de intenção e afirmar que o povo do Recife foi a S. José levando um plano sinistro. A imaginação assustada atribui ao adversário tôda espécie de más intenções, mas ninguém tem o direito de atirar a bala sôbre outrem só pelo que imagina e receia.

É preciso mais alguma coisa do que o nosso mêdo para constituir a criminalidade alheia. (*Aplausos*). O povo tinha o direito de ir a S. José, e ninguém tinha portanto o direito de atirar sôbre êle por lá ir. (*Novos aplausos*). Êle tinha o direito de assistir à eleição, e ninguém tinha o direito de torná-la clandestina, fechando a porta num momento de terror. Em S. José não havia que rasgar papéis, porque a ata não estava começada. A eleição tinha ficado inutilizada desde o momento em que se estabeleceu a clandestinidade dela. (*Aplausos*).

Ninguém do lado liberal tinha interêsse em derramar sangue, e se houve sangue derramado resultou êle de um conflito no qual o que prevaleceu foi, como em todos os casos semelhantes, a inconsciência e a crueldade dêsse elemento perigoso e sanguinário que aparece em tôdas as lutas eleitorais de nosso país e que é um resto da escravidão.

Resumindo-me, a cena de S. José não foi um plano, não teve um fim, não é de forma alguma da responsabilidade do partido Liberal, nem de José Mariano, e todos devemos sen-

tir-nos infinitamente menos responsáveis por ela do que quantos ainda hoje apoiam a escravidão pela dilaceração de escravos nas garras sangrentas da Lei de Lynch! (*Sensação*).

Mas, senhores, vejamos como o fato de não se ter concluído a eleição na Matriz de S. José afetou e afeta a eleição do 1.º distrito. Reconhecendo-se a votação constante do edital do *Diário,* o Dr. Portela tinha maioria de votos sôbre mim.

Êle pretende assim ter sido eleito no primeiro escrutínio, por isso não se apresenta no segundo convocado para o dia 9, e os seus amigos dizem que, tendo êle ganho a eleição, é injusto e imoral consentir que a vitória lhe seja roubada por um ato de violência, do qual foi vítima o seu próprio fiscal.

Senhores, eu não teria objeção alguma a que o diploma de deputado pelo primeiro distrito fôsse expedido ao meu adversário, se a lei o permitisse. Em tal caso eu iria à Câmara pedir uma nova eleição, baseando-me em que essa pequena maioria de três a quatro votos que êle, segundo as suas alegações, teve acima do quociente legal, foi uma parte insignificante de votos obtidos por fraude, abuso de confiança ou corrupção.

Nenhuma Câmara moralizada deixaria de reconhecer o meu direito a uma nova eleição. Pois bem, essa nova eleição é o segundo escrutínio. Não é preciso que eu vá pedi-la à Câmara, ela resulta da própria lei e do fato de não se ter ultimado a eleição de S. José. (*Aplausos*).

Como se poderia contar ao Dr. Portela os votos de uma eleição de que não houve ata? A ata é porventura um documento que se possa ou substituir ou dispensar? Pode um tumulto ter a virtude de servir de ata à eleição interrompida e de dar-lhe o cunho de legitimidade? Com que direito se faria uma exceção da eleição de S. José para aprová-la sem ata, privando-se-me, a mim candidato, — que não concorri de forma alguma para o tumulto, que repilo com indignação a idéia de o ter desejado, — do direito de verificar pela ata a regularidade do processo eleitoral a que não assisti? É duro

que um ato de fôrça altere o resultado de um escrutínio, mas foi a lei, foi o Parlamento que assim o quis quando estabeleceu para a apuração a necessidade das autênticas, e seria igualmente duro que o tumulto me privasse de direitos que a lei me confere. Não está em meu poder alterar o sistema estabelecido, consentindo que sejam apurados como bons votos que não consta de nenhuma ata como foram recebidos. Em tais condições, o segundo escrutínio é legal e inevitável, e como um segundo escrutínio equivale, quando não houve no primeiro senão dois candidatos, a uma nova eleição, eu tenho o direito de apelar para o eleitorado pernambucano para que nesta eleição nova mostre do modo o mais patente, dando-me maioria de votos sôbre os que pretende ter tido o Dr. Portela, que fui eu quem desde o primeiro escrutínio o eleitorado desta capital escolheu para seu representante. (*Longos aplausos*).

Fui, porém, acusado de contradição por ter, primeiro, dito que não aceitaria o mandato de deputado com a anulação dos votos de S. José e, depois, reclamado que me fôsse expedido o diploma de deputado sem aquêles votos. Que contradição há nisso? Eu só posso renunciar um direito que me tenha sido reconhecido, e para renunciá-lo devo exigir que mo reconheçam. Não se renuncia o que se não tem. Mas nesse mesmo artigo, pelo qual se me argúi de contraditório, repeti a declaração de que só me serviria do diploma que reclamava para pedir nova eleição. Eu nunca reconheci que o Dr. Portela tinha sido legìtimamente eleito, isto por um lado, e por outro nunca declarei que não aceitaria um mandato resultante da nova eleição ou de um segundo escrutínio, que é uma nova eleição, e da pior espécie, como vos hei de mostrar. O que eu disse foi que sem os votos da 1.ª seção de S. José não ficaria na Câmara, que não queria um diploma mutilado, em que houvesse uma nódoa de sangue, por outro que não queria tirar proveito algum dos fatos de S. José, de quem quer que fôsse a responsabilidade dêles. (*Aplausos*).

Em minha opinião a Junta Apuradora devia ter-me expedido diploma. Não preciso dizer quanto estimei, e mesmo concorri para isso, que ela o não fizesse, antecipando assim pelo menos de três meses uma segunda eleição que eu esperava que a justiça da Câmara dos Deputados não havia de negar-me, e dando-me ocasião de ir para o Parlamento, se eu fôr o vencedor, com o meu diploma ratificado por uma autoridade muito mais competente do que a Câmara dos Deputados para reconhecer o legítimo deputado dêste distrito: o eleitorado do Recife. Eu deixava assim de ser deputado de Junta Apuradora, portador de um diploma gracioso, como têm havido tantos, para ser deputado de uma segunda eleição.

Não é segrêdo portanto para ninguém, que a esta hora eu podia ter no bôlso um diploma, pelo menos, melhor do que o do Dr. Portela; um diploma que os mesários dêste requereram mesmo ao juiz de direito presidente da Junta que me expedisse! e que renunciei êsse diploma, o qual me dava direito de concorrer ao terceiro escrutínio em melhores condições do que o meu contendor, porque tinha por mim a lei, renunciei-o para sujeitar-me a nova votação e ter assim a minha causa sujeita ao único juiz que a pode decidir de modo a satisfazer-me a mim e ao povo pernambucano: o próprio eleitorado que o Dr. Portela e eu pretendemos ter tido do nosso lado no dia 1.º de dezembro. Estou certo, senhores, de que nenhum dos conservadores que me acusam de contraditório teria feito as declarações que fiz, nem rejeitado um diploma certo para correr os riscos de uma eleição duvidosa. (*Novos aplausos*). Êles não gostam muito de eleições repetidas. Não têm muita confiança no elemento popular e contentam-se com qualquer espécie de diploma que os leve à Câmara. (*Aplausos*).

Mas dir-se-á: «Vós dissestes que não queríeis tirar dos fatos de S. José nenhuma vantagem. Não será o segundo escrutínio uma grande vantagem? Em primeiro lugar, é sem-

pre vantagem para quem perdeu uma eleição poder pleiteá-la de novo e ter assim uma possibilidade de ganhar o que de outra forma estaria perdido. Em segundo lugar, é uma vantagem pleitear a eleição nas circunstâncias presentes, quando o partido Conservador está aterrado e teria mêdo de ir novamente às urnas».

Acabo de formular do melhor modo que me é possível a objeção que se me faz.

Sim, senhores, eu declarei não querer tirar vantagem alguma, isto é, para ser deputado, dos fatos de S. José, mas o segundo escrutínio não é vantagem, porque o segundo escrutínio não é um presente de diploma que se me faz, é uma nova luta em que entro. (*Aplausos*).

Uma segunda eleição não é uma vantagem para o candidato que foi antes derrotado, é sim uma vantagem, e grande, para o candidato que conta com a maioria do eleitorado. Quanto ao segundo ponto, eu protesto contra êle; não há nada, absolutamente nada, que justifique o mais ligeiro receio da parte dos conservadores de concorrer novamente às urnas. A impressão que os levou ao Arsenal já devia estar dissipada.

Quem entretanto não vê que se eu tivesse sido realmente batido na eleição de 1.º de dezembro não faria senão piorar a minha posição, perante a província, o país, e a Câmara, dando ao meu adversário ocasião de vencer-me num segundo escrutínio? Pois pode-se-me julgar tão levianamente presunçoso que eu quisesse tirar dos fatos de S. José *a vantagem* de ser esmagado pelo meu adversário?

O segundo escrutínio, imaginando-se que o candidato conservador realmente venceu no primeiro, seria de conveniência para êle só. A sua vitória alegada é disputada por quase tôda a população da cidade, ela *na melhor hipótese* para êle, tomando-se a própria apuração dos seus mesários, foi apenas de alguns votos acima do quociente legal, votos que não representam a décima parte dos votos que entra-

ram para as urnas na crença, por parte dos que o depositavam, de que eram para mim e que saíram delas metamorfoseados pela traição.

Em tais circunstâncias, quando tal nódoa recai sôbre o triunfo que êle reclama; quando outra impugnação, de diverso caráter, mas também muito séria, se lhe faz, a saber: a compra de votos, o vício maior que nos países livres e moralizados possa afetar as eleições, porque significa o Parlamento em almoeda, o leilão da representação nacional; quando igualmente todo o mundo atribui aos conservadores a fraude que fêz desaparecerem três cédulas da urna da Câmara Municipal, baluarte abolicionista em que nenhum liberal tinha interêsse em tocar, porque seria destruir a sua própria maioria; o segundo escrutínio era da maior utilidade para o candidato conservador, se êle realmente contava com o eleitorado. (*Aplausos*).

Era o caso de mostrar que não teve só a maioria, que a teve sem compra de votos, sem fraude, sem traição. Era o caso de tirar a prova, e esmagadora. Se êle me venceu da primeira vez, por que não me venceria da segunda? Se não houve dinheiro, não haveria receio de que os que nós afirmamos haverem sido comprados se negassem a votar segunda vez. Se não houve traição, o fato de serem apontados alguns dos agentes dêsse plano oculto não faria perder um só voto. Se os fatos de S. José são de responsabilidade do partido Liberal-Abolicionista, se nós derramamos sem piedade sangue pernambucano para chegarmos aos nossos fins, se a segurança pública foi substituída pelo terror dos assassinos, haveria pernambucano bem intencionado, de coragem moral e de espírito público, que não fôsse, dessa vez, protestar com o seu voto contra o estado a que nós reduzimos esta infeliz província?

Sim, senhores, o segundo escrutínio em tais condições seria um presente feito, não a mim, mas ao meu adversário que podia fazer ratificar o seu triunfo, agitando as roupas ensan-

güentadas dos seus amigos mortos por êle, apelando para a generosidade dêste povo, o qual não poderia ver de sangue frio o candidato repelido querer usurpar o mandato que êle tivesse conferido ao outro.

Tôdas as vantagens são do meu adversário, e no entanto é êle que recua! (*Aplausos*). É êle que não quer aceitar a prova. Por que? Será porque está eleito? Êle sabe bem que o diploma que tem não lhe dá entrada na Câmara; êle sabe que o segundo escrutínio é *estritamente legal;* que te-lo-ia sido pela simples decisão do juiz de direito, quanto mais por uma decisão do juiz de direito baseado sôbre um Aviso do govêrno que estabeleceu para o futuro um aresto eleitoral; por último êle sabe que apesar de tudo não pode contar ainda com essa coalizão de conservadores e liberais dissidentes para me excluírem da Câmara se eu porventura lá chegar, porque o número dos deputados de que êle está certo não basta para garantir-lhe reconhecimento.

Quem viu a *ata falsa* de S. José aparecer de repente 15 dias depois da eleição nos livros do escrivão Fulgêncio, sabe que o Dr. Portela não é homem que esqueça um elemento qualquer, por mais insignificante, de triunfo. Aquela ata foi feita para obter-se a assinatura do juiz de direito no diploma do candidato conservador. Um Aviso do govêrno inutilizou essa fraude. Os mesários conservadores fizeram então o que teriam feito em qualquer outra hipótese: expediram por conta própria ao Dr. Portela um título que chamaram diploma e que não passou da certidão da apuração fictícia por um poder ilegalmente constituído. (Digo que o teriam feito em qualquer outra hipótese porque essas três cédulas desaparecidas da mesa da Câmara Municipal só desapareceram para dar lugar ao protesto feito pelo representante do Dr. Portela, e êsse protesto foi feito para me serem contestados, se fôsse preciso, na apuração os votos da Câmara Municipal). Mas procedendo assim os mesários colocaram-se e colocaram o candidato conservador acima da lei. Êle pela sua parte sabe

bem que ninguém se pode colocar acima da lei, que o segundo escrutínio foi legalmente convocado e como tal há de produzir os seus efeitos legais, e que portanto se eu tiver a maioria nêle estarei numa posição, legal e moral, verdadeiramente entrincheirada, porque estarei por trás de duas eleições!

Quem depois de tais provas — e sobretudo da abstenção do partido Conservador — não se acreditaria deputado eleito do Recife?

O Dr. Portela calcula o efeito moral, e abstém-se! Não estará patente nessa abstenção o receio de sujeitar-se a uma deliberação popular, a um novo escrutínio que fôsse um verdadeiro plebiscito sôbre a honestidade, a legitimidade, a realidade da eleição do 1.º de dezembro? Não é evidente que se os conservadores não se apresentam de novo não é por mêdo de perturbações da ordem pública, nem tão pouco por certeza de terem já eleito o seu deputado e de vê-lo tomar assento na Câmara, mas porque não se atrevem a pedir ao eleitorado que diga quem venceu a eleição passada, quem levou às urnas maior número de eleitores? (*Aplausos*).

Mas por isso mesmo, senhores, o meu dever é o oposto. Exatamente porque o meu adversário recua diante dessa prova, é que eu devo submeter-me a ela; se êle se coloca acima da lei, eu sujeito-me à lei. Mas a vós todos, pernambucanos, eu tomo por testemunhas de que eu podia a esta hora estar na posse de um diploma melhor do que o dêle; que êsse diploma dava-me assento como deputado no Parlamento e voto na organização da Câmara, o que êle nem uma coisa nem outra tem com o seu título; e que assim eu podia estar com a minha causa afeta tão sòmente ao voto da Câmara, para cujas coligações êle apela, mas que preferi a êsse diploma certo o segundo escrutínio, contando que o vosso sentimento de justiça e lealdade aprovaria êsse meu procedimento, e preferindo ter o meu mandato sujeito a vossa ratificação a devê-lo ao favor do chamado « terceiro escrutínio ». (*Longos aplausos*).

Vós todos, pernambucanos que me ouvis, dizei portanto aos eleitores ausentes que eu hoje falei aqui esta linguagem: que o segundo escrutínio nas circunstâncias em que foi convocado é menos uma luta política do que uma decisão judicial. Só vós podeis ter conhecimento, — porquanto os nossos costumes não permitem provar essas alegações em juízo, — da corrupção e da traição que deslustraram a eleição passada. Se estais convencidos de que o Dr. Portela foi legìtimamente eleito, votai por êle, sem distinção de partido; se porém estais convencidos de que eu tive a maioria dos vossos votos e que sòmente a traição e a fraude frustraram êsse resultado anunciado de antemão por todos vós, votai por mim, que em tais condições empenharei todos os esforços possíveis para defender o mandato que duas vêzes me tiverdes assim concedido. (*Novos aplausos*).

Não se diga que eu entro sòzinho em campo. O partido conservador abstém-se, mas a abstenção é uma forma de luta; abstém-se, pedindo a cada eleitor nosso que deixe de comparecer, insinuando que eu não preciso de votos porque não tenho concorrente. Todos vêdes que por isso mesmo estou empenhado em uma eleição mais difícil, mais ansiosa e pior do que a anterior. É quase uma eleição pública, o que afasta dela grande número de pessoas que seriam logo perseguidas pelo poder convergente das fôrças escravistas, é uma luta a descoberto contra um inimigo escondido, é um sacrifício, em suma, em vasta escala, do povo pernambucano ao partido Liberal e à emancipação dos escravos. Para os nossos adversários nos baterem basta que o número de votos seja menor do que da vez passada. Não se trata de um triunfo legal, êsse eu o teria qualquer que fôsse o número de eleitores, desde que há a abstenção do outro lado; trata-se de um triunfo moral, de uma vitória sôbre a própria abstenção, que force os adversários a reconhecer que nós temos a maioria do distrito, e esta, se a ganharmos a despeito de tudo e de todos, será o maior de todos os triunfos nas eleições dêste Parlamento. (*Aplausos*).

É isto, meus senhores, o que eu tinha que dizer-vos hoje e agradeço-vos o modo por que me ouvistes. O resultado das eleições no Império é ainda incerto, mas pode-se ver desde já que, apesar de todos os imensos obstáculos opostos à sua marcha, a idéia abolicionista fêz, eleitoralmente falando, imenso progresso, e que o Imperador não há de escolher êste momento em que ela ascende para abatê-la, dissolvendo esta Câmara no interêsse conservador, mantendo o país, — que já não pode mais e está morrendo por causa do provisório em que vive, — na incerteza e suspensão que um interregno parlamentar agitado havia forçosamente de produzir. Nós podemos portanto contar com a duração da situação liberal, e ter a esperança de que ela continue a ser e se torne cada vez mais abolicionista. Isso é devido em grande parte aos esforços do eminente estadista que hoje governa o Brasil e cujos serviços nesta crise nacional a história, ficai certos, não há de esquecer.

Temos assim razão de estar satisfeitos com os resultados eleitorais conhecidos, tanto mais quanto à maioria parece não há de faltar a fôrça, a coragem e a decisão precisas para não consentir que a escravidão ganhe em terceiro escrutínio a batalha que tiver perdido no primeiro e no segundo, e para não deixar que se nos roube uma vitória que é da civilização e que, à vista do poderio da escravidão, dos seus capitais imensos, da sua infinita clientela, dos seus direitos adquiridos, e, mais que tudo, do Terror Negro, pode ser considerada um dos milagres da lei do progresso, um fato providencial do desenvolvimento do Brasil. (*Aplausos*). Quanto a mim, senhores, vim a Pernambuco servir à causa da abolição, e, eleito ou repelido por vós na eleição final de 9 de janeiro, eu me julgarei altamente recompensado dos meus esforços e mais do que compensado das calúnias todos os dias despejadas contra mim pela imprensa conservadora, se vos ficar a impressão de que a minha vinda ao Recife no fim de 1884 concorreu para dar ao movimento abolicionista o incremen-

to, o volume e a fôrça que êle hoje tem nesta cidade. (*Aplausos*).

Sim, senhores, se depois da minha partida os abolicionistas de tôdas as procedências formarem entre si um forte e poderoso laço de união; se, compreendendo que a abolição uma vez efetuada (e para ser efetuada ela ainda carece infelizmente de tempo), há de produzir como produziu nos Estados Unidos uma situação nova cheia de outros problemas, e exigindo a continuação no poder do mesmo espírito e do mesmo partido que desferiu o grande golpe, êles se unirem para o presente e para o futuro, para reconstruírem sôbre outras bases, verdadeiramente nacionais, o edifício a que houverem tirado a pedra angular, e se unidos assim por uma só aspiração sentirem que o nosso dever maior para com o povo, hoje, é instruí-lo, ensinar-lhe os princípios da moral social, incutir nêle o espírito público que nos falta a todos e para isso criar a tradição nacional e provincial que está interrompida, fazer amar a nossa terra e a nossa província renovando o culto quase extinto das glórias e do heroísmo brasileiro e pernambucano; se o partido abolicionista do Recife, em uma palavra, der ao país inteiro o exemplo de uma organização nova, democrática e liberal, que prepare o povo para merecer a liberdade que estamos conquistando para êle, e se para todos êsses grandes resultados eu tiver concorrido com a minha palavra, acreditai, senhores, que terei pago, na melhor moeda que a minha gratidão poderia cunhar, a dívida do meu nascimento nesta grande província que deu ao Brasil os quatro fortes sentimentos de Pátria, Nacionalidade, Independência e Liberdade. (*Aplausos unânimes e prolongados. Aclamações ruidosas*).

SEXTA CONFERÊNCIA (*)

MEUS SENHORES,

Acreditai que a minha situação de espírito hoje é muito diversa daquela em que eu me achava quando vos dirigi a palavra pela última vez. Estávamos então na véspera de uma batalha, cujo êxito era mais que duvidoso, porque não lutávamos com um inimigo descoberto, lutávamos com a abstenção insidiosa e com a indiferença que resultava da fuga dos adversários. (*Longos aplausos*). Eu sentia ao falar-vos pouco antes do 2.º escrutínio um constrangimento que se devia revelar tanto na minha expressão como em minha linguagem, constrangimento que nascia da dúvida em que estava, se tinha sido de vantagem para a causa abolicionista ter eu vindo disputar como candidato a eleição do Recife. Notai bem, eu não tinha dúvida sôbre a vantagem que resultou para o abolicionismo da campanha em que tomei parte, dos esforços que empreguei para levantar a opinião desta capital e fazê-la pronunciar-se com estrondo; mas eu podia ter feito tudo isso, e conseguido ainda mais, sem ser eu mesmo o candidato, e a dúvida que me constrangia era se eu não tinha de alguma forma comprometido a nossa causa arriscando-a a uma derrota na pessoa de um homem que o ódio e a paixão dos nossos adversários identificavam com a própria idéia.

Em tudo que tem acontecido o meu primeiro pensamento foi sempre para a nossa causa; o que eu procurei examinar, se a minha fôrça como instrumento da idéia abolicionista sofrera ou aumentara. Pois bem, mais de uma vez na incerteza da luta, temendo a traição e a indiferença, tive dúvidas antes do 2.º escrutínio sôbre a prudência da minha deliberação ao solicitar o mandato desta capital. Para os homens que

(*) Teatro Santa Isabel, 18 de janeiro de 1885.

promovem uma grande reforma é às vêzes melhor conservarem-se fora do campo das lutas políticas, tão mescladas de paixões estranhas, em que os princípios acham-se entranhados nos interêsses, como o ouro na rocha. Nada mais natural do que as minhas dúvidas, e a minha inquietação. Tôdas as diversas emoções que tenho tido desde o princípio dêste nobre e grande cometimento, de vir disputar ao esclavagismo esta cidade, berço de tão gloriosas tradições, tôdas essas emoções partiram de um único sentimento impessoal e superior a mim mesmo: o zêlo, o interêsse pelas idéias com que me identifiquei. (*Aplausos*). Por isso também, senhores, foi grande a minha contrariedade, quando tive que falar-vos dos fatos de S. José, das fraudes e traições do 1.º escrutínio, porque, qualquer que fôsse a importância dêsses acontecimentos, eu quisera não discutir a minha eleição, mas só o grande problema da abolição, a questão vital do país, a causa nacional por excelência, a qual se confunde tanto com a minha vida e os meus atos como a luz do universo com as formas efêmeras que ela ilumina. (*Aplausos*).

Mas por isso mesmo que receio sujeitar o abolicionismo em minha pessoa a reveses e contratempos, e ver-me enfraquecido na opinião como um dos seus auxiliares, sempre que posso ganhar para êle uma batalha, tenho uma satisfação proporcional ao receio de prejudicá-lo. É assim que hoje o coração se me dilata ao ver-vos, nesta imponente reunião que eu desafio aos nossos adversários que imitem (*grandes aplausos*), celebrando o triunfo esplêndido do dia 9 de janeiro, essa prova majestosa que a soberania popular deu da sua adesão à nossa causa, com os seus 890 votos, a maioria real de qualquer média do eleitorado efetivo da capital (*aplausos*), que me conferiram o mandato de deputado dêste distrito. 890 votos neste segundo escrutínio quer dizer que eu teria tido mais de novecentos no primeiro se a expressão da vontade popular não houvesse sido falsificada. Contra semelhante algarismo a que se reduzem as pretensões dos que ain-

da ontem blasonavam que o Recife era dêles, que êles tinham esta cidade em penhor? Êles preparavam-se para representar a *Gargalhada,* depois do que chamavam *a farsa* do segundo escrutínio, mas quem viu algum conservador rir ao ser publicado o número de votos? (*Longos aplausos*). Se o meu contendor tivesse efetivamente sido eleito no 1.º escrutínio, êle seria hoje, antes mesmo de reunida a Câmara, o ex-deputado Portela, porque não pode ser considerado representante de um distrito um homem a quem a maioria do eleitorado repudiou de modo solene, em uma eleição legal. (*Aplausos*).

Mas o meu contendor não havia sido eleito. O segundo escrutínio legalmente convocado serviu para tirar a prova das fraudes e falsificações do primeiro. (*Aplausos*). Os eleitores foram os mesmos, mas os resultados foram muito diversos. Será que os mesmos homens tenham votado primeiro por um, depois por outro candidato? O Parlamento não pode aceitar essa teoria que faria do eleitorado que êle representa uma massa inconsciente, ou antes sem consciência, teoria contra a qual protesta a dignidade dos eleitores. A explicação verdadeira é outra e está no sentimento de vós todos: o primeiro escrutínio foi todo alterado pela fraude e pela traição. (*Repetidos aplausos*).

Tenho dito porém bastante sôbre êste assunto e não preciso a vós, povo do Recife, tornar mais saliente o prestígio de que o abolicionismo pernambucano se cobriu no dia 9 de janeiro. Não é exato que o partido Conservador se desinteressasse do pleito. Absteve-se, mas não desinteressou-se, porque empregou todos os esforços para arredar os eleitores das urnas e, como sabeis, é mais fácil conseguir uma abstenção do que um voto. Para mim essa data é a mais completa justificação do modo pelo qual dirigi a recente campanha e da confiança com que me apresentei a disputar a cadeira ocupada pelo Dr. Portela. Outros teriam talvez vencido com mais facilidade; nenhum, porém, teria tido uma vitória de

tanta significação para o movimento abolicionista, porque está na consciência de todos vós que eu não tinha outro título para conseguir o resultado que obtive senão a minha solidariedade e identificação com aquêle movimento, e portanto que a minha eleição foi antes de tudo a vitória de uma idéia, a vitória da Revolução que, por meio da lei se quiserem e senão pelos próprios acontecimentos, está fatalmente resolvida na consciência pública. (*Estrepitosos aplausos*).

Não me servi, senhores, ao acaso dessa palavra — Revolução, e como essa é uma palavra que desperta logo no espírito mil idéias diversas, é preciso que vos diga todo o meu pensamento. Fazendo-o cumpro um dever para com o eleitorado que me elegeu e me investiu de tôda a sua confiança.

Senhores, por qualquer lado que se a considere, a escravidão é um edifício que ameaça ruína, e infelizmente é sôbre nós que êle há de desabar. Séculos de ignorância cimentaram a união da escravidão com o nosso povo, que de uma forma ou de outra saiu dela, e a situação em que nos achamos colocados é esta: de um lado uma insignificante minoria interessada em conservar a propriedade humana, do outro uma população inteira sem ver que essa propriedade, que não a atinge diretamente, é a causa de todo o seu atraso no presente e no futuro. Entre êsses dois elementos, aliados e simpáticos um ao outro, aparece uma consciência nova, um dissolvente moral poderoso, e, como a vida intelectual e política, as fôrças diretoras do país concentram-se nas capitais, as cidades tornaram-se o foco de irradiação daquela consciência, começaram a perturbar a vida nacional, a harmonia em que viviam os elementos estáveis da sociedade, em uma palavra, a operar uma revolução nos hábitos, na educação, nos sentimentos do país durante três séculos de escravidão. O que afirmo é que hoje chegamos a um ponto em que essa revolução, se não se fundir nos moldes de diversas grandes reformas sociais, fará seu caminho através de tôdas as resistências, criando mesmo resistências imaginárias para destruí-las.

Sim, meus senhores, estamos sôbre um solo profundamente minado por grandes correntes vulcânicas. Se a resistência fôr uniforme em tôda a superfície por forma a comprimir, em tôda a parte igualmente, as lavas que querem irromper, o perigo será geral. Se não aparecer em parte alguma o vulcão, o terremoto destruirá tudo que esteja edificado sôbre a área abalada. Como brasileiros, o que nos interessa mais saber, é se há probabilidade de resistência e compressão, que eu chamaria loucas se não houvesse infelizmente uma lei fatal na pressão dos interêsses acumulados e amalgamados.

Nós, abolicionistas, elegemos a Câmara. Suponde que com as suas estatísticas e conluios, os nossos adversários pretendem roubar-nos a vitória ganha, e constituir o Parlamento à sua feição, insuflar-lhe o seu espírito. Suponde que se pretende cometer o crime de subtrair-nos assim uma Câmara. A crise de que falei se produzirá logo. Nenhuma opinião consente que se lhe roube uma vitória dessa ordem; que se lhe arranque das mãos uma legislatura. (*Aplausos*).

Mas semelhante hipótese é impraticável. A que podia ameaçar-nos seria a de uma dissolução logo depois de reunida a Câmara por um ato do Imperador. Suponde que a quantidade de diplomas contestados, a parcialidade na apuração, e as lutas acrimoniosas dos partidos durante ela, causavam no ânimo do Imperador uma impressão desagradável, a desconfiança de que os conservadores estavam sendo tratados de modo injusto, e que êle se decidia a dissolver a Câmara em favor da oposição.. Então, sim, senhores, estaríamos na véspera de acontecimentos lutuosos, mas quem sabe se não também na véspera da grande transformação nacional? (*Longos aplausos*).

Notai bem a natureza da situação atual para compreenderdes o valor da solução conservadora. De comum acôrdo, as eleições foram feitas na presente crise no terreno da abolição gradual. O que as perturbou, as inflamou, e lhes deu o

caráter que tiveram foi o interêsse extraordinário que se prendia à consulta feita ao país. Foi a escravidão que transportou as nossas eleições para o campo da luta social. Pois bem, se os conservadores fôssem agora chamados ao poder êles teriam que subir em nome da escravidão, seriam os vingadores da escravidão ofendida (*apoiados*), e qual de vós acredita que semelhante reação não lançaria de repente o país num desequilíbrio profundo?

Se ao Imperador repugna o espetáculo de dois Parlamentos, chamando os conservadores, êle ou teria em tôda parte eleições de sangue, ou teria de novo um parlamento duplo. Se a lei deu já lugar a violências, uma nova eleição daria a maiores; se houve fraude, a fraude seria dobrada; e, quanto à intervenção, imaginai com que ânsia os vencedores não se atirariam sôbre os despojos e de que vinganças sinistras não ficaria assinalada a restauração de um partido que teve a minoria nas urnas (*aplausos*), que no primeiro escrutínio mostrou que só pode vencer parcialmente pela nossa desunião (*novos aplausos*), e que para ter na Câmara o número de votos que vai ter especulou com os sofrimentos dos escravos, fêz da morte no cativeiro de velhos de sessenta anos o preço da sua expiação, diante da grande propriedade, pela redenção dos nascituros, e prestou-se ao inglório papel de obstar ao progresso moral da pátria, fazendo-a, como no sono hipnótico se faz o magnetizado acreditar que é outra pessoa, fazendo-a acreditar que ela é a escravidão! (*Sensação prolongada seguida de muitos aplausos*).

Imaginai as vinganças e desafrontas de uma reação escravista durante o processo da emancipação nacional (*aplausos*), e vêde o que seria êsse novo interregno, êsse provisório novo, decretado em favor da escravidão que o país acabou de repelir!

Não, não é possível que neste momento da nossa vida social o Imperador, chamando a si a função de árbitro do país, entregue o poder aos conservadores por meio de uma

dissolução temerária. Não se deve mudar de cavalos no meio da torrente, era a frase de Lincoln, e nós estamos atravessando um vau perigoso. A dissolução com os conservadores significaria uma reação escravista em plena torrente abolicionista. (*Aplausos*). Veríamos então um dêstes dois fenômenos: ou tendo especulado com a escravidão para subir ao poder, os conservadores tratariam logo de especular com a emancipação para se manterem nêle, e dividir-se-íam ao meio, ficando a cauda do partido sem a cabeça, porque a cabeça, onde está a fôrça pensante e diretora e o verdadeiro espírito do partido, é escravista, — nesse caso a parte oficial, áulica e oportunista teria que vir pedir-nos o nosso apoio, mostrando que nas eleições de 1884 êles tinham feito da escravidão apenas degrau para subir; ou veríamos um fenômeno muito diverso — o da união conservadora, respeitada a jerarquia do partido e a preponderância do elemento tradicional, o mesmo que travou com Rio Branco a grande batalha de 1871.

Tanto um como outro fenômeno devem ser evitados pelo Imperador. Pois o partido Liberal unido, porque está unido, não é mais apto para realizar uma idéia que é sua e pela qual acaba de arriscar-se a ser precipitado do poder, do que um grupo do partido Conservador, contra o espírito e a organização dêsse partido, onde êle é realmente forte, no Sul, e isso para a realização de uma idéia contra a qual êsse grupo combateu unido com o outro nas presentes eleições, isto é, uma idéia que êle empregou todos os meios para abafar no nascedouro? (*Aplausos*).

Que fôrça teria essa fração de especuladores políticos ávidos de poder, para os quais nem mesmo o escravo, nem mesmo uma raça de infelizes deve ser deixada fora do campo da exploração partidária? Não será mil vêzes mais forte do que êsses céticos, que só acreditam na fôrça; que não sabem para onde voltar-se definitivamente, se para o Sul, se para o Norte, se para as fazendas de café e os engenhos de açúcar, se para as cidades; que não se atrevem a dividir-se

apesar de divergentes, e para ficarem unidos sacrificam à união do partido os interêsses morais da pátria, concorrendo para a conquista do poder com o mais triste dos contingentes: os sofrimentos e a miséria de uma população inteira.. (*movimento*) não será mais forte do que essa metade do partido Conservador o partido Liberal, unido depois da prova de sinceridade que deu e dos sacrifícios que tem feito? Lembrai-vos que foi êsse partido sob o atual ministério que primeiro se atreveu em tôda nossa história política a desafiar a escravidão para um duelo eleitoral, quando ela se jactava de ter em seu poder a quase totalidade das cadeiras no Parlamento. Tratando-se de realizar uma idéia que é nossa, não temos a nosso favor a união, a prioridade, o amor à reforma, a indicação nacional, e mais do que tudo a direção do espírito público, divorciado da velha Sibila conservadora? (*Aplausos*).

O outro fenômeno — a reação — é uma impossibilidade material. A escravidão não teria meios de reconquistar o terreno perdido: não teria fôrça armada, não teria fôrça moral. A reação, hoje, sabeis o que significaria? Significaria um passo imenso para a República. Lembrai-vos de como nasceu o partido Republicano em 1869. Foi a expulsão dos liberais do poder que atirou um grande número de liberais nos braços da República. Os conservadores de S. Paulo nas recentes eleições preferiram em tôda parte a República ao liberalismo, mesmo escravista. Quando pela voz de Campos Sales e Prudente de Morais a bandeira da república federal fôr pela primeira vez desdobrada em nosso Parlamento, sê-lo-á com o *placet* deliberado do partido Conservador, o partido monárquico por excelência. Seria de admirar, senhores, que o partido Liberal, mais impulsivo, mais chegado ao ideal da futura geração, aliado natural de tôdas as instituições democráticas, mostrasse por sua vez preferir a República à escravidão? (*Longos aplausos*).

Mas não receemos a reação. O que se passou de irregular nas presentes eleições é o que se tem dado em tôda parte do

mundo onde as questões sociais são sujeitas a votos. Entre nós foi a escravidão que imprimiu êsse caráter apaixonado e violento à última campanha, sim, foi a escravidão combinada com o censo alto, com a exclusão do povo.

Com a escravidão, senhores, como podemos ter eleições livres? No interior elas são feitas sob a ameaça de um despejo sumário, que, se não equivale, como o Sr. Gladstone disse que equivalia na Irlanda, a uma sentença de morte, equivale à miséria da família, à mendicidade e à fome. E não é só isso, elas fazem-se sob a pressão do Terror Negro, dêsse Terror que impressiona a imaginação com tôdas as privações de uma nova excomunhão social e aponta para os quadros bárbaros da Lei de Lynch em plena execução no país! Nas cidades, é o povo privado do voto, espectador apenas de investiduras que se intitulam populares.. Eu votei contra a presente lei, dizendo ao gabinete que era preciso não esquecer o princípio de Aristóteles — que não há solidez nas instituições quando o número dos interessados em destruí-las é maior do que o dos interessados em preservá-las. Eu lembrei o grito de Lamartine: « Não deixeis uma verdade fora da Constituição! » Mas deixou-se mais do que uma verdade, deixou-se um povo (*aplausos*), e daí essa intervenção que os amedronta dos espoliados, num processo de que os excluíram, mas do qual êles sentem que depende a sua honra, a sua dignidade, os seus direitos. (*Aplausos*). Essas são as eleições da escravidão, e que admira que ela nos deixe em seu testamento político, essa bancarrota do voto independente e o mercado eleitoral quando vemos que em tudo a sucessão dela é uma infinidade de ruínas morais e materiais: em finanças, o papel-moeda depreciado, uma dívida esmagadora, um *deficit* perpétuo; na agricultura, a devastação, a sêca, um produto único, o trabalho paralisado; na formação social, a degradação do povo, a ignorância e a miséria; na política a influência combinada do despotismo com a oligarquia, em tôda parte sinais de decadência ou de dissolução, as institui-

ções de previdência desmoronando-se, as fortunas abaladas, a riqueza particular tôda em depósito nas mãos de um banqueiro — o Estado, que só paga com o que lhe emprestam, um sentimento indefinível de mal-estar e de dúvida como se sentíssemos vacilar os alicerces mesmos de nossa pátria e tudo, literalmente tudo, ameaçasse ruína iminente!

Em tais condições, senhores, o momento não é de palavras, é de atos. Eu quis nesta última vez em que tenho a honra de falar-vos, expor-vos a situação tôda com os seus perigos e contingências. Eleito por vós, sinto-me, em minha consciência, revestido de tôda a fôrça da opinião para no Parlamento falar em vosso nome. Se uma coalizão de elementos heterogêneos me expelir da Câmara, a consciência desta cidade receberá um grande golpe com a imposição de um representante que ela rejeitou, o imenso esfôrço do partido Liberal unânime, e dos que se aliaram com êle nesse imponente escrutínio de 9 de janeiro, será frustrado, mas a minha ausência de uma Câmara assim reconquistada pela escravidão não diminuirá a fôrça da corrente que a há de trasbordar. Essa Câmara, qualquer que seja, não poderá servir de reprêsa a uma onda de três séculos de formação. Hoje eu não tenho mais as emoções que tinha quando há seis anos entrei em luta com a escravidão: desanima-me quase de obtermos solução eficaz e verdadeiramente nacional, a resistência que nada pode abrandar dos proprietários; mas que se fará dentro de pouco justiça aos escravos e à raça negra não é mais para nenhum de nós objeto de dúvida. (*Aplausos*).

Sim, meus senhores, eu vos direi por último lançando um olhar sôbre o caminho que temos percorrido desde 1879. Há muitos anos que estamos subindo essa grande cordilheira do abolicionismo em que estão separadas as vertentes do Brasil colonial das vertentes do Brasil moderno. (*Aplausos*). A princípio, o que nos fêz empreender essa dolorosa e fatigante ascensão à borda sempre do precipício e através de matas virgens seculares, foi a própria altura dos cimos nevados que

nos pareciam inacessíveis. Mas como acontece nas montanhas, logo perdemos de vista os acidentes do solo que pisávamos, esquecemos as privações que sofríamos, para nos absorvermos na imensidade do horizonte. Hoje podemos dizer que chegámos ao cume dêsse divisor das águas, dessa alta fronteira moral que separa duas épocas da nossa história, dir-se-ia duas nacionalidades. De um lado avistamos o ponto do qual partimos, nós abolicionistas, com todos os seus prolongamentos até à orla apagada dos tempos coloniais; do outro avistamos o mapa extensíssimo do futuro nacional.

Que importa que o solo que pisamos seja por sua natureza vulcânico, se é preciso atravessá-lo para passar da região desolada e mefítica da escravidão para as planícies saudáveis e fecundas do trabalho livre? Até hoje não houve em nossa marcha um abalo qualquer, mas, tal é a coerção das leis que presidem à marcha dos povos, nós não poderíamos mais parar nessa migração nacional, quando mesmo tivéssemos que fazê-la entre alas de vulcões acesos e por sôbre as oscilações e o pânico de grandes terremotos sociais. (*Sensação e aplausos*). Sim, senhores, não haveria que estranhar em uma sublevação do solo em que pisamos, porque o que nós temos debaixo dos pés é uma nação! (*Novos aplausos*). É essa fatalidade providencial, essa necessidade histórica, que me faz dizer aos nossos adversários, os quais se consomem numa luta improfícua e inglória, que só serve para embaraçar o futuro dêste país: O que está feito, está feito; o que está por fazer. está feito. (*Aplausos unânimes e repetidos. Longas e ruidosas aclamações*).

FIM

O ABOLICIONISMO

CONFERÊNCIAS E DISCURSOS ABOLICIONISTAS

DESTA PRIMEIRA EDIÇÃO DAS OBRAS COMPLETAS DE JOAQUIM NABUCO, SÃO TIRADOS 325 EXEMPLARES, EM PAPEL ESPECIAL, DOS QUAIS 25 FORA DO COMÉRCIO, NUMERADOS DE I A XXV, E 300 EXEMPLARES NUMERADOS DE 26 A 325.

*

IPÊ INSTITUTO PROGRESSO EDITORIAL, S. A.
6 DE JUNHO DE 1949 EM SÃO PAULO